Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário
ISNN 0870-1865
18 de Fevereiro de 1993
Preço: 120$00
(IVA incluído)
N.º 1000
Director:
Carlos Brito

62 anos de luta 1000 números em liberdade

Suplemento especial de 16 páginas

uma informação verdadeira uma opinião de esquerda

«A economia portuguesa caminha a passos largos para a total dependência»

– Carlos Carvalhas
em Braga e Viana

Pág. 5

*

Nas autarquias os comunistas são os melhores

– Álvaro Cunhal
no Bombarral e Marinha Grande

Págs. 16, 17, 18 e 19

*

Imigrantes Cavaco cede – mas não chega

Pág. 12

*

O Carnaval do Governo...

Pág. 32

*

TV e presidência aberta

Págs. 22 e 23

O PCP realiza uma jornada nacional de propaganda (na foto, Álvaro Cunhal na Marinha Grande)

RESUMO

10
Quarta-feira

Com o acordo de todos os partidos, a CM de Lisboa decide criar o Conselho Municipal das Comunidades Imigrantes e das Minorias Étnicas ■ Por unanimidade, o Conselho Nacional de Educação aprova um relatório onde condena o aumento das propinas no Ensino Superior ■ Os EUA anunciam que vão actuar política e militarmente na Bósnia-Herzegovina, admitindo mesmo participar numa força multinacional da ONU ou da NATO ■ Claudio Martelli demite-se de ministro da Justiça de Itália e de membro do PSI, na sequência de acusações de envolvimento num escândalo de corrupção.

11
Quinta-feira

Os estudantes da Faculdade de Letras de Lisboa terminam dois dias greve contra o aumento das propinas ■ O «DN» publica uma entrevista com Álvaro Cunhal ■ Começa no Tribunal de Santa Cruz, na Madeira, o julgamento do padre Frederico, acusado da morte de um jovem em Maio ■ O PS anuncia que vai pedir na AR um inquérito ao Ministério da Agricultura sobre aplicação de dinheiros comunitários ■ O Conselho de Ministros prorroga o prazo para a regularização de imigrantes clandestinos ■ Cabrita Neto solicita ao MAI um inquérito ao Serviço de Estrangeiros de Faro ■ A NATO anuncia que enviou à ONU estudos militares defendendo o envio urgente de mais *capacetes azuis* para os Balcãs ■ Boris Ieltsin admite a realização em Abril de um referendo sobre a Constituição caso não haja acordo acerca da partilha de poderes entre o governo e o parlamento russos ■ O agravamento da situação no Huambo prolonga a reunião do Conselho de Defesa e Segurança e adia a sessão extraordinária do Conselho de Ministros de Angola ■ François Mitterrand termina uma visita oficial ao Vietname, de onde parte para o Cambodja ■ Um muçulmano bósnio desvia um avião da Lufthansa e rende-se em Nova Iorque.

12
Sexta-feira

O PCP inicia uma jornada nacional de informação e propaganda; Álvaro Cunhal participa em sessões públicas no Bombarral e na Marinha Grande ■ Na análise de conjuntura de Janeiro, o Banco de Portugal expressa preocupação pelo abrandamento do crescimento económico ■ A Caixa Geral de Depósitos mostra aos jornalistas a sua nova sede, que custou 41,5 milhões de contos e onde vão trabalhar 3 mil pessoas ■ O Estado-Maior das Forças Armadas Angolanas considera «crítica» a situação no Huambo ■ Bill Clinton anuncia o terceiro nome para a pasta da Justiça dos EUA, Janet Reno ■ Giorgio Benvenuto substitui Bettino Craxi como secretário-geral do PS italiano.

13
Sábado

Carlos Carvalhas participa numa reunião de militantes do PCP do distrito de Braga e num encontro de quadros comunistas de Viana do Castelo ■ António Guterres divulga propostas sobre questões sociais ■ A Associação Sindical de Juízes Portugueses decide em Coimbra convocar um dia de greve em Março para travar a degradação do estatuto global da classe ■ Os observadores internacionais em Angola dão à Unita um prazo até à próxima quarta-feira para definir a sua posição sobre a nova ronda de negociações com o Governo angolano ■ 700 delegados reúnem em Kliazma no congresso reconstituinte do Partido Comunista Russo.

14
Domingo

Mário Soares conclui 16 dias de Presidência Aberta na Área Metropolitana de Lisboa ■ Algirdas Brazauskas, antigo primeiro-secretário do Partido Comunista, actual PDTL, vence as eleições presidenciais na Lituânia com 60 por cento dos votos ■ O Conselho de Segurança da ONU decide arquivar o *dossier* dos palestinianos deportados por Israel.

15
Segunda-feira

A CGTP-IN inicia uma jornada nacional de luta que se prolonga até ao fim da semana ■ O Governo PSD decide não conceder o feriado da próxima terça-feira de Carnaval ■ Espanha e Portugal assinam um acordo sobre a entrada de imigrantes ilegais pelas fronteiras exteriores de um ou outro Estado ■ A Frente Islâmica de Salvação reivindica o atentado frustrado contra o ministro da Defesa argelino ■ O Partido Comunista Chinês decide rever a Constituição da China para substituir a referência à planificação nacional pela aceitação da economia de mercado.

16
Terça-feira

Portugal protesta junto do Governo alemão por este ter decidido fornecer à Indonésia três submarinos militares e 39 navios de guerra provenientes da ex-RDA ■ O líder parlamentar do PSD, Duarte Lima, acusa o Presidente da República de ser o «principal perturbador da vida política nacional» ■ Professores manifestam-se frente ao Ministério da Educação ■ Xanana Gusmão confirma em tribunal ser responsável por acções violentas da guerrilha timorense ■ O presidente da Tunísia termina uma visita oficial a Portugal.

EDITORIAL

Responsabilidades e negócios

O anúncio de despedimentos maciços faz os grandes títulos da comunicação social. São os 3000 despedidos dos CTT, os 2000 da Telecom, os 1500 da TAP, os 450 da Movauto, os 150 da Marconi, apenas exemplos. Juntam-se-lhes os "dispensados" da função pública ao abrigo da "lei dos disponíveis": 5000 da Segurança Social, 4000 do Ministério da Agricultura e mais 3000 do IROMA.

Parece uma corrida louca para angustiar ainda mais os corações dos portugueses já carregados de sombrias expectativas em relação ao futuro próximo que a governação do PSD lhes está a preparar. E, no entanto, esta corrida de títulos é apenas uma amostragem.

A crise económico-social desenvolve-se avassaladora por todo o país, e tirando a banca e alguns ramos dos serviços, parece não haver sector que lhe escape. O desemprego que alastra e os salários em atraso que voltam a grassar, são uma das suas manifestações, a mais gritante e dramática.

Quanto ao número de desempregados, segundo dados do Instituto do Emprego e Formação Profissional, já atingia, no final de Dezembro, antes da vaga em curso, 339 292, mais 14,4 por cento que em igual mês de 1991.

A situação assume uma especial gravidade porque o encerramento, a falência e a entrada em dificuldades de uma grande número de empresas industriais são acompanhados de um quase colapso da agricultura, entre outras razões, porque em face da concorrência estrangeira não consegue escoar a produção.

A crise alastra tão rapidamente que o ministro Braga de Macedo que gosta de frases sugestivas bem podia substituir a imagem do "oásis" pela de "buraco negro" para carcaterizar a situação económico-social do país.

O mais sério de tudo isto é que o Governo não só não assume as responsabilidades que prioritariamente lhe cabem neste descalabro económico-social, como procura iludir o país sobre a sua gravidade, profundidade e consequências.

As responsabilidades do Governo são claras e inequívocas, resultam tanto da sua gestão da integração europeia, da aplicação dos fundos comunitários, dos compromissos que assumiu em relação à convergência nominal no quadro de Maastricht, das orientações monetaristas em relação ao escudo e às taxas de juro, como da política de restauração do capital monopolista, das privatizações e das reestruturações e da sua estratégia de fazer pagar aos trabalhadores e à população laboriosa os custos mais pesados da crise.

Mas o programa e a linha estratégica do Governo do PSD e as suas correspondentes políticas e orientações sectoriais não surgiram agora. As suas consequências sociais desde há muito se fazem sentir. O PCP desde sempre combateu as primeiras e apontou e denunciou as segundas.

Faz espécie, por tudo isto, ver o PS só agora saltar para o tablado da actualidade política, levantar a espada das preocupações sociais e bradar, pensamos que como quem bate no peito e faz "mea culpa", que "os portugueses não são negócio. São pessoas".

Por onde andou o PS, nestes meses? De que esteve à espera? Precisou das imagens da "Presidência Aberta" para se inteirar da situação? Não podia ficar calado perante a denúncia que constituem as lutas de trabalhadores e agricultores?

Poder-se-ia dizer: mais vale tarde do que nunca!

Mas então e os negócios com o

Todos estes "negócios" são também responsabilidades em relação à política económico-social do Governo de Cavaco Silva, que o PS não pode declinar sem claras tomadas de posição que separem as águas.

PSD, os negócios em que os portugueses foram usados sem poderem ter voz na matéria?

Não esquece: a ratificaçao de Maastricht, a revisão da Constituição para o efeito, a recusa do referendo e do debate nacional.

Não esquece: o apoio do PS a Edimburgo, onde foram definidas muitas das políticas sociais que o Governo está a aplicar.

Está presente: o silêncio cúmplice do PS no que toca às privatizações, às políticas de acumulação de capital e de concentração da riqueza e o apoio expresso e activo às indemnizações aos monopolistas de antes do 25 de Abril.

Todos estes "negócios" são também responsabilidades em relação à política económico-social do Governo de Cavaco Silva, que o PS não pode declinar sem claras tomadas de posição que separem as águas.

Ora, ao mesmo tempo que Guterres trazia a público as preocupações sociais do PS, o seu porta-voz para as finanças, Daniel Bessa, muito mais "político" que nas primeiras entrevistas, voltava, no entanto, a incorrer, agora nas páginas do Diário de Notícias, na exposição de um pensamento e conservador muito coincidente com o de Braga de Macedo ou de Cavaco Silva.

Num estilo que lembra o do ministro Peneda, assevera que os salários "não podem comprometer o equilíbrio financeiro e a competitividade das empresas".

Noutro passo, e fazendo questão de dizer que não é "irresponsável", anuncia: "Não subscrevo uma política de habitação para todos e de educação e saúde gratuitas que geram um défice público incomportável".

Assim se expressam as preocupações sociais do PS...

Combate sério à política económico-social do Governo é o que está em curso através da semana de luta da CGTP, de novas manifestações de agricultores como as de Alcobaça e de Chaves e das acções estudantis contra o aumento das propinas.

Estas lutas são a clara e positiva demonstração de que os portugueses não se resignam, nem se resignarão, a aceitar de braços cruzados um severo retrocesso das suas condições de vida.

O alcance destas lutas será tanto mais significativo quanto maior e mais determinada for a participação que vier a mobilizar. É muito importante assegurar o maior êxito às manifestações de hoje, dia 18, e às do próximo fim-de-semana.

A presente realidade nacional é marcada não apenas pelo aprofundamento e generalização da crise económico-social, mas também pelo desenvolvimento da luta popular contra a política da direita que é a principal causa da crise económica e para atenuar as suas consequências sociais.

É nesta segunda componente que reside a saída para a situação e é ela que urge incentivar.

O "Avante!", que publica hoje o número 1000 em liberdade e que comemora também o 62º Aniversário do começo da sua publicação na clandestinidade, assinala condignamente os dois acontecimentos com um caderno especial, mas assegura, como todas as semanas, a intervenção na actualidade política nacional e internacional com **uma intervenção verdadeira e uma opinião de esquerda.**

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português*, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000$00. CRC matrícula: 47059. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:

DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial Avante! — R. S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Fax: 396 87 93; Telex: 65 791; Telef. (01) 395 21 93

— DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Ldª, Sector de Distribuição.
Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04.
Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77
Delegação Norte: R. Monte dos Pipos, 326, Guifões, 4450 Matosinhos Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Composto e impresso na Heska Portuguesa, SA R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS *

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 número: 5.400$00; 25 números: 2.790$00
REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 número: 6.786$00
ESPANHA — 50 número: 8.326$00
MACAU — 50 número: 13.042$00
GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 14.056$00
EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 14.960$00
EXTRA-EUROPA — 50 números: 18.760$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____
Morada _____ Telef. _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

TRABALHADORES

Semana de luta

Concentração hoje

CGTP protesta junto do CES contra a transformação deste Conselho numa caixa de ressonância do Governo

Uma concentração marcada para hoje à tarde na Praça da Figueira em Lisboa, greves parciais na Segurança Social, previstas até 26 deste mês, movimentações, protestos públicos e manifestações, contactos e intervenções junto de entidades públicas e várias greves têm assinalado a semana de luta convocada pela CGTP-IN.

Os trabalhadores da Função Pública e os seus sindicatos continuam a exigir que o Governo reabra o processo de negociação colectiva. Por outro lado, chamam mais uma vez a atenção para o facto de a política de baixos salários «se inserir num objectivo mais vasto de reduzir as funções e tarefas económico-sociais do Estado».

O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores apelava a semana passada para «um grande esforço de esclarecimento e mobilização, no sentido do êxito das acções previstas, designadamente as greves da Segurança Social e do IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional)».

O STFPSA apelava também à participação nas concentrações junto do Ministério da Saúde em 17 do corrente e de 18 na Praça da Figueira, bem como nas que «em cada região estão a ser preparadas neste período».

Intervenção junto do CES

Dirigida ao presidente do Conselho Económico e Social (CES), uma carta assinada pelo coordenador da CGTP-IN, Manuel Carvalho da Silva, constatava em 9 de Fevereiro que, nas reuniões daquele órgão de 5 a 12 do corrente nem sequer tinha sido agendada a revisão do salário mínimo.

«Assiste-se também — lê-se ainda na carta — a uma posição de intransigência negocial pelo Governo, bem patente no processo da Administração Pública, e a tentativas de despedimento em massa neste sector».

Depois de referir-se «a um crescimento generalizado do desemprego, que traduz uma destruição acelerada do nosso aparelho produtivo», a CGTP-IN «protesta veementemente» contra essa situação e salienta que não avaliza «uma política de factos consumados e de absoluta insensibilidade social».

Por outro lado, a CGTP protesta contra a transformação do Conselho Económico e Social «numa mera caixa de ressonância do Governo».

Embora se manifeste pela «dignificação e valorização do CES, bem como de toda a negociação colectiva», a Central reclama do Governo «comportamentos e atitudes coerentes» com os objectivos que presidiram à criação daquele Conselho.

Entre as manifestações de apoio e adesão à semana de luta que se traduzem em empenho directo, destaquem-se a dos ferroviários, dos trabalhadores do STCP (Serviço de Transportes Colectivos do Porto), todo o sector afectado, o sector da química e farmacêutica, a hotelaria, a electricidade e gás, o MURPI e várias organizações de índole social.

Resultado positivo na EDP

A «marcação da luta na EDP já deu os primeiros resultados» — sublinhava segunda-feira a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas de Portugal. A FSTIEP acrescentava que «a convocação de uma concentração nacional e uma greve de 24 horas para o próximo dia 19 foi um importante passo para que, nas negociações com o conselho de administração da EDP sobre a revisão do sistema de enquadramento e perfis profissionais, se conseguisse um resultado positivo».

Embora se mantenham as outras reivindicações, designadamente os «aumentos salariais inaceitáveis», «pelo emprego, os direitos, contra o desmembramento», da empresa, a FSTIEP, que tinha uma reunião marcada para anteontem com o secretário de Estado da Energia, anunciava sexta-feira, 12, que iria efectuar-se também anteontem uma reunião entre representantes seus e da administração.

Os resultados dessas reuniões seriam, segundo a Federação, de «fundamental importância para decidir sobre uma eventual desconvocação da greve e da concentração» que continuavam marcadas para amanhã.

Queixa contra a Texas

O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Norte (STIEN) anunciava, entretanto, que apresentaria queixa ao Ministério Público contra a **Texas Instruments** por um representante da empresa, em greve sexta-feira, ter impedido um dirigente sindical de permanecer nas instalações.

A Texas impediu, além disso, os trabalhadores de reunir «dentro da área coberta da empresa no decorrer da greve».

No entanto, os delegados sindicais tinham solicitado, ao abrigo da lei, um local para reunir em plenário.

Não só isso não lhes foi permitido pelos responsáveis da empresa, como também foram impedidos de permanecer nos postos de trabalho durante a greve.

Manifestação de vidreiros

Centenas de trabalhadores da indústria vidreira da Marinha Grande manifestaram-se em 10 do corrente contra os despedimentos e os salários em atraso. Na Praça Stephens, os manifestantes reivindicaram que o governo e o patronato «considerem a existência de crise no subsector da cristalaria e assumam, com urgência, as medidas necessárias que conduzam à revitalização da indústria vidreira».

Interveio na manifestação e usou da palavra o presidente da Câmara da Marinha Grande.

Movimentação sindical e lutas, incluindo greve nos têxteis, protestos na hotelaria e noutros sectores, convergindo para a semana de luta da CGTP, assinalaram também os conflitos que continuam por resolver e se agravam em diversas empresas áreas de actividade.

Lutas

Forte adesão nos Correios

Movauto ameaça encerrar

Os dois sindicatos filiados na Federação das Comunicações, Telecomunicações e Audiovisual — SNCT e SINTEL — anunciavam segunda-feira que a greve dos Correios registava uma adesão de 81,46 por cento às oito da manhã desse dia. Na Telecom às 9 e 30, a participação era de 90 por cento, aproximadamente. Convocada para exigir igualdade de direitos, pelo fundo de pensões e pelas obras sociais, a greve nos CTT-Telecom incidiu com o anúncio público da diminuição de 3500 postos de trabalho até 1996, segundo declarações do presidente dos CTT, Alarcão Troni.

Entretanto, trabalhadores da **Movauto** propunham alternativas ao encerramento da empresa. Ao transmitir as conclusões de um plenário sexta-feira passada, o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Sul referia que «a opção pelo encerramento a curto prazo só poderá justificar-se pela possibilidade de um "chorudo" negócio».

Segundo aquele Sindicato, o negócio envolveria «instalações e terrenos» e a ele poderia «não ser alheio o famigerado projecto UMM e a utilização indevida de fundos comunitários: 470 mil contos a fundo perdido».

O Sindicato sublinha que a não ser alterado o projecto de encerramento ficarão no desemprego 438 trabalhadores e «afectadas as suas famílias que envolvem quase 2000 pessoas».

Alternativas

De acordo com as decisões do plenário de sexta-feira, os trabalhadores da Movauto «propõem alternativas ao encerramento da empresa». Mas para tal é preciso que se privilegie «a montagem de modelos e marcas de viaturas que permanecem no mercado».

No entender dos trabalhadores e do Sindicato, seria suficiente introduzir «alguns meios de produção mais modernos para, com toda a segurança, a produtividade e a qualidade aumentarem, mantendo-se os actuais postos de trabalho, em vez da entrega da produção de tais modelos a outras empresas, existentes ou a criar, como pretendem fazer».

O plenário da Movauto exige a intervenção do Ministério da Indústria, do Ministério do Emprego, IAPMEI (Instituto das Pequenas e Médias Empresas) e outras entidades, incluindo o Governo Civil.

Em defesa das CTs

Uma resolução aprovada sem votos contra em 10 do corrente num encontro das comissões de trabalhadores da Área Metropolitana de Lisboa assinala que está nos objectivos do partido do Governo «descaracterizar» as CTs, criando nomeadamente «experiências-piloto» em algumas empresas «a fim de preparar o terreno para alterar a Lei (das CTs, 46/79) e o próprio texto constitucional». Reafirmando, no plano dos «direitos colectivos», a necessidade impreterível de «defender e exercer os direitos que a Constituição e a Lei consagram», a resolução aprovada por mais de 200 membros de CTs de empresas onde trabalham 101 mil trabalhadores sublinha que, quando não sejam cumpridos esses direitos, além do recurso à Inspecção-Geral do Trabalho, as CTs podem recorrer aos tribunais, «já que a Lei 46/79 (art. 17.º) lhes reconhece capacidade judiciária activa e passiva».

O encontro, que decidiu «manter actuantes as CTs existentes, privilegiando as suas mais importantes características», proporcionou um profundo debate sobre os problemas dos trabalhadores a partir do conhecimento da realidade nas empresas. Defendendo «como linha de orientação geral» os «postos de trabalho efectivos», o encontro das CTs da Área Metropolitana de Lisboa definiu, «como tarefa imediata», a «participação na semana de luta de 15 a 19 de Fevereiro, convocada pelo movimento sindical unitário».

A semana passada em Lisboa

O encontro das CTs aprovou também uma saudação à CGTP, que reúne em breve o seu VII Congresso. Deste último documento destaca-se a confiança manifestada na «coesão e no projecto unitário consubstanciado na declaração de princípios e no programa da CGTP».

TRABALHADORES

Educação

Política alheia às necessidades

Uma política alheia às necessidades do sistema do Ensino no nosso país foi criticada em Coimbra pelo Sindicato dos Professores da Região Centro, que marcou para 18, 19 e 20 de Março próximo na Figueira da Foz o seu III Congresso.

Integrado na acção reivindicativa do SPRC, que fez parte da Federação (FENPROF), ela própria empenhada numa série de iniciativas de protesto e luta contra as decisões do Governo para o sector, o Congresso do Centro coincide com uma crescente movimentação sindical dos professores que, na passada quinta-feira, organizaram uma acção de rua em Lisboa com larga adesão.

Sindicatos e professores consideram que a reforma educativa «não tem pés para andar».

Falta-lhe um Ministério à altura e um Orçamento do Estado capaz de dar resposta às necessidades que o próprio sistema levanta.

O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores, dentro da mesma série de críticas e protestos contra o que se passa em muitos estabelecimentos de ensino por falta de pessoal não-docente, já em 1 de Fevereiro alertava para o facto de «o encerramento da Escola Secundária de Pedro Nunes» ser a «continuação de um processo que desde há alguns anos os sindicatos da Função Pública vêm prevendo»: o encerramento de escolas por falta daquele pesssoal.

Recordava o STFPSA naquela altura que «o Ministério da Educação tem vindo a pretender que a Escola Secundária de Pedro Nunes funcione com apenas 37 trabalhadores auxiliares, quando eles foram 47, num edifício que acolhe diariamente mais de 3000 alunos, que tem cerca de 47 salas de aula, para além de corredores de acesso, 2 zonas de entrada, ginásio, laboratórios, recreios, jardins, bufetes e outros serviços que exigem limpeza e vigilância permanente».

O mesmo STFPSA reclama «medidas de fundo, que pelo alargamento dos quadros».

Quinta-feira em Lisboa, em frente ao Ministério da Educação, os manifestantes construíram os «pilares» que depressa caíam porque não são suportados nem pelo Governo nem pelo Orçamento do Estado. «Uma reforma que fracassa — lembrou um dirigente sindical — agrava a situação que pretende resolver». Participaram na manifestação, organizada pelo Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, dezenas de dirigentes, delegados e activistas sindicais.

3º CONGRESSO
DOS PROFESSORES DO CENTRO

Estabilidade Profissional

profissão digna, escola de qualidade

18,19 e 20 Março 93
Figueira da Foz

SINDICATO DOS PROFESSORES DA REGIÃO CENTRO

A pesca sem protecção

Apoio aos pescadores

Ao recordar quarta-feira da semana passada a morte de Manuel Freire de Oliveira Sineiro, um pescador desaparecido há dias num acidente na Costa Nova, a Federação dos Sindicatos do Sector da Pesca «reclama do Governo e entidades competentes» uma «maior protecção e apoio aos pescadores». Para a Federação sindical é necessário «minimizar os riscos daquela que é considerada a actividade mais arriscada de entre as actividades humanas e em que se regista a maior taxa de acidentes graves», nomeadamente «facilitando o recurso aos meios de socorro, de forma rápida e eficaz, inclusive os meios aéreos». A Federação, que emitiu uma nota sobre o assunto em 10 do corrente, afirma que para a utilização desses meios «são necessárias imensas burocracias» e destaca a «necessidade da criação de **comissões de segurança**, constituídas por pescadores em cada uma das praias». Assim se cumpriria este ano, dedicado à segurança, higiene e saúde no local de trabalho, uma parte do que é indispensável fazer para a boa protecção dos pescadores.

A criação daquelas **comissões** foi decidida durante um Encontro que a Federação efectuou recentemente em Cortegaça.

Declarações de Macário Correia

Sindicato dos Médicos manifesta indignação

Numa nota à imprensa de 9 do corrente, intitulada «O deputado Macário Correia calunia os médicos em programa da SIC», o Sindicato dos Médicos da Zona Sul escreve:

«No dia 4 de Fevereiro de 1993, no programa da SIC "Conta Corrente", foi entrevistado o prof. dr. Machado Caetano. O deputado eng. Macário Correia participou, como convidado-surpresa, na qualidade de presidente da Comissão Parlamentar da Saúde da Assembleia da República.

«O deputado Macário Correia fez afirmações e insinuações profundamente ofensivas da dignidade pessoal e profissional da generalidade dos médicos.

«Tentou inclusivamente mostrar que as regras de vacinação, fundamentadas cientificamente por organismos internacionais de indiscutível prestígio e idoneidade, eram defendidas e divulgadas por alguns médicos, como resultado de ligações suspeitas com laboratórios farmacêuticos.

«O deputado Macário Correia tentou apresentar-se neste programa com uma postura moralista e de firme opositor a eventuais processos de corrupção.

«Consideramos extremamente grave que um presidente da Comissão Parlamentar da Saúde revele tanta ignorância em relação às consequências da hepatite B e às medidas preventivas de grande amplitude em implementação nos países desenvolvidos.

«Tais declarações não podem deixar de suscitar a nossa profunda indignação e viva repulsa, tanto mais que não reconhecemos qualquer autoridade moral ao deputado Macário Correia, dado que foi um dos deputados que votou o arquivamento do processo de inquérito parlamentar sobre as graves acusações de corrupção à anterior equipa do Ministério da Saúde, impedindo o integral apuramento das responsabilidades existentes».

A nota, que acabámos de transcrever na íntegra, é assinada pela direcção do Sindicato dos Médicos da Zona Sul, com sede em Lisboa.

Aumenta fortemente o desemprego

Uma taxa de mais 14,4 por cento do que no final do mesmo mês de 1991 assinalava em 31 de Dezembro de 1992 o aumento do desemprego em Portugal. Dados divulgados quinta-feira pela Lusa, relativos aos desempregados que recorreram aos Centros de Emprego do IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional) ascendiam no final do ano passado a 339 292, enquanto que no mesmo mês de 1991 eram 296 563. Em Dezembro findo, candidataram-se ao subsídio de desemprego 15 143 pessoas. Ainda de acordo com os dados do IEFP, o número médio de desempregados que se candidataram a subsídio tem aumentado regularmente, passando de 92 490 em 1988 para 94 388 em 1989, 99 671 em 1990, 119 407 em 1991 e 148 814 em 1992.

PCP

Carlos Carvalhas em Braga e Viana do Castelo

É urgente uma nova política

O Secretário-geral do PCP, camarada Carlos Carvalhas, que no passado sábado se deslocou a Braga, onde participou na reunião de militantes promovida pela DORBraga, e nessa mesma noite, em Viana do Castelo, esteve presente na reunião de quadros da DORVIC (ver notícias nas páginas 8 e 9 deste número), interveio na sessão pública de encerramento da primeira e no convívio da segunda, com discursos de que publicamos hoje os mais significativos excertos:

(...)

É intolerável a insensibilidade do PSD perante os dramas sociais, a extensão dos excluídos de um nível de vida digno, a angústia de milhares de portugueses face à política dos excedentes e à desvitalização do aparelho produtivo nacional.

Em vez de medidas concretas de resposta à grave situação social e aos casos de corrupção, o Governo procura encenar quadros cor-de-rosa e factos políticos, como o caso da vírgula.

De facto, o Governo continua a procurar, por todos os meios, desviar a atenção da opinião pública, do quadro social, para as inaugurações e para as promessas dos ministros e secretários de Estado em azáfama visitante em todos os fins-de-semana por tudo o que é concelho. Mas a verdade é que a preocupação e atenção dos portugueses se dirige cada vez mais para as questões do desemprego e da protecção social, para a dramática falta de habitação, para a grave situação dos reformados, para a luta da juventude estudantil, dos agricultores e de outros grupos sociais.

A política "politiqueira" de quem vai ou não ser cabeça de lista pelo PSD em tal ou tal autarquia, de quem vai ser o comissário político do PSD em tal ou tal empresa pública ou lugar na administração pública, não desviou a atenção nem apagou a justa preocupação dos trabalhadores e de milhares e milhares de famílias quanto à grave situação económica e social e quanto ao seu futuro. Avança na consciência nacional uma avaliação objectiva do agravamento da situação social e das suas causas: a política do Governo do PSD.

As notícias, os avisos, as perspectivas de mais despedimentos surgem todos os dias.

A política de direita, inspirada pelos valores e critérios neoliberais ao serviço da concentração da riqueza, é a grande responsável por esta situação.

É por isso cada vez mais urgente uma nova política que impulsione um crescimento significativo, assente no aproveitamento dos nossos recursos, na preservação e promoção do ambiente, na valorização da agricultura e na modernização do aparelho produtivo. Uma política que inverta as escolhas actuais que privilegiam a especulação financeira com taxas de juro proibitivas dos empréstimos em detrimento do sector produtivo e do investimento criador de emprego qualificado.

Para se ter uma ideia do que significa a drenagem de recursos do sector produtivo para o sector financeiro basta verificar que o resultado bruto de exploração de quatro bancos (BTA, BCP, BESCL e BPA) é superior a 213 milhões de contos e os seus resultados líquidos depois dos impostos é de mais de 100 milhões de contos!

Ora a banca não produz um "tostão furado"!

Mais, tais lucros mostram também o escândalo das privatizações, a recuperação pelos compradores do capital dispendido na compra de empresas nacionalizadas, com o "pêlo do mesmo cão"...

Neste quadro, o PS, fazendo vista grossa às privatizações e tendo votado favoravelmente a política monetarista de Maastricht, subalternizando a dimensão social do crescimento, assume pesadas responsabilidades. **O PS bem procura disfarçar a concordância no essencial, com a política do PSD através de grandes tiradas verbais ou com o combate ao acessório. Mas como afirmam diversos comentadores, não é com "nuances" e "gestos simbólicos", ou com fraseologia de esquerda e acordos práticos com a direita que o PS afirma as diferenças.** A alternância não é alternativa, é rotativismo na ocupação do "poleiro", mantendo, no essencial, a mesma política.

Não basta dizer e reafirmar que "para o PS a «questão social» deverá ter autonomia relativa face às condicionantes económicas". Tendo votado os objectivos da convergência nominal de Maastricht, o PS subordina a «questão social», na prática, ao nível do défice público, isto é, aos objectivos da União Económica e Monetária...

É necessário relançar o desenvolvimento económico e social, o que implica o abandono da convergência nominal, da política de deflação salarial e de inflação financeira, da sobrevalorização artificial do escudo e das elevadas taxas de juro reais dos empréstimos.

A manter-se esta política, a economia portuguesa caminhará a passos largos para a total dependência, para uma economia de subcontratação, marginal, importadora, alimentada por subsídios.

A arrogância e teimosia na prossecussão da política dos objectivos monetaristas de Maastricht abrirá ainda mais as portas à recessão, ao definhamento da agricultura e da actividade produtiva e continuará a alimentar a desindustrialização, a especulação financeira, as actividades parasitárias, o caldo de cultura da corrupção e a entrega de alavancas fundamentais da economia ao estrangeiro.

O desemprego e o emprego precário continuarão a aumentar não somente em 1993, mas também em 1994. Paralelamente, o Governo procura manter a pressão sobre os salários, para que estes paguem a factura da sua política, através dos tectos salariais. É inadmissível que o Governo tenha imposto, por exemplo, um tecto salarial de 5,5% aos trabalhadores da função pública e agora anuncie aumento dos transportes públicos de 7%.

(...)

Cavaco Silva prometeu a modernização do aparelho produtivo nacional, a melhoria da nossa especialização,

Em Braga

Em Viana do Castelo

a rejeição dos empreendimentos assentes em baixos salários, a redução do horário de trabalho. O Vale do Ave aí está a mostrar o que significam tais promessas.

Depois de muitas siglas, mais uns milhões de contos foram drenados para o Vale do Ave, isto é, para os bolsos de alguns grandes patrões prósperos de empresas falidas, enquanto os trabalhadores, para sobreviverem, têm de recorrer às baixas, ao subsídio de desemprego e aos biscates. É a lei da selva e do salve-se quem puder. Não há medidas de fundo para o Ave, mantém-se a política de paleativos e de subsídios. A crise do Ave continua atingindo toda uma região de praticamente mono-indústria.

O Governo diz que a sua política de crédito e cambial estimula as empresas a melhorarem a produtividade e que estas têm margem de manobra. Mas a margem de manobra de muitas empresas, como se vê no Vale do Ave, começa nas retiradas de fundos que são postos a salvo, seguindo-se depois o não pagamento à Previdência, os salários em atraso, as dívidas aos fornecedores e à Banca, arrastando consigo para a crise outras empresas que ainda há pouco estavam em boa situação...

(...)

A situação da agricultura é grave. O escoamento dos produtos é cada vez mais difícil.

O país é invadido por produtos estrangeiros.

Incentivou-se os agricultores a investir e agora defende-se o abandono da produção e a reforma dos agricultores, tendendo a multiplicar o número dos que se encontrarão a cargo de uma segurança social à beira da rotura.

O Primeiro-Ministro diz que os agricultores devem ter produções competitivas. Mas como, se no plano do crédito e dos factores de produção estes o pagam mais caro do que os seus concorrentes espanhóis e doutros países comunitários?

Seria bom que o Primeiro-Ministro informasse o país com transparência e rigor acerca dos resultados dos milhões de contos que foram gastos no sector.

É um escândalo que após se terem gasto centenas de milhões de contos, a agricultura se encontre nesta situação.

Daqui saudamos os protestos, as movimentações e as lutas dos agricultores.

Daqui expressamos a nossa solidariedade a todos os agricultores vítimas de uma política errada que hipoteca a nossa agricultura aos interesses da agro-indústria europeia e às grandes superfícies de comercialização.

(...)

O sistema de eleição das Câmaras Municipais, directamente e por representação proporcional, constitui uma solução democrática e com grandes potencialidades. Permite a convergência de esforços de todos os que podem entender-se para resolver os problemas locais. Permite também o debate, a fiscalização e o confronto de projectos alternativos, ajudando a combater a instrumentalização pessoal dos executivos municipais, a rotina e a burocracia, e até a corrupção, onde se pode verificar.

A CDU, nas câmaras onde tem a maioria, tem-se empenhado activamente em entender-se, em ouvir e em procurar a cooperação de quem está em minoria. Mas tem também procurado intervir de forma construtiva onde está em minoria, apresentando soluções, apoiando o que é justo e criticando tudo o que está errado. Em maioria ou em minoria, a CDU luta pela transparência das Câmaras Municipais e pela sua eficácia ao serviço das populações. E quando nos falam em voto útil é necessário reafirmar que útil não é eleger caciques com capa de esquerda, mas homens e mulheres da CDU que, mesmo em minoria, são a voz firme das populações.

O PSD e o PS, porém, não se conformam com a democraticidade das actuais Câmaras Municipais.

O PSD quer transformar maiorias relativas de votos em minorias absolutas de mandatos, desrespeitando a proporcionalidade.

O PS quer pôr termo à eleição directa das Câmaras, afastando o povo dessa eleição e fazendo prevalecer os entendimentos de bastidores, eventualmente com a direita.

Nós entendemos que é necessário defender a democraticidade do Poder Local e lutar pelo seu aprofundamento, o que deveria significar mais colegialidade nas Câmaras, reforço nas competências das assembleias, mais verbas e poderes para as freguesias e criação das regiões Administrativas.

Nós orgulhamo-nos do trabalho das 50 Câmaras CDU, do trabalho que fazemos na Câmara de Lisboa, do trabalho das freguesias que administramos. Mas também é valioso e indispensável, embora nem sempre conhecido e compreendido, o nosso trabalho autárquico em minoria. A Câmara e Assembleia Municipais de Braga são disso um exemplo. Não aceitamos que os que enchem os ouvidos dos portugueses com a palavra pluralismo façam tudo para o liquidar nas Câmaras Municipais, quer com práticas presidencialistas, quer pretendendo alterar as leis eleitorais.

(...)

Aqueles que em Portugal tanto sublinharam a importância dos avanços de Maastricht na concretização de uma política externa e de segurança comuns, desvalorizando as críticas e os avisos sobre os perigos e os prejuízos para um pequeno país como o nosso de tal política externa vir a ser comandada por um directório de grandes potências, deveriam ter em atenção o que se passou na semana passada. Na Assembleia do Conselho da Europa, na mesma altura que Helmut Kohl reafirmava a vontade do seu país em «trabalhar para uma política externa e de segurança comum na CEE que merecesse verdadeiramente esse nome», a Alemanha oferecia ao governo indonésio vários barcos de guerra, perante o silêncio humilhante do Governo português. (...)

NACIONAL

Membros do Núcleo de Pioneiros da Brandoa

Núcleo de Pioneiros da Brandoa faz 15 anos

O núcleo de Pioneiros da Brandoa faz hoje quinze anos e comemora este aniversário no próximo sábado, na Casa do Pioneiro, com uma exposição, a partir das dez horas, de fotografias e trabalhos em gesso. À tarde será servido um lanche às crianças presentes.

A festa de terça-feira de Carnaval deste núcleo de pioneiros terá lugar no polivalente da Brandoa, às 15 horas, com palhaços e um concurso de máscaras envergadas por crianças de idades compreendidas entre os três e os 12 anos. O júri deste concurso será constituído por crianças representantes de várias associações e colectividades da freguesia.

Serão entregues lembranças para as 15 máscaras consideradas mais bonitas.

Dureza em luta contra propinas

Greves de alunos, invasões de Senados e fecho de faculdades

A Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa esteve fechada durante dois dias a semana passada devido à greve de alunos decretada numa Reunião Geral de Alunos como forma de luta contra o aumento das propinas pretendido pelo Governo.

Os alunos conseguiram fechar todos os serviços - bar, fotocópias e outros - mas os piquetes de greve deixaram entrar na faculdade funcionários e professores por, no dizer de um elemento da Associação de Estudantes, «não criar dificuldades aos professores nem aos funcionários porque conhecemos os problemas da Função Pública».

Entretanto em causa estão também os próprios prazos estabelecidos para as entregas de declaração com o pedido isenção de propinas. Por exemplo na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH) muitos dos impressos para preencher essa declaração, enviados pelo correio para casa dos alunos, chegaram no último dia do prazo para a sua entrega nos serviços da admnistrativos da faculdade (sexta-feira passada), criando uma situação, para os estudantes que não o tenham preenchido, que em princípio seria esta: o pagamento numa única prestação do montante fixado pelo director da faculdade: 57 mil e 500 escudos.

Os alunos do FCSH estiveram reunidos na terça-feira passada para decidir que formas de luta irão adoptar, estando a encarar a hipótese da greve e encerramento da faculdade caso não seja possível garantir a permanência de piquetes em frente aos serviços académicos e da tesouraria entre os dias 1 e 15 de Março - a data estipulada para o pagamento das propinas no FCSH.

Também os estudantes do Ensino Superior Público portuense ainda não pagaram a actualização das propinas relativas ao presente ano lectivo, já que o Senado da Universidade do Porto decidiu tomar posição somente depois de uma decisão do Tribunal Constitucional sobre a apreciação da lei, o que deverá apenas acontecer perto do final do ano.

Em Coimbra, sucessivas reuniões do Senado universitário têm sido inconclusivas dada a falta de *quorum* registada sempre que a discussão do tema está agendada.

Recorde-se que o movimento de protesto contra os aumentos das propinas foi reavivado no final de Janeiro passado depois da decisão do Senado da Universidade Técnica em fixar as novas propinas e a ocupação pelos estudantes da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas para realizarem uma reunião geral de alunos (RGA) na Universidade Nova que levou ao seu encerramento, decretado pelo seu director, que não reconhece poderes deliberativos a uma RGA. A decisão de Adriano Rodrigues seria posteriormente anulada pelo Conselho Directivo da Faculdade.

Por outro lado a decisão do Senado da Universidade Técnica (UTL) foi tomada após um debate que se prolongou por quase cinco horas em torno de uma proposta de resolução apresentada pelas associações de estudantes. O texto inicialmente proposto acabaria por ser reformulado e encurtado, o que permitiu a unanimidade em torno da posição finalmente aprovada.

Para os alunos esta não é «uma vitória dos estudantes» mas sim «uma posição de toda a universidade que se posiciona contra a Lei» imposta pelo PSD, segundo afirmaria à comunicação social um representante dos estudantes, Miguel Lobo.

O reitor da UTL, professor Simões Lopes, apontaria a impossibilidade de o Senado universitário de gerir as contradições entre três diferentes leis da Assembleia da República: para ele a Lei da Autonomia Universitária é contrariada pela Lei 20/92 e pelo artigo 60 da Lei do Orçamento, pelo que o Senado decidiu que «não deve envolver-se activamente na fixação das propinas» já que a sua actuação se encontra condicionada inclusivamente quanto à eventual aplicação das receitas resultantes de qualquer aumento das propinas.

Faculdade de Letras em greve

Homenagem a vítimas do Tarrafal

Os sobreviventes do Campo do Tarrafal e outros resistentes à ditadura fascista vão homenagear, tal como em outros anos ante-riores, os que tombaram no campo da morte, realizando uma romagem ao Mausoléu situado no cemitério do Alto de São João em Lisboa.

Esta romagem realiza-se no próximo sábado, dia 27 de Fevereiro, com concentração marcada para as 11 horas junto à porta principal do cemitério.

No texto da convocatória enviado pela União de Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP) afirma-se: «Esta homenagem é tanto mais oportuna quando ainda há dias a pretexto de critérios *científicos* um professor universitário (!) Braga da Cruz, sustentou que o "o salazarismo não foi um fascismo", o que poderia contribuir objectivamente para retirar o carácter odioso e terrorista que o regime de Salazar e Caetano assumiu. Quando os portugueses, particularmente nós resistentes, não esquecemos os que caíram às mãos dos algozes nas salas de tortura ou que friamente foram assassinados. Não esqueceram as vidas e famílias destruídas, a dura clandestinidade, as constantes perseguições, a violência institucionalizada».

Mais adiante diz-se: «Numa época em que existem condições sociais e económicas favoráveis ao desenvolvimento de fenómenos racistas e xenófobos, manipulados por organizações fascistas e nazis, não ficaremos calados diante de operações de branqueamento ou de contemporização com os aspirantes a novos algozes. Quer se trate de aproveitamento de claques desportivas, quer tome a forma de atribuição de pensões e outras benesses a antigos pides, quer se trate de revisões *semânticas* da História real deste povo e deste país que fizeram de, pela luta, durante meio século, combater persistentemente para viabilizar a conquista da liberdade em 25 de Abril de 1974».

Encontro Nacional da Habitação

A excepcional gravidade que assume em Portugal o problema da habitação fez com que 13 entidades — apesar de interesses e reivindicações por vezes antagónicos — decidissem convocar um Encontro Nacional que servisse para o diagnóstico da crise e a tentativa de concertar caminhos de saída.

Protelada a sua data, acabou por se realizar a 11 e 12 de Fevereiro, para coincidir com a Presidência aberta na Área Metropolitana de Lisboa, com cerca de 600 participantes.

Que entidades com vocação para a habitação social e apoiada (como municípios, cooperativas, associações de inquilinos ou sindicatos) se tenham encontrado com outras que procurem mais-valias e rendas (como as associações de propietrários, de mediadores, de empresários da construção civil ou de promotores imobiliários) para tentar apontar soluções — demonstra bem como a situação é grave.

É esse apelo à conjunção de esforços e vontades dos que defendem o direito constitucional a uma habitação condigna e dos que intervêm num sector essencial da actividade económica que confere o aspecto mais positivo deste Encontro de Habitação.

O Governo, esteve ausente e o debate deveria desenrolar-se a partir de um Livro Branco sobre a política de habitação em Portugal. No entanto, o facto de só no início dos trabalhos ele poder ser adquirido, impediu desde logo o exame da centena de páginas do documento e, sobretudo, das propostas que o Livro Branco acrescenta ao balanço sumário da experiência a das políticas passadas.

A versão preliminar apresentada compila alguns dados relevantes para o exame do problema, representa nalguns aspectos avanços na caracterização da problemática, desde a política de solos até ao arrendamento, e apresenta sectorialmente propostas de solução. A contribuição dos vinte peritos que se anunciou terem participado na elaboração do Livro Branco não se apresentou integrada e compatibilizada, nalguns aspectos retomam-se quase na íntegra análises e perspectivas «mercantilistas» de algumas entidades promotoras em detrimento do direito à habitação, sobretudo das largas camadas que vêem vedado o acesso.

O fosso de mais de 700 mil casas que é necessário construir ou recuperar é de tão urgente superação que impediu mais atento exame de metas, meios e prioridades. Acusa-se o Governo pela falta de política de habitação, mas não fica suficientemente clara a sua tentativa de atribuir as culpas aos municípios, a quem nega meios e competências e é pouco credível a origem dos recursos.

A coincidência entre a meta de 500 mil casas com as carências estáticas apuradas presta-se a equívocos e torna menos compreensível os quantitativos de promoção de habitação social, apoiada ou livre. Grandes ajustamentos e uma quantificação impõe-se para elaborar proposta viável e responsabilizar o Estado e os promotores, técnicos e agentes que intervêm.

Este e outros aspectos não diminuem a importância do documento apresentado apresentado e cujo carácter preliminar foi exacatmente salientado. Ou seja, justificam a esperança de que este seja o primeiro Encontro, o primeiro esboço de uma tentativa de alcançar um consenso legítimo dos diferentes interesses em próximo Encontro, com melhor auscultação dos interesses dos utentes, das diferentes camadas da população e que determine uma grande mobilização popular para inverter uma situação inc0mpatível com a entrada num novo século.

50 anos da «Vértice»

A transcrição da intervenção de Francisco Melo na sessão comemorativa dos 50 anos da revista «Vértice» («Avante!» nº. 998, de quatro de Fevereiro, pág. 23) foi «semeada» de algumas gralhas, uma delas a impor rectificação: onde - no segundo parágrafo - se lê «Foi nossa intenção desde logo limitar a intervenção da "Vértice" ao diálogo silencioso dos leitores com os textos publicados nas suas páginas», deveria, obviamente, ler-se «Foi nossa intenção desde logo não limitar a intervenção da "Vértice" ao...».

PCP

PCP divulga Projecto de Lei para a Alta Competição

O Grupo de Estudos para a Política Desportiva, que funciona junto do Comité Central, fez no dia 11 a apresentação pública do Projecto de Lei do PCP sobre Enquadramento do Desporto de Alta Competição. No documento então divulgado por **Carlos Rabaçal** (do Conselho Nacional do Partido), **António Filipe** (deputado na AR) e **Alfredo Melo de Carvalho** (professor de Educação Física e membro do Grupo de Estudos do PCP para a Política Desportiva), os comunistas comentam ainda desenvolvimentos recentes da situação desportiva, da acção e da política do Governo.

Com a apresentação deste Projecto de Lei, entregue na Mesa da AR na passada quinta-feira, o PCP procura dar um contributo para superar as insuficiências e aspectos negativos da actual legislação (designadamente o DL 257/90, conhecido como «Estatuto de Alta Competição») que enferma de uma perspectiva ineficientemente intervencionista do Governo, afasta o movimento associativo desportivo dos centros de decisão e não responde de forma satisfatória às necessidades dos atletas, dos técnicos, dos dirigentes e outros agentes desportivos.

É hoje naturalmente aceite que os elementos que devem integrar a Alta Competição não emergem automaticamente da massa de praticantes desportivos, seja qual for a sua quantidade. Torna-se indispensável tomar medidas adequadas visando a detecção atempada, a formação, a especialização e o aperfeiçoamento constantes daqueles que vão integrar a Alta Competição, subsistema desportivo específico com contornos bem delimitados, mas parte integrante e com pontos de contacto com todas as expressões do Sistema Desportivo Nacional. Isto quer dizer que as medidas que devem ser adoptadas para o desenvolvimento da Alta Competição, ainda que possuindo especificidade própria, devem surgir na sequência lógica da acção desenvolvida em todo o sistema desportivo e que esta articulação deve fazer-se em todos os momentos e situações constitutivas do processo de Alta Competição.

Esta visão global não está contida na legislação em vigor e, mais de dois anos após a sua publicação, a situação não se alterou. São frequentes as declarações de atletas, treinadores, dirigentes, médicos, etc., referindo a generalizada ausência de medidas que criem condições para que possam desenvolver eficazmente a sua actividade, como resultados recentes bem demonstram.

Nova lógica

Uma nova lógica para a Alta Competição implica, por um lado, **dignificar o atleta e humanizar toda a estrutura que o enquadra, orienta e apoia**, e, por outro lado, **elevar o nível da Alta Competição em Portugal, realizando-se um esforço relativo semelhante ao de outros países mais avançados.**

Neste sentido, o Projecto de Lei do PCP prevê, entre outras medidas:

- A criação do Instituto Nacional de Alta Competição, dotado de autonomia administrativa e financeira, gerido pelas Federações Desportivas, pelo Comité Olímpico de Portugal e pela Administração Pública, tendo como atribuições proceder à definição, acompanhamento e avaliação da política desportiva de Alta Competição e, designadamente, elaborar o Plano Nacional de Alta Competição.
- A clarificação do papel do Estado, das Federações, Associações e Clubes.
- A valorização do Comité Olímpico de Portugal.
- A criação de um Conselho Nacional e do Plano Nacional de Alta Competição.
- A valorização das selecções e outras representações nacionais e, designadamente, a categoria de «Esperanças».
- A valorização da investigação em Desporto e da Medicina Desportiva.
- A criação da Mútua Desportiva Nacional.
- Medidas de apoio aos atletas, designadamente: definição do Estatuto do Atleta de Alta Competição; celebração de Contratos de Carreira; celebração de Contratos de Inserção.
- Medidas de enquadramento técnico, designadamente: criação do quadro e definição do Estatuto dos Técnicos de Alta Competição; definição do Estatuto dos Dirigentes Desportivos de Alta Competição.
- Criação de estruturas específicas para o treino e preparação dos atletas, designadamente: Rede de Centros de Treino; Secção Desporto - Estudo; Escolas Desportivas; Estruturas especializadas em Universidades e Institutos Politécnicos.

Aberto ao debate

O Projecto de Lei do PCP está aberto ao debate, à troca de opiniões, à recolha de sugestões e contributos, no sentido do seu enriquecimento. O Partido irá promover, na base do projecto e até à sua discussão na AR, um conjunto de debates públicos, procurando assim alargar o seu contributo para o esclarecimento da situação e para o apontar dos novos caminhos para a Alta Competição em Portugal.

O Grupo de Estudos do PCP declara-se disponível para contribuir e insiste na necessidade de um amplo, participado e profundo debate sobre a situação e a necessidade de novas respostas e de uma nova política para o desenvolvimento do desporto nacional, definida com a participação decisiva do Movimento Desportivo, devendo o Estado cumprir as suas incumbências constitucionais de promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura física e do desporto.

Três traços fundamentais da acção do Governo

Da acção, das medidas e iniciativas do Governo nos últimos meses é possível detectar três traços fundamentais, referidos no documento do Grupo de Estudos para a Política Desportiva:

- Por um lado, **passou-se da tentação autoritária** (traduzida em acusações e ameaças de medidas de fiscalização de resultados, corte de apoios, etc.), na sequência dos Jogos Olímpicos de Barcelona, **para a acção autoritária**, impondo-se ao associativismo desportivo um conjunto de medidas e soluções que não só poderão não resolver os problemas como ainda poderão agravá-los, criando novos estrangulamentos, novos conflitos e dificuldades.
- Por outro lado, **prossegue-se uma linha de clara demagogia**, assumindo-se compromissos de alteração radical da situação, da preparação dos atletas, da evolução do desporto nacional, ao mesmo tempo que, no Orçamento do Estado, as verbas destinadas ao desporto perdem importância em relação ao ano anterior, se tivermos em conta a inflação.
- Continua a haver completa incapacidade para definir uma **política desportiva** em que o conjunto do sistema desportivo se reveja e que aponte para uma alteração radical no sentido do desenvolvimento desportivo do País.

O Orçamento

O Orçamento do Estado para o Desporto não sofreu alteração significativa de 1992 para 1993 na sua relação com o OE no seu conjunto: em 92 representava 0,25% do OE e em 93 representa 0,26%, quando a Comissão do PROIDD (Programa Integrado de Desenvolvimento Desportivo) apontou a necessidade de atingir rapidamente o valor de 1% (não cerca de 13 milhões de contos, como no actual, mas para valores da ordem dos 50 milhões).

É uma falsa questão apostar na solução da Fundação de Apoio ao Desporto (a experiência de outros países não é boa) quando não há, na ausência de uma política de desenvolvimento, quaisquer garantias de continuidade, estabilidade e valorização do investimento por parte do tecido empresarial que se pretende cativar.

O Orçamento do Desporto para 93 permite ainda desmontar a maior mistificação dos governos do PSD em relação ao desporto, que dura desde 1988. Trata-se do desaparecimento das verbas para a Nave Desportiva do Jamor, alvo de grandes campanhas de promoção nos últimos cinco anos, apresentada como o *ex-libris* da política governamental e que se confirma agora não ter passado de um enorme elefante branco para esquecer.

O Regime Jurídico das Federações

O Conselho de Ministros aprovou recentemente um Decreto-Lei regulamentar da Lei de Bases do Sistema Desportivo, no que respeita ao Regime Jurídico das Federações Desportivas. Sobre esta matéria, e reservando uma posição mais completa para depois da eventual promulgação do Decreto-Lei pelo Presidente da República, o Grupo de Estudos do PCP avança os seguintes comentários e posições:

- É condenável que o Governo tenha impedido o debate público do Projecto de Decreto-Lei em causa, sonegando a sua versão «Couto dos Santos» ao movimento desportivo, aos partidos políticos e outras forças sociais, promovendo um «debate» em torno de ideias gerais e de fugas em jornais que foram alimentando a polémica e uma discussão não fundamentada no articulado do projecto. É ainda condenável que a própria Comissão de Desenvolvimento da Lei de Bases do Sistema Desportivo tenha sido afastada, nos últimos meses, da elaboração do projecto, tarefa que acabou por ser «resolvida» pelo Gabinete do Ministro.
- A criação do novo órgão unipessoal «Presidente da Federação», responsável pela gestão da Federação em todos os aspectos e interlocutor privilegiado de todas as instâncias, choca com a tradição e a realidade do movimento associativo português, poderá vir agravar alguns dos aspectos mais negativos que caracterizam hoje a relação entre dirigentes e entre estes e o Governo, e contraria a vida democrática interna que caracteriza as estruturas associativas.
- Os organismos autónomos, no seio das Federações, para gerir actividades desportivas profissionais, continuam sem ver bem clarificadas e delimitadas as suas funções e, sobretudo, não é tida em conta a diversidade de soluções possíveis em cada modalidade.
- É preocupante a campanha desenvolvida em certa comunicação social face a um Decreto-Lei que, mais do que contribuir para a solução dos problemas do desporto português, parece vocacionado para responder às pressões contraditórias de diferentes interesses das clientelas do partido do Governo.
- O Governo exorbitou claramente as suas funções e poderes. Mais do que definir o quadro legal das relações da Administração Central com as Federações Desportivas, o Governo legisla sobre matéria estatutária, define órgãos e atribuições, escolhe e modela o tipo de funcionamento dos seus interlocutores associativos.
- Na base do que veio a lume em alguma imprensa, o PCP adianta o comentário possível: **em nome da «credibilidade, transparência e rigor» exigidos às Federações, Associações e Clubes, o Governo aprovou um Decreto muito pouco credível, pouco transparente e pouco rigoroso, e que pode pôr em causa a liberdade de associação.**

O Grupo de Estudos do PCP considera que, concretizando-se a promulgação do Decreto-Lei, há razões suficientes que justificam que o Grupo Parlamentar do PCP peça a sua ratificação na Assembleia da República.

Violência nos estádios

O Grupo de Estudos do PCP considera que a violência associada ao desporto é um reflexo da violência que, com diferentes expressões, radica no agravamento das condições de vida das populações em geral, e não corresponde a um fenómeno isolado imputável exclusivamente ao fenómeno desportivo.

Considerando errada a responsabilização intensa e praticamente exclusiva que tem sido feita às claques desportivas pela violência nos Estádios, o PCP entende que as claques, pelas suas designações, simbologias e rituais, podem ter facilitado a colagem de sectores nazis e violentos, e esta é uma questão que naturalmente terão de ter em conta no futuro.

Mas o que para os comunistas é preocupante é a irresponsabilidade governamental face ao policiamento dos espectáculos desportivos (procurando passar essa responsabilidade para os clubes, reduzindo as verbas, criando dificuldades ao policiamento, não investindo na acção preventiva e em formas diversificadas de policiamento).

Os clubes e o associativismo em geral, de profundas tradições democráticas e solidárias, têm no seu seio energias suficientes para dar um importante contributo no combate à violência, procurando imprimir serenidade à relação entre clubes, dirigentes e adeptos.

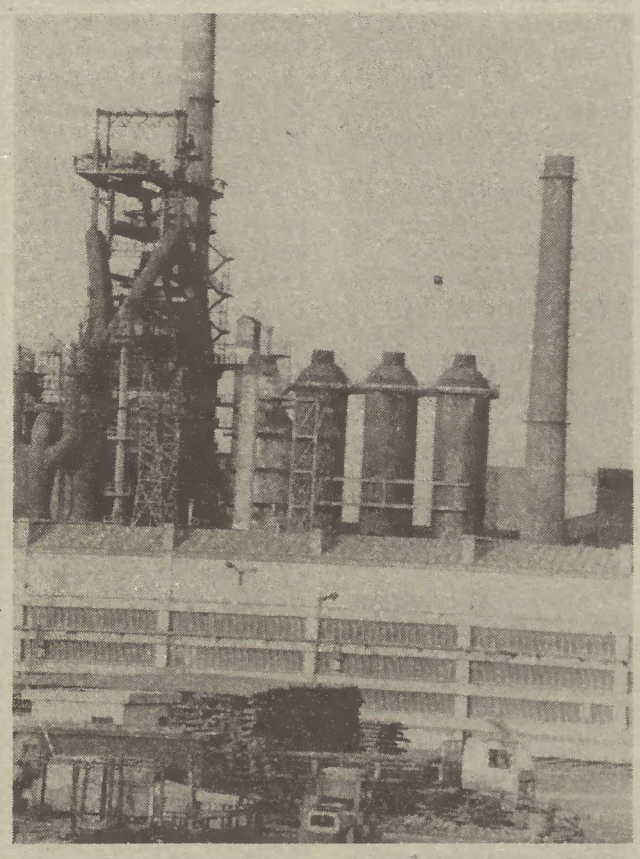
Por outro lado, o Grupo de Estudos do PCP considera que é de valorizar e acarinhar o esforço que as claques desportivas estão a fazer no sentido do combate à violência nos estádios e de assumirem, enquanto movimentos de carácter associativo, cada vez mais o papel de fazer o espectáculo, dentro do espectáculo, no apoio aos seus clubes.

PCP

Plenário da DORS acusa

Setúbal é amostra exemplar do falhanço da política do Governo

«O nosso distrito, que tem sido apresentado como "amostra da Europa em Portugal", a "região do sucesso", é uma exemplar amostra do falhanço da política regional e nacional do Governo PSD e da aplicação desastrosa de centenas de milhões de contos de fundos comunitários», denuncia o documento aprovado pela Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP, cuja runião plenária, realizada na passada semana, analisou aspectos da situação social e política e da actividade partidária no distrito.



Chamando a atenção para o facto de o discurso do PSD ter mudado radicalmente, pouco mais de um ano passado sobre as eleições que lhe deram de novo a maioria absoluta e de, em vez de fartas promessas, aparecer hoje «com a exigência de mais sacrifícios aos trabalhadores e ao povo português», a DORS assinala que a realidade veio confirmar que o Governo não resolveu os problemas de fundo da economia portuguesa. E que não os resolverá, uma vez que «a sua política se baseia num projecto que serve acima de tudo os grupos apostados na restauração do capitalismo monopolista em Portugal».

Projectos desarticulados

O documento aprovado pela DORS acusa o Governo de, por outro lado, não resolver os graves problemas sociais porque a sua política anti-social «se baseia na contenção salarial, no desemprego e na insegurança no trabalho, na sobrecarga dos orçamentos familiares com crescentes encargos nas áreas da saúde, da habitação, da segurança social, do ensino».

A DORS salienta que na devida altura alertou para a necessidade de elaboração, «com a participação nomeadamente dos agentes económicos, dos sindicatos e das autarquias locais», de um plano de desenvolvimento para o distrito «que fomentasse e assegurasse uma aplicação criteriosa dos investimentos. E relembra a idêntica preocupação tida pelas autarquias locais que, «através da Associação dos Municípios de Setúbal, elaboraram nesse sentido o Plano Integrado de Desenvolvimento do Distrito de Setúbal, o qual, apesar dos esforços dos seus promotores, nunca obteve o devido apoio do Governo».

«Ao invés», sublinha o comunicado, «o Governo preferiu mandar elaborar à pressa a chamada operação integrada para a Península de Setúbal (OIDPS)», que o PCP caracterizou então como sendo «não o plano de desenvolvimento que era necessário, mas uma relação de projectos desarticulados, através da qual foram canalizadas as centenas de milhões de contos que era suposto servirem para a recuperação do tecido industrial da região, criar novos postos de trabalho, promover o desenvolvimento e a qualidade de vida da população».

O Plenário da DORS acusa ainda o Governo PSD de, em lugar de proceder à modernização da base industrial da região, prosseguir no desmantelamento das principais empresas do Sector Empresarial do Estado.

«Assim, **a política do Governo tem impedido que o crescimento verificado com a canalização dos fundos comunitários através da OIDPS se possa traduzir em verdadeiro desenvolvimento. Pelo contrário, começa a ser evidente para todos que o tal "sucesso" que o Governo apregoa não passou afinal de um efémero crescimento na base dos fundos comunitários e que a instabilidade e a crise, que ele escondeu durante algum tempo, voltou novamente a mostrar que estão aí enquanto durar este Governo».**

A lista negra da crise

Caracterizando a situação económica e social do distrito, o comunicado da DORS divulga um extenso rol, por sectores, que dá a negra realidade em que se encontram trabalhadores e unidades produtivas: encerramento de empresas, criação de projectos fantasmas para obtenção dos milhões dos fundos comunitários, desarticulação e destruição de empresas do SEE, endividamento dos agricultores, despedimentos, precarização e insegurança no trabalho, aumento do desemprego e do número de trabalhadores com salários em atraso, menor protecção social, tal é o quadro que a DORS traça, dando, seguidamente, exemplos, por sectores:

«No sector químico, o encerramento da Firestone, a desarticulação da Quimigal, o encerramento de uma importante parte da Neste, o avanço no desmantelamento da Portucel;

«No sector têxtil, o encerramento da GEFA, da Convex e a perspectiva de encerramento das Confecções Mariani, Valadas e Carmen, Calhau e Baptista, Portover, Inter Doze e Pariver, todas com salários em atraso e suspensões temporárias de trabalho;

«No sector metalúrgico, a redução de postos de trabalho na Renault, na Valfrio, na Metalcanes, a perspectiva de encerramento da Movauto, as chamadas reestruturações na Solisnor/ /Setenave e na Siderurgia, e a ameaça da desactivação da Lisnave;

«No sector da electrónica, o encerramento da Seagate e da Emptel, da Forsheda, a aplicação do *lay-off* na Indelma, a situação calamitosa da Telequipo e da Sistel, para além do escandaloso e generalizado regabofe na aplicação dos fundos comunitários:

«No sector da hotelaria, a desastrosa questão de uma das principais empresas do Sector — a Torralta — e os salários em atraso igualmente no Hotel Espadarte em Sesimbra.

«No sector agrícola — A agricultura do distrito está numa situação de profunda crise. Várias cooperativas agrícolas estão num estado de falência declarada. Grande parte das explorações agrícolas estão ameaçadas de vir a perecer. Entretanto, o governo, ao mesmo tempo que recusa o diálogo com os agricultores, defende a redução da produção agrícola e a coberto das exigências comunitárias e da reforma da Política Agrícola Comum vai colocando o país numa cada vez maior dependência alimentar do exterior.

«No sector das pescas — Os pescadores continuam sem legislação sobre o regime de trabalho a bordo. Continua a política de abates de embarcações que só beneficia os armadores. Continuam as restrições às capturas de certas espécies sem justificação técnico-científica resultado de imposições da Comunidade Europeia através da PCP (Política Comum de Pescas).

«A rede de armazenamento e frio é cada vez mais reduzida o que leva a que no sector da transformação (salgado e conservas) haja encerramentos como foram os casos recentes da Viegas e Lopes em Setúbal e a SMAFA em Alcochete.

«No sector do comércio — Nas grandes superfícies, em selvagem concorrência com o pequeno comércio, predomina o emprego precário, a imposição de horários de trabalho superior ao normal e nos dias de descanso semanal e feriados, o não cumprimento dos contratos, o desrespeito dos direitos específicos das mulheres e dos trabalhadores-estudantes.

«Na área dos transportes e acessibilidades — O desmembramento da CP e da RN, a supressão de apeadeiros e estações e de carreiras urbanas e interurbanas e a falta de medidas adequadas bem como a demora na concretização de soluções para ultrapassar o caos existente nos acessos a Lisboa.

«No sector da função pública — A política do Governo é bem ilustrada pela imposição de salários cujos aumentos nem sequer correspondem aos valores da inflação que o Governo prevê para 1993 e por uma clara intenção da redução do emprego no sector.

«Seguindo as orientações do Governo, o Conselho Directivo do Centro Regional de Segurança Social de Setúbal decidiu disponibilizar uma parte significativa dos trabalhadores.»

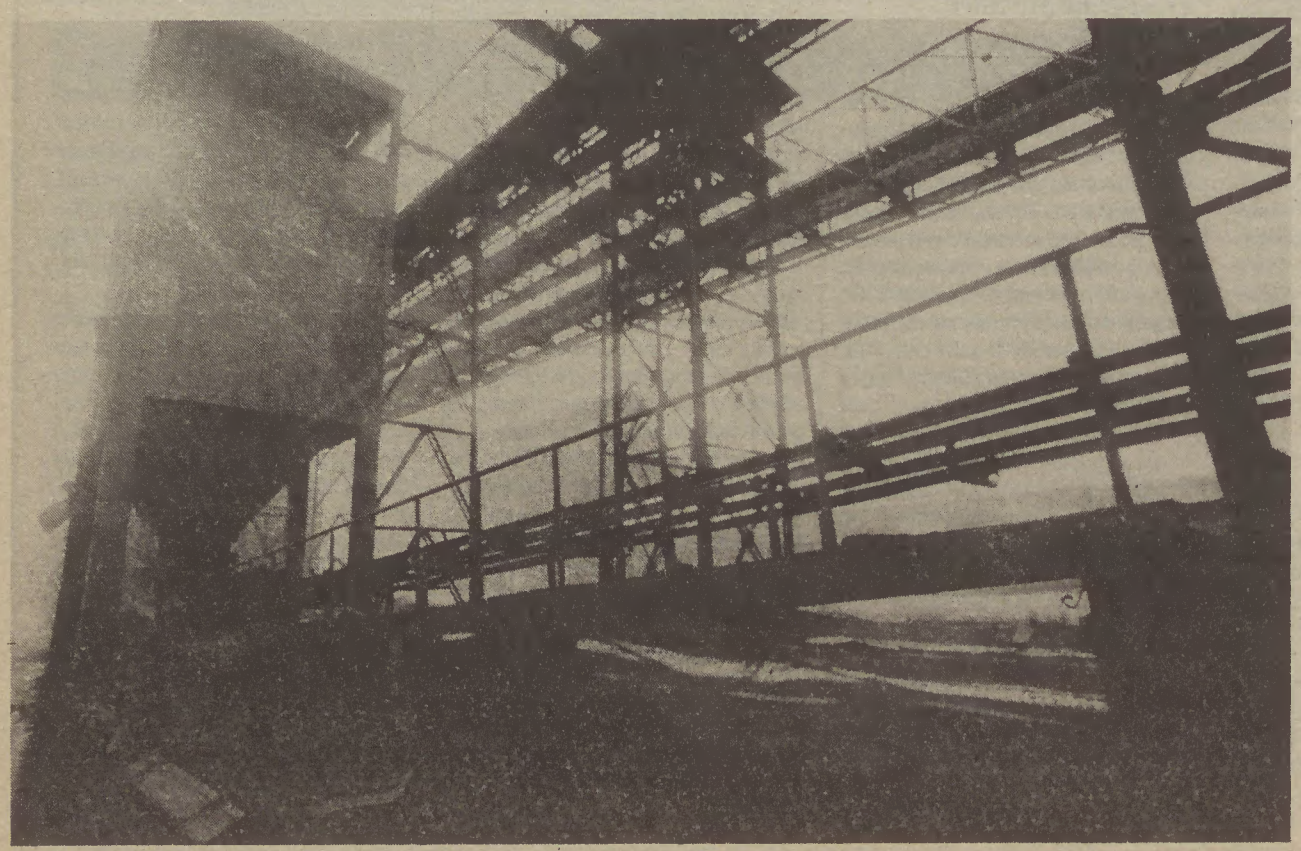
Lutar pela alternativa

«São milhões de contos do Orçamento de Estado gastos em reestruturações e despedimentos em massa nas empresas do SEE, para as entregar ao sector privado: são milhões de contos dos fundos comunitários para a criação de novas empresas e de novos postos de trabalho em que o dinheiro é gasto e os projectos não passam do papel.

«A situação que se vive a nível nacional e no nosso distrito é geradora de um amplo descontentamento popular com a política governamental e leva ao desenvolvimento de múltiplas acções de protesto, resistência e luta, com justo ataque para as promovidas e dinamizadas pelo movimento sindical unitário.

«A DORS do PCP considera a importância da dinamização das acções de massas por reivindicações de carácter imediato e local mas, também, a necessidade dessa luta estar associada com a luta por reivindicações de carácter político mais geral, nomeadamente denunciando e combatendo o processo de restauração monopolista, lutando contra a desresponsabilização do Estado em relação às suas funções sociais, contra a intensificação da exploração dos trabalhadores, os baixos salários, a precariedade no emprego e o desemprego, contra a repressão e limitação dos direitos e liberdades, contra a instauração de um regime autoritário, pela defesa do regime democrático e de soberania nacional.»

A DORS conclui apoiando e apelando aos militantes, à população e aos trabalhadores a participarem na jornada de luta convocada pela CGTP e que amanhã se conclui e à preparação no próximo Congresso da Inter. Considerando importante a denúncia do «carácter superficial» da oposição do PS à política do Governo, a DORS afirma a sua «profunda convicção de que é possível derrotar» derrotar tal política e «perspectivar uma verdadeira alternativa democrática».



PCP

Reunião de militantes da Organização Regional de Braga

Confiança para as tarefas de 1993

Duas centenas de quadros e militantes participaram, no sábado, na reunião promovida pela DORBraga do PCP, no encerramento da qual, em sessão pública, tomou a palavra o secretário-geral do Partido, camarada Carlos Carvalhas (ver extractos do discurso na página 5). Os objectivos desta reunião eram a análise da situação política, social e económica no distrito, as principais tarefas para 1993 e o trabalho para as próximas eleições autárquicas.

Durante cerca de três horas, mais de duas dezenas de intervenções incidindo sobre a situação sociolaboral, os problemas dos trabalhadores e de outras camadas da população, a crise dos sectores têxtil e calçado, da indústria metalúrgica, das indústrias eléctricas e química, os problemas dos trabalhadores da função pública, dos professores, questões da luta de massas e do movimento sindical, o reforço do Partido e a sua dinamização e empenhamento em torno das principais direcções concelhias para a preparação das listas da CDU para as autarquias, ocuparam o plenário.

José Antunes, membro do CN do Comité Central, e responsável pela Direcção da Organização Regional de Braga, abriu a sessão, com uma breve caracterização de ordem económica e do panorama social do distrito fustigado pelo desemprego, subemprego e emprego sem direitos, pelo trabalho infantil, pelos baixos salários, contrapondo esta realidade aos apregoados desenvolvimento e democracia social. Falou também da situação distrital no plano autárquico, onde o domínio do PS, PSD e CDS é a causa do marasmo local e das gestões corruptas, desligadas dos interesses locais e populares.

Sucederam-se intervenções que analisaram e testemunharam com vivacidade e espírito combativo os problemas e a luta dos trabalhadores no têxtil e nas empresas do ramo metalúrgico e na função pública, e a grave situação vivida no Centro Regional de Segurança Social, onde se prepara a aplicação da «lei dos disponíveis», a situação no ensino, onde há professores também no desemprego ou com trabalho precário.

As perspectivas e objectivos do PCP para as eleições autárquicas foram expostas, quer em intervenções concelhias, quer no plano geral do distrito.

Na situação de polarização no domínio das autarquias locais pelo PS e PSD, a CDU conta com mais de 20 eleitos municipais, cerca de 135 eleitos em órgãos de freguesia, e é a força maioritária em quatro freguesias. Os objectivos propostos na reunião apontam o rumo dos comunistas para 93 – trabalhar para concorrer a todos os órgãos municipais e a um número de assembleias de freguesia que não seja inferior ao número de 1989. A questão do empenhamento e disponibilidade de todos os militantes do Partido foi considerada uma questão essencial para tornar possíveis tais objectivos.

Foi também a propósito do papel activo dos militantes comunistas para o desenvolvimento da luta de massas que falou o camarada António Lopes, da Comissão Política do CC e responsável pelo Organismo Inter-regional do Norte. Caracterizando a situação actual de descontentamento generalizado e crescente, a que não corresponde o grau de protesto e luta que a sua gravidade justifica e exige, António Lopes lembrou o que deve ser a acção dos comunistas, dia a dia, para o reforço da consciência dos trabalhadores e das massas sobre as responsabilidades da política do Governo e das questões das câmaras do distrito pelos problemas que vivem.

Reforçar a consciência dos trabalhadores, sublinhou, vencer incompreensões e expectativas e mostrar que só com a luta poderão fazer frente às dificuldades e travar alguns dos aspectos mais graves da ofensiva em curso, tal é o papel dos comunistas no momento actual. Trazer mais trabalhadores à luta, trazer mais trabalhadores ao PCP, é uma tarefa importantíssima. E o momento é propício.

Camaradas de Viana do Castelo debatem plano de trabalho e convivem com Carlos Carvalhas

No debate realizado no sábado em Viana do Castelo, sobre problemas locais, a política de alianças e o trabalho partidário, participaram mais de uma centena de activistas do distrito. A reunião, promovida pela Direcção da Organização Regional de Viana do Castelo do PCP (DORVIC), contou com a participação do Secretário-Geral do Partido, camarada Carlos Carvalhas, que interveio sobre a situação política actual (ver extractos dos discursos de Braga e Viana na página 5).

A reunião teve início com a apresentação da Mesa, composta pelos camaradas Alberto Pinto, da Comissão Concelhia de Viana, António Silva, da DORVIC e suplente do CC, Branca de Carvalho, do Conselho Nacional do CC, António Lopes, da Comissão Política, e Carlos Carvalhas.

Os camaradas Branca Carvalho, João Duarte e António Silva intervieram na reunião abordando respectivamente o Plano de Trabalho da DORVIC para 93, onde se destacam iniciativas de carácter partidário, comemorações do aniversário do Partido, inauguração do novo Centro de Trabalho de Caminha, convívio de militantes em Ponte de Lima, iniciativas promovidas pelo Partido no âmbito público mais geral, como Feira de Velharias, o Fim-de-Semana Verde, o Leilão dos Livros Antigos, o Leilão de Artes. Foi destacado também o calendário autárquico referindo-se o encontro de activistas da CDU em Darque, de prestação de contas em Viana, o encontro distrital para lançamento do trabalho eleitoral, este a realizar-se em Junho.

Foi dado conhecimento da decisão da DORVIC ir lançar uma campanha de fundos para a compra de uma carrinha para o Partido que terá início em Março pela altura do 72.º aniversário.

Referiram-se também iniciativas unitárias que pela sua responsabilidade exigem da parte dos militantes comunistas particular atenção. Congresso da CGTP, Congresso da US Viana, Comemorações do 25 de Abril e 1.º de Maio e algumas iniciativas locais como Jornadas de Arte Popular.

Foi feito apelo aos militantes para o activismo necessário ao cumprimento dum calendário tão vasto.

O camarada João Duarte referiu a importância política das próximas eleições autárquicas, o plano de trabalho proposto pelo Secretariado da DORVIC tendo em perspectiva apresentação de número de listas igual ou superior às últimas eleições. A importância de responsabilização de muitos quadros na elaboração das listas.

O camarada António Silva informou os presentes do ponto da situação sobre contactos com outras forças políticas para as listas CDU, da situação do diálogo com o PS para a tão falada coligação de Viana.

Na reunião intervieram camaradas de Valença, Freixo, Viana, que expuseram problemas locais, de unidade, de apreciação política da situação.

No final da reunião realizou-se um participado convívio, onde o camarada Carvalhas agradeceu as manifestações de carinho traduzidas pelos camaradas.

O camarada Carlos Carvalhas teve encontros com rádios locais Alto Minho, Ponte da Barca e Antena Minho – e prestou por escrito uma declaração ao correspondente do «Público» sobre a situação de possibilidade de coligação com o PS em Viana do Castelo.

PCP

Um partido vivo, aberto, jovem

■ **Sérgio Ribeiro**

No final de uma série de sessões sobre Maastricht, no norte do País, tive necessidade de passar ao papel algumas notas impressivas.

No regresso de uma semana de trabalhos no Parlamento Europeu, antes de chegar a casa fiz um «desvio» que me levou, sexta à noite, a Figueira da Foz, e, no sábado, a Viana do Castelo de manhã, a Vila Real à tarde e a Chaves à noite.

A minha passagem por estas cidades foi uma oportunidade ou um pretexto para se debater Maastricht, no quadro da campanha que o Partido Comunista Português realizou e que correspondeu à exigência de debate público, feita desde Dezembro de 1991, que encontrou condições favoráveis para se concretizar. Graças, antes de mais, ao povo dinamarquês...

As quatro sessões em que participei tiveram, como seria inevitável, características diversas, diferentes níveis de participação — quantitativa e qualitativa —, mas tiveram, também, alguns aspectos que se repetiram e que, pela sua relevância, provocaram estas notas.

A primeira nota é, assim, a de estarmos num/sermos um **partido vivo.** A centena de participantes que enchia a sala do hotel na Figueira, as escassas quatro dezenas de pessoas que se perdiam na sala de um cinema na manhã de sábado, as mesmas/outras quatro dezenas que mal cabiam na sala de Vila Real e o mesmo número de participantes nas cadeiras de uma sala de aula de Chaves, responderam ao nosso convite, ouviram as nossas posições — nem sempre coincidentes com as suas —, debateram e... levaram trabalho para casa. Ao mesmo tempo, e no mesmo trabalho, andavam os camaradas João Amaral por Coimbra e Viseu, Joaquim Miranda por Bragança, Rogério de Brito por Braga.

Depois, da minha experiência desse fim-de-semana, a nota de que somos/ /estamos um **partido aberto.** Quem respondeu ao nosso convite, e nestas quatro iniciativas connosco debateu (e sempre com boa-fé, salvo, talvez..., uma excepção) o que diz respeito ao nosso futuro, não foram exclusivamente militantes ou simpatizantes do Partido Comunista Português. Alguns intervenientes fizeram questão de começar por afirmar a sua não identificação com o nosso partido, e avançavam depois com posições que eram as suas, com dúvidas que são as de muitos, com preocupações que deveriam ser de todos. Já assim acontecera noutras paragens por onde andei com esta tarefa, nomeadamente em Santarém e em Almeirim. E é bom registá-lo, e é necessário reforçar esta evidente característica da nossa actividade: um partido no seio da sociedade, discutindo os seus problemas, sem preconceitos e abatendo barreiras de incompreensão.

Uma última nota, e decerto a mais gratificante de notas agradáveis: **o partido está a ficar mais jovem.** As estatísticas podem não o confirmar, podem até trazer-nos preocupações (saudáveis!) neste aspecto, mas a experiência vivida nestas sessões justificou esta nota que se poderá interpretar como excessivamente optimista. Talvez...

No entanto, tenho já muitos anos «de estrada», de colóquios e iniciativas similares, era quase certo, na hora da autocrítica, e mesmo quando as «coisas corriam muito bem», o lamento conversado, ou só sentido, sobre a elevada média etária dos participantes, sobre a ausência dos jovens ou, quando jovens havia, sobre a sua pouca participação. Agora, na Figueira, em Vila Real, em Chaves, e noutros lugares, apesar do leque etário ter sido largo, houve presença significativa de jovens, e houve jovens a participar com pertinência, sem inibições, com entusiasmo e responsabilidade.

Não tenho dúvidas, é certo, que os meus olhos vão sendo outros. E não me refiro à necessidade de óculos... Quando se avançou uns pares de anos dos 50, a fasquia a partir da qual vemos alguém com quem conversamos como jovem é muito diferente daquela de há trinta, vinte, ou mesmo dez anos. Mas não é esse o caso. Isto é, não se trata — só! — de uma questão subjectiva (ou de vista cansada...). Cidadãos à volta dos vinte anos, ou com tantos menos que nem cidadãos inteiros se podem considerar porque lhes falta capacidade eleitoral, alunos de ensinos secundários, gente à procura do primeiro emprego ou a tentar as rádios locais, são, sempre e qualquer que seja a idade dos olhos que os vêem, jovens. Nem valerá a pena acrescentar que estou a escrever do ponto de vista etário, até porque, neste caso, os jovens-em-idade que participaram nas nossas iniciativas eram-no também no tipo de preocupaçõ-es, na abordagem dos problemas, até na impaciência em relação a um diálogo que (em Viana) os estava irritando.

Também neste aspecto, Maastricht (e os dinamarqueses) nos veio ajudar. O interesse e a mobilização que se geraram à volta do tema não só possibilitaram demonstrar como o nosso Partido está vivo, e não só permitiram estabelecer pontes e comunicação com cidadãos que, não sendo comunistas, apenas em nós encontram o reflexo das suas dúvidas e preocupações. Também a perenidade de valores que são nossos e a sua intransigente defesa, a coerência das nossas posições e a abertura para as discutir, o confronto e o paralelismo entre essa defesa de valores e essa vontade de debater, e o oportunismo, o demissionismo, a incoerência entre as análises e as conclusões, o individualismo dos excessivamente inteligentes, a cupidez estúpida de alguns e a estupidez cúpida de outros, criaram condições para que os jovens encontrem em nós, se não o que procuram, o exemplo, a força e a ajuda para procurar e lutar.

Sejamos nós e eles (e eles e nós) capazes de aproveitar esta oportunidade para que mais depressa o futuro seja melhor (para eles) neste País, numa Europa e num Mundo. Um futuro em que a sociedade se liberte do comando do dinheiro tornado capital, e o domestique limitando-o ao seu papel de instrumento de uma economia ao serviço da satisfação das necessidades sociais.

A Lisnave está em perigo — alerta a Célula do PCP

«A Lisnave faz chegar ao Governo um plano de reestruturação do Sector da Indústria Naval. O Governo, de imediato, fez sair um despacho conjunto para a constituição de um Grupo Interministerial para apreciar a proposta da Lisnave. Foi dado um prazo de 60 dias, que termina a 12 de Março mas, entretanto, os indicadores que existem é de que muitas decisões já foram tomadas.»

É assim que começa um comunicado divulgado anteontem pelo Executivo da Célula da Lisnave do PCP, que chama a atenção para o perigo que a empresa corre, acusando o Governo de Cavaco Silva de executar a vontade dos Mellos. E continua o documento da Célula:

«Aquilo que pomposamente é chamado de "proposta de reestruturação estratégica do sector da reparação naval" pretende encerrar a Lisnave, passar os meios para a Setenave, acabando esta empresa.

«Dos 6500 trabalhadores existentes nas 2 empresas pretendem reduzir para 2500, aniquilando 4000 postos de trabalho.

«Todo este plano está a ser desenvolvido à margem dos trabalhadores, o que revela bem o cunho de classe do Governo PSD/Cavaco Silva.

«Os trabalhadores têm apresentado propostas concretas para o sector, nunca o Governo se dignou responder. Entretanto aceitou de uma forma unilateral as propostas do Sr. Mello, deu-lhe total cobertura, quando elas correspondem a um forte atentado, quer no plano social, quer no plano económico.

«As medidas apresentadas têm como pano de fundo encerrar o maior estaleiro de reparação naval do mundo com as graves consequências que daí advêm para milhares de trabalhadores da empresa e consequentemente para as empresas que dele dependem, bem como a influência negativa na economia do Concelho de Almada e outros concelhos limítrofes.

«Em suma, o Governo procura satisfazer as exigências de reconstituição do antigo grupo monopolista dos Mellos.

«Estamos certos que os trabalhadores da Lisnave jamais aceitarão de braços caídos esta situação.

«A Célula da Lisnave do PCP apela às Estruturas dos Trabalhadores a não abdicarem do direito de serem ouvidos e exigirem do Governo informações precisas e fundamentadas. Exorta os trabalhadores a responderem com firmeza e determinação a este grave atentado social e económico. Os trabalhadores não permitirão que os seus postos de trabalho sejam destruídos.

«Vamos lutar pelos nossos direitos, vamos fazer ouvir a nossa voz, temos que evitar que a degradação social atinja milhares de famílias e agrave ainda mais os problemas do distrito e do País.»

Trabalhadores da «Fiaco» em situação dramática

«Nos últimos anos, os trabalhadores têxteis têm conhecido tempos difíceis, no país e no concelho», diz a nota subscrita pelo Organismo de Direcção do Sector Operário de Coimbra do PCP, recentemente divulgada. E dá exemplos:

«A "Ideal" (Malhas e Fiação); a "Francisco Martins" (já falida); a "Colsi-Confecções"; a "Mondoral"; a "A. Correia Neves" (com falência pedida pelos credores). A estas junta-se agora a "Fiaco", empresa de fiação.

«Os trabalhadores da "Fiaco" têm conhecido uma dramática situação, devido à irregularidade no pagamento de salários e subsídios. Neste momento, metade dos salários de Dezembro e o mês de Janeiro ainda não foram pagos. Algumas trabalhadoras também não receberam parte do subsídio de Natal.

«Perante tal situação, os patrões, Drs. Pratas e Simões, ainda se dão ao luxo de fazer discriminação entre as trabalhadoras. Após a greve de 9 de Janeiro, só pagou parte do salário de Novembro e Dezembro às trabalhadoras que a não fizeram. Afirmando que só pagava a quem merecia!

«Mas como um mal nunca vem só — agora está prevista a venda das instalações e terrenos anexos em hasta pública para hoje, dia 9 de Fevereiro, por falta de pagamentos ao Banco Borges & Irmão.

«A situação torna-se ainda mais nebulosa quando é conhecida uma empresa chamada Comitex, com sede em Coimbra, que labora dentro das instalações da "Fiaco". Tal facto é no mínimo insólito, podendo esconder outros interesses que não os dos trabalhadores da "Fiaco".

«Quando os trabalhadores tentaram averiguar o que se estava a passar, foi-lhes respondido que isso não lhes dizia respeito».

O comunicado termina exigindo que a entidade patronal cumpra os seus deveres para com os trabalhadores, que «também são credores», e exorta estes a organizar uma comissão de luta em defesa dos seus direitos.

Romagem à campa de Dinis Miranda

No passado domingo, 14 de Fevereiro, dezenas de camaradas e amigos participaram na Romagem à campa de Dinis Miranda, para assinalar a passagem do 3.º Aniversário da sua morte. Na ocasião, o camarada Abílio Fernandes, membro suplente do Comité Central do PCP, fez uma intervenção salientando a vida e obra do saudoso camarada Dinis Miranda.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Os sinais vêm de todo o País

A agricultura está de rastos!

Um pouco por todo o País, a um ritmo crescente, sobem de tom os protestos dos agricultores, na sua grande maioria a braços com uma política que os conduz a passos rápidos para a ruína e a miséria. A situação vai assumindo proporções cada vez mais graves, de tal modo que, como disse há dias na Assembleia da República o deputado comunista José Calçada, não há sector produtivo em que o "desespero dos agricultores não tenha feito ouvir a sua voz".

O breve retrato feito pelo deputado comunista sobre a situação actual da agricultura é, aliás, a este respeito, o melhor testemunho dessa realidade calamitosa cuja responsabilidade cabe por inteiro ao PSD e à sua ruinosa gestão de uma década à frente dos destinos da agricultura portuguesa.

Os exemplos, a este respeito, abundam. Ao sumariar o quadro nacional, na sua intervenção, José Calçada quís destacar o desemprego, a fome e a desertificação humana que acompanharam o regresso do latifúndio ao Alentejo, não se esquecendo, por outro lado, do drama dos produtores de vinho do Oeste sem escoamento para o fruto do seu trabalho, situação idêntica à que atravessam os produtores de laranja do Bombarral ou do Algarve, ou os produtores de carne de Entre-Douro e Minho.

Mas foi sobretudo na "situação igualmente dramática" por que estão a passar os agricultores da região do Alto Tâmega que o deputado comunista centrou a sua atenção. Com dez mil toneladas de batata a apodrecerem em armazém, sem hipótese de escoamento, os agricultores querem ser ouvidos, "querem ser tratados como pessoas, como sujeitos, e não como estatística" e, naturalmente, como disse José Calçada, querem soluções concretas.

Imperdoável, do seu ponto de vista, é a total indiferença do ministro da Agricultura perante o drama económico e social em que se encontram, como incompreensível é a condenação ao desaparecimento a que os querem votar.

"Não conseguem entender, e não aceitam, que os seus colegas espanhóis recebam do seu governo aquilo que o Governo PSD a eles lhes nega", lembrou a propósito José Calçada, exemplificando com o caso da batata portuguesa que não chega a atingir os 15 escudos por quilo, e mesmo assim não tem escoamento, enquanto os produtores espanhóis colocam a batata no armazém, no Bombarral, a pouco mais de 8 escudos por quilo. Não por obra de qualquer milagre, como esclareceu o parlamentar do PCP, mas porque "recebem do seu governo um subsídio de cerca de 10 pesetas (mais ou menos 12 escudos) por quilo".

Um testemunho elucidativo das diferenças de postura entre os dois países que levaria José Calçada a concluir que "é Bruxelas quem manda em Lisboa" e que o Governo de Cavaco Silva é mais papista do que o Papa ao fazer "depressa e mal o que nem sequer a Comunidade exige que se faça". Referia-se o parlamentar do PCP ao facto de o Executivo não utilizar mecanismos complementares de troca que estão ao seu alcance até 1996 para "minimizar situações dramáticas como as actualmente vividas não só pelos produtores de Chaves mas pela generalidade dos agricultores portugueses".

Verberada por José Calçada foi ainda a forma como o Governo desbaratou no plano agrícola as oportunidasdes oferecidas pelo período de transição, designadamente os 900 milhões de contos oriundos da Comunidade, considerando que esse é o resultado de uma "política desastrosa e antinacional, conscientemente conduzida pela Comissão Liquidatária da Agricultura Portuguesa, por enquanto ainda conhecida sob a designação de «Ministério da Agricultura»".

Cresce a onda de indignação e protesto dos agricultores

Publicação do salário mínimo

Atraso preocupa PCP

Inexplicavelmente, continua por publicar a actualização do salário mínimo nacional, uma incumbência cometida ao Governo no início de cada ano, de acordo com a Constituição da República. Este injustificado atraso levou já o Grupo Parlamentar do PCP, por intermédio do seu Presidente, Octávio Teixeira, a indagar o Governo sobre as razões políticas que estão na origem desta situação, lesiva como é fácil de imaginar dos interesses de muitos milhares de trabalhadores.

A questão é tanto mais grave quanto é certo que em causa estão sobretudo os trabalhadores por conta de outrem com maiores dificuldades económicas, pelo que a actualização anual do valor mínimo para o salário nacional corresponde ao estabelecimento de níveis mínimos de justiça social.

O caso da vírgula

Dúvidas quanto à presença de Pacheco Pereira na Comissão de Inquérito

O Grupo Parlamentar do PCP levantou dúvidas quanto à participação do deputado Pacheco Pereira na comissão de inquérito destinada a apurar o caso de um ministro que terá embolsado 120 mil contos a troco de uma vírgula. Esta questão, suscitada por João Amaral na segunda reunião da comissão, decorre do facto de o deputado social-democrata poder vir também ele a ser chamado a depor, uma vez que lhe são atribuídas declarações em que admite conhecer "um boato do mesmo teor". Acresce que o jornalista Paulo Portas - de acordo com as palavras de Almeida Santos (PS) na reunião plenária de 21 de Janeiro —, terá mesmo reafirmado "que o senhor deputado (Pacheco Pereira) lhe teria dito que sabia quem era o ministro que tinha posto a tal vírgula".

Assim sendo, para o PCP, não é de excluir que "venha a ser necessário proceder a diligências como a acareação", pelo que o requerimento por si apresentado vai no sentido de saber se o Presidente da Comissão, o socialista Carlos Candal, vai admitir a presença daquele deputado do PSD "nos actos de eventual audição" das pessoas que deram a notícia.

A questão afigura-se tanto mais pertinente quanto é certo que em caso de se tornar necessário ouvir Pacheco Pereira "a qualquer momento do processo", importa saber qual o "procedimento a seguir quanto à sua presença subsequente na Comissão", já que, compreensivelmente, não se pode ser simultaneamente testemunha e juiz na mesma questão.

Para João Amaral e Odete Santos, subscritores do requerimento do PCP, trata-se ainda de saber, no caso daquele deputado ser ouvido, "quais as consequências sobre as partes do processo em que ele tenha participado anteriormente ainda como membro da Comissão de Inquérito".

No decorrer dos trabalhos, abertos à comunicação social, os deputados presentes tiveram ainda ensejo de visionar parte do programa da RTP contendo as afirmações de Helena Sanches Osório que estiveram na origem do caso.

O depoimento da jornalista à Comissão, previsto para a semana em curso, constitui o próximo capítulo desta intrigante história.

CP dispensa trabalhadores

O Conselho de Gerência da CP está a enviar a alguns dos seus trabalhadores cartas onde anuncia a sua dispensa de "comparecer ao serviço", alegando para o efeito uma fase de profunda mutação e a exigência de reconversão e modernização da empresa.

Na missiva, assinada pelo director de pessoal, afirma-se ainda que face à extinção de "alguns serviços e órgãos da empresa", e consequente desaparecimento de postos de trabalho, estão a ser diligenciadas medidas no sentido de encontrar uma solução que compatibilize os direitos legítimos dos trabalhadores.

Atento ao evoluir desta situação, que está naturalmente a gerar uma onda de intranquilidade entre muitos ferroviários, o deputado comunista Luís Peixoto endereçou já ao Governo um requerimento dirigido ao Ministério dos Transportes onde solicita informações sobre o número de trabalhadores abrangidos por estas medidas e o tipo de soluções susceptíveis de garantir a defesa dos seus direitos legítimos.

Seneti de malas aviadas?

No sector da metalomecânica pesada, também as alegadas medidas de reestruturação e modernização são sinónimo de liquidação de postos de trabalho, com a complacência quando não com o acordo do Governo.

Após um longo processo que culminou com o domínio do grupo Seneti em praticamente todo o sector, começaram a ocorrer situações preocupantes a diversos níveis, desde a perda de influência em mercados tradicionais ao não acautelar das naturais decorrências resultantes da alteração para centrais a gás.

O exemplo da Mague, citado pelo deputado Jerónimo de Sousa em requerimento dirigido ao Governo sobre este assunto, é por de mais significativo: em 1986 tinha 2600 trabalhadores e neste momento está reduzida a menos de 800.

Sintomático da irresponsabilidade existente é ainda o facto de na empresa não existir nenhuma formação profissional, enquanto crescem os indícios de que o grupo quer desviar-se para os países do Leste, o que pode levar, como observa o deputado comunista, a que a situação conheça novos agravamentos num sector "que detinha grande prestígio e uma mão-de-obra qualificada".

Tráfico de influências

O ministro da Agricultura desloca-se hoje à Assembleia da República para responder na comissão parlamentar respectiva às acusações formuladas pelo deputado socialista António Campos quanto ao envolvimento do Governo e da CAP em "tráfico de influências" com os fundos comunitários destinados ao sector.

O parlamentar do PS, recorde-se, na sequência de alertas anteriormente feitos pela bancada comunista sobre o mesmo assunto, acusou na semana passada o Governo e a CAP de "desbaratamento de parte dos 900 milhões de contos" atribuídos pela Comunidade Europeia à modernização da agricultura portuguesa.

No sentido de apurar todo este caso, o PS formalizou entretanto um pedido de inquérito parlamentar à gestão desses subsídios e verbas provenientes da CEE.

Na Mague já foram 2600 trabalhadores; hoje são menos de 800

Transplantes

A Assembleia da República aprovou na passada semana por unanimidade o relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais sobre o projecto de lei relativo à extracção de órgãos e tecidos para transplantes.

De acordo com o diploma, esta extracção passa a ser autorizada, a menos que o dador falecido tenha deixado declaração escrita em contrário.

A legislação sobre esta matéria, recorde-se, previa precisamente a situação contrária, isto é, um transplante de um órgão de origem humana só poderia efectuar-se se o dador tivesse deixado indicação expressa nesse sentido.

O texto final do diploma, que resulta da fusão das propostas dos vários partidos na comissão parlamentar, proíbe também a comercialização de órgãos e tecidos humanos, o que não era contemplado pela legislação ainda em vigor.

NACIONAL

Governo cede mas não chega!

Embora claramente insuficiente, o alargamento por mais três semanas do prazo estabelecido pelo Governo para a regularização extraordinária dos imigrantes residentes no nosso país constitui um passo positivo no sentido de aproximar este processo dos seus objectivos e representa uma vitória dos que insistentemente se vinham batendo por essa prorrogação.

Pena é que a maioria PSD, apesar dos pedidos e chamadas de atenção feitos nesse sentido, oriundos dos mais variados quadrantes, não tenha sido sensível às propostas do PCP , de "Os Verdes" e da UDP para a dilatação desse prazo por mais três meses.

É que essa seria sem dúvida não apenas a solução legislativa "melhor e mais correcta", como salienta o PCP em nota do seu gabinete de imprensa, como também a opção mais capaz de impedir que sejam gorados os propósitos que presidiram à abertura deste processo de regularização.

Um fracasso que não está de todo em todo posto de parte, já que se mantêm no essencial as causas que impediram que nestes quatro meses os objectivos preconizados fossem atíngidos. Referimo-nos concretamente à insuficiente informação do processo de regularização junto das comunidades imigrantes, à escassez de meios humanos e técnicos disponibilizados pelo Ministério da Administração Interna, e até à própria impreparação revelada pelos serviços para um processo desta natureza.

É ainda neste contexto que devem ser avaliadas as ameaças feitas por diversos membros do Executivo relativamente a todos os cidadãos que se mantiverem em situação irregular, o que significa que aquele está na disposição de promover a sua detenção em centros próprios (cuja previsão na lei viola os limites da autorização legislativa concedida pelo Parlamento) e de concretizar a sua expulsão em massa do território nacional, em violação da Convenção de Salvaguarda dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais do Conselho da Europa, que inequivocamente proíbe as expulsões colectivas de estrangeiros.

Pronunciando-se sobre esta questão, no debate em que o assunto veio à baila por iniciativa da bancada comunista, António Filipe referiu que "as comunidades imigrantes residentes em Portugal deveriam merecer mais respeito do Governo português", respeito não apenas "em nome dos laços que a História comum fez nascer entre todos os povos de expressão portuguesa", mas também, porque, tal como os milhões de emigrantes portugueses espalhados pelo Mundo, "os imigrantes que vivem entre nós, são, na sua esmagadora maioria, gente que trabalha, gente que contribui para que Portugal possa progredir e que se sujeita às mais difíceis condições sociais, à precariedade no emprego, à falta de escolarização, à desprotecção na doença, à falta de habitação condigna".

Manuel Correia ao «Avante!»

Processo de regularização dos imigrantes exclui milhares

O número de imigrantes clandestinos em Portugal é estimado entre 100 mil e 120 mil, apesar do Governo afirmar ser apenas de cerca de 40 mil. Até há uma semana tinham entrado nos Serviços de Estrangeiros, antes da nova Lei de Regularização de Imigrantes, 22 mil e 500 processos com pedidos de legalização a que se acrescentam 19 mil entregues após a entrada em vigor da nova regulamentação. As filas das 8 horas às 20 continuam na António Augusto Aguiar, apesar de o Governo ter finalmente acedido prorrogar o prazo de entrega das declarações por mais três curtas semanas para além do passado dia 13 de Fevereiro. Até agora foram entregues ao Grupo Técnico de Avaliação que decidirá quem fica ou não no nosso país, pouco mais de 14 mil e 500 processos. Manuel Correia, membro suplente do Comité Central do PCP e vice-presidente da Federação das Associações Cabo-Verdianas em Portugal, afirma em entrevista ao «Avante!» parecer que «se pretendeu deliberadamente deixar gente de fora da possibilidade de legalizar a sua situação em Portugal».

Manuel Correia, membro suplente do Comité Central do PCP e vice-presidente da Federação das Associações Cabo-Verdianas em Portugal

«A necessidade de uma lei que regularizasse a situação de milhares de pessoas que há muito tempo estão a trabalhar em Portugal tem sido, ao longo dos anos, questão sucessivamente levantada pelos partidos, em particular o PCP, organizações sociais, igreja, autarquias, etc.».

Manuel Correia põe em causa o processo conduzido pelo Executivo de Cavaco Silva: «Em 1992 o Governo pediu uma autorização legislativa e em 12 de Outubro sai em Diário da República o decreto-lei 212/92 que estabelecia o prazo para a regularização extraordinária dos imigrantes até 13 de Fevereiro, acabando o Governo por aceitar a prorrogação do prazo, prolongando-o apenas até 5 de Março, depois das pressões das mesmas entidades que há muito vinham a defender a regularização da situação destes milhares de pessoas».

A esmagadora maioria dos imigrantes ilegais no nosso país trabalha em sectores como a construção civil, sem qualquer tipo de enquadramento jurídico, documentação ou segurança social. Estão ao abandono. Ora um dos grandes óbices desta lei é precisamente a exigência aos imigrantes de apresentação de uma declaração de trabalho no nosso país, declaração que, por motivos óbvios, as entidades patronais normalmente recusam passar até porque «há muitas entidades empregadoras ilegais e muitas outras que não cumprem as suas obrigações fiscais».

O Governo tenta aplicar a lei de forma radical, desculpabilizando-se com os compromissos comunitários, nomeadamente o acordo de Schengen. «Todos os acordos comunitários assinados por Portugal até agora não impedem o país de manter relações preferenciais com os países africanos de língua oficial portuguesa e com o Brasil, o que o Governo pretende é mostrar-se aos seus parceiros comunitários como um exemplo de espírito comunitário». Um excesso de zelo que provocou situações como a que recentemente foi largamente noticiada, com a recusa de entrada no país a vários cidadãos brasileiros.

«O que sucedeu com os brasileiros já sucedeu a centenas de angolanos, há já muito tempo que muitos deles ficam no aeroporto e não conseguem entrar em Portugal».

Há também receios quanto à anunciada transferência de poderes, dos tribunais para os serviços administrativos do Estado, da decisão de expulsão de um qualquer cidadão estrangeiro, bastando, para uma decisão desfavorável, a existência de um qualquer «indício de intenção de prática de crime». Uma arbitrariedade agravada com a informatização dos dados sobre as pessoas existentes nos serviços de estrangeiros não estarem sujeitos a fiscalização e poderem ser a base para decidir a expulsão. «Isto é muito perigoso e poderá levar à desagregação de muitas famílias».

Manuel Correia diz-nos que «a lei de regularização dos imigrantes devia ser simples e fácil de aplicar, poderia, por exemplo, começar por numa primeira fase pedir às pessoas para simplesmente confirmarem a sua permanência em Portugal para, no ano seguinte, se exigir então a declaração de emprego».

Até agora têm sido os sindicatos que se têm substituído às entidades empregadoras, passando as declarações depois de o ministro «praticamente ter dado a mão à palmatória» ao autorizar os sindicatos a fazê-lo, apesar de inicialmente a lei não o prever.

«Muitos destes trabalhadores ilegais estão em Portugal porque o Estado assim o quis ou permitiu. Muitos dos que já cá estavam antes de 1974 e da independência das colónias eram considerados cidadãos portugueses e, estando cá, deixaram de o ser. A outros, que para cá então vieram, nem sequer um passaporte lhes foi exigido, e a eles ainda teremos de acrescentar refugiados políticos das guerras de Angola e Moçambique que Portugal aceitou. Houve até o caso de empresas públicas que foram a África contratar trabalhadores e os trouxeram sem qualquer documentação». Factos que só aumentam as obrigações morais do Estado português para com estes milhares de pessoas.

Apesar disso, «durante o mês de Janeiro foram feitas rusgas em comboios e autocarros e pedida a identificação a cidadãos que iam ou vinham do trabalho, o que criou um clima de suspeição em relação aos Serviços de Estrangeiros que levou muita gente a ter receio de ir lá legalizar a sua situação». Manuel Correia afirma que este processo deveria ter-se apoiado nas associações que representam estes cidadãos, já que estão mais próximos deles. Critica igualmente a fragilidade da campanha publicitária feita na televisão.

Os que não conseguirem legalizar a sua situação até 5 de Março, e tudo indica que serão muitos, entram no novo regime que uma lei que será apresentada à Assembleia da República sobre a Permanência, Saída e Expulsão de Estrangeiros irá prever. Segundo afirmações há dias do ministro Dias Loureiro, eles serão, pura e simplesmente, expulsos.

Num país de emigrantes, certamente este tipo de tratamento indignaria os nossos compatriotas que por esse mundo estão espalhados... «É que os imigrantes são pessoas e têm os direitos de todas as pessoas», diz Manuel Correia.

Para averiguar abusos e violações

PCP propõe inquérito parlamentar ao caso dos brasileiros retidos

O Grupo Parlamentar do PCP entregou na Mesa da Assembleia da República um pedido de inquérito parlamentar às "circunstâncias e responsabilidades dos casos e do tratamento dado na fronteira a cidadãos estrangeiros", provenientes designadamente do Brasil e PALOPS's.

Com esta iniciativa, tomada na sequência do caso dos brasileiros retidos no aeroporto de Lisboa durante vários dias e seu posterior repatriamento, os parlamentares comunistas pretendem que o Parlamento tenha uma palavra a dizer numa área tão sensível e crucial como é a garantia dos direitos fundamentais, apurando concretamente "quais as condições de funcionamento do aeroporto, a formação dada aos agentes do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e quais as garantias de defesa conferidas aos cidadãos".

A questão é tanto mais pertinente quanto é certo que têm sido claramente insatisfatórias todas as explicações avançadas pelo Governo acerca dos incidentes entretanto ocorridos, traduzindo-se essas explicações na maior parte dos casos como "mera cobertura" às actuações daquele serviço de fronteira.

De acordo com os relatos feitos em vários órgãos de comunicação social, recorde-se, esses incidentes estão recheados de situações de abusos, ilegalidades e violações dos direitos humanos no tratamento conferido aos cidadãos oriundos do Brasil ou de países africanos, actos imputados ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e a outras entidades administrativas que operam na fronteira.

Como se tudo isto não bastasse, ainda na perspectiva da formação comunistas, também a forma como o Governo tem caracterizado o problema, "acentuando a necessidade de impedir o acesso desses cidadãos à residência em território nacional", contribui objectivamente para fomentar "sentimentos de xenofobia e racismo, que, na conjuntura de crise que vive a economia portuguesa, são extremamente perigosos".

Incidentes irracionais

Ele próprio exilado durante muitos anos no Brasil, profundo conhecedor da sua realidade social, o deputado Miguel Urbano Rodrigues, em nome da bancada comunista, não quis deixar passar sem reparo os incidentes ocorridos no aeroporto que envolveram cidadãos brasileiros.

Expressando a sua indignação pelo sucedido, considerou-se duplamente ferido pela "agressão à inteligência e à história que tornou possível incidentes tão irracionais", recusando no entanto aceitar a palavra crise para qualificar a situação criada, já que, disse, as relações entre os povos "permanecem acima do circunstancialismo e da miopia burocrática".

Depois de recordar o "respeito humano e o afecto" sempre dispensado aos portugueses do outo lado do Atlântico, "mesmo nos piores períodos da ditadura militar", Miguel Urbano Rodrigues atribuiu ao Brasil o "legado permanente mais importante de Portugal à humanidade", concluindo que só a "desatenção e a insensibilidade do Governo permitiram que se acumulassem incomprensões e incidentes que, somados, forneceram o recheio de um contencioso irracional".

COMUNIDADE EUROPEIA

Em tempo de recessão Comunidade insiste em velhas estratégias

Economia comunitária continua ao serviço de certos bancos centrais e de multinacionais

A recessão e o desemprego estiveram na ordem do dia na sessão plenária do Parlamento Europeu da semana passada, em Estrasburgo. Embora aprovado por larga maioria, o programa de trabalho da nova Comissão Europeia está longe de dar resposta às crescentes preocupações sociais quanto ao rumo desta União Europeia.

Como pano de fundo deste debate esteve o relatório económico anual da Comissão que, como assinalou o camarada Sérgio Ribeiro na sua intervenção sobre a matéria, veio justificar de forma quase "dramática" o debate sobre a recessão e o desemprego. Para o eurodeputado comunista, é de reter que mais uma vez as previsões foram "revistas em baixa no que respeita ao crescimento passado e às perspectivas de crescimento próximo", de tal modo que se torna legítimo perguntar quais serão as previsões económicas de amanhã.

Segundo Sérgio Ribeiro, o que é mais grave nestas previsões em baixa não é tanto o que desce, nem as variáveis macroeconómicas que reflectem o crescimento ou ausência de crescimento económico, mas o que cresce. E o que cresce é o "desemprego e a sempre pior qualidade do emprego, é o aumento do fosso entre o andamento dessas variáveis macroeconómicas e o dos indicadores que traduzem dinâmicas sociais ou regionais".

Neste contexto, é significativo que, ao mesmo tempo que se fala de convergência (o leque entre os Produtos Internos Brutos dos Estados-membros diminuiu ligeiramente), os indicadores relativos às remunerações do trabalho revelem que cresceram as diferenças e os ganhos horários brutos dos trabalhadores portugueses passaram de 35 por cento dos dos trabalhadores dinamarqueses, no começo dos anos 80, para 32 por cento no começo dos anos 90, valendo hoje cerca de 1/7 se a referência for ecus.

Não menos significativo, por outro lado, é o agravamento das assimetrias regionais, com Portugal a fazer parte do conjunto de países cujo rendimento *per capita* se situa na ordem dos 50 por cento da média comunitária, com excepção da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Como questionou Sérgio Ribeiro, **que esperar quando a recessão está instalada, quando o relatório anual diz que uma média de crescimento anual de 2,5 por cento dos PIB seria o mínimo necessário para estabilizar o desemprego, e que seria necessário um crescimento sustentado de 3,5 por cento ao ano para que, em 1996, o desemprego fosse reduzido para o nível que atingiu em 1990, um pouco acima da taxa dos 8 por cento, e os números que encontramos nas últimas previsões, de 2 de Fevereiro, são de 0,8 por cento para 1993 e de 1,75 por cento para 1994?**

Mudar de nome sem mudar de rumo

Face a tão grave situação, defendeu o eurodeputado comunista, "seria de esperar uma profunda revisão, não só dos mecanismos de notação estatística e das previsões que fundamentam, mas sobretudo da estratégia que, em período de crescimento, não impediu que o desemprego ultrapassasse o nível dos 16 milhões e a taxa dos 10 por cento". Seria de esperar uma mudança das estratégias financeiristas ou monetaristas que tudo cedem à estabilidade dos preços que não conseguem alcançar, hipotecando quer o crescimento mais acelerado dos países que, num conjunto interdependente, estão mais atrasados, quer a recuperação de correlativas situações de evidente desfavor social e sua evolução no sentido de maiores desigualdades e assimetrias.

Não é esse no entanto o caminho escolhido. Agora, a mudança está, afirma Sérgio Ribeiro, na substituição da palavra "cooperação" pela palavra "coordenação", e na manutenção de "critérios nominais/financeiros/monetários, estabelecidos minuciosamente em conjunturas largamente ultrapassadas, critérios que fundamentam planos de convergência fora de quadros globais e da consideração de especificidades nacionais".

Do que se trata, enfim, é de continuar com a economia comunitária marcada pelas escolhas, pelas opções dos interesses dè alguns governos e, sobretudo, de bancos centrais e de multinacionais.

Para o eurodeputado comunista, esta questão é particularmente grave porque desconhece as desigualdades e assimetrias reais, bem como as especificidades e derivadas opções estratégicas nacionais. Portugal é um exemplo disso. Entre a panóplia de variáveis macroeconómicas, tem um indicador estatístico relativo ao desemprego bastante favorável no quadro comunitário; a partir desse indicador, o governo português considera dispor de margem de manobra para melhor cumprir as metas da convergência nominal, com prejuízo evidente do crescimento económico baseado em actividades produtivas. Isto é, considera Sérgio Ribeiro, "com excesso de zelo no cumprimento de estratégias comunitárias, um Estado-membro na cauda do crescimento económico e das situações sociais e regionais dispõe-se a convergir realmente, mas pela negativa, ou seja, a levar o desemprego para níveis mais comunitários, como forma de cumprir a convergência nominal, procurando atingir as suas exigentes, e universais, e ultrapassadas metas, fazendo tábua rasa dos elevados custos sociais".

E importa não esquecer que tudo isto se passa "ao arrepio do reforço da dimensão social de qualquer que seja a estratégia, contra uma real coesão económica e social".

Bem diferente é a posição dos comunistas, para quem a promoção do crescimento económico não só é indispensável como deve garantir o progresso social, pelo que "não se pode realizar à custa da protecção social, da moderação salarial, da mercandização da força de trabalho". Como sublinhou Sérgio Ribeiro ao intervir na sessão plenária do PE, a elaboração e a execução de uma necessária nova estratégia tem de ter, para que assim seja, **uma maior participação das forças sociais, nomeadamente dos sindicatos e a partir do exclusivo critério das sua implantação nacional**, sendo igualmente **indispensável que os cidadãos, os trabalhadores e as suas organizações, bem como os poderes local e regional, tenham lugar e participação na construção de uma Comunidade diferente e numa Europa social.**

Alqueva nas mãos do Governo

A decisão sobre o futuro do Alqueva está nas mãos do Governo português, que dispõe já há três semanas do resultado do estudo sobre a viabilidade do empreendimento, informou no final da semana passada o eurodeputado Joaquim Miranda, após um encontro em Estrasburgo com Bruce Millan, responsável da Comissão Europeia pela Política Regional.

O encontro, em que participaram também Sérgio Ribeiro e Rogério de Brito, realizou-se a pedido dos eurodeputados comunistas, interessados em saber qual o ponto da situação respeitante à Barragem do Alqueva, considerada por um número crescente de especialistas como condição indispensável para a recuperação e desenvolvimento económico do Alentejo.

O comissário Millan confirmou aos eurodeputados que o referido estudo de viabilidade - encomendado pelo Governo a um consórcio internacional de consultadoria económica e financiado pela Comissão Europeia - foi concluído e remetido às autoridades portuguesas há cerca de três semanas. A decisão política sobre a realização ou não do empreendimento cabe agora ao Governo, sublinhou o comissário europeu.

Segundo Joaquim Miranda, embora o comissário não tenha revelado explicitamente qual a conclusão do estudo a cerca da viabilidade do empreendimento, dado não se tratar de um documento público, ficou claro nas informações que prestou que o mesmo deve ser realizado, porque o problema da água é um factor essencial para o desenvolvimento da região.

No encontro com os eurodeputados portugueses, o comissário Millan manifestou ainda a maior abertura para considerar a inclusão do empreendimento do Alqueva no Quadro Comunitário de Apoio, caso o Governo português o proponha.

Ou seja, a iniciativa encontra-se agora nas mãos de Cavaco Silva, dependendo o Alqueva apenas da vontade política em o concretizar. Não deixa de ser estranho que, tendo em conta a difícil situação que se vive actualmente no Alentejo, o executivo pareça não ter pressa em se pronunciar sobre uma questão que se arrasta há mais de uma década e cuja solução tem vindo a ser adiada pelos sucessivos governos. Não menos estranho é o silêncio - dir-se-ia mesmo segredo - que envolve todo este assunto, sobretudo tendo em conta que por diversas vezes o Governo se refugiou no alegado atraso do estudo encomendado sobre o Alqueva para justificar a falta de uma tomada de decisão.

Uma atitude que o PCP se propõe contrariar. Na passada sexta-feira, num encontro com as Associações de Municípios Alentejanos, primeiro, e em conferência de imprensa em Beja, depois, os eurodeputados comunistas deram conta das suas diligências junto do comissário Millan; já esta semana, na Assembleia da República, o Grupo Parlamentar comunista apresentou um requerimento solicitando ao Governo informações sobre o referido estudo de viabilidade do Alqueva.

Defendido pela generalidade dos responsáveis autárquicos alentejanos e não poucos especialistas, nacionais e estrangeiros, o Alqueva tem conhecidos opositores. Ainda recentemente, Carlos Pimenta, do PSD, se pronunciou contra o empreendimento, classificando-o de "elefante branco", pretensamente atentatório do equilíbrio ecológico do Alentejo. A Pimenta não parece preocupar a crescente desertificação daquela região, literalmente a morrer de sede e também já de fome.

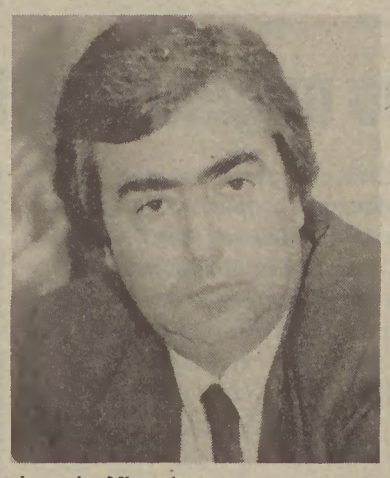
Cavaco Silva não tem muito mais tempo para protelar a decisão sobre o Alqueva. E não é de excluir que no próximo dia 20 de Março, quando for inaugurar a OviBeja, aproveite a oportunidade para, qual mago tirando coelhos da cartola, anuncie enfim o termo do bloqueio ao empreendimento. Resta saber qual: se o verdadeiro Alqueva de que o Alentejo necessita ou se um qualquer alquevazinho que sirva as suas clientelas sem resolver os problemas da região.

Joaquim Miranda preside ao Grupo Coligação de Esquerda

O camarada Joaquim Miranda vai passar a presidir ao Grupo Coligação de Esquerda do Parlamento Europeu.

A decisão, já tomada e apresentada às instâncias do PE, será formalizada na sessão plenária do PE de Março.

Para o camarada Joaquim Miranda, as suas novas funções serão exercidas tendo com principal preocupação o "reforço da capacidade de intervenção do Grupo na defesa de posições de esquerda no Parlamento Europeu, tanto mais necessária quanto se acentua a hegemonização da vida parlamentar europeia resultante da aliança permanente e global de socialistas e liberais". Por outro lado, como afirmou ao "Avante!", o novo cargo permitir-lhe-á uma "maior influência e capacidade de intervenção em várias instâncias", o que poderá, sem colidir com os interesses do Grupo, "potenciar benefícios para os interesses nacionais, designadamente ao nível da coesão económica e social".



Joaquim Miranda

O eurodeputado é actualmente membro efectivo da Comissão de Orçamentos do PE e suplente da subcomissão de Segurança da Comissão dos Assuntos Externos e da Segurança, da Comissão de Desenvolvimento e Cooperação e da Comissão Delors II (temporária). No âmbito do PE, é ainda membro efectivo da Assembleia Paritária do Acordo celebrado entre os Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico e a Comunidade Europeia (ACP/CEE) e membro suplente da delegação do Magrebe e da União do Magrebe Árabe.

Nascido em 1950, formado em economia, casado e com uma filha, Joaquim Miranda foi vereador da Câmara Municipal de Portalegre e membro da respectiva Assembleia Municipal, antes de ser eleito deputado à Assembleia da República, em 1980. Deputado até 1986, foi membro do secretariado do Grupo Comunista da AR a partir de 1982 e membro das Delegações Parlamentares Portuguesas ao Conselho da Europa, União Interparlamentar (UIP) e EFTA. Deputado ao Parlamento Europeu desde 1986, Joaquim Miranda foi vice-presidente do Grupo Comunista e Afins entre 1986 e 1989 e vice-presidente do Grupo Coligação de Esquerda a partir de Outubro de 1990.

Joaquim Miranda é membro do Comité Central do PCP.

PARLAMENTO EUROPEU

A sofreguidão por Maastricht

■ Martins Coelho

A Ordem de Trabalhos da sessão plenária de Fevereiro do PE (decorrida entre 8 e 12 deste mês) é um documento elucidativo das actuais dificuldades e contradições que a CEE atravessa.

Entre as dezenas de relatórios, debates, temas urgentes e outros assuntos em discussão salientamos os seguintes: a livre circulação de pessoas, o futuro dos serviços públicos, a «investidura» da nova Comissão relacionada com as suas orientações políticas e o seu programa de trabalho, o alargamento da CEE, a estratégia para combater a recessão e o desemprego na Comunidade, o «dumping» social (após a transferência da Hoover da França para a Escócia onde os salários são mais baixos e, sobretudo, as condições sociais estão **liberalizadas** à Thatcher — uma antevisão da «livre concorrência» que espera os trabalhadores comunitários), a situação na ex-Jugoslávia, as medidas decretadas pelos EUA contra os produtos siderúrgicos comunitários, a agitação no mercado das taxas de câmbio, a política comunitária no sector carbonífero.

Pelo meio, Deus Pinheiro, em nome da Comissão, recusou as propostas do PE que solicitavam que as superfícies elegíveis à ajuda aos produtores de trigo passassem, em Portugal, a 60 000 ha (a Comissão propõe 30 000 ha). O camarada Rogério Brito defendeu a proposta do PE e alertou, mais uma vez, para os riscos da desertificação humana que se verifica no Alentejo.

A isto Deus respondeu que a produção de trigo duro é excedentária na Comunidade pelo que a Comissão não poderia aceitar as propostas. Não ficámos melhor servidos com este «deus» do que com a «cunha». A livre circulação de pessoas mereceu do camarada Sérgio Ribeiro a interrogação se seria demasiado pedir que as pessoas sejam tratadas com tanta atenção como as mercadorias e os capitais.

O PE aprovou uma resolução dos Grupos socialista, PPE (onde estão os ex-CDS), LDR (no qual se encontra o PSD), ADE (RPR francês fundamentalmente) e ARC (Pedro Canavarro é o único deputado português deste grupo), pedindo o alargamento rápido da Comunidade à Áustria, Suécia e Finlândia, assim como a outros países que se candidatem, **desde que os mesmos satisfaçam os critérios impostos por Maastricht** (o tal tratado que por enquanto ainda não o é).

Não o é mas já serve para tudo. Nesta sessão plenária o PE, tal como as crianças, brincou ao «faz de conta». Maastricht, se vier a entrar em funcionamento, estipula que os governos dos Estados-membros designam de comum acordo, após consulta ao PE, o Presidente da Comissão e, em consulta com este, designam os outros membros da Comissão que são colegialmente sujeitos a um voto de aprovação do PE e só depois são nomeados oficialmente.

A sofreguidão por Maastricht levou o PE e a Comissão a encenarem uma farsa. Jacques Delors afirmou que, apesar do Tratado não estar ainda em vigor, considerava que o debate e a votação que teria lugar assumia o carácter de uma verdadeira investidura.

O PE que sim senhor, era mesmo assim, e os socialistas a criticar a Comissão por ser tão minimalista no seu programa ou «estar-se-á à espera da ratificação de Maastricht?». O resto alinhou pelo mesmo padrão – todos a criticarem, aquilo não era programa que se apresentasse etc, pardais ao milho, mas... iriam votar favoravelmente, embora contrafeitos e sem entusiasmo, a «investidura». Enfim, uma má peça apesar dos experimentados actores. O Grupo Coligação de Esquerda (onde estão os comunistas) criticou e votou contra, juntando coerentemente o voto à palavra.

Ataque aos serviços públicos

O ataque aos serviços públicos prossegue, sob os argumentos da concorrência proveitosa ao consumidor dá-se ao privado as partes mais rentosas e lucrativas, critica-se o **modo** como as administrações públicas desempenham o seu papel nos **monopólios estatais** para justificar a entrega a outros monopólios (estes privados e quantas vezes subsidiados pelos dinheiros públicos) dos transportes, dos correios, das águas, da electricidade, do gás, das telecomunicações.

Liberalização lhe chamam, ou o futuro dos serviços públicos na Europa do grande mercado, ou redefinição do conceito de serviço público. Negam-se a estes os meios técnicos e financeiros necessários ao exercício das suas actividades ao serviço dos cidadãos e financia-se o seu desmembramento ao serviço da **liberalização dos mercados**. Para termos uma ideia dos interesses em jogo basta dizer que os correios na Comunidade representam um volume de negócios superior ao total do orçamento da CEE.

Apressando o passo saltamos sobre as restantes questões para determo-nos no debate sobre o desemprego, a recessão e o investimento proposta pelos socialistas e o PPE (democratas-cristãos), sem participação dos outros grupos como vem cada vez mais sendo hábito nas questões de fundo, impondo os dois um autêntico «diktat» sobre o PE. Já nem é preciso virar o disco para tocar o mesmo — Masstricht.

Na resolução aprovada existe um considerando que por si só é elucidativo: «tendo constatado que os benefícios decorrentes da realização do Grande Mercado previstos no relatório Cecchini não se concretizaram completamente».

Quem se recorda já do relatório Cecchini? Pensamos que muito poucos e que vale a pena recordar. Estávamos nos princípios de 1988, o Acto Único tinha sido ratificado há ano e meio e começavam a aparecer as primeiras grandes interrogações sobre as suas consequências, algumas já visíveis então, mesmo entre aqueles que mais entusiasticamente o tinham apoiado. Era preciso dar à Comunidade, segundo uma expressão de Delors na altura, confiança, um novo fôlego e uma nova inspiração.

No dia 29 de Março desse ano, Delors e o comissário Lodr Cockfield apresentavam à imprensa, com toda a pompa e circunstância, o relatório Cecchini (nome do autor, um antigo director-geral dos serviços da Comissão), «estudo **científico** de grande envergadura, baseado em estudos sectoriais aprofundados e sobre inquéritos junto de um grande número de chefes de empresa, sobre as vantagens do mercado único europeu (objectivo 1992)».

Foi um deslumbramento. Até a CES (Confederação Europeia de Sindicatos) e outras organizações sociais, que para tão científico estudo tinham sido ignoradas, bateram palmas.

O custo da «não-Europa»

Nascia um novo conceito político-económico — «o custo da não-Europa». O relatório estimava as vantagens económicas do mercado único (MU) em 200 biliões de ECUS a preços de 1988. Tal estimativa assegurava que o MU, caso fosse uma realidade em 88, teria adicionado ao PIB comunitário mais uns 5% nesse ano.

A receita e a mensagem estavam dadas: «eliminação da fiscalização nas fronteiras internas (do MU), abertura dos mercados públicos, liberalização dos serviços financeiros, intensificação da concorrência». Estas e outras medidas, desde que «todos os obstáculos» fossem levantados, teriam «um impacte global» ao fim de 5 a 6 anos na ordem de +4,5% em termos de PIB e de -6% em termos do nível dos preços, podendo criar, a médio prazo, cerca de 2 milhões de postos de trabalho.

Mais, caso a política macro-económica se tornasse mais activa, os ganhos poderiam atingir os 7% em termos de PIB e 5 milhões de empregos poderiam ser criados.

Delors, em sessão plenária do PE, seguindo as linhas do relatório, sublinhava que a adesão de novos membros, a confirmar-se, teria um efeito potencialmente estimulador sobre o investimento e o crescimento económico. A confirmar a tese dava o exemplo das recentes adesões de Portugal e Espanha que tinham relançado uma economia comunitária que patinava ao alargar o mercado a mais 40 milhões de consumidores.

Algumas medidas cautelares se impunham, designadamente apoio às regiões atrasadas e em declínio, reciclagem e formação profissional para os trabalhadores atingidos pelas reestruturações (leia-se despedidos). Com o Cecchini encontrava-se o pretexto para acelerar a liberalização em todos os azimutes, fazer avançar as 300 medidas para concretizar o mercado interno e, como compensação, definiam-se cinco objectivos prioritários para a coesão económica e social sustentados num aumento dos fundos estruturais.

O PE, que nestas coisas de ciência não gosta de perder nem a feijões, encarregou Sir Catherwood de respaldar tal análise através de um relatório sobre «o custo da não-Europa e as suas consequências». A conclusão foi de que esse custo podia ser avaliado, no mínimo, em 120 biliões de ECUS/ano. Tudo isto era o resultado «da incapacidade de tomar as decisões necessárias para o desenvolvimento de todas as potencialidades da Comunidade» uma vez que «a Presidência do Conselho mudava todos os seis meses e era composta de membros que consagravam apenas 10% do seu tempo a esta função».

Esta economia poderia realizar-se em vários sectores mas fazia falta um Banco Central Europeu. O PE prometia, face a estas conclusões, examinar, no quadro da nova estratégia sobre a União Europeia, toda uma série de modificações a introduzir nos tratados. Estávamos em 1988. Como se vê, Maastricht já vem de longe. As coisas tiveram o seguimento que se conhece nas Cimeiras de 1990 de Dublin e Roma e, principalmente, na Cimeira de Junho de 1991, no Luxemburgo, na qual se assentou na revisão dos tratados.

Entretanto, a vida alterou a ciência, os PIBs não cresceram, o desemprego aumentou de forma galopante por essa Europa fora e estão anunciadas mais umas centenas de milhares para os próximos tempos, a coesão económica e social está no papel, a liberalização favorável ao grande capital prossegue, as regalias sociais são atacadas e diminuídas, etc., e o Cecchini foi metido bem fundo na gaveta. Saindo deste meu «europessimismo» e para não perder o fio à meada regressamos ao debate sobre a recessão e o desemprego que tínhamos referido.

O Comissário Christopersen lá foi dizendo que as previsões não são optimistas, o crescimento não ultrapassará mais de 1% do PIB comunitário, o desemprego vai crescer mas..., caso os Estados-membros queiram, a estratégia para combater esta situação existe e, em primeiro lugar, passa pelo «funcionamento correcto do mercado interno **e a preparação da segunda fase da UEM** (sublinhado nosso), a coordenação das políticas económicas e orçamentais, as quais devem ser melhor equilibradas, e a melhoria da capacidade de gestão do SME».

Como dizia o Vasco Santana no seu monólogo com o candeeiro público no filme « A canção de Lisboa» — **Compreendido!**

Pedido de intervenção urgente na Marinha Grande

O eurodeputado comunista Sérgio Ribeiro dirigiu à Comissão Europeia uma pergunta e entregou no Parlamento Europeu um projecto de resolução sobre a situação económica e social no concelho da Marinha Grande. No projecto de resolução, o eurodeputado propõe o «urgente financiamento de um estudo aprofundado da situação socioeconómica da Marinha Grande e a adopção imediata de medidas de prevenção, em concerto com o Governo português», perguntando por escrito à Comissão Europeia se pode encarar esse urgente financiamento do estudo.

Lembrando nos considerandos a «crise e/ou sinais de crise iminente» no sector vidreiro «por ausência de uma política industrial e de mecanismos de protecção face à concorrência do Leste europeu, da Turquia, do México que, além do «dumping» social, terão mecanismos de incentivos de que Portugal abdicou, inclusive cambiais», Sérgio Ribeiro afirma que «após o encerramento da fábrica-escola Irmãos Stephens, verdadeiro atentado a um património industrial, e peripécias do seu leilão, há risco iminente de encerramento de mais duas unidades com mil trabalhadores, que sobrevivem não pagando à segurança social e começando a ter salários em atraso».

Sérgio Ribeiro levou à Comunidade Europeia os problemas das fábricas de vidro da Marinha Grande

Nelson Mandela Uma vida de luta ao serviço do povo sul-africano

Nelson Mandela, dirigente histórico do Congresso Nacional Africano (ANC) e verdadeiro símbolo vivo da luta do povo da África do Sul contra o apartheid, visita pela primeira vez Portugal nos próximos dias 23 e 24 de Fevereiro. Os pormenores da visita, integrada numa série de contactos que o levará primeiro a Londres para um encontro com John Major e depois à Escócia, não foram ainda tornados públicos, mas sabe-se desde já que será recebido ao mais alto nível do Estado.

A deslocação de Nelson Mandela a Portugal, onde se encontrará com Mário Soares, Cavaco Silva e Durão Barroso, ocorre num momento difícil da luta pela democracia e pela paz na África do Sul e em toda a África Austral, em que assume particular relevo a dramática situação que se vive em Angola.

A constante ingerência sul-africana em Angola, quer ao nível de Estado quer das forças mais reaccionárias, comprovadamente apoiando a Unita de Jonas Savimbi na sua estratégia de tomada do poder pela força e/ou divisão de Angola, constitui mais uma ameaça ao processo de democratização da África do Sul. Para a minoria branca no poder naquele país, um tal precedente seria bem-vindo, como reforço da "argumentação" para a inevitabilidade da sua permanência no poder sob pena da desagregação do país e o despoletar de lutas fratricidas.

Nada disto é estranho a Nelson Mandela, o homem que até há pouco tempo detinha o nada invejável 'título' do mais antigo preso político do mundo.

Nascido a 18 de Julho de 1918, em Umtata, Nelson Mandela sobreviveu nos cárceres sul-africanos durante mais de um quarto de século. A sua luta pela libertação da maioria negra sul-africana do domínio do apartheid data de muitos anos antes, quando renunciou aos direitos tribais que por herança lhe destinavam o lugar de 'príncipe' num 'país' onde os negros nem sequer eram considerados seres humanos, e enveredou pela advocacia.

Nos anos 40, já formado, abriu um escritório de advocacia em Joanesburgo, com Oliver Tambo. Aí, durante anos de actividade, ambos defenderam centenas de africanos caídos sob a alçada das leis do apartheid.

Foi aos 25 anos que Nelson Mandela aderiu ao ANC onde, com Walter Sisulu, Oliver Tambo, Anton Lembele e outros, formou a componente juvenil do ANC e contribuiu para a transformação daquela organização num movimento de massas contra o regime do apartheid.

Em 1952, Mandela é eleito presidente da organização do Transvaal do ANC e vice-presidente nacional do movimento. Destaca-se, entretanto, a nível nacional, durante a Campanha de Desobediência das Leis Injustas, quando milhares de pessoas foram presas pela infracção pacífica das leis do apartheid.

A partir dessa data, Mandela é um homem marcado, repetidamente banido, o que não o impede no entanto de continuar a sua actividade. Em Junho de 1955, por exemplo, desempenha um papel fundamental na realização do Congresso dos Povos, onde foi adoptada a famosa Carta da Liberdade (Freedom Charter). Como resultado, em 5 de Dezembro de 1956, o inevitável fechar de portas chegou, quando foi preso e acusado de alta traição. O julgamento começou em Agosto de 1958, mas isso não o impede de casar, em Junho do mesmo ano, com Winnie Nomzamo Madikizela.

Um símbolo vivo na luta dos povos

Nelson Mandela foi uma das 156 pessoas acusadas na maratona do julgamento de traição, na sequência da adopção da Freedom Charter. Foram todos absolvidos, depois de um julgamento que se prolongou até Março de 1961. Nesse período, contudo, a situação na África do Sul modificou-se, com o massacre de Sharpeville, em 21 de Março de 1960, em que 69 pessoas foram mortas a tiro durante uma manifestação pacífica contra a Lei dos Passes. O estado de emergência que se seguiu, com a ilegalização do ANC, forçaram Mandela e outros dirigentes a rever a sua estratégia de oposição não-violenta.

Sob a direcção de Mandela, em Maio de 1961, realiza-se um Conselho Nacional que decide apelar a 'três dias em casa', como forma de protesto contra a nova República branca da África do Sul. As autoridades sul-africanas abafaram esta acção. Foi então que Nelson Mandela declarou: "Se a reacção do governo é esmagar pela força a nossa luta não-violenta, então teremos que reconsiderar as nossas tácticas. No meu espírito estamos a encerrar o capítulo desta questão da política da não-violência".

É a partir desta altura que Mandela é encarregado de formar o Umkhonto we Sizwe, de que é o primeiro comandante em chefe. Os primeiros actos de resistência da organização ocorrem em 16 de Dezembro de 1961.

Actuando na clandestinidade, Mandela sai do país para se encontrar com vários chefes de Estado em África, bem como para uma breve estadia na Grã-Bretanha.

Após o seu regresso, é preso. Estava-se então a 5 de Agosto de 1962.

Julgado e condenado a 5 anos de prisão, acusado entre outras coisas de ter abandonado o país ilegalmente, Mandela volta ao tribunal em 9 de Outubro de 1963, como 'Acusado número um' do julgamento de Rivonia.

Em 20 de Abril de 1964 faz o seu famoso discurso "Estou preparado para morrer..." na barra do tribunal. A 11 de Junho, com mais 7 co-acusados, é considerado culpado de preparar o derrube do Estado do apartheid. No dia seguinte, 12 de Junho, é condenado a prisão perpétua.

Mandela esteve mais de 25 anos na prisão. Durante esse quarto de século, a sua estatura como símbolo da resistência e como dirigente do povo Sul-Africano não parou de crescer. Gerações de jovens de todo o mundo juntaram as suas vozes a quantos se empenharam na luta pela democracia exigindo a sua libertação e o fim do apartheid.

Hoje, Nelson Mandela é mais do que uma referência obrigatória na história sul-africana. Hoje, é internacionalmente reconhecido que não haverá solução para a África do Sul sem a participação de Mandela e de quantos, como ele, dedicaram a vida à liquidação do apartheid e à luta pela paz e pela democracia no país de que são cidadãos de pleno direito.

UNITA no Huambo

A estratégia do holocausto

Uma barragem de artilharia com que a UNITA "travou" no último fim-de-semana a fuga desordenada de multidões de civis da cidade do Huambo para a a cidade de Caala, provocando um número indeterminado de mortos e feridos entre populações que o movimento de Jonas Savimbi reivindicava como "suas", dá mais um brutal testemunho do que vale e quer este pretenso bando de "guerrilheiros".

Na cidade, já arrasada e a transbordar de mortos, continuam os combates alimentados, por parte da UNITA, de mercenários, material e logística vindos dos racistas da África do Sul e do Zaire de Mobutu, travando uma batalha que o bando de Jonas Savimbi julga "decisiva" na sua estratégia de destruição e de terror para a tomada do poder que o voto democrático dos angolanos lhe negou. Dá ideia que o bando do "galo negro", como alguns ardorosos repórteres ainda gostam de romantizar, já se consome a si próprio na voragem do sangue e da morte, arrastando tudo e todos em monstruosidades que, infelizmente, a história apenas quantifica depois.

À hora do fecho da edição, ignora-se a resposta da UNITA ao ultimato lançado pelos observadores de Portugal, EUA e Rússia junto da Comissão Conjunta Político Militar (CCPM), exigindo, até às 22 horas de ontem, que o movimento de Jonas Savimbi indique uma data para a realização de uma segunda reunião em Adis-Abeba com o governo angolano para um imediato cessar-fogo e o restabelecimento da paz. Conhece-se, isso sim, tanto a disponibilidade do executivo angolano para acções concretas nesse restabelecimento e o fim do holocausto no país, como a clareza do ultimato ocidental que, finalmente, "perde a paciência" para com o bando de Jonas Savimbi e diz, taxativamente: "os observadores não deixarão de retirar as ilações que tiverem por convenientes de uma eventual ausência de reacção da direcção da UNITA".

A "vitória no Huambo", que já provocou um número indeterminado de milhares de mortos, tem sido apresentada pelos representantes da UNITA como um "ponto de honra" e um "elemento-chave" da sua estratégia (como se a destruição de uma cidade e o assassínio em massa de populações fosse o caminho para encontrar o apoio e a legitimidade populares). Entretanto, segundo o general Sukissa, chefe das Forças Armadas Angolanas no Huambo, "nenhum elemento da direcção da UNITA se encontra já naquela cidade", enquanto "Jonas Savimbi foi o primeiro a fugir, deixando apenas militares e alguns mercenários, muitos dos quais estão presos".

Álvaro Cunhal na Marinha Grande

Alarga-se a base social para uma alternativa à direita

Mais de seiscentas pessoas participaram na sessão promovida, sexta-feira passada, na Marinha Grande, que contou com a presença de Álvaro Cunhal, Presidente do Conselho Nacional do PCP.

Saul Fragata, membro do Comité Central e da da DORLEI, apresentou a mesa, onde estavam Joaquim Gomes, membro da Comissão Central de Controlo e do Comité Central, Felicidade Barreiros de Oliveira, presidente da Associação de Reformados da Marinha Grande, Anabela Duarte, dirigente da JCP, João Barros Duarte, presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, Etelvina Ribeiro, suplente do Comité Central e membro da Comissão Concelhia da Marinha Grande, e José Augusto Esteves, responsável pela DORLEI.

Na sua intervenção de abertura, Saul Fragata salientou que a Marinha Grande «atravessa uma das suas mais graves crises de sempre» que abrange as principais actividades económicas. Como referiu, «o sector cristaleiro está em pré-rotura, sendo necessárias medidas urgentes para a modernização dos equipamentos industriais». Aquele dirigente comunista recordou, entre outros, o caso da FEIS e dos seus 480 trabalhadores que continuam a lutar pela reabertura da empresa e chamou a atenção para situações preocupantes noutras unidades produtivas, em que existem salários em atraso e postos de trabalho ameaçados.

Saul Fragata teceu ainda várias críticas ao PS local que, disse, «engana-se frequentemente no alvo. Na última sessão da Assembleia Municipal, teve o desplante de propor à Câmara a compra da FEIS, sugerindo que a edilidade cobrisse todas as propostas de licitação em caso de novo leilão. Agora ataca publicamente o executivo autárquico pela situação económica e social que se vive na Marinha Grande. O PS local esquece-se de três coisas: a primeira é que não é ao poder local que compete resolver os problemas económicos e sociais; a segunda é que até Agosto de 1992, o PS deteve na Câmara o pelouro do desenvolvimento em regime de tempo inteiro e nunca tomou posição nem apresentou quaisquer reivindicações face ao poder central; e a terceira é que esteve no poder vários anos como o CDS, depois sozinho e mais tarde com o PSD no bloco central, num momento em que os problemas estruturais na indústria cristaleira já existiam e o PCP já reclamava medidas

Intervenção de Álvaro Cunhal

Na concretização da orientação traçada pelo XIV Congresso, o Comité Central insistiu recentemente em que uma das direcções prioritárias da actividade do Partido é o desenvolvimento das lutas de massas com o correspondente reforço das organizações e movimentos unitários (dos trabalhadores, dos agricultores, dos intelectuais, dos quadros técnicos, dos jovens, das mulheres, dos pequenos e médios empresários, dos reformados, dos deficientes, etc.).

Uma tal orientação não diminui a importância da acção que apelidamos de institucional, ou seja, dos nossos eleitos na Assembleia da República, nos Parlamentos das Regiões Autónomas, nas autarquias, no Parlamento Europeu e noutras instituições.

Não diminui tão-pouco a importância das mais variadas formas de intervenção partidária de carácter económico, social, político, cultural, nos mais variados sectores da sociedade portuguesa.

Mas a definição da luta de massas e do reforço dos movimentos e organizações unitárias como uma das prioridades corresponde a uma orientação sempre considerada essencial pelo nosso Partido: **a intervenção popular de massas.**

É vastíssimo e profundo o descontentamento contra a política do Governo do PSD. As lutas em curso abarcam as mais variadas classes e camadas sociais não monopolistas. Abarcam vastos sectores que nas últimas eleições têm votado no PSD.

A grande movimentação social em curso **mostra que se restringe a base social de apoio do Governo, e que se alarga a base social de apoio potencial a uma alternativa à direita, à formação de um governo democrático com uma política democrática. A convergência convicta das forças democráticas a concretizar-se estaria em plenas condições de derrotar a direita, afastá-la do poder e realizar uma viragem democrática na política nacional.**

O movimento sindical unitário

No quadro da movimentação social, da luta e do papel das massas, **adquire uma importância de primeiro plano o movimento operário em geral e o movimento sindical unitário e a CGTP-IN em especial** - particularmente tendo em conta que se realiza já no próximo mês o seu Congresso.

A CGTP-IN é uma extraordinária realização e justo motivo de orgulho dos trabalhadores portugueses. A CGTP-IN é a grande central sindical dos trabalhadores. É um poderoso instrumento da sua luta em defesa de interesses fundamentais. É uma força integrante do regime democrático. É um movimento e organização de prestígio na sociedade portuguesa e no movimento sindical internacional.

E tudo isso porque **tem características** geradas ao longo da sua história e da sua luta - o seu carácter e firmeza de classe, a sua determinação na defesa dos interesses dos trabalhadores, a sua unidade, a sua autonomia e independência - que **constituem a própria razão de ser da sua força, da sua vitalidade, da sua capacidade de intervenção, de luta e de sucesso.**

E como a vida tem mostrado e confirmado que este grande e poderoso movimento não cede a pressões, dispõe de vastíssima militância e faz frente consequentemente ao capital e ao Governo, **desencadeou-se há muito uma violenta campanha visando enfraquecer e se possível transformar a CGTP e as características que ao longo da sua história definem a sua identidade.** Repito: a sua natureza de classe, a sua unidade, a sua autonomia e independência.

A questão e as especulações que se têm feito exigem alguns esclarecimentos relativos à acção dos comunistas no movimento sindical.

Primeiro: **É indiscutível que os comunistas, sem menosprezar a valiosa acção de sindicalistas não comunistas, deram sempre, desde a formação da Intersindical até hoje, uma contribuição determinante para a unidade, a força, a influência e a dinâmica da CGTP.** Aliás ninguém o contesta. Os comunistas continuam firmemente empenhados em continuar a dar essa contribuição.

Segundo: **A influência dos comunistas na CGTP resulta não de qualquer imposição externa à CGTP, mas da confiança que neles têm os trabalhadores, e da consequente escolha para cargos responsáveis.**

Terceiro: o PCP não concebe a CGTP como uma "correia de transmissão", antes **os seus militantes sempre estiveram e continuam apostados na formação, reforço, consolidação e desenvolvimento da unidade e da responsabilidade na CGTP dos trabalhadores das mais variadas opções políticas.**

Quarto: **O PCP não pretende enfraquecer as responsabilidades de sindicalistas não comunistas de quaisquer opções e contraria naturalmente a ideia inversa de enfraquecer as responsabilidades dos comunistas no movimento sindical.**

Quinto: **O PCP é frontalmente contrário a qualquer tentativa de partidarização da CGTP-IN e das estruturas sindicais, não tem uma organização dos sindicalistas comunistas com posições próprias assumidas publicamente e entende poder contrariar a unidade até hoje existente a formação no seio da CGTP de agrupamentos político-partidários com expressão política própria e pública, nomeadamente quando contrária à orientação da central.**

Sexto: **O PCP defende a vida democrática em todas as estruturas da CGTP;** defende que, havendo como há, naturais diferenças de opinião, **se procure a compreensão recíproca e o consenso.**

Estando em maioria em grande parte das estruturas sindicais, os comunistas não pretendem impor opiniões e propostas de decisão, mas consideram que não é igualmente lícito que sindicalistas de outras opções políticas em número minoritário pretendam impor as suas opiniões e propostas de decisão com ameaças de ruptura caso não sejam aceites.

Existem situações complexas em relação às quais não há opiniões unânimes. É indispensável um esforço de todos e de cada um para desdramatizar diferenças de opinião e divergências, e **procurar em comum as soluções adequadas pondo em primeiro plano não eventuais factores de divisão mas os factores e motivos de unidade que sempre inspiraram o movimento sindical unitário e lhe conferiram a força ímpar que hoje tem na sociedade portuguesa.**

(...)

As eleições autárquicas

Outra direcção prioritária da actividade do Partido é o trabalho autárquico considerando particularmente a preparação para as eleições a realizar em Dezembro.

AVANTE!

AO PROLETARIADO DE PORTUGAL

62 Anos de luta

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O <AVANTE!> LEGAL!

OS COMUNISTAS NO GOVERNO PROVISÓRIO

OS TRABALHADORES E A INTERSINDICAL

O general Spínola na Presidência da República

1000

números em liberdade

uma informação verdadeira
uma opinião de esquerda

MIL

■ Carlos Carvalhas (*)

Um papel ímpar na luta dos trabalhadores

O Avante - Órgão Central do Partido Comunista Português - atinge o seu número 1000 pós-25 de Abril e completa também 62 anos de publicação ininterrupta.

Surge assim como um dos mais antigos títulos da imprensa portuguesa que desempenhou e desempenha um papel ímpar na luta dos trabalhadores. Foi no passado, durante 43 anos da sua heróica publicação sob a ditadura fascista, voz e expressão orgânica da luta dos trabalhadores e do povo português contra a tirania, mensageiro das causas justas dos povos do mundo em luta pela democracia, pela independência, pelo progresso social e pela paz.

Tem sido durante estes quase 19 anos do pós-25 de Abril, com responsabilidade e firmeza de classe, o porta-voz do Partido, da nossa vida e da nossa luta, do pulsar da realidade nacional e das grandes batalhas da humanidade.

Nos últimos anos, o "Avante!" tem defrontado com coragem a mais encarniçada batalha ideológica imposta pelas forças de direita e, quando no campo democrático não são raras as deserções e grandes partidos escondem envergonhados o nome que usam, o "Avante!" assume-se como o órgão oficial do PCP, defendendo os interesses dos trabalhadores, combatendo a política de direita.

O "Avante!" é também a Festa, a mais importante realização política-cultural que tem lugar no nosso país - lazer, desporto, criação, juventude - constituindo uma imagem viva da forma de estar e construir dos comunistas portugueses.

Mas o "Avante!" é sobretudo um instrumento da afirmação da classe operária e dos trabalhadores, da identidade e constante renovação do Partido e uma ferramenta de fazer o futuro.

Ferramenta complexa que carece de atenção, desvelo e apoio militante de todo o Partido e, do empenhamento, do interesse, do rigor, do saber e da imaginação criadora do colectivo de trabalhadores comunistas que lhe dedicam, todos os dias, o melhor das suas preocupações e do seu esforço.

O colectivo do "Avante!" é credor do respeito e apoio do Partido e da sua Direcção pelo trabalho que apesar das dificuldades, lacunas e limitação de meios tem vindo a desenvolver, da procura em responder mais e melhor às necessidades da luta do povo português, da informação nacional e internacional, da qualidade gráfica e temática. Certamente que haverá ainda muito trabalho a fazer neste sentido. Todo o Partido e naturalmente de forma particular os trabalhadores do "Avante!" empenharão o melhor dos seus esforços na prossecução das orientações traçadas pelo XIV Congresso.

O "Avante!" cumpre hoje o seu milésimo número depois da revolução libertadora do 25 de Abril. Ninguém sabe como será precisamente o percurso da história daqui a outros tantos exemplares.

Quantas lutas, quantos actos de heroísmo, quantas derrotas e vitórias, recuos e avanços terá a classe operária, os trabalhadores, os comunistas e o seu Partido nos próximos 1000 números do "Avante!".

Mas sabemos que o capitalismo não é o fim da história e todos confiamos que o "Avante!" cumprirá, sempre com verdade, sempre coerente, sempre na luta pelas alamedas do futuro.

E todos sabemos que o futuro começa hoje, que o futuro passa pelo nosso Partido, pelo reforço da nossa influência e organização e, portanto, também pelo nosso "Avante!".

"Avante!", órgão oficial de um Partido de homens, mulheres e jovens, abnegados lutadores pelas causas mais generosas, que inscrevem nos seus ideais e na motivação da sua intervenção política a dedicação ao bem comum. Um Partido para o nosso tempo, voltado para o futuro.

E o futuro não pode esperar!

(*) Secretário-geral do PCP

MIL

Vasco Gonçalves (*)

O Tratado de Maastricht e a soberania nacional

Analisado com o mínimo de cuidado, o Tratado de Maastricht não pode deixar dúvidas a ninguém: a organização política, os poderes dos respectivos organismos, as questões económicas, políticas, sociais, militares, de relações internacionais, de segurança interna que são matéria do Tratado apontam para a construção, passo a passo, de um Estado federal, assente sobre o esvaziamento do exercício das funções próprias de um Estado soberano.

Para contornar a mais fácil compreensão deste objectivo por parte da opinião pública e dos povos, no Tratado não são referidas, uma única vez, nem federação nem nação.

Continua a apresentar-se a Comunidade como tem sido apresentada até aqui: como sendo, sobretudo, de essência económica (a verdade é que, desde a sua fundação, se tem acentuado o carácter marcadamente político, que tem passado mais despercebido às populações que o seu carácter económico).

Os defensores do Tratado invocavam o princípio da subsidiariedade, nele consagrado, como garantia, em larga medida, do exercício da soberania pelos Estados-membros: «nos domínios que não sejam das suas **atribuições exclusivas**, a Comunidade intervém apenas de acordo com o princípio da subsidiariedade, se e na medida em que os objectivos da acção encarada não possam ser, suficientemente, realizados pelos Estados».

Este artigo já estipulava uma perigosa cedência dos Estados-membros, pois as competências da Comunidade podiam ultrapassar aquelas que lhe eram exclusivas.

Mas a declaração de Edimburgo, aprovada em Dezembro de 1992, pelo Conselho Europeu, encarregou-se de colocar decisivamente o princípio da subsidiariedade, a sua interpretação e a apreciação do seu cumprimento sob a alçada da vontade e dos interesses do poder central comunitário e não dos Estados-membros, tendo, evidentemente, por finalidade consolidar os passos para a construção do Estado federal.

Estes passos serão dados utilizando os mecanismos muito elaborados e ambíguos que são adoptados para a tomada das decições e para a sua execução prática.

São mecanismos que, deliberadamente e por gradações, geram sucessivos constrangimentos, criados pelos passos consumados anteriormente e que foram dados, obviamente, sob o peso e a pressão dos países mais poderosos. São mecanismos sem retorno e sem controlo dos povos.

Os processos de votação são alterados em relação à prática anterior de tomada de decisões no seio da CE.

A prática mais corrente passará a ser a das maiorias qualificadas (isto é, superior a 50%), mesmo para aquelas questões cuja natureza mais implica com o exercício da soberania (política económica, política externa e de defesa, política interna).

Quanto às decisões tomadas por unanimidade, como, por exemplo, as orientações gerais da política externa e da defesa logo se estipula que, depois, na passagem à acção e no desenrolar desta, o Conselho definirá as questões que serão decididas não por unanimidade mas por maioria qualificada e, ainda mais grave, nos casos em que a unanimidade é necessária mas em que se verifica, apenas, uma maioria qualificada, os Estados-membros não devem impedir a unanimidade!

Trata-se de mecanismos, que por meio do constrangimento e da pressão, quer de diversos interesses, quer de ordem moral (não confundir com moralismo) e por meio das práticas que se irão transformando em hábitos, em aceitação corrente, conduzirão a que, pedaço a pedaço, se vão perdendo os atributos da soberania e se vá impondo uma soberania supranacional (como se tem verificado com as acções da Comissão e do Tribunal), para chegar à federação, que o Tratado ainda não declara explicitamente ser a finalidade a atingir.

Infelizmente os povos e a opinião pública não são sensíveis às questões de processo: unanimidade, maioria simples ou qualificada, decisão por unanimidade que, na prática, traduz uma decisão de maioria qualificada.

Ora, uma simples modificação das regras, como o faz o Tratado de Maastricht, pode transformar profundamente a natureza dos organismos europeus: decidindo por unanimidade eles traduzem o acordo entre Estados-membos soberanos; decidindo por maioria, eles colocam a soberania nacional sob dominação estrangeira.

A maioria da nossa população tem expectativas positivas em relação à nossa participação na CE, à criação das regiões, etc.

Mas se o Tratado entra em vigor Portugal perderá contributos essenciais da sua soberania como sejam os relativos à moeda e à política económica, à política externa e de defesa etc.

E a soberania não se pode confundir com riqueza.

Há muita gente que pensa que aceitando a nossa partipação nos termos do Tratado, a nossa posição quer no campo nacional, quer no internacional beneficiará de fazermos parte de organismos com poder de decisão supranacional.

Na mesma linha de pensamento, os dirigentes do PSD e do PS, tão favoráveis à rápida e não referendada ratificação do Tratado julgarão que poderão ter algum papel importante na vida internacional, apoiados em forças estrangeiras.

Não tendo confiança nas nossas próprias forças para vencer o nosso atraso, há muita gente que pensa que o conseguiremos a reboque dos grandes, como parente pobre dos grandes, o que, aliás, seria mais fácil e mais cómodo.

Essas pessoas não vêem que a nossa força só poderá resultar da defesa firme dos nossos interesses, da nossa soberania, da capacidade de dizermos não quando está em jogo a defesa dos nossos legítimos interesses, dos nossos direitos, do nosso futuro como nação soberana.

Na Comunidade só ouvirão a nossa voz se for necessário ter em conta esses interesses e esses direitos, o que só poderá acontecer se dispusermos do direito de veto, pelo menos, nas questões essenciais relativas ao exercício da nossa soberania. Ora a lógica dos procedimentos consagrados no Tratado é a contrária, é a do voto por maioria qualificada, mesmo que sob a aparência de unanimidade.

Pelas razões que vêm sendo expostas deve lutar-se por uma construção diferente da Europa, por uma Europa dos Povos, por uma Europa das Nações. Uma Europa construída com base na cooperação, vantagem e respeito mútuos, tendo por objectivo a coesão económica e a coesão social, o progresso, a paz e a segurança colectiva, no reconhecimento e no respeito da soberania nacional dos Estados-membros.

Mas para isto, no que toca a Portugal, é necessário que o nosso povo, as forças democráticas e progressistas tomem consciência do que está em jogo (por isso defendemos que deveria haver um referendo sobre Maastricht), e não aceitem que Portugal perca o direito de dizer não quando estão em causa atributos essenciais da sua soberania

(*) General.

António Avelãs Nunes (*)

Um Depoimento

Pediu a Direcção do «Avante!» um artigo destinado ao n.º 1000 do semanário do PCP. É claro que me senti muito honrado com este convite. Infelizmente, porém, circunstâncias várias da minha vida não me permitiram escrever o artigo solicitado.

O que segue é um simples depoimento, com a minha homenagem a todos quantos fizeram o «Avante!» nas condições da clandestinidade imposta pela **ditadura fascista**, e com a minha homenagem também aos que o fazem hoje, depois da «morte do comunismo», como é de bom tom dizer-se.

No nosso país, o PPD-PSD vem mostrando à evidência como os mecanismos formais da democracia podem servir para subverter a própria democracia, lançando as bases de uma situação totalitária, em que os interesses do Partido-Estado se sobrepõem a todos os outros.

Centenas de milhões de contos que pertencem aos portugueses evaporam-se em obras de fachada, na «compra» de clientelas, na corrupção pura e simples, em exercícios de má gestão paga a peso de ouro aos gestores PPD. Os recursos do País são entregues aos senhores do tempo do fascismo e aos monopólios estrangeiros, descurando a modernização da economia e salvaguarda da independência nacional.

O PS, por seu lado, assumiu nos últimos anos que o seu projecto de sociedade não vai além, afinal, da gestão leal do capitalismo, arvorando agora em bandeira o que durante anos repudiou como «calúnia dos comunistas». Proclama a sua confiança nas virtudes das estruturas capitalistas de produção, nas quais pretende enxertar instrumentos de distribuição socialista. Como se de há muito não se soubesse que as estruturas de distribuição de um sistema económico não podem negar as suas estruturas produtivas (i.e., não podem pôr em causa as relações sociais de produção que lhe são próprias, nem a estrutura social e política em que estas assentam, nem os interesses dominantes que elas consagram e garantem).

Recentemente, o porta-voz do PS para a área económica resolveu levar a sério o seu lema de dizer a verdade aos portugueses e afirmou, com toda a convicção e serenidade, aquilo que muitos de nós já sabíamos: no fundamental, o PS não se distingue do PSD. Restam uns 0,5% na taxa de inflação e outro tanto na taxa de câmbio (quanto aos salários, PS e Governo PPD-CIP são almas gémeas: os trabalhadores não podem ganhar mais), o mínimo para diferenciar os produtos no mercado dos votos (os produtos PS embrulhados em **papel-solidariedade**, os do PPD embrulhados em **papel-sucesso**).

Este porta-voz continua a ser a voz do PS, com o apoio público dos mais altos dirigentes socialistas. O que significa que ao menos a direcção do PS concorda com a tese do seu porta-voz: o PS é sensivelmente igual ao PSD.

Neste contexto, não há dúvida de que o PCP e os seus aliados políticos (nomeadamente os que integram a CDU) são reconhecidos pelos seus próprios adversários como a única grande força da esquerda e do socialismo em Portugal, o que significa, em termos imediatos, o reconhecimento de que não há verdadeira alternativa ao Governo Cavaco-PPD sem o concurso dos comunistas e dos outros democratas integrados na CDU.

Perante tal panorama, não espanta que o «Avante!» seja, actualmente, o único órgão da imprensa portuguesa com projecção nacional que fala dos problemas e das lutas dos trabalhadores, integrando-as na luta mais geral dos povos de todo o mundo contra a exploração capitalista, contra o neocolonialismo, contra o imperialismo, por uma sociedade mais justa, mais solidária, mais harmoniosa, que só pode ser uma sociedade socialista.

Cada vez vai ficando mais claro — mesmo para os que gostariam de o negar — que a derrocada dos «socialismos» em vigor na ex-URSS e nos países que a tomaram como modelo não foi o «fim da história» (que absurdo apocalíptico!), nem foi o fim do socialismo, nem foi a vitória do capitalismo, nem — muito menos ainda — a afirmação do liberalismo económico como a solução milagreira para todos os males.

Bush nos EUA e Thatcher/Major no Reino Unido mostram que as receitas liberais não passam de beberagens requentadas geradoras de chagas repugnantes e que se julgariam já ultrapassadas. Estas «experiências» mostram também que a história não pode andar para trás e que a marcha da humanidade há-de avançar para uma sociedade em que os homens de carne e osso, todos e cada um dos homens, possam encontrar as melhores condições para serem felizes e verdadeiramente livres.

Hoje, sabemos todos que não é tarefa fácil construir esta sociedade socialista. Tal construção exige um grande esforço de elaboração teórica, onde não cabem os preconceitos nem as ideias feitas; exige a definição de novos paradigmas de sociedade que rejeitem a «sociedade de consumo» e as suas perversões como «modelo de virtudes»; exige porventura novas modalidades de organização política e social; exige, sem dúvida, a permanente [illegible]dariedade com os anseios dos trab[illegible]adores, dos exploradores, dos excluídos e marginalizados, tanto dos «países ricos» como dos «países pobres».

Habituado a desempenhar tarefas que nunca foram fáceis, estou certo de que o «Avante!» saberá estar à altura da grande responsabilidade que lhe cabe no aliciante projecto colectivo de construção do socialismo, projecto que, hoje mais do que nunca, só pode ser levado à prática se não esquecermos a sabedoria contida na célebre máxima de Lénine: «Aprender, aprender, aprender sempre!»

(*) Professor universitário. Membro da Coordenadora Nacional da CDU

MIL

■ **António Dias Lourenço**(*)

Um jornal e duas efemérides

O número do nosso jornal que hoje chega às mãos do leitor tem a particularidade notável de assinalar duas efemérides marcantes da história e da vida do "Avante!" - a do 62º Aniversário do seu aparecimento e a da publicação na legalidade democrática do seu milésimo número desde a "Revolução dos Cravos".

O velho jornal operário comunista, feito, impresso e distribuído durante 43 anos na mais rigorosa clandestinidade, oferece hoje à evocação e à reflexão do leitor, com a publicação do seu Nº 1000 na legalidade, um caso inédito da imprensa portuguesa de opinião: o encontro singular de duas épocas de comunicação social escrita e do movimento operário e popular português dos últimos sessenta anos.

Duas épocas radicalmente diferentes e em todo o caso, no que se refere ao "Avante!", com traços fundamentais comuns quer no simples plano deontológico quer no da sua expressão política e de classe..

O "Avante!", o clandestino como o legal, órgão central do PCP, têm de comum a recusa formal de se apresentar ao juízo do leitor como boletim virado exclusivamente para as questões internas da organização do Partido (uma forma de comunicação e informação específica com espaço próprio e uma função relevante na sua vida e actividade) e a firme determinação de abordar e debater a problemática nacional e internacional sob a estrutura de um verdadeiro órgão do jornalismo de opinião de e para o mundo do trabalho e a massa diferenciada do povo português.

O que tem implícito o respeito pela verdade histórica e a verdade política de uma realidade em movimento na abordagem e na resposta do Partido dos problemas fundamentais concretos sob o ângulo de visão e de intervenção da classe operária ao nível mais consciente e esclarecido.

Estas características intrínsecas do nosso jornal, o facto do seu longo passado como órgão central de um único e grande Partido da classe operária que soube resistir e sobreviver à ofensiva terrorista do fascismo desde o seu assalto ao poder, tornou possível operar sem sobressaltos a transição da sua publicação na clandestinidade para a da legalidade.

Uma condição essencial para essa rápida inserção nas novas realidades foi termos podido contar de imediato com a participação, o devotamento e a experiência de destacados profissionais do jornalismo português, alguns ainda hoje no seu quadro dirigente, comunistas de uma inteira dedicação ao Partido, e com a solidariedade no plano técnico dos trabalhadores de um jornal diário de tradições democráticas já hoje desaparecido - "O Século" - sem cuja colaboração dificilmente teríamos podido corresponder em tão pouco tempo às expectativas e ao acolhimento caloroso e entusiástico dos mais de quinhentos mil portugueses que esperavam e rapidamente esgotaram a primeira edição legal de que hoje festejamos o número 1000.

Um colectivo partidário de grande firmeza e coesão política tem assegurado até hoje uma linha de continuidade que está na base da qualidade elevada do órgão central do Partido.

Referência e instrumento de combate

Se o "Avante!" clandestino de 43 anos é uma fonte documental obrigatória de conhecimento e informação para o historiador e o estudioso da época fascista em Portugal (para o PCP, e consequentemente para o seu órgão central, a clandestinidade jamais significou irresponsabilidade), os mil números do "Avante!" legal publicados até agora nas quase duas décadas do regime democrático instaurado em 1974 constituem por sua vez uma referência histórica imprescindível do acidentado e complexo processo da Revolução de Abril em Portugal até aos dias actuais.

Em todo este conturbado período o "Avante!" legal esteve - e não apenas em trabalho de gabinete - em todas as batalhas da liberdade, pela defesa e consolidação das conquistas fundamentais de Abril; pelos direitos, liberdades e garantias sociais dos trabalhadores e do povo; pela salvaguarda da independência e da soberania nacionais; pelo direito à saúde, à habitação, à segurança social e ao ensino; pelo acesso à cultura; pelo reconhecimento efectivo do direito à autodeterminação e a independência dos povos anteriormente dominados pelo colonialismo português; pela paz; por uma Constituição democrática moldada nos grandes ideais em que se inspiraram os valorosos Capitães de Abril; pela institucionalização e defesa do Poder Local democrático.

O "Avante!" foi um instrumento imprescindível do PCP para as grandes definições do processo democrático português, para a comprensão e o enfrentamento dos acontecimentos e obstáculos posteriores ao 25 de Abril e para a determinação e a denúncia das causas profundas do processo contra-revolucionário em curso, para a luta pela construção de um Portugal livre, pacífico e democrático.

O 28 de Setembro de 1974, o 11 de Março, o 25 de Novembro e o "Verão quente" de 1975 puseram à prova a firmeza, a clarividência política e a operosidade do Partido Comunista Português e do seu órgão central, a visão objectiva e serena dos acontecimentos no meio das tempestades golpistas da extrema direita e de pseudodemocratas seus aliados de facto, dos perigosos desvarios do chamado ultra-esquerdismo que hoje os "revisores" da História procuram identificar com os comunistas e de que vários dos luminares se passaram com armas e bagagens para o campo da contra-revolução e se alojam hoje nas instâncias da direita no poder e nas esferas dirigentes do próprio partido do Governo.

O "Avante!" legal foi nos momentos do ascenso do processo democrático da revolução portuguesa, com a sua posição efectiva de defesa da dignificação dos valorosos "Capitães de Abril!", e tem sido, nos difíceis dias actuais de refluxo, um batalhador incansável e um defensor intransigente das grandes conquistas de Abril, na linha consequente do PCP.

A contribuição decisiva para uma correcta Reforma Agrária nas zonas do latifúndio combinou-se com uma política de ajuda efectiva aos pequenos e médios agricultores das zonas do minifúndio e da pequena e média propriedade nas colunas do "Avante!".

A epopeia heróica dos mais de 50 000 trabalhadores das 400 UCPs e Cooperativas que cobriram cerca de 76 por cento da Zona de Intervenção da Reforma Agrária, que liquidou o desemprego e a miséria endémicos do latifúndio no Alentejo e no Ribatejo, que elevou a valores nunca antes alcançados a produção e a produtividade agro-pecuária do País e as condições de vida das populações do campo, constituem realizações e experiências de que o "Avante!" - mesmo no actual momento de prática destruição dessa inolvidável conquista de Abril - tem sido um incondicional arauto.

A acção institucional do PCP, em consonância com a determinante luta de massas dos agricultores, esteve na base da elaboração e aprovação de leis agrárias fundamentais - a Lei do Arrendamento Rural, a dos Baldios, a da Extinção dos Foros e a da Extinção das Coutadas - e tem sido nos dias actuais uma constante nas colunas do nosso jornal.

Identicamente, o "Avante!" esteve na defesa activa pelo PCP de uma formação económica em que as vertentes não capitalistas e as capitalistas pudessem coexistir e complementar-se na tarefa ingente do desenvolvimento da economia nacional.

Ontem, no apoio às 38 empresas que já eram propriedade do Estado e às 245 nacionalizadas e intervencionadas (estas mais tarde em número de 261 empregando 60 000 trabalhadores) que abriram inauditas possibilidades de modernização e avanço da nossa economia; o controlo de gestão e as Comissões de Trabalhadores, com figura na Constituição, o papel decisivo dos Sindicatos foram matéria obrigatória no "Avante!" dos anos de ouro da revolução portuguesa, tal como hoje o são no desmascaramento da liquidação do Sector Empresarial do Estado e no regabofe das reprivatizações.

E hoje ainda, um papel de primacial importância tem sido exercido pelo órgão central do Partido no processo de reflexão e de resposta às novas realidades do mundo, nos novos caminhos de luta pela democracia e pelo socialismo que as tempestades políticas da época actual colocam na ordem do dia.

O ontem e o hoje

É difícil fugir-se à similitude do momento em que se publica o milésimo número do "Avante!" legal e o do seu aparecimento na clandestinidade há 62 anos.

Em 1931 o mundo vivia em transes de agonia a primeira grande explosão da crise geral do sistema capitalista mundial de que, pelas condições do nosso atraso económico e financeiro, Portugal pouco se ressentiu.

Nestes primeiros meses de 1993 os povos da Terra vivem um novo ciclo da crise do sistema com manifestações que só têm paralelo, na sucessão das crises cíclicas posteriores, na de 1929/32:

- Uma recessão profunda a caminhar para o terceiro ano e ainda sem fim à vista;

- Uma demolidora crise monetária e financeira, a desordem nos mercados, as quedas sensíveis nos índices de produção;

- As falências em massa, o encerramento de milhares de empresas, algu-

■ **Raul Castro** (*)

Uma história dos anos cinquenta

«Perguntado há quanto tempo pertence à organização secreta, subversiva e clandestina, denominada Partido Comunista Português», era esta a primeira pergunta a qualquer preso político antifascista, ainda que notoriamente nada tivesse a ver com o «PCP».

E nesse ignominioso tempo da ditadura fascista de Salazar e Caetano, a posse do «Avante!» era prova bastante de ser membro do «PCP». O que não implicava somente pesadas penas de prisão maior, mas ainda medidas de segurança, de 6 meses a 3 anos, prorrogáveis, enquanto a «PIDE-DGS» entendesse que se mantinha a «perigosidade» do condenado.

Pode, por isso, concluir-se que nunca um jornal foi tão implacavelmente perseguido, mas também que tal nunca impediu que fosse lido por tantos portugueses, para quem era, como continua a ser hoje, a voz livre de um povo em luta pelos seus direitos.

É claro que a consciência do perigo que significava a detenção do «Avante!» abrigava, no tempo do fascismo, à sua entrega com todas as precauções, mas ele era também enviado pelo correio a muitas personalidades antifascistas. Mas até esses eram alvo de perseguição policial, embora a «PIDE-DGS» bem soubesse que eram alheios do «PCP».

Nesse sentido, passou-se um curioso episódio com o Dr. Luís de Almeida Braga, advogado em Braga, em princípio dos anos cinquenta. Almeida Braga foi um dos fundadores do «Integralismo Lusitano», movimento monárquico conservador, que se dividiu, face ao regime de Salazar, em apoiantes e adversários do fascismo. Luís de Almeida Braga, que era um antifascista, era também um homem superiormente inteligente, e contou este episódio num intervalo dum julgamento no Tribunal Plenário do Porto do chamado «Processo de Fafe». Ao chegar ao seu escritório de advogado em Braga, notou que dois invidíduos o esperavam à porta, supondo ele que seriam dois interessados nos seus serviços. Mas não, eram dois agentes da «PIDE» que o convidaram a deslocar-se ao Comando da PSP de Braga, onde se encontrava o Chefe de Brigada, Pinto Soares, conhecido pela sua brutalidade e falta de inteligência.

Aí, Pinto Soares, embaraçado com a sua tarefa e com o seu interlocutor, começou por dizer que também era monárquico, o que levou Almeida Braga a observar: «então somos correligionários»... Sempre pouco à vontade, Pinto Soares quis saber se costumava receber o «Avante!» pelo correio. Almeida Braga confirmou, que sim, que costumava receber, mas já há uns meses, desde que a «PIDE» tinha descoberto a tipografia clandestina, deixara de receber. Pinto Soares observou-lhe que continuara a ser publicado, ao que imediatamente Almeida Braga lhe perguntou se lhe podia facultar esses números que não tinha lido, o que, evidentemente, teve uma resposta negativa...

Este episódio só é exemplar pela personalidade que nele se viu envolvida, não só superiormente inteligente, como se referiu, mas também um homem lúcido e corajoso. Naturalmente, se ocorresse com um suspeito de ser do «PCP», as coisas seriam inteiramente diferentes. Aí, era a brutalidade e a violência que imperavam.

(*) Advogado. Deputado e membro da Direcção da ID

MIL

mas delas multinacionais das mais poderosas do mundo;

- Os despedimentos ao nível das dezenas e das centenas de milhares de trabalhadores, a existência na hora actual de um exército de reserva dos desempregados que só nos países da OCDE ultrapassa já os 33 milhões de sem-trabalho;

- Alastramento e agravamento à escala do Universo, incluindo nos mais poderosos países capitalistas, das manchas e índices de miséria abarcando biliões de seres humanos;

- A perigosa intensificação da conflitualidade armada no plano internacional e as manifestações de revivalismo nazi-fascista do tipo das que há 62 anos incubaram e consumaram oito anos mais tarde a segunda nova conflagração mundial do nosso século.

Também, no plano nacional, a publicação do Nº 1000 do "Avante!" se insere na rude batalha dos comunistas para entravar em Portugal o processo da contra-revolução, em curso acelerado nos últimos anos.

O governo de Cavaco, serventuário dos grupos multinacionais dominantes da Comunidade Europeia, empenha-se activamente em fazer pagar aos trabalhadores e aos sectores não monopolistas da economia nacional os custos da crise actual.

É o governo do caos económico e social, da alienação da independência e da soberania nacionais, do estrangulamento financeiro de serviços públicos de primeira necessidade e do poder local democrático. A corrupção instalou-se nas esferas do Poder.

A ofensiva contra os salários, o agravamento brutal da exploração dos trabalhadores, o alastramento do desemprego e da precarização e degradação do mercado do trabalho, o aumento da carga fiscal combinam-se com a ofensiva contra a democraticidade do processo eleitoral e contra os direitos, liberdades e garantias sociais dos trabalhadores, ao mesmo tempo que através dos processos de destruição da Reforma Agrária e de reprivatização do Sector Empresarial do Estado e das chorudas indemnizações aos antigos monopolistas e latifundiários o Governo cavaquista vai enchendo os cofres dos grandes detentores da riqueza.

Uma situação em que o "Avante!", como em todos os momentos críticos, é chamado a desempenhar um papel primacial como voz autorizada das classes trabalhadoras e do Partido.

Os trabalhadores e os povos entram neste novo ciclo da História sob o efeito de uma pesada derrota do socialismo, fruto de descomunais erros, distorções e traições de difícil recuperação. Tais são, entretanto, as complexas condições do combate actual pela sobrevivência da Humanidade e pelo Socialismo.

Mas hoje, como há 62 anos atrás, época do aparecimento do pequeno "Avante!" clandestino, se comprova de novo a incapacidade do capitalismo para dar resposta e solução cabal aos problemas e aspirações fundamentais dos povos e se verifica que o capitalismo não é cura para os males que em escala cósmica afligem a Humanidade.

E hoje como ontem uma tarefa histórica se coloca ao "Avante!" como órgão central do PCP: contribuir para o esclarecimento e a resposta às novas realidades, para a união de esforços e vontades para, com determição e confiança na força dos povos, travar com urgência a corrida para o abismo.

Não estão hoje entre nós obreiros destacados do "Avante!" que já a vida deixaram.

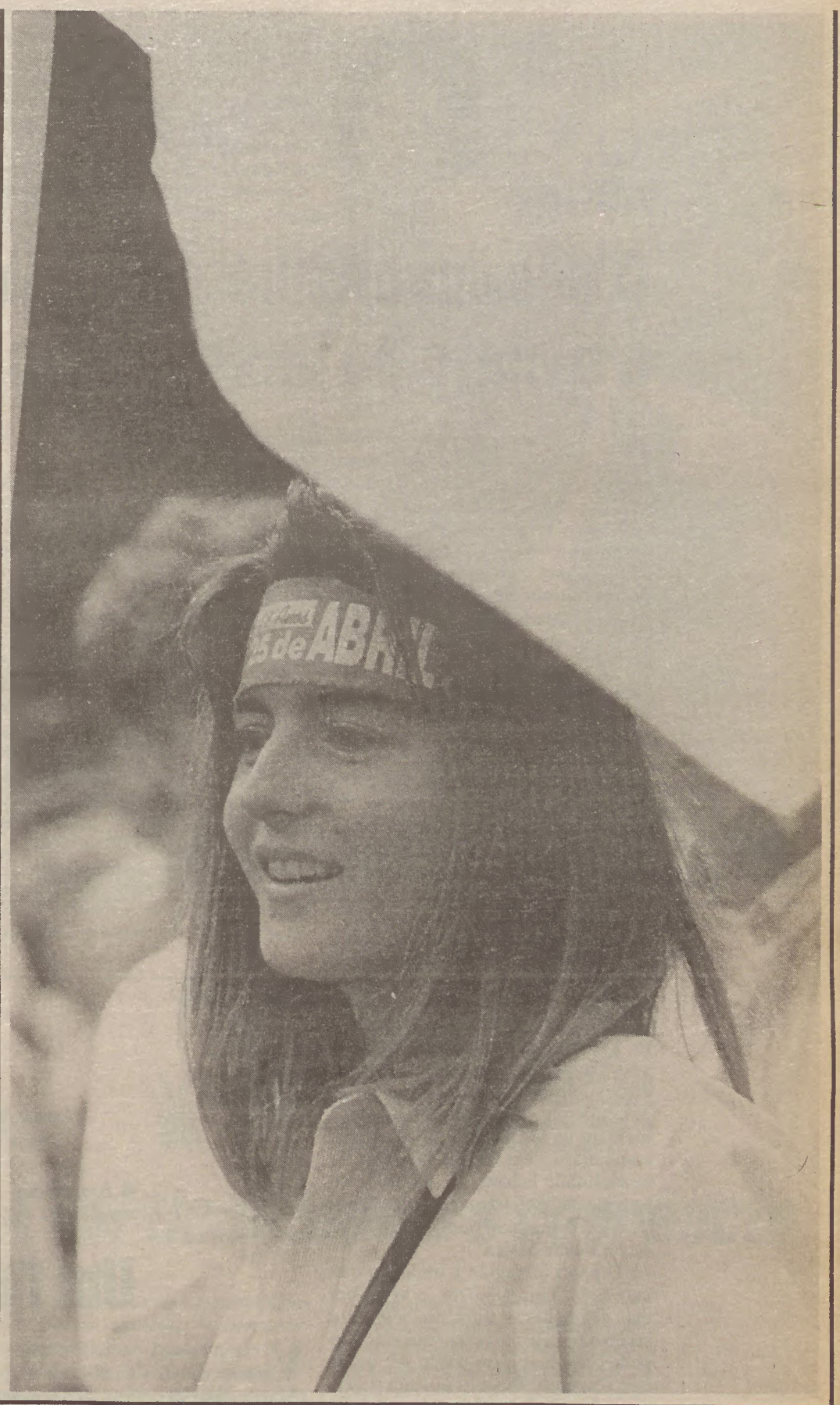
Os que, como José Moreira, foram torturados até à morte nos antros da PIDE, ou como Bento Gonçalves, imolados nas prisões fascistas, ou como Alberto Araújo, Maria Machado, Augusto Valdez, Manuel Alpedrinha e Manuel Rodrigues que arruinaram as vidas em longos anos de cárcere. Ou, como Joaquim Rafael - um quarto de século nas tipografias clandestinas! -, Conceição Silva e Joaquim Barradas de Carvalho deram na realização de tarefas técnicas de impressão, transporte e difusão do "Avante!" clandestino o melhor de si próprios.

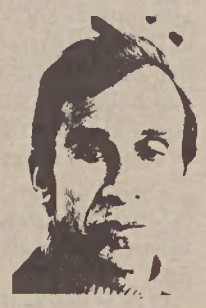
Mas podemos talvez daqui dizer-lhes, no momento em que o milésimo número do nosso jornal nos chega à mãos: não foi inútil o esforço, o trabalho e a dádiva de vida que destes em tempos idos.

E a todos os que por cá continuamos, é preciso avivar que nesta complexa curva da História o "Avante!" é necessário e imprescindível.

Comprá-lo, lê-lo, difundi-lo, debatê-lo é uma exigente tarefa do momento actual para que no futuro outros "milésimos números" venhamos a festejar na legalidade democrática.

(*) Membro do CC do PCP.
Anterior director do "Avante!"





Urbano Tavares Rodrigues (*)

O sabor da tarde no Casalinho da Ajuda

Quando amainaram as ondas do sol daquele Setembro ainda escaldante, perdi-me de mim nas ruas da Festa. É uma sensação de vazio retemperador a que se experimenta indo ao acaso por espaços amigos, descobrindo apenas o que os outros já não vêem.

A multidão fraterna caminhava, ria, sentava-se nas esplanadas, comprava lembranças, visitava os pavilhões da cidade internacional, formava as primeiras filas à entrada dos restaurantes, abraçava até os jovens desconhecidos que vinham só pela música **rock**.

Reparei então que pela terceira vez me cruzava com o par mais bonito da Festa do «Avante!». Não que tivessem, ele ou ela, feições de uma ideal pureza. Eram jovens, entre os dezoito e os vinte e um anos, e o que os singularizava era o esplendor da ternura. Ou melhor, a concentração absoluta de um no outro.

Cumprimentavam, aqui e além, algum conhecido, mas para logo remergulharem na concha dos seus segredos, olhos nos olhos, lábios nos lábios, braço pela cinta, braço pelo ombro, unidos na marcha como se fossem um só corpo. Tinham-os visto junto ao pavilhão central, depois à saída da «bienal», reencontrava-os agora ao pé da melancólica linha de pinheiros que marginava, e dominava, a Norte e a Nordeste, aquele vasto terreno coagulado de gente em movimento e onde uma primeira suspeita de brisa estremecia as bandeiras, anunciava, por entre a agilidade já fresca da luz, a passagem para a noite.

Os namorados sentaram-se, como se acordassem, as casas ocre e rosa do Casalinho da Ajuda e o silêncio ainda ardente do Palácio, a vasta ramificação da tarde, sobre os telhados, até ao rio, que se irisava em ouro e carmim.

Ele tocava-lhe na face com dedos imponderáveis, escorria-lhe a mão pelo pescoço até ao seio, docemente, lentamente, e o veludo daquele momento durava uma eternidade.

Desviei deles o olhar — de qualquer modo nem se apercebiam da minha existência — e voltei-me para dentro de mim até se aproximar a hora de cinza em que, concorrendo como o pôr-do-sol, do outro lado do Tejo surgiu a lua, com os seus espelhos.

Tempo irreal, nem dia nem noite, hoje e então — e o beijo dos namorados prossegue, no Alto da Ajuda, entre os escurecidos pinheiros e o rumor fraterno, os altifalantes, os clamores de esperança e de alegria da grande festa estridente, lá em baixo.

Será que outras e outras gerações se revezarão nas mesmas convicções e nos mesmos sonhos em espaços de simpatia humana como este?

Estava eu concentrado na irreal brancura da lua quando nas minhas pernas tropeçou o par de namorados, que dali arrancavam, enlaçados, para a luz de algum outro local. E ambos me sorriram com o tecido voluntário da sua felicidade.

(*) Escritor

■ Ilda Figueiredo (*)

O desenvolvimento do Norte e o culto da imagem dos políticos

As carências da maioria das populações do Norte são tão grandes que, quando aparece alguém ligado ao poder (nacional ou municipal, já que não existe a nível regional) a fazer uma promessa, ou a realizar uma obra, mesmo com anos de atraso, as pessoas retomam a credibilidade no poder e tentam esquecer-se das más condições em que continuam a viver, sentindo-se agradecidas a alguém que, afinal, parece que ainda não se esqueceu da sua existência.

É assim que, apoiados por uma empenhada campanha de imagem e boa cobertura jornalística, alguns políticos, nem todos autarcas da zona, aparecem como possível potenciadores de um desenvolvimento com mais construções de centros comerciais, hipermercados ou urbanizações de luxo, e esquecendo que a maioria da população continua sem ter acesso a uma rede municipal de esgotos, a creches, infantários ou escolas infantis para os seus filhos, a zonas verdes e de lazer, a acções de cultura e desporto, a transportes públicoss rápidos e acessíveis, a habitações com as condições mínimas de habitabilidade de um país que faz parte da CEE, mas mantém na região os piores índices comunitários em termos salariais, de mortalidade infantil, de escassez de tratamento de águas residuais domésticas ou industriais, de abandono da escolaridade básica.

O povo da região é um povo que está habituado a sofrer, a viver em más condições, a trabalhar muito e a receber pouco, mas esta realidade não pode continuar a ser usado por quem tem responsabilidades políticas, seja a nível municipal, seja nacional, para manter o poder com base na realização de uma ou outra obra que dá no olho, e numas quantas promessas importantes, mas sucessivamente adiadas, sem que, de facto, se dê prioridade à realização de obras e acções que permitam melhorar a qualidade de vida da maioria da população que aqui vive e trabalha.

A nível de poder central, do Governo, é chocante que haja uma secundarização permanente de todo o Norte, sempre lembrado em promessas quando há visitas de membros do Governo ou declarações públicas de Deputados, mas logo esquecido, após o regresso a Lisboa. A própria CCRN (Comissão de Coordenação da Região Norte) reconhece, num trabalho recente sobre a aplicação do actual Plano de Desenvolvimento Regional, que «parece indiscutível que se verificou um sério agravamento dos desequilíbrios internos à região, acentuando-se a concentração no litoral e o esvaziamento do interior», acrescentando ainda que «é de admitir que tenha diminuído a posição relativa da Região do Norte no contexto do espaço socioeconómico português».

Ora, sabendo-se que o objectivo fundamental da aplicação dos funfos estruturais vindos da comunidade europeia era preparar as zonas mais atrasadas para o impacte da criação do mercado interno em Janeiro de 1993, fácil é concluir que não só esta região não está preparada para esse impacte, como corre riscos acrescidos em relação a todo o país. Assim, impõe-se que haja um reforço da vontades políticas e de acções, investimentos produtivos e sociais, incluindo financiamentos da CEE e do Orçamento de Estado, para que se lute definitivamente contra o atraso e se criem as condições para o aproveitamento de todas as suas potencialidades, designadamente em recursos humanos.

Só que a actuação do Governo continua a ser contrária a estes objectivos, como o demonstra o Orçamento de Estado para este ano. As grandes carências da região em termos de infra-estruturas rodoviárias, ferroviárias, transportes, habitação, equipamentos na área da saúde ou da educação vão continuar adiadas ou, na melhor das hipóteses, a passo de lesma. Mesmo as pequenas obras têm dificuldade em avançar ao ritmo que se impunha, designadamente porque, mais uma vez, o Governo decidiu utilizar a sua maioria na Assembleia da República para esbulhar as autarquias em muitos milhões de contos, pela não aplicação da Lei das Finanças Locais. Se a esta situação acrescentarmos as obras de responsabilidade da administração central que só avançam quando as autarquias aceitam comparticipar, como acontece com escolas preparatórias e secundárias, alguns centros de saúde, habitação social, e até instalações para as forças de segurança, fácil é perceber a responsabilidade do Governo no atraso da região.

No entanto, esta inadmisssível posição do poder central não pode servir de pretexto, nem de cobertura, à gestão desequilibrada de vários executivos municipais para quem as prioridades da gestão continuam a ser os apoios mais ou menos explícitos à especulação imobiliária, o aumento do caos urbanístico, as obras de fachada terceiro-mundista, mais viradas para dar na vista do cidadão votante, esquecendo as pequenas e grandes carências das populações tão propangandeadas em épocas de campanha eleitoral. É assim que não é aceitável que, enquanto a nível nacional cerca de 57% da população é servida por rede municipal de esgotos, no distrito do Porto apenas o sejam 35%, mas em municípios como V. N. de Gaia essa percentagem seja apenas de 17%, e em vários do vale do Sousa, do Ave e do Tâmega se mantenha inferior a 20%. Também não pode continuar a ser ignorado que, enquanto a nível nacional apenas têm acesso a escolas infantis cerca de 35% das crianças em idade de o fazer, no distrito do Porto esse direito só é reconhecido a cerca de 15% das crianças, incluindo na cidade do Porto, e que um pouco por toda a região as mães trabalhadoras se vejam obrigadas a recorrer aos avós, às amas ou a deixar os filhos sozinhos em casa por falta de creches e infantários a preços acessíveis. Idêntica é a situação das pessoass idosas a quem, em geral, os municípios da região, a exemplo do Governo, não reconhecem o direito a centros de dia e, muito menos, a centros de acolhimento ou apoios domiciliários.

Importa, pois, que neste ano de novas eleições autárquicas e de elaboração de um novo Plano de Desenvolvimento Regional, os cidadãos redobrem a atenção na defesa dos seus direitos e interesses, estejam atentos às muitas promessas que vão surgir, não esqueçam as obras realizadas e as que ficaram por fazer, e, sobretudo, lutem pela sua intervenção, não apenas no voto, mas também nas assembleias municipais e de freguesia, na divulgação das suas opiniões e na denúncia dos seus problemas, designadamente através da comunicação social. É que a experiência já demonstrou que o desenvolvimento não é façanha de meia dúzia de iluminados, mas intervenção de todo um povo que trabalha e tem direito a exigir uma melhor distribuição da riqueza.

(*) Membro do CC do PC. Economista

■ Armando Castro (*)

Um fim de século decisivo

Vivemos numa época particularmente difícil e ao mesmo tempo cheia de desafios em que tudo nos convoca para estarmos presentes na luta pelo porvir.

A situação arranca antes de mais nada do derrubamento do modelo socialista posto em prática neste século XX pelos países do Oriente Europeu. Compreende-se perfeitamente o impacte negativo que o fim desses modelos suscitou em milhões de seres humanos que haviam feito dessa representação a razão das suas vidas.

Mas importa reagir, na certeza de que a História tem sempre razão e não as representações subjectivas dos indivíduos por maior que seja a sua abnegação.

Creio que a par das realizações parcelares levadas a cabo pela União Soviética e pela generalidade das chamadas «Democracias Populares», o que deixaram de mais positivo no seu activo foi a própria experiência de uma tentativa de erguer um modelo alternativo ao modelo capitalista, porém muitos outros êxitos contaram no seu activo – além da travagem da besta fera nazi-fascista, levaram a cabo experiências grandiosas e significativas no campo da vida social, com o fim do desemprego, a assistência, a protecção na saúde e na maternidade e em particular na esfera cultural.

Porém, temos de ser realistas a compreender os motivos pelos quais aquém dos anos setenta, começos dos anos «80» o modelo extensivo se esgotou, surgindo no horizonte a real ameaça a essas sociedades se transformarem em organizações atrasadas, de verdadeiro «Terceiro Mundo», com todo o cortejo desastroso de consequências para os seus habitantes; daí a reacção espontânea e não reflectida no sentido de as populações julgarem que resolviam os seus problemas cruciais voltando-se para o modelo capitalista do Ocidente.

Porém esse modelo está em decomposição evidente: as colectividades capitalistas são atingidas por um desemprego maciço com tudo o que de trágico traz consigo; sofrem duma inflação de que não conseguem libertar-se; simultaneamente, o mundo capitalista suporta uma aguda depressão, quando o certo é que mesmo na fase não-depressiva o sistema, adoptando as políticas chamadas «neoliberais» lançava sobre as costas das camadas socialmente mais débeis todo o peso das dificuldades ao cortar as subvenções e apoios aos que deles mais necessitavam, como sucede na protecção da saúde, no ensino, na terceira idade e em geral em todos os apoios colectivos aos mais necessitados. Se a isto juntarmos a brutal exploração da maioria da população da Terra, com o esmagamento das cotações das matérias-primas e a alta ininterrupta dos produtos industrializados, com o peso esmagador da Dívida Pública das economias mais fracas, bem como com todo o cortejo de fome e miséria – mesmo no interior de amplas manchas dos países mais ricos – então temos uma pequena visão das razões da rejeição do modelo capitalista de desenvolvimento e a tudo isto acresce o cortejo de situações insustentáveis, como a poluição sonora e química, além de outras, a vergonha do trabalho infantil em larga escala, etc., etc.

Por tudo isto é indispensável realizar um grande esforço colectivo no sentido de examinar, criticar e desenhar as alternativas socialistas, aproveitando as lições do passado que sem dúvida se não podem perder. A este propósito não podemos cair no espontaneísmo puro e simples, supondo que as soluções virão por si próprias.

– Não: é imprescindível um grande esforço mobilizando tanto forças políticas como sociais e teóricas neste sentido.

O PCP deu já o exemplo analisando os graves erros políticos cometidos na ex-URSS e noutros países ditos do «socialismo real».

Porém, importa desenvolver este exame e entrar noutros domínios, em particular no económico, onde também foram praticados erros muito sérios: vão surgindo é certo análises pertinentes mas que ainda são insuficientes, nomeadamente nas maneiras de combinar, sob a base da propriedade social dos principais meios de produção que constituem a essência do sistema socialista, a planificação com as indicações fornecidas pelas preferências pessoais dos consumidores, motivo pelo qual entendemos pessoalmente que os mecanismos do mercado mantêm a sua relevância – ainda que modificada – em regime socialista. Haverá ainda que assegurar a sobrevivência física e espiritual dos indivíduos expulsos provisoriamente da actividade económica, além de muitos outros aspectos.

(*) Professor universitário. Historiador

MIL

■ **Carlos Aboim Inglês** (*)

Nos fluxos e refluxos da História

A luta continua

A História processa-se através de movimentos globais de fluxo e refluxo do (re)fazer progressista da Humanidade, em ciclos de diferentes conteúdo e duração aos seus vários níveis de profundidade. Em cada situação, sempre defrontamos um mar imenso de aconteceres, ventos, ondas e correntes de variado sentido, até por vezes perigosos remoinhos. Mas ao fim e ao cabo sempre adentro de um movimento global tendencialmente de enchente ou de vazante. E como o demonstra a larga perspectiva já milenar do nosso passado, sobrevêm sempre marés vivas revolucionárias cujas preamares levam em espiral a Humanidade a marcos mais avançados de um civilização mais plenamente humana.

São os homens que fazem a História. Mas o seu radical protagonismo não apaga, antes é a expressão de um processo histórico-natural cujas leis de desenvolvimento, cada vez mais justamente apreendidas, são guia essencial para a acção eficaz. O caminho faz-se caminhando, diz-se, mas não a partir do zero, às cegas e sem rumo, antes de memórica acesa, olhos bem abertos e bússola apontada ao porvir. E com arte e coragem.

Importa tanto saber aproveitar os ventos de feição nos períodos de ascenso, como, nos períodos de refluxo, não se deixar ir à deriva dos ventos contrários para os escolhos mortais do desânimo histórico. Em estação adversa, há que remar contra a maré se necessário for, ou navegar à bolina dos ventos cruzados. Na certeza de que o alcançado não se perde de todo nunca, e até mesmo à luz do fracasso se afina o projecto e ferramenta para o nosso constante fazer do futuro.

Quando, há 19 anos atrás, saiu o 1.º número enfim legal do *Avante!*, após a sua dura viagem clandestina de 43 anos sob o fascismo, esse acontecimento era um elemento da torrente de elementos que integravam o fluxo revolucionário que, vindo de trás, culminou no 25 de Abril e a partir dele se espraiou. E a Revolução dos Cravos inseria-se no sentido global de ascenso das forças da paz, da democracia, da libertação nacional e do progresso social, que foi o sentido marcante, à escala mundial, do período de finais da década de 60 e começo da dos anos 70.

Período assinalado por acontecimentos determinantes para a passagem de um clima de aguda guerra fria para um importante avanço no sentido da coexistência pacífica, particularmente notável na Europa, onde a assinatura da Acta Final de Helsínquia, em Agosto de 75, reconheceu solenemente as aquisições fundamentais da vitória sobre o nazi-fascismo. A vitória do Vietname, o fim dos regimes fascistas na Europa, a proclamação da República do Afeganistão, a deposição do imperador esclavagista da Etiópia, o ruir do último império colonial (o português), a rebeldia dos países produtores de petróleo, a emergência de novos países progressistas, grandiosas lutas operárias, entre muitos outros acontecimentos, marcavam então o sentido de fluxo da História, que a crise do capitalismo de 74-75, o escândalo Watergate e a demissão de Nixon, etc., sublinhavam. Decerto também se verificavam movimentos adversos, quer vindos já detrás (como os antecedentes e consequências da chamada «revolução cultural» na China), quer coevos (como o derrube da democracia no Uruguai, o golpe fascista de Pinochet/EUA no Chile, a invasão e divisão de Chipre, etc.). Mas o **sinal positivo** avultava então.

Como hoje avulta o **sinal negativo**: «Marcada pelas derrotas do socialismo, pela ofensiva exploradora e agressiva do imperialismo tentando estabelecer a sua hegemonia mundial e por sérios reveses das forças progressistas e nacional-libertadoras, a situação é de refluxo revolucionário» – reconhece com frontalidade a Resolução Política do recente XIV Congresso do nosso Partido ao analisar as mais recentes alterações da situação internacional nesta passagem da década de 80 para a de 90.

Entre meados dos anos 70 e finais da década de 80 duas correntes de fundo (sem esquecer outros fenómenos relevantes) inflectiram o panorama do mundo de modo dramático.

Por um lado, ao esgotamento de um «modelo» de socialismo na URSS (que aliás violava características essenciais do próprio socialismo), sucedeu um necessário projecto de «reestruturação». Mas erros, vacilações e traições acabaram por conduzir ao «abandono de objectivos estratégicos e mesmo degenerescência do carácter socialista da *perestroika*, que facilitaram o avanço e finalmente o triunfo das forças contra-revolucionárias» na URSS, como noutros países socialistas da Europa, a que não foram estranhas também as ingerências do imperialismo.

Por outro lado e correlativamente, o capitalismo, aproveitando as novas tecnologias da revolução científico-técnica, superava as crises cíclicas de 74-76 e 80-82 restruturando o aparelho produtivo com tremendos custos sociais, alcançando um longo período de desenvolvimento e um espantoso surto dos monopólios transnacionais (e da especulação...). A par, nomeadamente com Reagan logo desde o início dos anos 80, lançava poderosa contra-ofensiva, quer pelo relançamento da corrida aos armamentos, quer pela agressiva recuperação neocolonialista do domínio sobre o Terceiro Mundo, quer no plano ideológico.

A situação actual é perigosa, intrincada e contraditória, marcada desde logo pelo desequilíbrio da correlação de forças a favor do imperialismo e da reacção, que busca impor a sua «nova ordem». Mas o traço mais vincado talvez seja o da enorme instabilidade – o que torna ainda mais urgente, e possível, a aglutinação em cada país e no mundo das forças do trabalho, da democracia, da paz e do progresso social. A restauração do capitalismo na ex-URSS não será fácil. O socialismo não desapareceu do mundo. E apenas conheceu ainda as suas primeiras avançadas na História. O capitalismo não perdeu a sua natureza exploradora, opressora e agressiva, agravando mesmo as suas contradições. A crise iniciada em 1990 é bem mais profunda que uma «normal» crise cíclica de sobreprodução. Por toda a parte trabalhadores e povos sentem cada vez mais a injustiça do **capitalismo real** e pugnam pelos seus interesses vitais.

Mesmo mergulhados neste remoínho, o optimismo histórico é realista precisamente porque se alicerça na lúcida consideração da realidade. Por isso, podemos dizer com confiança, face às dificuldades do presente, que a luta continua e serão as forças de emancipação social e nacional dos trabalhadores e dos povos que determinarão o futuro. Mais marés vivas virão.

(*) Membro da Comissão Central de Controlo e Quadros do PCP

■ **Mário Jorge** (*)

A verticalidade e a coerência

A história do Jornal «Avante» constitui um caso ímpar na informação do nosso país.

Não existe outro órgão de comunicação durante tantos anos perseguido, elaborado e distribuído em condições tão difíceis e por quem várias dezenas de portugueses(as) deram a própria vida.

Durante o longo período da ditadura fascista, o «Avante» foi um jornal clandestino, que conseguiu ultrapassar as penosas limitações impostas pelo terror então vigente, fruto da abnegação, da coragem e do heroísmo dos seus artífices.

Imprimir ou distribuir o «Avante» tinha um preço muito elevado: a prisão ou até a própria vida.

Era através dos números do «Avante», que se tomava conhecimento de acontecimentos que o «lápis azul» da censura não permitia divulgar em qualquer dos jornais autorizados.

A denúncia da natureza da ditadura e da guerra colonial, a defesa da instauração de um regime democrático e a divulgação das inúmeras lutas dos trabalhadores em defesa dos seus direitos e interesses, contribuíram para o esclarecimento e mobilização de múltiplos sectores da sociedade portuguesa.

Com o 25 de Abril de 74, o «Avante» tornou-se um jornal legal, mantendo a sua estreita ligação, como órgão central, ao PCP, partido que contribuiu de forma decisiva para a reconquista da democracia.

Com a publicação legal do «Avante», as lutas laborais, a defesa de direitos elementares dos cidadãos, a denúncia das políticas anti-sociais de sucessivos governos, a solidariedade com os outros povos do mundo, continuaram a ter a devida divulgação.

Apesar da liberdade de imprensa alcançada, verificou-se que muitas notícias só tinham divulgação no «Avante».

No momento actual, com os dramáticos acontecimentos ocorridos nos países europeus do ex-bloco socialista e com o reflexo dos ideiais progressistas a nível internacional, colocam-se ao «Avante» novas e complexas responsabilidades na sua função informativa e formativa.

Apesar disso, é reconfortante verificar, nestes momentos difíceis, que o «Avante» manteve a sua verticalidade, a sua coerência ideológica e recusou a cedência fácil às dificuldades e pressões actuais.

Ao contrário do que afirmam os «ideólogos da moda», nunca a diferença entre direita e esquerda foi tão marcada, nem a luta ideológica foi tão acesa.

A queda dos regimes dos países de Leste, ao contrário do que também afirmavam os «ideólogos da moda», não confirmou a democratização da política social do capitalismo, nem contribuiu para a resolução das graves situações existentes nas sociedades.

A nível internacional, o desemprego não pára de crescer, os mecanismos de exploração acentuam-se, as medidas limitativas às liberdades multiplicam-se, os confrontos militares disseminam-se e os «tambores do fascismo» começam a soar na Europa.

Assim, torna-se inevitável, dentro de algum tempo, o reforço das forças de esquerda e um novo incremento das lutas dos trabalhadores e quadros técnicos em defesa dos seus direitos ameçados.

O papel a desempenhar pelo «Avante», em minha opinião, é cada vez mais importante e é insubstituível no panorama nacional da informação.

Por tudo isto, a situação exige a adopção de medidas que tornem a leitura do «Avante» mais atractiva, a melhoria substancial do seu conteúdo informativo e um maior esforço na eficácia das suas mensagens.

Desejo ao «Avante» os maiores sucessos na sua intervenção informativa, certo de que saberá manter os mesmos princípios que sempre o nortearam.

(*) Médico. Presidente do Sindicato dos Médicos do Sul

■ *Helena Bastos* (*)

Actualidade da luta pela igualdade

Era uma casa situada nos arredores de Paris, propriedade do município. No aeroporto, uma vereadora esperava as delegações internacionais que se alojariam na «Casa da Amizade». Durante os três dias em que aí permanecemos ela era a cicerone que nos conduzia ao local onde decorria a reunião, trazendo-nos ainda o pão para o pequeno almoço, também ele pretexto para animadas conversas e trocas de experiências entre as portuguesas, brasileiras, argelinas, vietnamitas e ainda uma israelita e uma palestiniana. Todas mulheres empenhadas na luta pelos direitos específicos, tanto quanto na luta geral dos respectivos povos. E as conversas incidiam sobre problemas das mulheres ou sobre problemas gerais, intrecruzados com a mesma naturalidade com que a nossa anfitriã se dividia entre o trabalho que a presença das delegações implicava e a sua responsabilidade política, não esquecendo a vida familiar.

Nesta simples evocação – e apesar da diferença de realidades vivida nos diversos países – estão elementos importantes, que caracterizam o percurso das mulheres na sua luta emancipadora, designadamente: o reconhecimento da **interligação que existe entre a luta pela igualdade e a defesa da paz, da democracia e da independência nacional,** que assumem coerentemente batendo-se em várias frentes, apesar de continuarem a desempenhar papéis que, social e culturalmente, lhes são atribuídos por tradição. E apesar da sobrecarga que daí advém, as mulheres, sobretudo as que lutam organizadamente, não desistem: elas querem cimentar e aprofundar as conquistas alcançadas, reivindicam maior protagonismo nas diferentes áreas de actividade, estão conscientes que **não se trata só do exercício do direito à igualdade de oportunidades mas também de uma exigência da democracia, do desenvolvimento e do progresso.** Querem não só dar a vida mas transformá-la!

Quando a demagogia impera!

A afirmação da igualdade de direitos entre sexos, legalmente consagrada em Portugal, é muitas vezes demagogicamente utilizada em discursos de pompa e circunstância, de que são exemplo as intervenções do partido maioritário na AR por ocasião das comemorações do 8 de Março. Chega a ser indecente a forma como o PSD nega as suas responsabilidades – como Pilatos – pretendendo fazer esquecer a dimensão política do problema, apresentando-se platonicamente como «defensor» dos direitos das mulheres que, em sua opinião, não são exercidos como a lei estabelece por exclusiva responsabilidade da sociedade civil e das mentalidades vigentes!... Já o CDS, que durante anos também proferia «belos» discursos para as mulheres que enchiam as galerias nos plenários comemorativos do 8 de Março, assumiu finalmente o ano passado que o aperfeiçoamento da legislação, em matéria de protecção da maternidade, era lesivo para o exercício dos direitos das mulheres, na medida em que contrariava a «lógica empresarial»...

Toda esta encenação induz a que se pense qeu, sendo actualmente inquestionável o reconhecimento da igualdade de direitos e oportunidades entre sexos, a sua efectivação depende abstractamente da sociedade civil e das próprias mulheres que seriam, em última análise, responsáveis pelas situações de discriminação.

Igualdade – conceito revolucionário

É importante relembrar que foi necessário uma revolução – a Revolução de Abril – para que o princípio da igualdade fosse constitucionalmente estabelecido. E porque este ano é ano de eleições autárquicas lembrar ainda que uma das conquistas alcançadas pelas mulheres com o 25 de Abril foi exactamente o direito de votar, e de poderem ser eleitas, para os órgãos do Poder Local[1].

Mulheres na gestão das autarquias

Se as mulhères exercem em situação de igualdade o direito ao voto, o mesmo já não se verifica no que se refere à possibilidade de assumirem responsabilidades na gestão das autarquias. No seminário «A Mulher na Comunidade Local», promovido pelo Partido[2], analisou-se a evolução da participação das mulheres na gestão dos municípios[3], na década de 80. Os valores encontrados demonstram claramente que as mulheres autarcas são, ainda hoje, uma excepção. A análise da participação das mulheres por partidos e/ou coligações coloca o PCP, e aliados, como a força política em que a intervenção feminina, embora insuficiente, é mais expressiva[4].

Um défice democrático

Em 10 anos[5] a % de mulheres presidentes de câmara passou de 1,8%[6] para 2,3%[7] enquanto as vereadoras passaram de 4,2% para 6,2%! Durante este período verificou-se ainda:

- diminuição da participação de mulheres nos distritos de Aveiro (de 4,6% para 2,9%); Beja (7,4%-5%); Faro (3%-1%); Lisboa (4,7%-3,7%); Vila Real (3,9%-1,2%);
- ligeiro acréscimo nos distritos de Bragança (0-2,8%); Castelo Branco (5,5%.6,2%); Coimbra (5,2%-6,1%); Guarda (4,2%-4,9%); Viana do Castelo (0-2,9%);
- aumento significativo em Braga (2,5%-6,9%); Évora (5,3%-11,8%); Leiria (3,9%-6,7%); Portalegre (2,5%-7,4%); Porto (1,5%-6,8%); Santarém (5,6%-7,4%); Setúbal (7,2%-13,1%); Viseu (0,7%-4,1%).

Uma participação a reforçar!...

No seminário que recentemente o MDM promoveu sobre «O Poder Local na promoção da cidadania feminina» foi reivindicada uma maior participação de mulheres, em lugares elegíveis, nas listas que os diferentes partidos irão apresentar para as autarquias, «tendo em conta que elas são protagonistas indispensáveis na vida e desenvolvimento das comunidades, sejam elas rurais ou urbanas».

É um desafio a que o PCP está particularmente bem colocado para corresponder. Desde logo **porque é,** à partida, **o partido que tem maior % de mulheres eleitas.** Mas sobretudo **porque insere entre os direitos sociais fundamentais da democracia avançada que propõe ao povo português o direito das mulhères à igualdade, reconhecido como condição para a democratização e humanização da sociedade e o livre desenvolvimento das capacidades criativas e produtivas das mulheres.**

Estamos em tempo, e a tempo, de coerentemente considerarmos a inclusão de mais mulheres nas listas: pela igualdade de oportunidades, para melhoria do nosso trabalho em benefício das populações, pelo desenvolvimento.

(1) O direito ao voto foi reconhecido, em 1931, às mulheres diplomadas com cursos superiores ou secundárias (aos homens bastava saber ler e escrever). A partir de 1968 foi estabelecida a igualdade, com excpeção das Juntas de Freguesia em que só os «chefes de família» tinham direito de voto.

(2) Realizado a 13/10/1990 na Junta de Freguesia de Alcântara, pela Comissão para os problemas e luta das mulheres.

(3) A análise comparativa, por partidos, incidiu exclusivamente sobre a % de mulheres vereadores e presidentes de câmara, dadas as dificuldades na recolha de dados das freguesias e assembleias municipais.

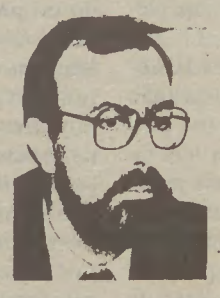
(4) Actualmente (8% das câmaras CDU são presididas por mulheres, situação que no PS corresponde a 0,9% e no PSD a 1,8%; 10% dos vereadores eleitos pela CDU são mulheres, contra 5% no PS, 5,3% no PSD, 3,3% no CDS e 5,7% para a totalidade dos outros partidos, globalmente considerados (PRD, MDP, UDP, PDC).

(5) Na sequência dos actos eleitorais que ocorreram entre 1979 e 1989 (inclusive).

(6) Em 4 municípios, num toal de 305.

(7) Que corresponde a 7 presidentes de câmara, das quais 4 foram eleitas pela CDU.

(*) Professora Universitária. Dirigente do MDM



■ *Paulo Sucena*

Lembrança

Faz por agora trinta anos que o Vieira me entregou, na Rua de Santa Marta, na antiga Caixa de Previdência dos Metalúrgicos, onde ambos trabalhávamos, o primeiro **Avante!** que recebi como um direito e li como um dever. Mas este jornal povoava o meu imaginário desde os finais dos anos quarenta. Entrou inesperadamente na minha infância, em Águeda, na casa de um homem de quem guardo uma imagem rara: o Zé Constantino ou o Constantino dos bonecos, como ouvia o meu pai e os adultos tratarem-no. Era um homem de perfil suave, falando com grande serenidade, com um discurso que me fascinava pelo facto de me dar a ideia de, ao contrário do que acontecia comigo, as palavras dele não lhe nascerem na boca mas num qualquer lugar insondável para os meus inquietos 8/9 anos de idade.

Porém, o Zé Constantino não era só o homem que eu gostava de ouvir falar nas mesas do Café Santos mas também o amigo que, com alguma frequência, o meu pai visitava e me prestava, por mais breve que fosse, uma qualquer atenção que perfeita se ajustava à minha sensibilidade infantil. Quando o meu pai me desafiava para o irmos visitar falava-me dele de tal modo que Zé Constatino entrou na minha galeria de homens de carne e osso como se fosse um dos heróis dos livros de aventuras de que o Ângelo fazia leituras colectivas no belo e romântico Jardim Velho, na pacata Águeda dos finais da década de quarenta. A ele se juntaram, durante a minha adolescência, os nomes de Silva da Madeira, Silvino, Tassara, capitão Nuno Cruz e tantos outros que tal como Zé Constatino lutaram e lutavam contra a ditadura fascista e de que o meu pai era amigo e companheiro de luta.

Numa dessas idas a casa de Zé Constatino vi pela primeira vez o **Avante!** e logo percebi que aquele jornal de letras minúsculas era para ser tratado com os mesmos secretos cuidados dispensados aos cartazes da campanha do general Norton de Matos que eu havia descoberto num guarda-fatos pelo forte cheiro a tinta que deles se evolava. Aliás, aquelas frequentes idas a casa do Zé Constatino, onde uma vez estava um *discreto* senhor que lhe vinha comprar uma colecção de bonecos de barro vermelho de que eu tanto gostava (seria essa a verdadeira razão daquela presença estranha?), tinham a ver com a campanha de Norton de Matos, durante a qual se realizou uma extraordinária sessão da Oposição no desaparecido Cine-Teatro que jamais se apagou da minha memória.

O meu pai aproveitou o inesperado conhecimento que, a partir daí, ambos passámos a partilhar sobre aquele *esquisito* jornal (tão diferente da "Independência de Águeda" que eu conhecia por dentro e por fora, fruto dos anos em que o meu foi responsável pela redacção e o jornal era feito no rés-do-chão da nossa casa) para acrescentar às duas intermináveis série de histórias que me contava - as do ladrão do Pisco, espécie de Robin dos Bosques, e as dos marinheiros portugueses em mares desconhecidos - a das aventuras perigosissímas da escrita até à distribuição do **Avante!**.

O modo como o meu pai me falava desse abnegado, clandestino, heróico exército que se opunha sem desfalecimentos aos legionários cuja sede aguedense eu odiava e contra os bufos que prendiam - como haviam feito ao meu pai e ao Zé Constatino - quem lutava pela liberdade e a favor dos pobres, gravou para sempre na minha memória uma fascinante imagem do **Avante!**. Esse discurso marcou de tal modo a minha infância que ainda hoje me comovo ao ver o movimento de gente anónima, firme e determinada, a enfrentar a violência na defesa dos seus direitos ofendidos.

Deste e de outros modos, sob uma quente imaginação exultando com os exemplos de coragem dos que jamais trairam a luta em que se empenhavam, como os homens do **Avante!**, fui crescendo e aprendendo. Apendendo a vida na vida mais do que nos livros. Ou, melhor, os livros ajudaram-me somente a

a emocionada

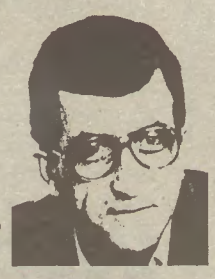
afinar os instrumentos críticos com que observava o quotidiano de algumas aguedenses, curando da economia dos seus lares a apanhar bosta que as vacas deixavam pela rua da Cancela e pela rua de Baixo; vendo mulheres descalças, a correr aflitas, cheias de medo da multa porque levavam à cabeça molhos de agulhas, surripiadas dos pinhais do Pisco e da Giesteira, para venderem nos fornos da Maria da Benta e noutros e assim ajudarem ao sustento da família, tão escasso era o resultado do amanho da terra; solidarizando-me com os companheiros diários que buscavam fruta nas quintas e nos quintais em que o gozo era muito mais o de matar a fome do que o de correr os riscos da aventura (antes de ler Jorge Amado já eu conhecia afinal os "Capitães da Areia"); emocionando-me com o trabalho dos operários que faziam crescer as fábricas e não tinham dinheiro para fazer a barba mais do que uma vez por semana porque as lâminas eram demasiado caras para os seus magros salários; compreendendo que a vida gerava uma revolta justa em homens bons que eu conhecia e criava heróis de carne e osso que eu não conhecia mas se movimentavam com grande nitidez na minha imaginação, como esses que eu já sabia que se chamavam comunistas e editavam um jornal muito fininho chamado **Avante!**.

Direi, portanto, que em Águeda nasceram os caminhos da minha vida. Em Águeda aprendi o que era a opressão e a exploração mas também a amar o combate pela liberdade e pela democracia com esse afável comunista chamado José Constantino nas mãos do qual vi pela primeira vez o **Avante!**. Este jornal de que se festeja hoje o nº 1000 saído após o 25 de Abril em que os militares, marchando ao compasso do coração popular, desceram às ruas de Lisboa e entoaram o mais musical, o mais vibrante, o mais quente de todos os coros - o do monumental silêncio das armas. Este jornal em que com quanta alegria escrevo no milésimo número publicado despois da Revolução dos Cravos - inusitada rapsódia de sorrisos, de abraços, de crianças deslumbradas, de velhos atónitos, de mulheres e homens vivendo velozmente, de povo e militares irmanados na mesma alegria, de bandeiras colorindo o vento, de tranquilos tanques e lentos carros de assalto circulando nas ruas da cidade como irmãos a ver florir a esperança nos olhos dos trabalhadores. Escrevo no milésimo número do **Avante!**, dezanmove anos depois de um Abril tão ansiado, tão sofrido e tão amadurecido dentro do mais fundo de tantos portugueses, lá onde só a esperança não morre, que ele irrompia dos olhos, das mãos e das bocas com tal ímpeto que por vezes estilhaçava a frágil luz de uma primavera ainda tão breve. Abril jorrava como um rio, impulsionado pelo povo, por homens e mulheres que ajudaram a manter vivo e actuante o **Avante!** durante o fascismo e solidários o abrem à Revolução de Abril, para assim contribuírem para que aquele rio traga um dia à flor das suas águas uma planta tão impossível como o trevo de quatro folhas, que os homens afincadamente procuram e a que chamam felicidade.

Sabemos que é um desejo difícil de concretizar mas o tempo estende-se longo à nossa frente e porque assim é haverá um dia em que o rio de cravos de que falámos, e há dezanove anos corre determinado por entre os mais diversos acidentes, alcançará o mar da democracia política, social , económica e cultural.

Tão significativo objectivo fará o **Avante!** continuar imparável, muito para além do número 1000 porque ele é memória da nossa memória, coragem da nossa coragem, rosto do nosso rosto, sol e sal do povo português que em nenhuma circunstância recusará este jornal pela simples razão de jamais, ao longo dos tempos, ter fechado as portas da sua própria História.

(*) Membro do CC do PCP
e Presidente do Sindicato
dos Professores da Grande Lisboa



■ ***José Ernesto Cartaxo*** (*)

O futuro não acontece. Constrói-se

«Os trabalhadores e a Intersindical», foi um dos títulos da primeira página do primeiro «Avante!» legal publicado logo a seguir ao 25 de Abril de 1974.

Este título e o texto que se lhe segue são o corolário do empenho de todo o Partido e da atenção e importância que, ao longo dos seus 43 anos de publicação clandestina, o seu órgão central sempre deu aos direitos e interesses dos trabalhadores e à sua organização sindical.

Se folhearmos os novecentos e noventa e nove números do «Avante!», publicados desde o 25 de Abril até aos dias de hoje, ficamos, não só com a confirmação do que acaba de ser dito, mas também com uma noção bastante profunda do que foi a gesta heróica dos trabalhadores portugueses neste conturbado mas exaltante período.

Os trabalhadores encontraram sempre no «Avante!» uma trincheira que fez eco dos seus problemas e anseios, das suas lutas por uma vida melhor e contra a exploração desenfreada a que estão sujeitos, das denúncias e combates à ofensiva contra as conquistas de Abril, das lutas pela liberdade e a defesa do regime democrático, da solidariedade para os povos em luta, contra a agressão e exploração imperialista.

Ao publicar-se o n.º 1000 do «Avante!» legal, os comunistas e os trabalhadores em geral não podem deixar de se sentir orgulhosos e ao mesmo tempo confiantes não só pelo importante papel que o «Avante!» tem desempenhado, mas também pelo que, inevitavelmente, vai continuar a desempenhar, como instrumento de apoio à necessária e imprescindível intensificação da luta dos trabalhadores.

Esse papel vai ser tanto mais importante na medida em que o «Avante!» é hoje o único jornal de expansão nacional que, com uma política editorial marcadamente de classe, assume e assegura, de forma sistemática, a informação, a reflexão e o aprofundamento dos problemas que se colocam ao mundo laboral.

Com efeito, o «Avante!» assume um papel ímpar, num quadro em que se assiste a uma violentíssima campanha ideológica, veiculada pelos principais meios de comunicação social em geral, e da imprensa em particular (dominada por grandes grupos económicos), com o recurso sistemático à deturpação dos factos, ao silenciamento dos gravíssimos problemas sociais que o país enfrenta, à intriga com vista a confundir e dividir os trabalhadores e a enfraquecer as suas organizações de classe.

A saída do n.º 1000 do «Avante!» dá-se num contexto político e social em que avulta, e está em curso, uma perigosa ofensiva do governo e do patronato contra as condições de vida, direitos e conquistas sociais dos trabalhadores e de outras camadas da população, com incidências particularmente gravosas no plano do poder de compra dos salários, da estabilidade e segurança no emprego e da destruição do aparelho produtivo nacional.

Esta perigosa ofensiva confirma que o aprofundamento do processo de restauração monopolista, a política de submissão ao grande capital estrangeiro, que domina crescentemente a economia nacional, a recessão económica em que está mergulhada a agricultura e importantes sectores industriais, tem graves consequências para os trabalhadores, os pensionistas e reformados e, de um modo geral, para todas as camadas sociais não ligadas ao grande capital.

O governo prossegue, intensifica e refina uma política anti-social em grande profundidade, centrada no ataque aos salários dos trabalhadores, visando a redução do seu poder de compra, no agravamento do desemprego e da precariedade do emprego, ameaçando os postos de trabalho de muitas dezenas de milhares de trabalhadores, nas crescentes violações aos seus direitos individuais e colectivos, e intensificando a repressão nas empresas e locais de trabalho.

Em resultado desta política, assiste-se à destruição do Sector Empresarial do Estado, ao encerramento de inúmeras empresas, ao avolumar dos salários em atraso e dessa chaga social, que constitui um escândalo nacional e internacional que é o trabalho infantil.

Esta ofensiva estende-se também aos serviços de saúde, agravados, recentemente, com o novo Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, e à Segurança Social, com a redução das verbas resultantes dos cortes orçamentais, do aumento das dívidas do patronato, assim como a intenção de reduzir 5000 postos de trabalho dos 17 000 existentes na Segurança Social.

A par da saúde e segurança social, também o ensino público, a habitação, os transportes são alvo desta política anti-social que tem como reflexo uma situação social profundamente injusta e desumana, criando situações verdadeiramente dramáticas para milhares de trabalhadores e outras camadas da população mais desfavorecidas.

O governo, hipocritamente, persiste no seu discurso cor-de-rosa, no qual o país é um oásis, uma democracia de sucesso, está a acompanhar o pelotão da frente da comunidade europeia, etc., etc.

Contudo, o verniz começa a estalar e os gravíssimos problemas sociais, abafados sistematicamente, começam, inevitavelmente, a vir ao de cima, como se verificou na recente presidência aberta na Área Metropolitana de Lisboa e no programa «De Caras», onde o ministro Silva Peneda (o demagogo cavaquista de serviço) saiu cilindrado pelo peso das situações que a política deste governo tem vindo a provocar.

Para tornear estas situações, e fugir ao julgamento que esta realidade lhe está a impor, pela generalidade da opinião pública, o Primeiro-Ministro refugia-se agora num discurso em que refere a necessidade de «preparar Portugal para o século XXI», remetendo para as calendas a resolução dos problemas económicos e sociais do País.

Entretanto, o governo continua a «encher a boca» de diálogo e concertação social, ao mesmo tempo que prossegue uma política autoritária e de afrontamento para com os trabalhadores, de que é exemplo paradigmático o que se passa com os trabalhadores da Administração Pública e das empresas públicas, apelando e estimulando o patronato a fazer o mesmo no sector provado.

É tempo de dizer BASTA a esta política e a este governo.

Esta política e este governo, não servem os trabalhadores nem o país.

Este governo está, agora de uma forma mais descarada, a revelar ser serventuário do grande capital e o carras-

→

co dos trabalhadores. Um governo que sacrifica o nível de vida e o bem-estar de milhares de famílias, de trabalhadores, reformados, mulheres e jovens, o que promove os negócios escuros e os lucros do grande capital e, para quem, os direitos dos trabalhadores são incómodas realidades a liquidar.

É, tendo como eixo o combate a este governo e a esta política e às suas consequências económicas e sociais, que se tem vindo a verificar o aumento da conflitualidade laboral, o desenvolvimento da luta de massas em vários sectores de actividade, nas empresas, nas regiões, envolvendo camadas diversas dos trabalhadores e da população, através dos quais se exprime o mais profundo protesto e descontentamento popular.

As múltiplas e diversificadas movimentações e acções de protesto, resistência e luta a que estamos e vamos assistir nesta semana em que sai o n.º 1000 do «Avante!», a semana nacional de luta, promovida pela CGTP-IN, que envolve centenas de milhares de trabalhadores, são a base fundamental para a resistência a esta política a este governo, para a resolução dos problemas concretos imediatos e para a unificação duma vasta frente social, que crie as condições indispensáveis a uma alternativa democrática.

É neste quadro de intensa movimentação laboral e social que se tem inserido a preparação do VII Congresso da CGTP-IN, que terá lugar já nos próximos dias 4, 5 e 6 de Março, sob o lema: «trabalho com direitos, solidariedade, qualidade de vida».

A realização deste Congresso assume, assim, uma extraordinária importância para o presente e o futuro daquela que é a maior e mais influente organização social de massas do país.

Realizando-se num quadro, como já referimos, de uma generalizada ofensiva do grande capital nacional e internacional e seus serventuários, contra os trabalhadores e o seu movimento sindical de classe, a defesa das características essenciais da CGTP-IN, que determinam o destacado papel que desempenha na defesa dos interesses dos trabalhadores e na sociedade portuguesa, constitui o objectivo fundamental e que corresponde às exigências do tempo presente e aos desafios do futuro dos trabalhadores e do país.

A movimentação laboral que antecede o Congresso, com o envolvimento dos trabalhadores e a dinâmica que se verifica na sua preparação, pese embora as habituais deturpações e intrigas fomentadas por alguns órgãos de comunicação social, são a garantia de que a CGTP-IN sairá dele mais reforçada e coesa em torno da sua natureza de classe e dos seus princípios de unidade, democracia, independência, solidariedade, de massas e de classe.

Estamos certos e confiantes que, deste Congresso, vai sair uma central sindical de classe, mais reforçada, mais combativa e eficaz para responder positivamente aos grandes desafios que estão lançados e aos quais urge responder, para bem dos trabalhadores e do país.

É nesta perspectiva e com a convicção de que o futuro não acontece, mas se constrói, que confiamos no contributo inestimável que o «Avante!» vai dar à unidade e à luta dos trabalhadores e do seu movimento sindical de classe.

Com o «Avante!», avante pelo futuro democrático e socialista de Portugal.

(*) Membro da Comissão Executiva da CGTP-IN e do CC do PCP

MIL

■ **Nuno Ramos de Almeida** (*)

Obituário

Um comentador avalisado, que sempre foi um homem de muitas certezas pelos vários partidos que passou, escreveu recentemente: *O Pravda já acabou, para o fim do Avante já falta pouco.*

Sem pretender comentar este estatuto que ganhou um grupo selecto de personagens que podem escrever todos os dislates passando por homens inteligentes, sem pretender analisar a inimputabilidade que gozam estas criaturas, não havendo ninguém que lhes diga que não têm idade nem autoridade para fazer determinados tipos de afirmação, seria talvez interessante comentar algumas das teses mais corriqueiras desses analistas.

Começando pela que ordena que um hipotético desaparecimento dos comunistas na ex-União Soviética significaria, obrigatoriamente, o fim dos comunistas em Portugal.

Urge então discutir a afirmação, sem pensar no autor, porque assim vamos analisar a moda sem perder tempo com o vendedor a retalho.

Estão os comunistas condenados a desaparecer?

Responder pela afirmativa significa considerar, não só, que os antigos regimes do leste europeu estão desacreditados, mas sobretudo que deixou de haver razão social para existência de um tal tipo de força.

Levada ao limite, esta afirmação queria dizer que as camadas sociais que se reconhecem numa esquerda anticapitalista tendiam a desaparecer ou tinham mudado de fidelidade política.

Para um conjunto de camadas se extinguir ou alterar a sua coloração política significa que as razões que levaram à sua contestação estavam extintas.

Concretizando, por um lado, estávamos perante o fim das chamadas classes trabalhadoras e o emergir de uma nova realidade social. Por outro lado, os comunistas tinham deixado de ser representativos de algumas camadas e elas tinham-se passado de armas e bagagens para a social- democracia, a extrema direita e, quem sabe, o fundamentalismo islâmico.

Quem observa o mundo, em 1993, vê que há muitos aspectos em mutação.

A vulgarização do trabalho precário, a irupção dos nacionalismos, o agravar das desigualdades norte-sul, o aumento do racismo, o fim do equilíbrio do terror, o novo papel dos meios de comunicação de massas na difusão das ideias, a crise económica, o retorno à política das canhoeiras, etc., etc.

Analisando a realidade pode-se chegar a muitas conclusões, mas dificilmente chegaremos ao paraíso.

Para contestar os arautos do fim da história, que vendem um mundo sem contradições, basta olhar para as páginas dos jornais:

A Bósnia, a terceira mundialização da ex-União Soviética, a guerra do Golfo, Angola, Timor e os milhares de lugares onde os conflitos, mais ou menos sangrentos, rebentam estão aí para provar que a, suposta, nova ordem do mundo é o caos.

Se voltarmos a vista para Portugal, um ásis nas palavras do ministro Braga de Macedo, verificamos que longe do dramatismo de outros países persistem e agravam-se focos de miséria.

Situações de desigualdade que a construção de auto-estradas e os variados cursos do fundo social europeu, como informática para cabeleireiros ou matemática para talhantes, não alteram.

Injustiças que não afectam apenas sectores profissionais em extinção, como a pesca artesanal e a agricultura não industrial, mas um grande número de grupos. Estudantes universitários, médicos, juízes, camponeses, pescadores e outros têm em comum não estarem satisfeitos com as políticas ditadas pelo figurino neoliberal. Frente a este conjunto de situações, quais são as forças políticas de esquerda que têm a possibilidade de transformar na acção este descontentamento social?

São os sociais-democratas do engenheiro Guterres que correm de conferência em conferência de imprensa pensando que no fim da última serão governo?

Penso que não, a esquerda que terá capacidade de transformar o descontentamento social dos finais do século XX num novo projecto político e numa nova utopia terá muito do contributo dos comunistas.

Para que nós, comunistas portugueses, estejamos em condições de estar na forja dos novos tempos é preciso que superemos muitas das nossas dificuldades.

Saibamos chamar cão a um cão, gato a um gato, seja em Timor ou na Coreia do Norte.

Tenhamos a capacidade de integrar na nossa análise muitos dos novos conhecimentos e saberes das ciências.

Façamos integrar no nosso combate muitos dos assuntos que atravessam horizontalmente a sociedade.

Consigamos fazer participar na luta pela tranformação da sociedade muitos dos novos grupos e camadas que se desenvolvem nas sociedades industriais.

Como se vê, não são poucos os problemas e os desafios que temos que enfrentar.

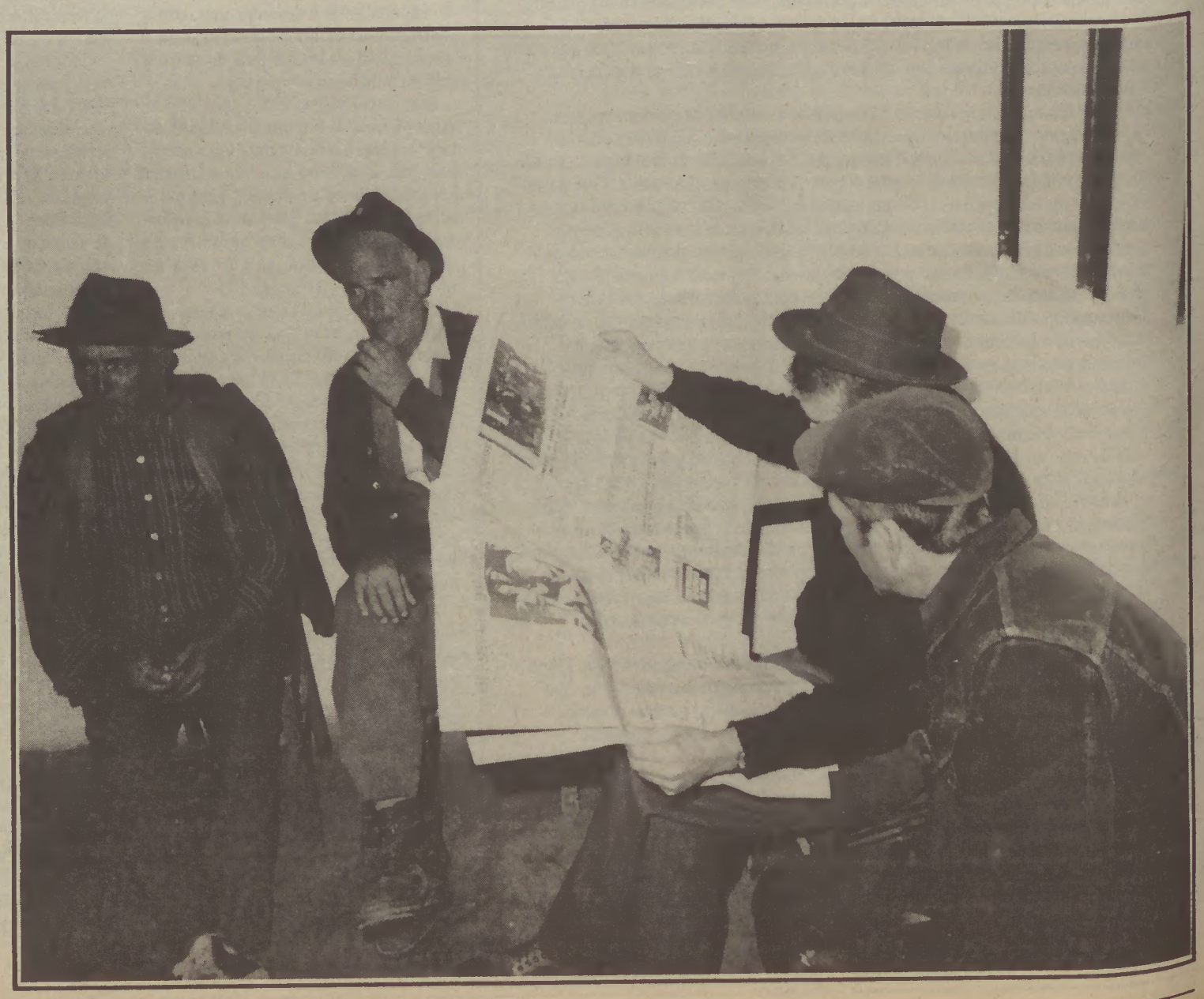
O suficiente para responder aos nossos comentadores políticos com uma história:

O escritor americano Mark Twain leu um dia num jornal que tinha morrido. Escreveu de imediato uma carta ao jornal a desmentir que as notícias da sua morte tinham sido muito exageradas.

Ao contrário do que escreveu o reputado analista, nem o Pravda morreu, voltou-se novamente a publicar, nem o Avante acabou.

Aliás, o Avante que já vai no número 1000 depois do 25 de Abril e viverá ainda muitos para fazer o obituário de muitos escribas.

(*) Jornalista



MIL

■ António Galhordas (*)

Os Médicos e a Medicina

"Memórias de uma luta sociopolítica"

A rememoração de factos relacionados com os médicos e a medicina em Portugal nos últimos 35 anos permite encontar, na sua evolução cronológica, uma coerência de análise sociopolítica que ajuda a compreender muitos dos factos do presente e ajudará eventualmente a prever a prevenir a orientação do futuro.

Nos anos 60, especificamente em 1958, o regime fascista de Salazar sofre, com a candidatura de Humberto Delgado às eleições presidenciais, o primeiro grande abalo provocado por um grande movimento de massas e de opinião que aglutina todos os estratos sociais.

É precisamente nesse ano e nesse clima que surge no seio dos médicos e centrado na Ordem um movimento profissional comecado pelos mais novos em Lisboa e que em três a quatro meses se alarga rapidamente a todos os grupos etários e instituições e abrange a breve trecho as secções regionais do Porto e de Coimbra. Culmina em 1959 na criação de uma Comissão nacional que até 1961 trabalha e discute a elaboração de um relatório, das "Carreiras Médicas", em que basicamente é feita uma profunda análise crítica das condições de exercício da medicina no país, se reivindica a responsabilidade do Estado pelo direito à saúde e se pede a organização de um Serviço Nacional de Saúde que integre Hospitais e Caixas de Previdência, dispersas, fragmentadas e de baixo nível qualitativo.

Um facto sociológico marca desde o início todo este movimento, enraizado claramente na consciência dos médicos, e que é a noção assumida de que os interesses dos médicos e dos doentes não são antagónicos, antes pelo contrário, são de comunhão profunda de interesses e de acções, pode resultar numa medicina e saúde eficazes para todos os cidadãos portugueses.

O governo de Salazar, apanhado pela profundidade e amplitude deste movimento profissional, responde com a criação do primeiro Ministério da Saúde e com a tentativa de recuperação de todo o plano reivindicativo, o que aliás consegue de forma significativa, mas com cedências que levam a alterações estruturais que vieram a ater maior impacte ao nível dos hospitais com a criação, em 1968, do Estatuto Hospitalar e a resposta a muitas reivindicações profissionais, deixando praticamente inalterada toda a estrutura das Caixas de Previdência, que se degradam com o tempo e com um alargamento que atinge apenas os sectores produtivos socioeconómicos politicamente determinados pela natureza do regime.

Com todo este movimento, os médicos portugueses, concentrados à volta da sua única organização profissional consentida, a Ordem dos Médicos, vão, todavia, adquirindo uma consciência que se adapta à evolução sociopolítica da medicina e estão na vanguarda de uma permanente luta reivindicativa e progressista que contrasta de certa forma com um espírito conservador dominante nos restantes países europeus, onde habitualmente medidas de carácter político que procuram responder ao direito à saúde dos cidadãos, encontram resistências importantes nas organizações médicas profissionais...

É assim que ainda no regime fascista, em pleno consulado de Marcelo Caetano e coincidindo com o despertar em força do movimento sindical que levou à criação da Intersindiacal, os médicos nas eleições da Ordem em 1970, na Secção Regional de Lisboa, defendem, a transformação da Ordem em sindicato, contrariando o regime legal vigente, que o não permitia.

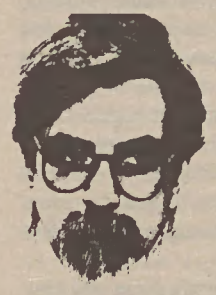
Ainda que eleita por esmagadora maioria, a lista não é homologada e a Ordem é governada por um curador nomeado pelo Governo, o que, todavia, não impede novas eleições em 1972, onde por uma maioria ainda mais significativa volta a ganhar uma lista idêntica com o mesmo programa de transformação da organização da Ordem em Sindicato.

Estes corpos gerentes são admitidos pelo Governo, tomam posse, mas a luta política de concepção organizacional estava definitivamente aberta entre o poder e os médicos e vem a culminar em 1973 no encerramento da Ordem pela polícia política, prisão e julgamento de dirigentes e a gestão da Ordem por um novo representante do Governo, que se mantém até ao 25 de Abril de 1974, altura em que os médicos afastados reocupam a Ordem, sob a designação de Sindicato Médico, de acordo com o programa eleitoral de 1972.

Estavam lançadas as bases, na consciência dos médicos, para o futuro do sindicalismo deste sector profissional, cuja capacidade de acção e aceitação pelos médicos é uma realidade forte e patente no actual panorama sociopolítico, determinante em qualquer programa de estruturação da medicina e da saúde em Portugal.

Esta longa luta, aqui muito resumidamente rememorada, está cheia de ensinamentos, de períodos de avanço e de recuo, de êxitos e de erros de orientação, como é próprio de todas as lutas e de todas as experiências sociopolíticas, mas ajudará, porventura, a explicar e a entender o papel das organizações dos médicos, Ordem e Sindicatos, no presente da vida médica nacional e a demonstrar que uma coerência sociopolítica exige que a luta de qualquer grupo profissional, como de qualquer cidadão isolado, não pode nunca perder de vista a luta de todos os cidadãos, a luta de todo o colectivo da comunidade, pela sua libertação e pelo seu progresso.

(*) Médico. Dirigente da FNAM



Uma raiz

■ José Manuel Mendes (*)

Também eu, como o José Saramago, tive uma arca das favas. A estória passa-se em Luanda, num tempo antigo. Chegavam notícias: tumultos nas sanzalas, a custo domados por cipaios e polícias; a guerra no Congo ex-Belga; escândalos nos bares de prostitutas da Maianga. As pessoas conheciam o sobressalto. Creio que, da noite para o dia, a placidez urbana se recobria de uma pele eriçada. Estranhas palavras aprendi: chacina, pilhagem, terrorismo, negritude, independência. Nenhuma delas constava do meu imaginário povoado pelas aventuras de gente esculpida no sonho, heróis anteriores aos duelos de capa e espada, com um coração e pura melodia ù mesmo se estalavam conflitos capazes de acender a lágrima e a mágoa.

Quando o meu pai morreu e eu soube que Deus não existia, preparámos uma morosa viagem: o abandono da cidade em que nasci, o retorno de minha mãe ao continente familiar. Derruído o projecto que a levara a cruzar o oceano, que faria, com dois garotos, na África de repente erma e amargurante? Revolvíamos a casa, quarto a quarto, armário após armário, não esquecendo os lugares de arrumo e sincretismo. Gostava desse mundo aparecido: cavalos de pau, parafusos, fusíveis, caixas de miudezas, fios, chaves, bonecos. E um lápis de ponta azul, agilíssimo a inflamar navios, uma esferográfica **Parker**, enlevo de me sentir igual aos grandes, instrumento do meu escrever, decerto pela vez primeira procurando o aroma secreto dos vocábulos. Estou, então, numa gaveta de cómoda, entre fotografias, cadernetas, recortes de imprensa. Nos minutos deslumbrados, revejo imagens a que sensações intensas se associam: um desfile em honra de Craveiro Lopes; o pálio de uma procissão; corpos desfeitos, catanas, capinzais. Letras gordas, nuvens trovejando: subversão, banditismo. A longa parada colonial enredara-me no seu torvelinho: horas e horas sob um céu de fogo, vertigens, sede, fome, uma náusea para a vida; intérminos discursos, fanfarra, mil bandeirinhas portuguesas erguidas ao alto por crianças inscientes; a rebelião, na pedra do ser, contra essa doença súbito revelada a que, em casa, haviam chamado fascismo. Aos cortejos religiosos não ia: observava, da varanda, o seu talento deslizar, a policromia das vestes e dos pendões, os ramos verdes; apraziam-me, sem dúvida, o odor das velas e o cantar melancólico, com os seus diferentes timbres enfeixados. A violência das armas desencadeava em mim sentimentos de horror. Medo? Talvez não: na infância, o que os olhos ignoram fica numa ilha brumosa ù apavora menos do que seduz. E, semanas volvidas sobre os recontros sangrentos, José, primo direito do meu pai, mulato culto, aprumado, passeando comigo no Largo Serpa Pinto: têm razão, aquela terra está ali desde sempre, não foram os brancos a inventá-la.

Removo, entretanto, universos mágicos. Calendários de parede, baralhos de cartas, sobrescritos, facturas e recibos, bisnagas, medicamentos. A sedimentação de harmonias perdidas. Entre alfinetes espalhados, um jornal: folhas de uma alvura encardida, finas, sem ilustrações, formato idêntico ao dos cadernos escolares. Abri-o: caracteres irregulares, a tinta desuniformemente repartida. Lá se prescrevia o direito dos povos à liberdade e ao autogoverno. Como exprimir o frémito da descoberta, mistura de alegria e enigma perseverante, ousado gesto e insuficiência?

Correram lustres. Passei a encontrar, amiúde já lidas, outras páginas interditas: na caixa do correio, num dobrar da madrugada junto ao Mondego, nos sítios de permuta que só a memória nomeia. Vem de remotos territórios afectivos uma raiz contra a indiferença: hoje, numa sociedade demudada e em crise, prementemente apelativa. O Homem é um processo (Gramsci), o próprio singularismo se molda na dialogia, nos múltiplos sentidos da busca e da partilha, nesse veio solidário que, numa conjugada pluralidade, se inconforma e renova. A inércia não será o princípio do astro, a flor, o lume. E a atenção às relações com a realidade, que Habermas institui como paradigma medular (não só na dinâmica comunicacional), produz-se no rigor, na mutabilidade, no fascínio. Uma raiz contra a indiferença. Adivinhada, na fundura dos anos, ao franquear gavetas de pó e burundanga: a minha arca das favas. Adivinhada e, com os ciclos de experiência que corrige e enriquece, assumida, evidente. Como a revolta que me ergueu da carteira, ao despontar da adolescência, para oferecer tâmaras ao colega de cor que o professor de matemática esbofeteara injustamente. Em Angola, numa época saturada dos ecos da luta emancipadora no Congo, percursora de pugnas essenciais, quando as manhãs eram um prodígio nunca revisitado.

(*) Escritor. Presidente da Associação Portuguesa de Escritores

MIL

■ **Mário Castrim** (*)

Chá bem quente

Era Inverno e chovia através da janela, à contraluz do lampião na esquina da Rua dos Lusíadas viam-se as cordas de água.

- Venho todo encharcado - disse ele.

- Molhaste os pés?

- É o mais certo.

Os sapatos estavam nas lonas. O papel de jornal com que protegia os pés todo se esfarelava. Trouxe-lhe umas meias, enquanto os sapatos secavam diante do calorífero.

Os companheiros demoravam-se. Preocupou-se. Teria havido qualquer falha? Algum mal-entendido?

Entretanto, veio uma sanduíche de queijo, um copo de vinho. Comia gostosamente, mas sem pressas. Como se quisesse evitar o espectáculo da sua fome. Uma voz grave e sossegada, uns olhos brilhantes, a presença tranquila do grande senhor que, andando à caça e surpreendido pela tempestade, se tivesse abrigado na casa dos camponeses.

Os outros foram entrando, espaçadamente.

Tranquilizou-se. Tudo, pois, a correr bem. Era, no entanto, o tempo em que a armadilha estava preparada no caminho por onde os animais nobres circulavam.

A reunião, como de costume, acabou tarde. Foram saindo, à formiga. Ele ficou para o fim. Ainda teve tempo para a sanduíche de fiambre, para o bolo-rei, para a caneca de chá bem quente. Os sapatos estavam mais ou menos secos e forrados com fartas doses de jornal.

Tirou da algibeira um papel cuidadosamente embrulhado.

- Fica com ele - disse.

Era o "próximo número" do **Avante!**.

- Repara como está fresquinho - disse, rindo. Acabadinho de sair do forno...

Saiu. Fiquei na janela, por trás dos vidros, a vê-lo atravessar a Rua da Creche, seguir pela Rua dos Lusíadas. Felizmente, parara de chover.

Aquele **Avante!** estava fresquinho mesmo. Em certos pontos, a tinta alastrara, era necessário algum esforço para entender as palavras. Havia manchas escuras na página quatro, como se alguém tivesse caminhado por ela com os pés feridos.

Guardei-o dentro de um livro. Tornei a pôr o livro na estante. Por nada deste mundo queria perder aquele jornal.

O rio foi passando, levou consigo dias, anos, gritos, lágrimas. E as mortes, os triunfos, os cânticos. As horas urgentes, a pressa do coração, a urze, o trigo. As madrugadas explodindo, a ameaça de noites recompostas, os escombros, os desesperos, as razões da nova coragem.

Perdi o rasto do jornal. Algum dia, quem sabe, o meu neto vai à estante, abre um livro, encontra aquele papel com algumas palavras mal distintas, com os rastos escuros na página quatro. Quente e perfeito como se tivesse acabado de sair do forno.

(*) Jornalista. Escritor.

■ **Fernando Correia** (*)

A Informação e os factos

1. Há um século, perante a ocorrência de uma catástrofe ou de um importante acontecimento político, as pessoas, sedentas das últimas notícias, saíam para a rua em busca do jornal; nos anos trinta e quarenta, corriam para casa, atentas ao rádio, e duas décadas depois começaram a fazê-lo por causa da televisão. Correram para casa e ficaram lá - até hoje.

A informação televisiva tornou-se na grande e absoluta dominadora. Grande parte do poder que outrora se reconhecia à imprensa transferiu-se para o pequeno écran. Do "é verdade, li no jornal", passou-se para o "é verdade, ouvi na televisão". Enquanto cerca de seis milhões de portugueses vêem todos os dias os telejornais, não ultrapassam as três centenas de milhares os que regularmente lêem jornais diários.

O significado do poder da tv não advém apenas do seu tremendo impacto junto da opinião pública, mas também da influência que exerce junto dos outros *media*. Até há relativamente poucos anos, eram os conteúdos dos jornais que determinavam os da tv: esta quase se limitava a ilustrar e "prolongar" através da imagem o que nessa manhã ou nessa tarde a imprensa e a rádio haviam já noticiado. A situação inverteu-se: agora é a tv que, em grande parte, comanda a agenda da informação.

Esta influência, para além dos conteúdos, manifesta-se também nas formas e estilos do tratamento noticioso. Os textos mais pequenos e menos profundos, o aumento do número e tamanho das fotos e o aparecimento dos infogràficos e da ilustração por computador (na política, no desporto, na meteorologia...) reflectem a estratégia da imprensa no sentido de se tentar adaptar e ir ao encontro a novos hábitos de "leitura" criados pela força da linguagem televisiva (1).

O telejornal (em qualquer das suas actuais versões: as diferenças não são de fundo) tornou-se assim como que no paradigma do jornalismo noticioso. Naquela meia hora de vertiginosa sucessão de acontecimentos, referidos em pequenas frases, transformando realidades complexas em grosseiras caricaturas, saltando em poucos segundos do Algarve para o Sri Lanka e daqui para Los Angeles, com escala rápida em Cascais e Berlim, dando mostras de uma chocante superficialidade, só comparável à igualmente imensa capacidade para seduzir e prender as atenções do público - nisto residiria o ideal informativo, constituído pelo que lhe é essencial: os factos. Os factos reais e, cada vez mais, os factos **da televisão**, isto é, criados por ela ou expressamente para ela (2).

2. Mas será que a multiplicação dos factos e a rapidez na sua transmissão bastarão para assegurar uma boa informação? Poderá esta existir quando, por exemplo, o dramático e o espectacular se sobrepõem ao rigoroso e ao sensato, a emoção sobreleva o argumento, a conquista das audiências faz esquecer os objectivos informativos - quando, em suma, a notícia transformada em mercadoria elimina e substitui a informação enquanto direito e bem social? (3)

A insistente invocação da fidelidade aos factos como pretensa garantia da objectividade informativa, procura muitas vezes eludir uma questão essencial: informar é sempre escolher - escolher os factos, o modo de os abordar, a forma de os apresentar.

A omnipresença da indústria da informação, cada vez mais sofisticada e nas mãos de cada vez menos pessoas (o caso português é sintomático), cria hábitos, impõe conteúdos e alimenta interesses a que ela própria depois se encarrega de responder. As sondagens sobre audiências são a este respeito esclarecedoras: apontando uma simples preferência entre aquilo que já existe, acabam por funcionar como um indicador para o fabrico de programas/mercadoria destinados a satisfazer e simultaneamente reproduzir gostos e necessidades entretanto já criadas no público/consumidor.

Tudo isto leva-nos por vezes a esquecer a distância enorme que vai da realidade circundante à realidade que nos é oferecida, por exemplo, pelo telejornal. A verdade é que este, enquanto mecanismo de filtragem dos factos, desde logo, e só por isso, constitui um poderoso transmissor de opinião.

Dos mil e um acontecimentos que todos os dias ocorrem susceptíveis de serem transformados em notícia, só um pequeníssimo número é escolhido para ser divulgado. À partida, a orientação do noticiário fica assim determinada. Mas esse é apenas o primeiro passo da sucessão de escolhas. Depois, para recolher elementos sobre cada um dos factos, são escolhidas estas e não outras fontes de informação, assim como para o abordar são escolhidos estes e não outros aspectos ou perspectivas.

No caso dos temas internacionais, a selecção é mesmo, geralmente, já o produto de uma segunda ou terceira escolha, incluindo no que se refere às imagens, produzidas, tal como os textos, pelas multinacionais da recolha e distribuição. São estas grandes agências que, na prática, estabelecem a agenda da actualidade internacional.

Entretanto, das notícias elaboradas quotidianamente na redacção de cada *media*, nem todas chegam integralmente ao conhecimento público: os responsáveis podem fazer cortes, arranjos, adaptações - e há mesmo aquelas que, numa selecção final, acabam por ficar de fora.

A filtragem não acaba aqui. Há ainda que escolher o lugar de maior ou menor destaque ocupado pela notícia na página ou no noticiário, seleccionar as que levam fotografia ou merecem um tratamento gráfico mais cuidado, optar pelas que vão para a abertura ou para a primeira página, e dentro desta em que local e a quantas colunas.

Perante uma tão longa e diversificada cadeia de escolhas, como pode um noticiário, qualquer que ele seja, apresentar-se como um neutro e *objectivo* mediador entre o que se passa no mundo e o público?

3. A tão frequente invocação dos critérios jornalísticos como justificação de uma escolha, de uma omissão ou de uma certa forma de abordagem, sendo em teoria legítima, não passa por vezes de um mero expediente para ocultar opções muito concretas, ou mesmo puras e simples manipulações.

Uma "boa manipulação" não é aquela que se serve do comentário mas sim a que se esconde por detrás dos factos. O catálogo é muito variado: vai desde a simples mentira até ao puro silenciamento de factos significativos, passando por estratagemas como, por exemplo, a mistura do irrelevante ou anedótico com o importante e significativo, desvalorizando este; a apresentação de um facto parcelar ou localizado como pretensa representação de um todo; a abordagem de um facto importante através do destaque de pormenores meramente folclóricos, sobrevalorizando o secundário em detrimento do essencial; a apresentação conjunta de factos diversos de modo a sugerir conclusões falsas ou ligações inexistentes; a apresentação de factos fora dos contextos e dos processos em que se integram, deturpando-lhes assim o sentido (4).

Isto pode levar, por exemplo, a que, com base na "objectividade dos factos" apresentados ao telespectador, o que ressalte de uma reportagem sobre uma greve dos transportes e dos problemas e motivações que estão por detrás dela, seja a opinião inflamada de quem está há horas nas bichas; ou que a reportagem sobre o congresso de um partido seja de tal modo construída que o telespectador apenas acabe por reter as imagens de uns excursionistas a urinar à beira da estrada.

4. Um órgão de comunicação que proclama alto e bom som apresentar a realidade dos factos tais quais são, gabando-se da sua imunidade perante condicionamentos ou pressões políticas, económicas, sociais ou culturais, ou dá mostras de uma desusada ingenuidade, ou com essas e semelhantes frases pomposas procura apenas fazer passar gato por lebre, tentando camuflar os seus próprios critérios de selecção e tratamento dos factos e identificando-os com a objectividade.

Não há uma objectividade absoluta. O que não significa que o profissional da informação, seja qual for o tipo de órgão onde trabalhe (de informação geral, de opinião, especializado, etc.) deva adoptar na sua prática jornalística o puro subjectivismo. A total fidelidade aos factos, sendo impossível de transferir para os *media*, deve no entanto ser um objectivo permanente de toda a actividade jornalística - ao serviço da qual, aliás, é possível e necessário colocar a criatividade, o talento e a experiência que fazem parte da *subjectividade* de cada um.

Perante um jornalismo que se assuma como *comprometido* - isto é, que não esconda que, perante os factos, escolhe uns e não outros, trata-os e apresenta-os segundo a sua própria perspectiva - o leitor sabe com o que conta. O mesmo não se pode dizer do jornalismo que oculta as suas opções por detrás de uma sedutora fraseologia sobre a imparcialidade e a objectividade.

Como se vê, os factos são muito traiçoeiros. Ou melhor: não nos podemos deixar enganar pela traiçoeira retórica da invocação dos factos.

(1) Atente-se na recente remodelação do **Diário de Notícias.**

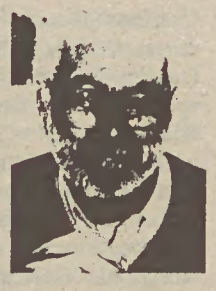
(2) Lembrem-se os chamados "pseudo-acontecimentos", cujo conceito Daniel Boorstin introduziu já há mais de duas décadas.

(3) Os livros de estilo da RTP e da SIC não se esquecem de referir excelentes princípios que fazem parte das regras profissionais e deontológicas do jornalismo. Mas também incluem indicações cujos efeitos perversos são bem conhecidos. Diz uma: "O jornalista RTP tem de enfrentar a actividade de tv como uma indústria de informação que funciona em cadeia de produção e tem "design" e "marketing" próprios". Diz a outra: É preciso "saber combinar a carga emocional inerente à mensagem televisiva e a sua apresentação como um verdadeiro espectáculo informativo."

(4) As implicações político-ideológicas de tudo isto estão longe de ser despiciendas. Registe-se, por exemplo, a opinião de Armand Mattelart: "A "objectividade" prescreve formas de transmissão do saber que, em definitivo, apenas são funcionais em relação à missão cumprida pelos meios de comunicação de massa no sentido de contribuir para desorganizar e desmobilizar as classes dominadas e de, pelo contrário, reforçar a solidariedade da classe dominante". (...) "O facto é isolado, separado das suas raízes, esvaziado das condições que explicam o seu aparecimento, subtraído ao sistema social que lhe confere um sentido e no qual tem um lugar significativo. O reino da notícia poderia pintar-se como o reino da anarquia, regulado pelo código tipográfico".

(*) Chefe de Redacção da Revista «Vértice»

MIL



■ **Pedro Ramos de Almeida** (*)

No caminho da democracia e do socialismo

Neste quadro sombrio mas criativo, o **Avante!** não era apenas um cartão de visita que ajudava a apresentar o Partido às massas e a lembrar-lhes a via da união, da organização e da luta.

O **Avante!** era o testemunho vivo e quotidianamente repetido – que na clandestinidade um órgão mensal é um jornal diariamente distribuído e discutido, que prolonga a sua vida – num povo que não conhecera até aí muitas afirmações de tão longa e difícil resistência, de que a classe operária e a sua vanguarda, os comunistas portugueses, já estavam em condições de pensar por si; de prosseguirem os seus próprios objectivos socialistas; de manterem viva a sua voz, de a erguerem e fazerem chegar, como proposta e guião de luta, a todas as camadas populares e nacionais, apesar da diversificação da violência salazarista.

Foi nesta presença continuada, muitas vezes heróica, que a verdade operária e trabalhadora ganhou autenticidade e profundidade. A sua vitória é isso mesmo, esta voz repetida e muitas vezes única, em muito lado: nas fábricas, nos campos, nas escolas, nos quartéis, nas repartições, nas ruas, claro. Mas também nas secretarias ministrais e nas autarquias locais; nas esquadras; no mato das guerras coloniais; nos cárceres fascistas, vencendo a PIDE no seu terreno, etc., etc. De milhares de operários, trabalhadores, jovens e não jovens vinham as notícias. A todo o país chegava depois o papel fino do **Avante!**, impresso à mão, letra a letra, na clandestinidade, sem erros, por homens e mulheres que chegaram a aprender a escrever imprimindo laboriosamente, para depois outros como eles o fazerem formigar pelas estradas e ruas portuguesas.

O **Avante!** era a certeza de que a democracia teria melhores dias. Que venceria!

2. Foram precisos mais de 40 anos para que o **Avante!** conquistasse a legalidade. Mas como é a regra geral na democracia em que a burguesia e a mais-valia continuam a preponderar, a conquista da liberdade nunca, ou quase nunca, é a conquista da igualdade. Que a democracia burguesa e, mais ainda, o liberalismo monopolista, assentam na desigualdade antagónica. É bem apurada, essa desigualdade é sempre uma negação o restrição da liberdade da maioria dos homens, dos mais necessitados; na actualidade, dos operários e das massas trabalhadoras da cidade e do campo.

Hoje, o que prende a imprensa operária portuguesa não são a política e os carcereiros, nem as grades e masmorras.

As cadeias que amarram a classe operária e os trabalhadores são as mesmas que geram a sua exploração, são as que os amarram à crescentemente desigual repartição do rendimento nacional em lucros e salários.

É a desigual posição económica e social das classes exploradoras na produção, na vida, é a sua desigual possibilidade de acesso aos meios de comunicação que faz com que as ideias dominantes, em qualquer sociedade assente no antagonismo social, sejam as das classes dominantes.

Para banir as formas opressivas mais acentuadas, foi preciso romper as barreiras antidemocráticas e repressivas que separavam os revolucionários das massas e que as manietavam.

Hoje, para fazer avançar a democracia e aproximar o socialismo, é preciso continuar e eternamente recomeçar a ligação do **Avante!** às massas. Nas lutas económicas e sociais contra a exploração; no apoio às pequenas e grandes acções sindicais e em defesa da unidade de acção operária trabalhadora; nas batalhas populares contra o domínio imperialista de Portugal e em defesa da identidade, independência e soberania nacionais; na mobilização da juventude por uma crescente intervenção democrática e patriótica na sociedade portuguesa; na denúncia da concentração monopolista e da corrupção burguesa que lhe serve de base; por iniciativas populares em favor da autonomia autárquica e regional, e contra a governamentalização do poder; pela reivindicação política, trabalhadora e popular e pela sua intervenção directa e participativa na transformação do Estado democrático e das suas instituições.

Esta ligação às massas operárias e trabalhadoras, juvenis e populares, mais viva será ainda no dia em que aumentarmos a sua divulgação e prestígio, acrescentando à sua acção de propaganda um novo papel de agitação: convertendo as suas notícias e apelos em documentos de larga distribuição, por si assinados.

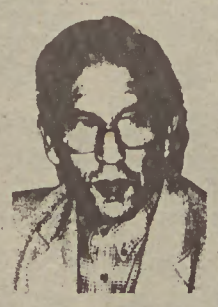
Que o **Avante!** foi, é e deve ser a principal voz do Partido!

O **Avante!** é a certeza de que o socialismo e o comunismo chegarão a Portugal e à humanidade, com as lutas operárias e trabalhadoras pela liberdade e pela igualdade e com o domínio pelo homem da natureza e da sociedade; com o avanço democrático e o progresso diário e galopante da ciência, da técnica e da tecnologia universais!

1. É na história do século XX português, já sob a ditadura monopolista e a violência salazarista, que a classe operária se vai assumir como classe diferenciada das restantes, dotada de consciência própria e frontalmente oposta às classes capitalistas exploradoras e à sua política opressiva. Em todo este material ideológico, essencial para o triunfo da democracia e a aproximação do socialismo, em que a acção consciente dos trabalhadores desempenha um crescente e decisivo papel, a verdade é que nem sempre é muito claro se foi o Partido Comunista Português que criou o **Avante!** se foi o **Avante!** que fez o Partido.

Indiscutível é que, principalmente nos anos 30, 40 e 50 ù antes de o Partido poder dispor da Rádio Portugal Livre, com várias emissões diárias ao alcance dos portugueses –, a miséria nacional e o analfabetismo político eram potenciados entre nós pelo isolamento e a dispersão das mais largas camadas populacionais. Uma situação de profundo e secular obscurantismo que era ainda agravado pela violência anticomunista, pela densidade das medidas preventivas e repressivas organizadas e fomentadas pelo governo de Salazar, com o objectivo de combater, mas sobretudo de esterilizar a mentalidade, a vida e acção colectivas, populares e democráticas.

(*) *Publicista*



■ **Vítor Ranita** (*)

Em defesa dos trabalhadores e do País

Que «jornal» é este que hoje faz sair o seu milésimo número legal?

É o órgão oficial do nosso Partido. Deste Partido que continua fiel aos seus ideais revolucionários. O Partido que pauta a sua acção pela defesa dos interesses de classe dos trabalhadores e dos interesses nacionais. Que intervém na sociedade esforçando-se por contribuir para a sua transformação tendo por horizonte a construção do socialismo.

É a partir destas referências que aprecio estes anos de vida legal do «Avante!». E confesso que o faço com um sentimento idêntico àquele que ainda hoje me toca quando olho as suas outras páginas de heróica clandestinidade. Porque entendo que são inseparáveis o fundamental da acção do Partido e o essencial do papel do «Avante!»; a avaliação do conteúdo concreto dos mil números do «Avante!» legal, e a consideração simultânea dos objectivos de luta em cada momento marcante da nossa história recente; a recordação das muitas, diferentes e contraditórias emoções vividas na nossa experiência colectiva, do 25 de Abril aos nossos dias, e o registo nas suas páginas dos principais passos da nossa progressiva adaptação ao processo de profundas alterações que se desenvolvem no período histórico que atravessamos.

Este papel do «Avante!» é hoje, se possível, ainda mais importante, quando no País, na Europa e no Mundo parece de momento imparável a expansão do domínio do grande capital e do imperialismo sobre os povos, sobre os grandes órgãos de comunicação social e sobre os principais meios de informação de massas que suportam uma constante, intensa e agressiva campanha contra todas as forças do progresso, contra os ideais do socialismo, contra o PCP.

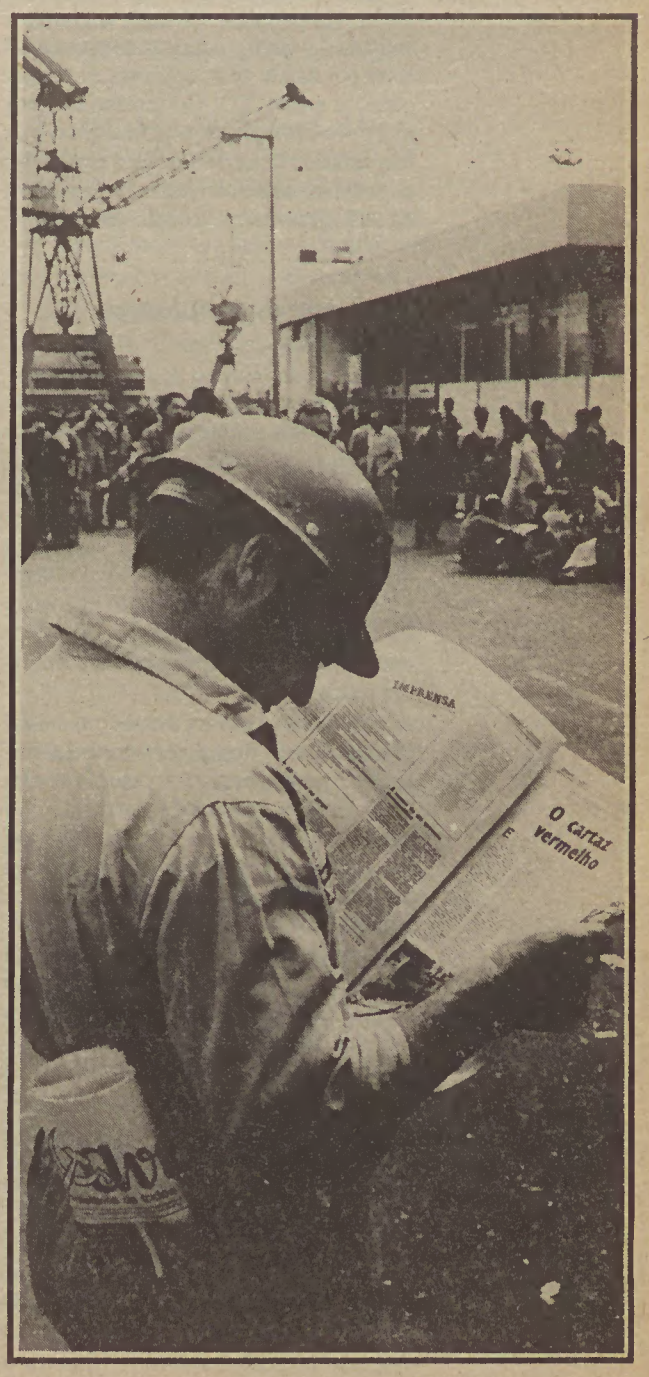
Exemplos vivos da importância do «Avante!» como instrumento de apoio à luta do nosso Partido, dos trabalhadores e em defesa dos interesses do País, podemos encontrá-los em páginas recentes: da dismistificação do conteúdo e consequências do Tratado de Maastricht e das «virtualidades» da chamada Reforma da PAC à denúncia da instrumentalização da concertação social por parte do governo e do patronato; dos apelos à convergência das forças democráticas para derrotar o PSD nas eleições autárquicas às críticas formuladas aos acordos do PS com o PSD em questões vitais para o regime democrático e para a defesa dos interesses nacionais; das aspirações dos jovens, mulheres, reformados e pensionistas ao pulsar quotidiano da vida, dos dramas, das reivindicações e das lutas dos trabalhadores e do seu movimento sindical, da denúncia da agressão imperialista a coberto da bandeira da ONU à vida e à luta dos povos oprimidos em diferentes continentes; do combate ideológico às posturas oportunistas de uma certa esquerda, à denúncia das manifestações de capitulação acomodatícia ao sistema de exploração e aos interesses de classe dominantes.

Hoje, mil números depois da Revolução de Abril, o «Avante!» mantém-se instrumento indispensável à realização do papel dos comunistas, fonte de informação necessária a qualquer democrata, órgão imprescindível à compreensão da evolução histórica da nossa sociedade, e ponto de apoio útil a todos quantos aspiram e lutam pelas transformações que permitam construir uma sociedade mais justa.

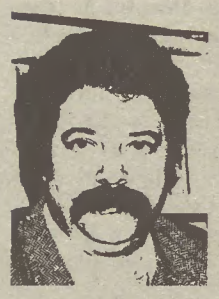
Vamos fazê-lo chegar a mais militantes! Vamos divulgá-lo mais entre velhos amigos! Vamos dá-lo a conhecer regularmente a novos simpatizantes das causas que o PCP defende!

Avante, sempre!

(*) Membro da Comissão Coordenadora da USP e da Comissão Executiva da CGTP-IN



MIL



■ **Francisco Melo** (*)

A difusão do *Avante!*, tarefa de todo o partido

Na comunicação do Partido com a sociedade, com os trabalhadores, com os militantes o papel de um órgão como o *Avante!*, com uma saída regular, semanal, e com um conteúdo simultaneamente formativo, organizativo e de divulgação é um meio insubstituível.

A situação política em geral e o estado da comunicação social em particular tornam necessário alargar significativamente a difusão e a leitura do *Avante!*, se queremos reforçar o Partido, dinamizando a sua actividade, aumentar a sua influência na vida política nacional. E existem condições para alargar o número de leitores do *Avante!*, pois é o único jornal que defende os trabalhadores e outras camadas e classes intermédias, igualmente vítimas da política de reconstituição e de restauração das estruturas socioeconómicas do capitalismo monopolista de Estado, trazendo por isso informação que não aparece em mais nenhuma imprensa e interessando não apenas aos militantes, mas a todos os trabalhadores e a todos os democratas.

Em confronto com uma imprensa que na sua esmagadora maioria veicula os pontos de vista da direita, face à especulação e distorção informativa, o *Avante!*, ontem como hoje, apresenta-se como uma fonte fidedigna e responsável, não calando nem as lutas dos trabalhadores nem as suas vitórias, levando aos leitores as propostas dos comunistas e outras forças progressivas, em Portugal e no mundo. Se assim tem sido e como assim é, o *Avante!* precisa de chegar a todo o lado, de ir mais longe, de ser distribuído em cada vez maior número, de ir até onde um leitor o solicite. As tarefas políticas que temos de levar por diante de acordo com as resoluções do nosso XIV Congresso exigem mais um esforço das organizações, que não deixarão de corresponder à necessidade de uma maior divulgação da mensagem do PCP através do seu órgão central.

Resolver os problemas existentes

O que passa, entre outros factores, pela resolução dos problemas pendentes nas relações entre a editora e os organismos distribuidores do *Avante!* (os chamados ADEs) e que impedem a reabertura de ADEs suspensos; pela criação de novos ADEs em correspondência com as alterações verificadas na organização interna do Partido; pela eliminação dos atrasos e outras anomalias na chegada do *Avante!* às organizações.

Sabemos que estes e outros problemas existentes, dificultando o aumento da difusão do *Avante!*, têm causas objectivas relacionadas com a situação económica, social e política que vivemos, impedindo a sua superação como desejaríamos. Mas há também razões de ordem subjectiva que está ao nosso alcance alterar, das quais destaco o por vezes fraco conhecimento ou mesmo (até recentemente, pelo menos) desconhecimento e, portanto, nenhum controlo da rede de distribuição (ADEs e camaradas difusores da imprensa do Partido): qual a situação em que se encontram, quais os principais problemas com que se debatem na sua tarefa de distribuição, que medidas propõem com base na sua experiência para uma maior e mais eficaz distribuição, etc.

É certo que têm ocorrido melhorias «na atenção dispensada pelas organizações do Partido à distribuição e divulgação do órgão central», como o regista a Resolução Política do XIV Congresso do Partido. Mas pensamos que ainda muito há a fazer neste campo.

No que diz respeito à editora, sentimos a necessidade de um conhecimento mais directo da rede de distribuição, temos consciência de ser muito distante a relação entre a editora e as organizações e os camaradas que asseguram pessoalmente a distribuição, o que dificulta muito a melhoria desta.

Essa necessidade e essa consciência levaram-nos a propor a realização, em colaboração com as organizações regionais, de reuniões com camaradas directa ou indirectamente responsáveis pela difusão da imprensa do Partido. As reuniões realizadas ficaram muito longe dos objectivos pretendidos, nomeadamente por dificuldades das próprias organizações regionais convocarem e mobilizarem os camaradas cuja participação se pretendia. O que só reforça a necessidade da sua realização, tomando-se as medidas necessárias para os seus objectivos serem alcançados. É, pois, uma linha de trabalho a retomar e desenvolver.

Renovar e perspectivar a distribuição

De qualquer modo, o conhecimento que nos foi possível obter permite-nos desde logo tirar uma conclusão: a rede de difusores precisa de ser amplamente renovada. Não é possível dar passos significativos no alargamento da distribuição da imprensa do Partido mantendo-se uma rede de difusores envelhecida, cansada e necessariamente rotineira. O que se afirma nada tem de ofensivo para os camaradas que, com grandes sacrifícios e dedicação ao Partido (a título de exemplo: há camaradas que entregam pessoalmente em casa de membros e simpatizantes do Partido mais de 60% dos exemplares do *Avante!* recebidos pelo respectivo ADE, há camaradas que há 18 anos asseguram bancas em locais públicos importantes), muitas vezes sem qualquer apoio e reconhecimento por parte das organizações e por vezes mesmo com queixas, têm assegurado no fundamental a distribuição da imprensa. Mas é um facto, e são os próprios a dizê-lo: essa rede vem-se debilitando e restringindo, sendo uma das causas da redução das vendas. Há que encontrar outros camaradas para renovar e alargar a rede de distribuição — recorrendo se necessário à concessão de comissões na venda: o interesse político deve, em nossa opinião, ser determinante nesta decisão — e fazer o seu acompanhamento regular (o *Avante!* sai todas as semanas!). Mas esse acompanhamento não é apenas controlar o produto das vendas (e nem isso muitas vezes acontece como seria necessário). É também valorizar e sobretudo prespectivar politicamente a tarefa de distribuir a imprensa do Partido.

Os deveres — consignados de forma mais acentuada e vinculativa nos Estatutos aprovados no XIV Congresso em relação aos anteriores — de os membros do Partido lerem e promoverem a difusão e a leitura da imprensa do Partido, de os organismos dirigentes a todos os níveis alargarem a sua difusão e leitura, de os secretariados de célula e das próprias células promoverem a leitura e organizarem directamente a sua difusão, não se traduzirão numa melhoria real significativa da distribuição se a imprensa do Partido continuar a ser vista, e é-o demasiadas vezes, como uma questão de fundos e se os seus difusores continuarem entregues a si próprios, girando sempre no mesmo (ou antes, menor) círculo de compradores. É preciso ampliar a sua acção dentro do Partido (é diminuto o número de camaradas que compram regularmente o *Avante!* e *O Militante*), mas também o é virá-la para fora, inserida com dinamismo e criatividade na actividade jpolítica geral e regular do Partido — orientação de trabalho, aliás, apontada na Resolução Política do nosso XIV Congresso.

Se se souber tirar partido do rico conteúdo da nossa imprensa na formação dos militantes e quadros, nas lutas dos trabalhadores e de outras classes e camadas sociais, nas iniciativas de divulgação das nossas propostas e posições, etc., certamente que aumentaremos o número de leitores e compradores.

Os organismos responsáveis pela propaganda, quer a nível central quer regional, o próprio *Avante!* e *O Militante* nas suas páginas, e a editora em colaboração com estes, devem dar o seu contributo com materiais, sugestões e ideias para que as organizações e os difusores da imprensa do Partido a utilizem da melhor maneira no trabalho político em geral, na luta ideológica, na mobilização para a luta, etc. Não é uma ideia nova, mas um apelo dos próprios e uma necessidade que persiste. E que se levada a efeito não deixará de ter os seus reflexos também no aumento das vendas.

Venda comercial: vantagens e miragens

É opinião geral, e a Resolução Política no nosso XIV Congresso assim considera, que foram positivas as medidas tomadas no respeitante à distribuição comercial do *Avante!* (e pena é, diga-se de passagem, que o mesmo não possa ser feito, dados os seus elevados custos, com *O Militante*, a não ser em casos esporádicos). Na verdade, com isso, supriram-se em parte falhas e insuficiências na distribuição orgânica, alargou-se o âmbito da difusão do *Avante!* e, não menos importante, reforçou-se a presença pública do nosso Partido trans-

MIL

mitida pela imagem do seu órgão central. Cabe aqui uma palavra de reconhecimento ao excelente trabalho profissional da empresa distribuidora, a Interpress.

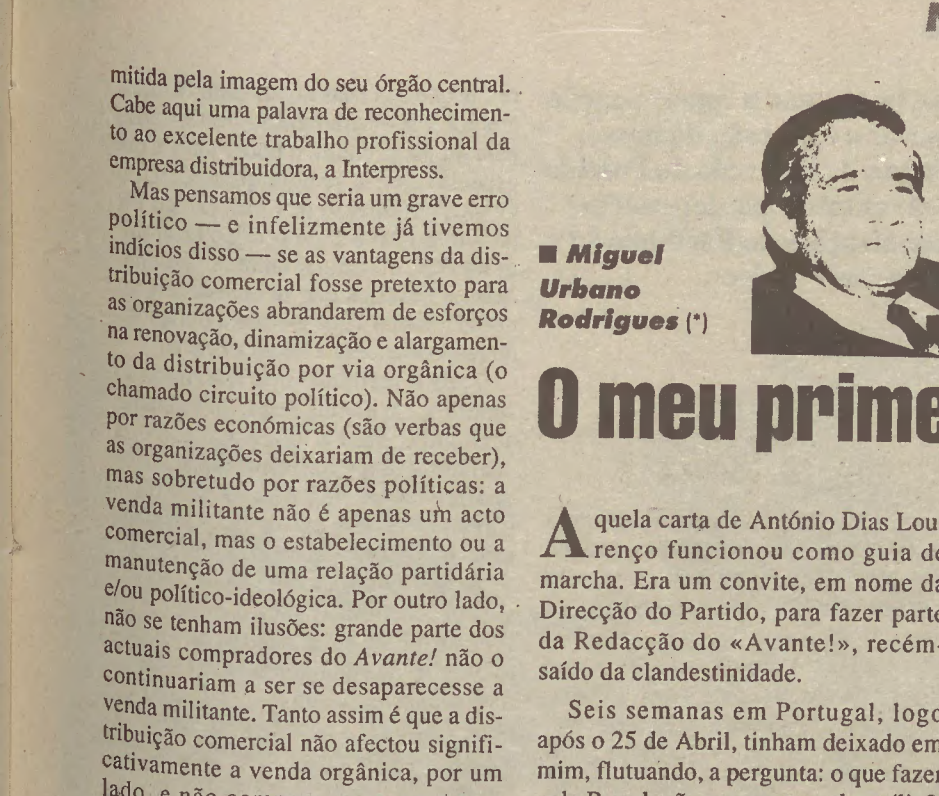
Mas pensamos que seria um grave erro político — e infelizmente já tivemos indícios disso — se as vantagens da distribuição comercial fosse pretexto para as organizações abrandarem de esforços na renovação, dinamização e alargamento da distribuição por via orgânica (o chamado circuito político). Não apenas por razões económicas (são verbas que as organizações deixariam de receber), mas sobretudo por razões políticas: a venda militante não é apenas um acto comercial, mas o estabelecimento ou a manutenção de uma relação partidária e/ou político-ideológica. Por outro lado, não se tenham ilusões: grande parte dos actuais compradores do *Avante!* não o continuariam a ser se desaparecesse a venda militante. Tanto assim é que a distribuição comercial não afectou significativamente a venda orgânica, por um lado, e não compensou, por outro, a diminuição de vendas verificada.

E as assinaturas?

Uma palavra ainda sobre as assinaturas. Continua a verificar-se por parte das organizações e dos militantes uma grande subestimação desta forma de distribuição — apesar das propostas apresentadas pela editora, interessando materialmente as organizações e os camaradas — como única forma de fazer chegar o *Avante!* a camaradas isolados e de os simpatizantes do Partido tomarem conhecimento de forma regular das nossas propostas e orientações. É uma situação que deve ser corrigida com determinação.

Parabéns ao *Avante!* por estes mil números publicados após o 25 de Abril (se não fosse cá por coisas, diríamos que passou a ser milionário...)

(*) Membro do Comité Central do PCP. Editor



■ ***Miguel Urbano Rodrigues*** (*)

O meu primeiro artigo no «Avante!»

Aquela carta de António Dias Lourenço funcionou como guia de marcha. Era um convite, em nome da Direcção do Partido, para fazer parte da Redacção do «Avante!», recém-saído da clandestinidade.

Seis semanas em Portugal, logo após o 25 de Abril, tinham deixado em mim, flutuando, a pergunta: o que fazer pela Revolução no regresso do exílio?

A resposta chegou na carta de Dias Lourenço. Despedi-me do grande jornal brasileiro onde trabalhava há 17 anos, fiz as malas e cruzei o Atlântico rumo a casa.

O «Avante!» estava então acampado na António Serpa. Tudo era transitório no Outono azul do ano 74 em que, na corrida do tempo, o acto de viver nos atirava para um mundo mágico, empobrecendo o próprio sonho.

Apresentei-me. «Instala-te e depois aparece!» — disseram-me.

Transcorrida uma semana fui chamado.

«Vais até à Guiné-Bissau!» — informou Dias Lourenço. «Estão a proceder ali à transferência gradual de poderes, antes da proclamação oficial da independência».

Quis saber coisas, clarificar um pouco a natureza da missão profissional e política que me confiavam. Sentia-me um pouco no ar, no meu país reencontrado em revolução.

Escapava-me que pedia o impossível numa época de improvisação. A resposta recebida expressou essa evidência:

«És um jornalista veterano e um comunista. Chegas, avalias a situação e depois escreves...»

Indaguei ainda se havia alguma sugestão quanto ao estilo.

Nada.

«Decidimos que os artigos sejam assinados. O estilo será o teu...»

O esclarecimento, em vez de me tranquilizar, aumentou a minha preocupação. No pequenino e familiar «Avante!» clandestino, impresso em papel de arroz, os textos não apare-ciam assinados com pseudónimos; o estilo era totalmente impessoal.

*
* *

Quando desembarquei em Bissau caí numa galáxia. Antes da insurreição guineense no ano 61, passara dois meses em Conakry e estabelecera ali relações de camaradagem com dirigentes do PAIGC. De Vasco Cabral era amigo desde os bancos do liceu.

Perturbava-me encontrar gente «conhecida» em cada esquina da cidade, em cada acto público. Era uma estranha sensação o ajustamento de nomes aos rostos. Para mim, tal como para muitos comunistas portugueses, o exílio fora uma escola de contactos e relacionamento atípicos. Nos últimos dez anos, correspondera-me com alguns dos comandantes e dirigentes do PAIGC com os quais nunca trocara uma palavra. Via-os, finalmente, em Bissau, saídos do mato com a serenidade de revolucionários temperados em muitas batalhas e o entusiasmo ingénuo de quem acreditava que a construção da Guiné independente seria mais fácil do que o lento e doloroso combate pela libertação...

Eu sentia grande dificuldade em me distanciar o indispensável para captar, como jornalista, não apenas o filme emocionante do quotidiano da Guiné-Bissau, mas a realidade social, complexa e contraditória, a ele subjacente.

Ao reler hoje textos que então escrevi detenho-me num período revelador da atmosfera da cidade e do meu envolvimento emocional:

«Num país que foi cemitério para a juventude guineense e para a juventude portuguesa, é grato ouvir vivas ao povo de Portugal, aos trabalhadores de Portugal, ao Movimento das Forças Armadas. E não é menos grato perceber que os soldados de Portugal, filhos do povo, se comportam na Guiné redignificada e soberana como jamais Exército algum se comportou após uma guerra colonial.»

O vento de Abril soprava então com força sobre Portugal e atingia a África.

Repetidas vezes me emocionei nas paradas de velhos quartéis coloniais (encostados a tabancas que acumulavam anos de sofrimento e humilhações) ao presenciar cerimónias de transferência de poderes, marcadas pelos abraços trocados entre combatentes dos dois lados.

A Rádio Bissau, aproveitando a presença no país de dezenas de jornalistas estrangeiros, tomou a iniciativa de convidar dois, entre os que haviam conheci do Amílcar Cabral, a falar sobre o herói nacional. A escolha incidiu sobre os representantes do «Pravda» (Oleg Ignatiev) e do «Avante!». Foi um programa de que conservo memória inapagável. O entrevistador era quase adolescente: Carlos Lopes Pereira, goês pelo sangue, guineense pelo nascimento, moçambicano, angolano e cabo-verdiano pela vivência cultural, internacionalista pela formação, hoje português e militante do PCP.

*
* *

O tumulto e o choque de ideias e sentimentos não facilitavam a minha tarefa: transmitir aos comunistas portugueses — naqueles dias o «Avante!» tinha uma tiragem superior a 100 000 exemplares e contava muito leitores fora do Partido — uma imagem da Guiné-Bissau em vésperas da independência real.

Não esqueço o que sofri (não encontro palavra mais adequada) quando me sentei finalmente diante da máquina, no meu quartinho húmido do Grande Hotel para produzir um trabalho que correspondesse minimamente ao objectivo que levara a direcção do «Avante!» a enviar-me a Bissau.

Admito que foi o artigo mais torturante que escrevi. Acabei, aliás, por fazer não um, mas dois, complementares e torrenciais.

O telex não funcionava. Tive a sorte de encontrar um amigo de juventude, piloto na ponte aérea Bissau-Lisboa que se comprometeu a entregar o material (texto e fotos) na Redacção do «Avante!». E cumpriu.

Não consegui fechar olho naquela noite. Reagi como principiante confrontado com a responsabilidade da sua primeira reportagem. De madrugada, meti-me sob o chuveiro, angustiado com a ideia de que agira de maneira irresponsável ao encaminhar ao «Avante!» textos tão subjectivos, mal alinhavados, destoantes do estilo do jornal. A insegurança fustigava-me, após 25 anos de correrias como jornalista por muitos países.

A tensão nervosa somente caiu uma semana depois, em Lisboa. Minha companheira, vinda do Brasil, esperava-me no aeroporto, com o «Avante!» na mão. Beijou-me e disse apenas:

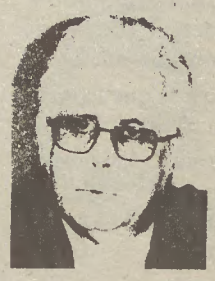
«O teu artigo está lindo!»

Era um exagero. Mas eu senti que a felicidade me inundava.

Ruben de Carvalho tinha dado uma grande ajuda. Fundira os dois artigos numa peça única. O efeito foi catalisador. O texto ganhou equilíbrio e harmonia. Provavelmente esqueci-me de agradecer. Mas foi a primeira grande lição de solidariedade de comunista que recebi no colectivo do «Avante!», a que me orgulho de ter pertencido durante quinze meses.

(*) Jornalista. Deputado

MIL



■ Carlos Brito (*)

A resposta adequada aos desafios, bem como a concretização das oportunidades para assegurar a expansão do nosso jornal, dependem, em primeiro lugar, da Direcção do Partido e do trabalho do colectivo do «Avante!», mas dependem também da colaboração das organizações do Partido e da ajuda dos nossos camaradas e amigos.

Desafios e oportunidades

A publicação do número 1000 da série legal do "Avante!" iniciada depois do 25 de Abril (precisamente em 17 de Maio de 1974) que coincide, por feliz acaso, com o 62º aniversário do começo da sua publicação na clandestinidade, em 15 de Fevereiro de 1934, é um motivo de regozijo e de reflexão para o nosso jornal.

É um motivo de regozijo porque atesta o êxito de uma linha de continuidade, perseverança, capacidade de superação das dificuldades e ao mesmo tempo de afirmação de um estilo próprio de grande firmeza, frontal e digno, que os próprios adversários não podem deixar de respeitar.

Este êxito é devido, em grande medida, como é natural, às orientações e à actuação do PCP de que o "Avante!" é orgão central, mas é obra também do colectivo de comunistas (jornalistas, gráficos, fotógrafos, camaradas da secretaria de Redacção e outros camaradas) que semana após semana (ao longo de quase mil semanas) têm assegurado a sua publicação.

Temos, pois, motivo para estar em festa. E como acontece tradicionalmente entre nós, não quisemos festejar sozinhos, convidámos por isso o camarada Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do Partido, o camarada Dias Lourenço, anterior Director do "Avante!", e alguns outros camaradas e personalidades de entre os muitos milhares de amigos do nosso jornal para compartilharem connosco o regozijo e colaborarem no número especial em que assinalamos o acontecimento.

Dos seus artigos e depoimentos ressalta, na grande diversidade das temáticas e da forma de as expor, tanto a memória do historial de resistência heróica do nosso jornal, como o seu papel como órgão de combate, antes e depois do 25 de Abril, por todas as causas mais justas e generosas e especialmente pelas grandes causas da humanidade - a liberdade, a justiça, o socialismo e a paz.

A saliência que damos à publicação do número 1000 não reduz mas realça o significado da passagem de mais um aniversário do nosso jornal e faz lembrar os seus grandes obreiros nos dias mais difíceis da ditadura fascista, os que por ele deram a liberdade e a vida e que constituem exemplo e inspiração para os que nos dias de hoje fazem o "Avante!".

Dissemos atrás que a publicação do número 1000 do "Avante!" constitui também um motivo de reflexão.

Assim é, com efeito, e por razões que estão estreitamente ligadas com os motivos de festa e regozijo.

É verdade que as mil edições do "Avante!" legal representam um importante património de experiências diversas, de soluções bem conseguidas e de aquisições indiscutíveis, mas cairíamos em gravíssimo erro se não reconhecêssemos as insuficiências e deficiências e se não compreendêssemos que mesmo o melhor que temos feito está longe de constituir resposta bastante para as interpelações novas e insistentes com que a realidade nos confronta.

Estas novas interpelações da presente realidade compreendem tanto desafios como oportunidades.

Em relações aos primeiros, salientam-se as exigências de adequado tratamento colocadas pela complexa situação internacional marcada, de um lado, pelo desmoronamento e desagregação da União Soviética e as derrotas do socialismo no Leste Europeu, e do outro, pela crise profunda que atravessa o capitalismo, atestada não apenas pelo caos socioeconómico do Terceiro Mundo, mas pelos fenómenos de recessão em que estão mergulhadas as principais metrópoles imperialistas e pelas crescentes rivalidades que se desenham entre elas, ao mesmo tempo que se renova a luta dos povos por conquistas democráticas, o progresso social, a independência nacional, a paz e o socialismo.

No mesmo nível de desafio se apresentam as exigências de tratamento, esclarecedor e mobilizador, da situação nacional marcada, entre outros aspectos, pelo processo muito adiantado da restauração do capitalismo monopolista, pelos crescentes perigos de instauração de um regime de cariz autoritário, pela ameaça de severas limitações à independência e soberania nacionais decorrentes do rumo federalista da integração europeia, mas, ao mesmo tempo, também pela existência de uma base de apoio objectiva para o combate à política de direita e para alicerçar uma alternativa democrática e pelo desenvolvimento da luta dos trabalhadores e da luta popular no quadro de uma profunda desorganização e fragilização do aparelho produtivo e da acentuada degradação das condições de vida socioeconómica do nosso povo.

Em ano de eleições autárquicas, a valorização da obra do PCP e da CDU nas autarquias onde detêm a gestão e a promoção das suas novas candidaturas, a clara responsabilização do Governo pela ofensiva contra o poder local e em especial contra as autarquias CDU, o desmascaramento das intrigas do PS para fragilizar a forte posição autárquica do PCP, contam-se entre os mais inadiáveis desafios que se apresentam ao nosso jornal e a que ele tem a obrigação de responder com a maior eficácia.

Toda a realidade que referimos se significa, em muitos casos, dificuldades acrescidas para a luta e a acção dos comunistas, compreende também novas oportunidades para o seu desenvolvimento, incluindo, para a maior implantação e expansão do nosso jornal.

A este propósito merece ser referido que uma identificação mais evidente do PS com o PSD em relação às orientações básicas para muitas das grandes questões nacionais, sendo no geral negativa para o combate à política da direita, está a abrir espaços mais largos para a verdadeira intervenção oposicionista do PCP e, por conseguinte para a penetração do "Avante!".

A mais consistente oportunidade para o crescimento da audiência do "Avante!" é, no entanto, a que advém de ser ele o único jornal de projecção nacional que faz global e firme oposição ao Governo e à política da direita, dá expressão e voz à luta dos trabalhadores e das outras classes e camadas da população feridas pela voracidade do grande capital, assume uma consequente atitude de esquerda em todos os aspectos da vida política, económica, social e cultural do país.

No quadro de uma comunicação social onde toda a imprensa progressista foi praticamente aniquilada pelos golpes dos governos de direita e as novas exigências económicas e onde é cada vez mais absoluta a dominação dos grandes grupos capitalistas, em alguns casos, estreitamente associados ao PSD e ao Governo, o papel ímpar do "Avante!" avulta ainda mais.

A resposta adequada aos desafios, bem como a concretização das oportunidades para assegurar a expansão do nosso jornal, dependem, em primeiro lugar, da Direcção do Partido e do trabalho do colectivo do "Avante!", mas dependem também da colaboração das organizações do Partido e da ajuda dos nossos camaradas e amigos.

O XIV Congresso do PCP abordou com algum desenvolvimento estas questões e é por de mais evidente a justeza e alcance das orientações apontadas.

O problema já não é, pois, o da busca de orientações, é fundamentalmente da nossa capacidade para as levar à prática.

Neste sentido, deve ser salientado que é muito importante que melhore e se aprofunde a informação da actividade partidária, se diversifique e amplie a abordagem de questões temáticas de carácter geral, nacional e internacional, se preste muito maior atenção à problemática da juventude e da mulher, mas não é nada menos importante que melhore a informação ao "Avante!", se avance na criação de uma rede de correspondentes directamente ligados à Redacção, se tomem iniciativas para a promoção da venda do "Avante!" e sobretudo se incentive e dinamize a venda militante do "Avante!".

Pouca projecção terão outras melhorias que venhamos a introduzir no nosso jornal no quadro das decisões do XIV Congresso se não conseguirmos aumentar significativamente a sua difusão - e a forma mais segura de o conseguirmos é a venda militante.

Todas as melhorias são, no entanto, indispensáveis para que o "Avante!" cumpra o seu papel no esclarecimento, na consciencialização, na mobilização e na organização da luta pela Democracia Avançada, tendo no horizonte o Socialismo.

(*) Membro da Comissão Política do CC do PCP.
Director do "Avante!"

COM O PCP A ALTERNATIVA EXISTE!

de reestruturação do sector, as quais até hoje os trabalhadores continuam à espera».
Saul Fragata afirmou ainda que o PCP na Marinha Grande está profundamente convicto de que será a CDU quem vencerá as próximas eleições «e isto porque somos mais capazes e competentes mais disponíveis para trabalhar para a comunidade, temos obra feita e um projecto para o concelho». Aquele dirigente revelou a propósito que no final deste mês serão anunciados publicamente os cabeças de lista da CDU para a Câmara e Assembleia Municipal.
Após a intervenção de Álvaro Cunhal seguiu-se um animado período de debate, em que numeros presentes usaram o microfone para colocar perguntas e expor problemas sobre vários aspectos da situação política e social actual.

Tem interesse abordar alguns aspectos de grande actualidade.

Antes de mais, importa ter presente e nunca esquecer que **o poder local democrático é uma grande conquista de Abril, uma grande conquista do povo português e um dos elementos integrantes fundamentais do sistema de poder, do regime democrático.**

Precisamente pelo extraordinário valor do poder local no regime democrático e na sociedade portuguesa, o Governo de direita de há muito desenvolve uma persistente ofensiva para estrangulá-lo, submetê-lo, tutelá-lo, descaracterizá-lo. Centraliza poderes e decisões. Ingere-se no funcionamento interno. Corta despesas sociais do Estado tentando atirar para as autarquias as responsabilidades respectivas. Corta verbas acompanhando a transferência de novos encargos. Responsabiliza as autarquias pela gravidade de problemas que cabe fundamentalmente ao Governo resolver (como é o caso da habitação tão agitado nos últimos tempos). Bloqueia a regionalização e **expressa o propósito de, vindo a concretizar-se uma regionalização, ela significar não descentralização de competências do Governo para as regiões (como lutamos para que seja), mas a centralização de competências dos municípios para órgãos regionais que viriam a ser instrumentos dóceis da acção governativa.**

Defender o poder local democrático e todos os seus elementos e valores consagrados constitucionalmente é defender os interesses das populações e formas de extraordinária potencialidade de democracia participativa.

Defender o poder local democrático é resistir contra a degradação da democracia política conduzida pelo Governo de direita e defender o regime democrático.

Nas autarquias os comunistas são os melhores

No exercício do poder local destaca-se a acção dos eleitos da CDU. A gestão das autarquias pelos eleitos comunistas e outros democratas da CDU, caracteriza-se pelo trabalho realizado na solução dos problemas das populações, trabalho que globalmente se traduz numa notável obra realizada ao longo dos anos.

Daí a opinião generalizada, apesar das desenfreadas campanhas anti-PCP e anti-CDU na comunicação social, opinião generalizada mesmo em sectores distantes do nosso Partido, de que **"nas autarquias, os comunistas são os melhores"**.

É indispensável continuar a confirmar uma tal opinião, levando por diante as realizações em curso, resolvendo com urgência problemas mais instantes das populações, superando atrasos e dificuldades, cumprindo o que falta cumprir dos programas eleitorais, reforçando a ligação dos eleitos com as populações, promovendo a activa participação destas e reforçando também a ligação efectiva e empenhamento conjunto dos eleitos e dos trabalhadores das autarquias.

Sem dúvida que a situação é desigual nos vários concelhos. Sem dúvida que há problemas e sérios problemas a resolver. Mas isso nem invalida a obra muitas vezes notável dos eleitos comunistas, nem justifica um criticismo que em alguns casos é mais vontade de denegrir que crítica fundamentada a situações reais.

O trabalho realizado e o prestígio ganho junto das populações é sólida base para enfrentar com confiança as próximas eleições. Não se pode porém repousar no prestígio ganho para assegurar a vitória nas próximas eleições. **Temos por diante um vasto trabalho a realizar.**

Não se pode esquecer nem subestimar o facto de que está em curso um propósito coincidente do PSD e também do PS com o objectivo de interromper a obra da CDU nas autarquias procurando pôr termo em muito casos à maioria CDU em numerosas Câmaras, Assembleias e Juntas.

Aqui na Marinha Grande é oportuno referir que, ao cheiro de eleições, aparecem de novo na ribalta da comunicação social pessoas que já estiveram no nosso Partido e que tentaram que o nosso Partido abandonasse a sua natureza de classe, os seus ideais, os seus objectivos de transformação social, o seu internacionalismo. Vê-se agora ainda mais claramente, pelas ideias que expõem e pela tentativa de colagem submissa ao PS - a um PS cuja política se identifica com a do PSD em muitas questões essenciais - que no fim de contas o que pretendiam era a social-democratização ou a destruição do nosso Partido.

Enganaram-se. Com elevada consciência política e inabalável determinação o grande colectivo militante do nosso Partido decidiu que o PCP continuasse a ser um partido comunista digno deste nome, como o recente XIV Congresso inteiramente comprovou, confirmando o PCP como um grande partido nacional, um partido necessário, indispensável e insubstituível aos trabalhadores, ao povo, ao país, à democracia.

Em relação às eleições autárquicas, essas pessoas andam a mendigar a inclusão em listas do PS. A decisão naturalmente cabe ao PS que, onde concorre como PS (o que não é o caso de Lisboa), pode incluir nas listas PS quem muito bem entenda. Cabe entretanto comentar que **se a tentativa é de um tiro contra o PCP, o tiro, mesmo em termos eleitorais, pode sair-lhes pela culatra.**

Ainda sobre as eleições autárquicas, são de fazer algumas breves referências.

A primeira: É orientação estabelecida que em todo o país, com excepção de Lisboa, **o PCP concorrerá às eleições no quadro da CDU**, isto é, em coligação com o Partido Ecologista "Os Verdes" (PEV) e contando com a participação da Intervenção Democrática (ID) e de um número elevado de democratas independentes.

A segunda: A Coligação "Por Lisboa" é uma realidade, uma valiosa experiência e uma proveitosa lição. Mostrou que PCP e PS unidos podem derrotar a direita. Mostrou ser possível uma bem sucedida gestão autárquica de socialistas, comunistas e outros democratas, com o particular significado de se realizar na capital do país.

Estamos pois actuando para que a Coligação "Por Lisboa" se apresente de novo às próximas eleições e a este respeito já é público o acordo em princípio do PS e do PCP, sem esquecer os outros membros da coligação. A **base são os termos da coligação nas eleições de 1989 particularmente no que respeita à composição partidária e às responsabilidades na gestão.**

Confio em que na concretização do acordo para as eleições do ano corrente, todos nós, os partidos da Coligação, evitaremos factores de conflitualidade e, pelo contrário, procuremos em comum, com entendimentos e consenso, soluções que permitam apresentarmo-nos ao eleitorado com um programa de valor, unidos, e com uma dinâmica de vitória.

De uma forma geral, em relação às próximas eleições autárquicas, confiamos também em que **as populações não se deixarão enganar, farão justiça aos eleitos comunistas e outros democratas da CDU e assegurarão uma significativa vitória do PCP e da CDU.**

Confiamos em que tal resultado será alcançado aqui na Marinha Grande.

(...)

Álvaro Cunhal no Bombarral

Situação insustentável na agricultura é culpa do Governo

– agricultores não podem ficar de braços cruzados

A sessão realizada no Bombarral na passada sexta-feira, com Álvaro Cunhal, espelhou bem o descontentamento generalizado dos agricultores face à política do PSD para o sector. A sala esgotou e muitos que queriam ouvir o Presidente do Conselho Nacional do PCP tiveram que se sentar nas escadas ou ficar de pé junto às portas do anfiteatro.
Teresa Faustina, responsável pela Organização do Bombarral, abriu a sessão começando por apresentar a Mesa, onde estavam Manuel Duarte Sousa e José Célio, da Comissão Concelhia do Bombarral, e José Augusto Esteves e Victor Fernandes, da Direcção Regional de Leiria do PCP.
Em breves palavras, esta dirigente comunista caracterizou em traços gerais o concelho, «essencialmente agrícola, onde muitos sentem na pele o descalabro da agricultura portuguesa». Segundo disse «praticamente todos os sectores dependem da agricultura e a crise actual preocupa seriamente a população já que não existem nem estão a ser criadas alternativas. Todas as restantes actividades económicas sofrem a crise profunda da agricultura».
A intervenção de Álvaro Cunhal foi ouvida atentamente pelos presentes que por diversas vezes aplaudiram o orador.
O debate que se seguiu foi marcado por duras críticas à política do Governo PSD, caso de um conhecido agricultor da região, Júlio Sebastião, que protestou contra os custos dos factores de produção, «muitos mais elevados do que noutros países comunitários».

Como foi referido, «os espanhóis têm oito pesetas de subsídio por quilo de batata e invadem o mercado português vendendo-o a cinco pesetas, ora nós não podemos concorrer com estes preços».
O interveniente condenou ainda que o subsídio concedido este ano para a fruta tenha sido não para a colocar no mercado mas para a «vazar na lixeira. E estão lá a fiscalizar para impedir que alguém a vá buscar para dar aos animais. Pelo menos davam essa fruta a pessoas que não têm dinheiro para comprá-la», protestou afirmando que este ano a agricultura no Bombarral «caiu mais de trinta por cento».

Intervenção de Álvaro Cunhal

(...)
Falando da agricultura, gostaria de muito brevemente vos referir quatro questões.

A primeira respeita à crise na agricultura provocada pelo Governo do PSD - uma situação insustentável.

Com o Governo de Cavaco Silva e do PSD não há actualmente em Portugal uma política de promoção e desenvolvimento da agricultura, mas sim uma política de recessão e destruição da agricultura portuguesa sacrificada aos interesses dos grandes agricultores e das multinacionais do comércio e indústria agro-alimentar dos países mais desenvolvidos do Mercado Comum. Estas multinacionais ganham, aliás, peso crescente em Portugal, através das suas posições dominantes nos hipermercados e na indústria nacional. Bem recentemente, a PARMALAT (italiana) comprou a ECRIL (tomate) e arrendou as instalações da UCAL - União de Cooperativas Leiteiras do Distrito de Lisboa. A Nestlé comprou a Longa Vida, uma importante empresa privada de lacticínios.

Adoptando como orientação a concentração capitalista de terras e de produção, o Governo despreza as potencialidades e aptidões agrícolas de Portugal. O eucalipto invade terras com melhores aptidões. Reduz-se a produção em áreas fundamentais. Diminuem os rendimentos. Aumenta o défice agro-alimentar. Aumentam os preços dos factores de produção e diminuem os preços pagos ao produtor pelos produtos agrícolas. São pagos com meses e anos de atraso os produtos que entregam às cooperativas e à indústria. Também com grande atraso são pagos subsídios e prémios a que têm direito. O crédito torna-se inacessível. Não se pagam indemnizações devidas. Importações massivas expulsam os agricultores portugueses do próprio mercado interno. Como é possível competir com a batata espanhola colocada em Portugal a 8$00/kg, graças ao forte subsídio à exportação do governo galego?

Os resultados estão à vista: **preços de miséria, falta de escoamento, ruína da agricultura e dos agricultores.**

O agricultor português não pode suportar os preços da batata, da maçã, das laranjas, do vinho, da carne e de outros produtos. Aqui no Bombarral é a pêra rocha, é a maçã, são as 20 mil pipas de vinho na Adega Cooperativa, é a batata.

A situação é incomportável e **os agricultores tomam crescente consciência de que não podem ficar de braços cruzados quando a ruína lhes bate à porta.**

Não podem ficar e não ficam. Prova desta crescente consciência são as magníficas lutas que estão em desenvolvimento nos pontos mais diversos do país.

Lutar é o caminho certo

A segunda questão que desejo referir respeita precisamente às lutas dos agricultores - lutas que constituem o caminho certo para alcançarem a solução dos seus problemas.

Cabe aqui, antes de mais, saudar e **felicitar os agricultores do Bombarral pela manifestação do dia 3.** Têm inteira razão as suas reclamações. Tiveram plena razão ao afirmar, como foi noticiado, que os agricultores não podem aceitar uma situação em que o escoamento acaba por ser lançar as batatas para a lixeira, as maçãs para a lixeira, as pêras para a lixeira. Ficarem também com o vinho sem comprador.

Os agricultores do Bombarral não estão sós. A luta aqui no Bombarral não foi uma luta isolada. Referindo apenas as últimas acções são de referir e saudar outras concentrações e manifestações de agricultores, com os seus tractores, com as suas máquinas, reclamando contra os preços e contra a falta de escoamento dos produtos, contra importações que são a ruína da nossa agricultura, reclamando medidas do Governo, dando mostras de **forte unidade e grande combatividade, que é necessário e indispensável, manter e reforçar.**

Aqui na região do Oeste, foi em Óbidos. Foi na Batalha. Foi em Pombal. No Norte foi em Vila Real de Trás-os-Montes, mais de mil agricultores contra o encerramento do matadouro. Em Chaves foram cerca de 2500 agricultores com as suas máquinas bloqueando a fronteira contra a importação da batata espanhola. E, hoje mesmo, novas notícias de manifestações de agricultores em Trancoso (Guarda) mais de mil, e algumas centenas em Vila do Conde.

Do Governo de Cavaco e do PSD os agricultores só podem esperar promessas que não são para cumprir e o agravamento da sua situação.

A unidade e a luta dos agricultores é o único caminho que pode conduzir à solução dos seus problemas.

Quem está com os agricultores

A terceira questão que desejo referir respeita à atitude do PCP - apoio aos agricultores, à sua luta, às suas organizações.

Da ampla e massiva movimentação dos agricultores que lição há a tirar? Quem apoia os agricultores nas suas reclamações? Quem está com os agricultores nas suas lutas contra a política do Governo?

Se referimos as **organizações sociais unitárias de agricultores**, há uma profunda diferença entre elas. A CAP, aparecendo por vezes demagogicamente ao lado dos agricultores e quase sempre ao lado do Governo, dá uma no cravo e 20 ou 30 na ferradura. E aparece de tal forma envolvida em fumos de corrupção, em que está atolado o PSD no poder, que perde quaisquer razões para que os agricultores nela confiem.

Há entretanto em todo o país muitas **organizações de agricultores** que corajosa e consequentemente defendem os interesses da agricultura e dos agricultores e que cons-

Entre a numerosa assistência, contavam-se figuras que se têm destacado na luta dos agricultores da Região Oeste, que aproveitaram a sessão para tecer duras críticas à política agrícola do Governo e manifestarem a sua disposição de continuar activamente a defender a agricultura portuguesa

tituem uma poderosa força que, com a mobilização em massa dos agricultores, é capaz de impor de facto o respeito às suas reclamações e reivindicações.

A este respeito, cabe aqui saudar a **Confederação Nacional dos Agricultores (a CNA)** pelas posições que tem assumido em relação a praticamente todos os grandes problemas da produção, do escoamento, do crédito, das indemnizações.

Foi a CNA, com a Federação de Agricultores do Distrito de Leiria e a Associação de Agricultores do Dsitrito de Lisboa, que estiveram aqui no Bombarral com os agricultores, e não a CAP que foi erradamente referida por alguns órgãos de comunicação social. Foi a CNA que com a Cooperativa Agrícola de Chaves e outras organizações estiveram em Vila Real e a Chaves.

Quanto aos **partidos**, não é de hoje mas de sempre, que **enquanto os partidos de direita - o PSD e o CDS - procedem como verdadeiros inimigos da agricultura e dos agricultores, enquanto o PS acompanha a maior parte das decisões do Governo no que respeita à agricultura e à CEE, o PCP é o partido que tem sempre estado ao lado dos agricultores apoiando no concreto e em cada caso as suas justas reclamações, e lutando no concreto por uma política agrícola que resolva os graves problemas nacionais e promova o desenvolvimento da agricultura portuguesa.**

A atitude ante a integração de Portugal na CEE é altamente esclarecedora. O PCP foi praticamente o único que advertiu das consequências nocivas para a agricultura que resultariam da integração de Portugal na CEE e da atitude de capitulação nacional do Governo de Cavaco Silva. Foi o PCP que denunciou a má negociação e as insuficientes resoluções relativas à 2ª etapa de adesão em Dezembro de 1990 conduzidas pelo ministro de Cavaco Silva. Foi o PCP que conduziu, na Assembleia da República, no Parlamento Europeu, a batalha política contra a Reforma da PAC conduzida e presidida pelo ministro de Cavaco Silva. Reforma da PAC cujas consequências negativas se fazem já sentir e que se traduziu pelo abandono do princípio da especificidade da agricultura portuguesa. É necessário hoje mesmo chamar a atenção do país e particularmente dos agricultores para o facto de o Governo do PSD ter anunciado anteontem em Bruxelas, pela voz do seu ministro da Agricultura, **a "venda" do que restava da protecção à agricultura portuguesa por um prato de lentilhas, aceitando trocar os Mecanismos Complementares de Troca (MCT), que ainda podiam travar as importações, por 106 milhões de contos.** Os factos estão à vista comprovando as críticas, advertências e previsões feitas pelo PCP. **Os agricultores que tirem daí as conclusões devidas acerca de quem são os seus verdadeiros defensores e amigos.**

Tem havido e ainda há muitos preconceitos em relação ao PCP. Mas a vida mostra ao longo dos anos que o **PCP, pelas suas coerentes posições, é um partido que mereceria chamar-se não apenas partido da classe operária e dos trabalhadores, mas também partido dos agricultores.**

Afastar o PSD do Governo

A quarta questão que desejo referir, respeita ao interesse vital que têm os agricultores, com o PCP, no afastamento do PSD do Governo e na formação de um governo democrático.

A política do Governo e a submissão aos interesses da CEE conduzem a uma situação absurda: **os agricultores que trabalham para produzir e produzem não têm escoamento para os produtos ante a concorrência de importações da CEE, e mesmo de países fora da CEE, e ou os vendem a preços de ruína ou se vêem obrigados a lançá-los ao lixo. Ao mesmo tempo há grandes proprietários que, para não produzirem, recebem elevadas quantias da CEE para que esta assegure a exportação dos seus excedentes, inclusive para Portugal.** Assim, quem produz pouco ou nada recebe e fica arruinado. Quem não produz recebe fortes maquias.

Esta situação constitui só por si **uma acusação** irrecusavelmente condenatória da política do Governo e uma prova, entre mil e uma outras provas, de que **este Governo é um verdadeiro inimigo da agricultura portuguesa e dos agricultores e os agricultores, tal como os trabalhadores e outros vastos sectores sociais, estão vitalmente interessados em pôr fim ao Governo de Cavaco Silva e do PSD e na formação de um Governo democrático que finalmente defenda e assegure os interesses da agricultura e dos agricultores portugueses.**

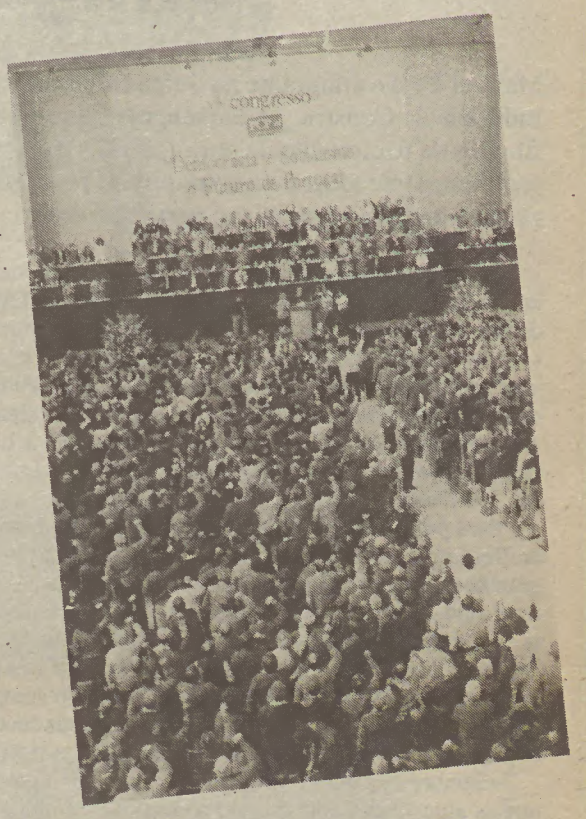
Se soubermos lutar, a situação encaminha-se nesse sentido. A base de apoio do Governo e do PSD está a reduzir-se. **A crise e a situação desastrosa na agricultura provocada pela política do Governo de Cavaco e do PSD está transformando os campos num verdadeiro paiol de descontentamento.**

De uma forma geral, em grande parte do país, sobretudo no centro e para o norte, a população laboriosa dos campos tem constituído um apoio e uma reserva eleitoral da direita, nomeadamente do PSD.

A vida está ensinando e esclarecendo. Vencendo preconceitos, dependências sociais locais, poder de caciques, pressões de certos sectores do clero, **amadurecem as condições para que grande parte dos agricultores que têm votado no PSD venham a votar contra a direita e por uma política democrática, única que pode defender e assegurar os seus interesses fundamentais.**

Em futuras eleições, o verdadeiro voto útil dos agricultores será no PCP, será na CDU.

Já
em distribuição
por todo o país



PCP

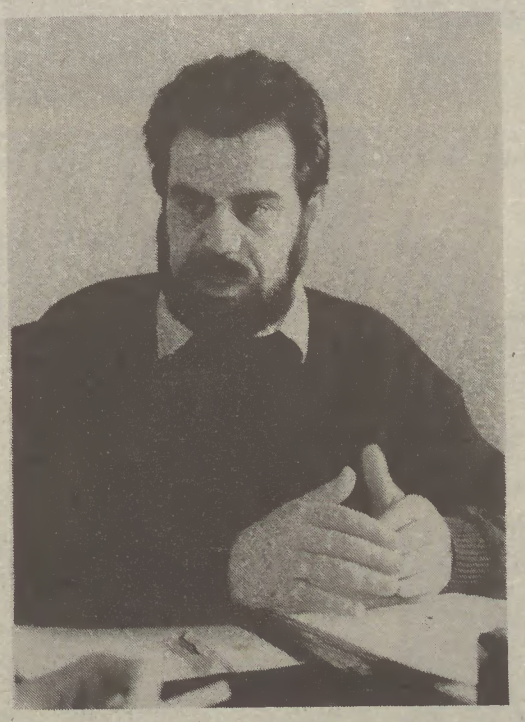
PROGRAMA
e
ESTATUTOS

Aprovados no XIV Congresso
realizado de 4 a 6 de Dezembro de 1992

edições Avante!

Desemprego na Suíça atinge portugueses

Manuel Beja é emigrante na Suíça e é secretário central do Sindicato da Indústria de Construção daquele país, que conta com cerca de 20 mil filiados de nacionalidade portuguesa. Ao «Avante!» falou dos graves problemas que afectam a comunidade portuguesa na Suíça, votada ao abandono e desinteresse por parte do Governo de Portugal.



«Nunca se pensou que na Suíça o desemprego subisse tanto», diz Manuel Beja que aponta o número de 130 mil desempregados, 40 por cento dos quais são estrangeiros. «Há dois anos atrás, os números considerados recorde não ultrapassavam 40 mil desempregados, nível só atingido durante a segunda guerra mundial. A agravar esta situação está a intenção do Governo Federal de baixar para 70 por cento o subsídio de desemprego que passaria a cobrir apenas 300 dias».

Para protestar contra esta medida, o Comité Nacional de Desempregados convocou para o próximo sábado uma grandiosa manifestação na cidade de Berna. A acção contesta ainda a manutenção do estatuto temporário que limita os contratos de trabalho a quatro temporadas de nove meses, impede o reagrupamento familiar durante este período e obriga a que o trabalhador esteja ligado sempre à mesma empresa. Só ao fim de quatro anos nestas condições é que é possível conseguir a autorização de residência.

«Sempre exigimos o fim deste estatuto mas a proposta que as autoridades suíças estão a considerar é ainda pior uma vez que prevê contratos de curta duração até um ano, mas elimina a possibilidade de o trabalhador conseguir ao fim de determinado tempo a autorização fixa de residência. Os sindicatos defendem que o trabalhador obtenha autorização de residência desde que consiga encontrar emprego. Por outro lado, o desemprego crescente atinge actualmente muitos trabalhadores temporários, que não têm nenhuma garantia de renovar o seu contrato de trabalho. No cantões onde o desemprego é maior, as autoridades cancelaram simplesmente os contingentes de imigrantes».

Manuel Beja recorda ainda uma velha reivindicação: «desde 1986 que lutamos para que um trabalhador temporário na Suíça tenha direito a um subsídio de desemprego durante os três meses em que está em Portugal a aguardar novo contrato de trabalho e a respectiva autorização da polícia para regressar. Pensamos que se trata de uma exigência justa que pode ser negociada entre os governos dos dois países, já que o trabalhador descontava para o fundo de desemprego enquanto estava em Portugal e continua a fazê-lo ao trabalhar na Suíça.

«Até ao dia 6 Dezembro de 1992 existia um acordo em que, caso o povo suíço votasse favoravelmente o referendo para a sua integração no espaço económico europeu, entraria automaticamente em vigor um novo regime que previa o pagamento do subsídio de desemprego ao trabalhadores portugueses.

«Com o Não suíço no referendo, a solução deste problema passou a ser tratada em negociações bilaterais e esperamos que os nossos interesses sejam convenientemente defendidos pela parte portuguesa que deverá assinar um acordo em meados deste ano».

«Estamos preocupados porque o Governo português nunca se interessou a sério pela emigração e agora ainda menos. Verificamos que o Instituto de Apoio à Emigração e a Secretaria de Estado da Emigração perdem a sua força e toda a política é construída no pressuposto da livre circulação e de que compete aos países de acolhimento resolver os problemas dos que emigram. Contudo, vemos da parte de países como a Itália ou a Espanha um empenhamento maior, desde a eliminação das fronteiras, no apetrechamento dos consulados e no apoio às suas comunidades, inclusive no financiamento de associações e de actividades culturais e sociais».

Nos últimos cinco anos, duplicou o número de emigrantes na Suíça e os dois consulados portugueses, fixados em Zurique e em Genebra, não chegam para as necessidades. «Já propusemos várias vezes a abertura de um novo consulado no cantão do Valais bem como uma maior descentralização dos serviços. Há portugueses que são obrigados a perder dois dias de trabalho para obterem um documento num cónsulado. Esta situação tem de mudar e penso que o argumento de que a Europa não tem fronteiras é apenas uma forma confortável de nos voltarem as costas».

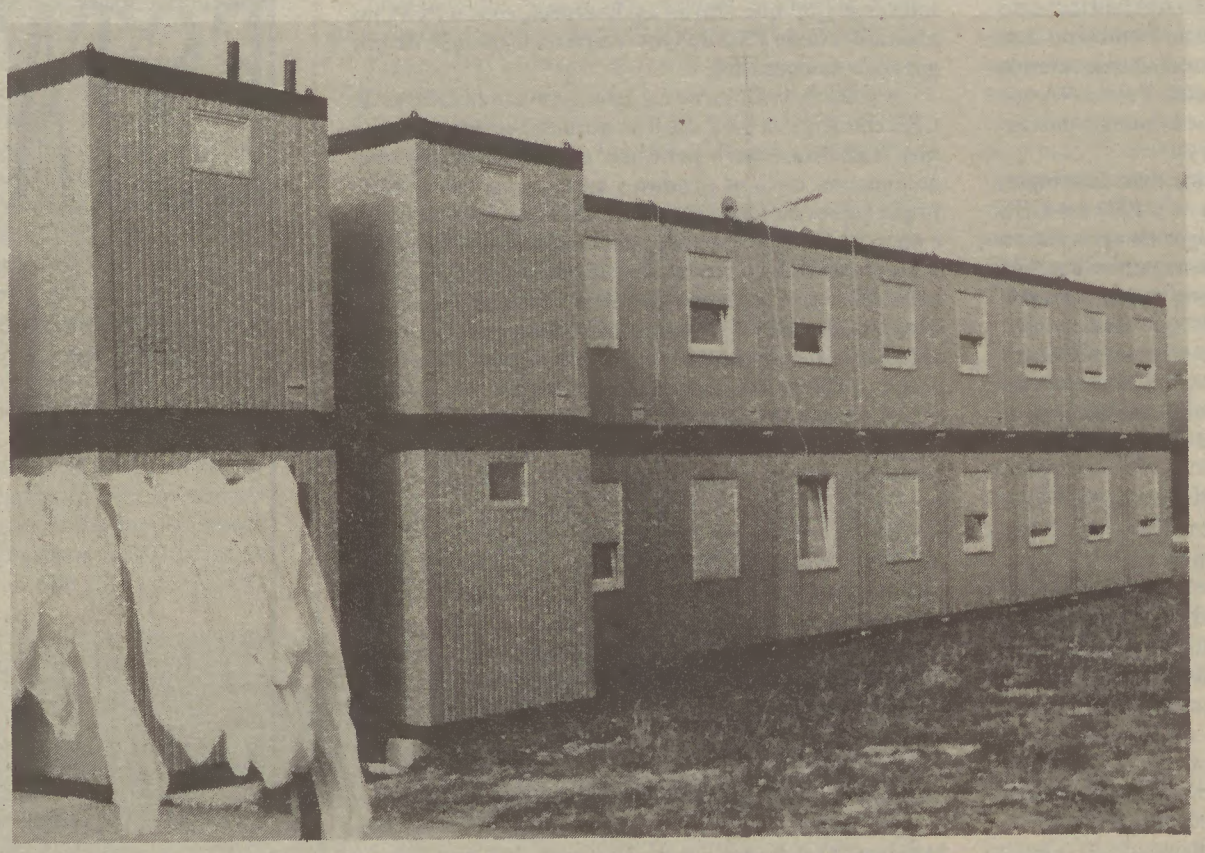
Da forma como concluírem as negociações entre Portugal e a Suíça depende em grande parte o futuro dos muitos milhares de portugueses na Suíça. Legais, são neste momento 143 mil compatriotas mas o número total é largamente superior, se contarmos com os emigrantes ilegais que continuam a afluir àquele país.

«Estimava-se que trabalhassem clandestinamente na Suíça entre 40 mil a 60 mil portugueses, mas nos últimos dois meses tem-se assistido a uma mini-invasão de portugueses, oriundos de regiões mais afectadas pela crise económica que se faz sentir tanto na agricultura como nalguma indústria. Trata-se de um problema delicado já que estes trabalhadores sujeitam-se às piores condições e aceitam qualquer salário. Há mesmo casos de pequenas empresas que despedem os seus trabalhadores para logo a seguir contratarem por metade do salário imigrantes ilegais. O Estado suíço acaba por ser cúmplice desta situação uma vez que as multas previstas aplicadas não são suficientemente pesadas.

«Por outro lado, até há bem pouco tempo os filhos destes imigrantes não tinham direito de frequentar as escolas e foi preciso a Unicef divulgar um estudo que revelava existirem 10 mil crianças clandestinas, a maioria portuguesas, para que os estabelecimentos de ensino as admitissem».

Emigrantes dirigem abaixo-assinado à AR

Na semana passada, Rosa Maria Ribeiro, do Sindicato dos Trabalhadores Consulares, e Manuel Beja, dirigente do sindicato suíço da Indústria da Construção, promoveram uma conferência de imprensa para falar do abaixo-assinado dirigido ao Presidente da Assembleia da República, que se encontra a circular junto das comunidades portuguesas em países europeus. Como foi revelado na ocasião, o documento recolheu desde o início de Novembro mais de sete mil assinaturas.



As condições que são oferecidas aos trabalhadores temporários nem sempre são as melhores. O patrão suíço tem de garantir alogamento ao imigrante contratado, mas frequentemente coloca-o em barracas ou, como a foto documenta, enlatado em contentores e mesmo assim obriga-o a pagar renda

O texto refere que «a despeito das reiteradas afirmações sobre a importância das comunidades portuguesas (...) e as referências *à nova era* que se terá iniciado com a livre circulação, os portugueses que trabalham e residem nos países da Europa continuam a ser excluídos pela política do Governo.

«Os emigrantes vivem entre a necessidade do reconhecimento dos seus direitos pelas entidades dos países de acolhimento e a ausência de apoios oficiais que permitam promover os seus interesses, defender a sua cultura, resolver os seus problemas.

«Ao contrário do que é afirmado, nem a integração de Portugal na CEE resolveu por si problemas inerentes à condição de trabalhadores e cidadãos portugueses, nem os organismos governamentais de emigração respondem à necessidade de adaptação às novas realidades comunitárias».

Entre as reivindicações mais importantes, o abaixo-assinado reclama «a modernização e a melhoria das condições de atendimento; a redistribuição da rede consular; a mobilidade e reforço dos serviços, na área da informação e assistência social; a criação de serviço de apoio jurídico; a promulgação de um estatuto profissional dos trabalhadores consulares»

Na área do ensino do português, os emigrantes reclamam que esta disciplina seja integrada no sistema curricular dos países de acolhimento; que sejam defendidas as especificidades culturais nacionais e a valorização da língua; e que seja prestado apoio às associações que promovem a difusão da língua e cultura portuguesa.

Como explicou Rosa Ribeiro, «a rede consular está distribuída como há 50 anos atrás, sem olhar à situação de dispersão em que se encontram os portugueses». Segundo disse, «é mais fácil abrir uma embaixada em Kiev, do que melhorar os serviços consulares nos países onde estão portugueses».

Esta sindicalista afirmou que o Governo português deve negociar convenções com outros países de forma a ser possível simplificar a burocracia: «não basta dar a possibilidade de voto aos emigrantes, é preciso ajudá-los todos os dias», sublinhou Rosa Ribeiro que defendeu a manutenção do Instituto de Apoio às Comunidades Portuguesas no Estrangeiro. A propósito das convenções com outros países, Rosa Ribeiro mencionou a necessidade de resolver situações complicadas, por exemplo no caso do serviço militar. Hoje, em França, um cidadão com dupla nacionalidade é, segundo a lei, obrigado a cumprir o serviço militar em Portugal e no país onde reside. A única forma de contornar a lei é pedir sucessivos adiamentos em Portugal até passar à reserva. Outros acordos podiam ser feitos por exemplo para facilitar o reconhecimento dos divórcios e da dupla nacionalidade, entre outras questões.

Trabalhadores da Argibay exigem viabilização

Não queremos seguir o caminho da falência à moda dos Quinas

Com salários em atraso desde Dezembro, os 180 trabalhadores da Argibay — Construção e Reparação Naval acusam Miguel Quina de ser o responsável pelas dificuldades que a empresa hoje vive.

Apoiados pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa e organizados em torno dos delegados sindicais e de uma comissão representativa, recusam para a Argibay o final que os Quinas deram a empresas como a Icesa, a Eurofil, a Cerâmica de Santa Iria e a Somapre: «foram todas à falência, algumas delas depois de terem recebido milhares de contos para a sua viabilização», como se refere num comunicado do sindicato distribuído na véspera da concentração que teve lugar a 21 de Janeiro na Avenida da República, à frente do edifício onde estão instaladas outras firmas de Miguel Quina.

Os operários, afirma-se no documento, «protestam contra a actuação do Dr. Quina, que vai fechando empresas, lançando trabalhadores no desemprego e abrindo novas empresas, sem que pague as dívidas que contraiu». Como exemplos, são citados a Segurança Social, os seguros e o Sindicato dos Metalúrgicos, ao qual a Argibay deve mais de 4 mil contos que descontou dos salários.

Mas credores não faltam. Ainda na semana passada a Repartição de Finanças de Vila Franca de Xira anunciou para o fim de Março o leilão das instalações e equipamentos do estaleiro de Alverca.

Quinas e problemas

Ao «Avante!» membros das estruturas representativas dos trabalhadores da Argibay não hesitaram em identificar o início das dificuldades na empresa com a sua compra pelos Quinas, no início dos anos 80. Até aí, a Argibay era propriedade do visconde Botelho.

À altura do 25 de Abril de 1974, a empresa tinha cerca de 200 trabalhadores. Após a revolução não houve na Argibay conflitos laborais graves, nem tentativas de boicote ou sabotagem da parte dos patrões. Pelo contrário, o visconde respondeu positivamente às principais reivindicações do pessoal. Havia trabalho e a empresa cresceu significativamente, chegando a empregar 600 pessoas.

Um dos últimos grandes trabalhos da Argibay neste período foi a construção de 4 dos mais novos cacilheiros da Transtejo, entre 1980 e 1982.

A aquisição da empresa pela família Quina é feita num momento em que a construção naval enfrenta uma séria crise a nível internacional. Em Portugal, a frota pesqueira começa a defrontar dificuldades, nomeadamente com a preparação da entrada na CEE e a redução das quotas pesqueiras nacionais.

Além da Argibay, Miguel Quina ocupava ainda, nessa altura, cargos de responsabilidade numa instituição bancária e numa empresa de pescas da Madeira (a Arpem). Um dos primeiros negócios do período Quina é a construção de vários barcos para a Arpem: o banco financia, a Arpem declara falência, na Argibay ficam 6 cascos de navio por acabar...

«Os projectos e as encomendas são aceites, os créditos são levantados, mas os trabalhos não são acabados - é esta a prática dos Quinas», acusam os representantes dos trabalhadores da Argibay. E citam mais 4 casos semelhantes aos navios da Arpem: também estão parados há 5 ou 6 anos no estaleiro de Alverca 1 pesqueiro encomendado por António Feu, outro encomendado por Ramiro Patrício e 2 petroleiros para um armador inglês. «Estão aí uma boas 100 toneladas de chapas», calculam, acrescentando que 4 destes barcos estão em fase adiantada de construção.

A acumulação de dívidas e problemas na Argibay já em 1985-89 teve como reflexo grande instabilidade no pagamento de salários e mesmo períodos em que houve salários em atraso.

Em Junho do ano passado a instabilidade regressou e tem-se vindo a agravar. Os salários de Outubro foram pagos a meio de Novembro. Na semana passada ainda estavam por pagar os salários de Janeiro, os subsídios de Natal e metade dos ordenados de Dezembro; «com perspectivas de ficar mais um mês em dívida no fim de Fevereiro», acrescentam com fundamentada preocupação os membros das estruturas de trabalhadores que contactámos.

Por soluções justas

Os trabalhadores e as suas estruturas, em todo este processo, têm denunciado os problemas, têm apontado as causas e sugerido soluções. Com firmeza, recusam que sejam os que, ao longo dos anos, têm dado o melhor do seu esforço a pagar os custos de uma situação muito grave por que não são, de modo nenhum, responsáveis.

Mas não acusam só os patrões da Argibay: «Estão cá 10 cascos a apodrecer, mas a verdade é que o Governo permite levantar os créditos e deixar os projectos a meio. Onde está o controlo dos dinheiros do Estado?»

Ao mesmo tempo, os representantes dos trabalhadores manifestam dúvidas quanto a uma eventual continuação deste folhetim dos subsídios que entram e dos trabalhos que não saem.

Contam que os mesmos Quinas que estão na Argibay avançaram já com a criação de empresas paralelas - e perguntam como é que pode estar a concorrer à adjudicação de trabalhos do Estado para construção e reparação naval (a que a Argibay não se pode candidatar por causa das dívidas à Segurança Social) uma empresa como a Naval Mecânica, também dos Quinas, que não tem estaleiro nem oficinas?

Outro caso que suscita interrogações nos trabalhadores diz respeito a 2 dos barcos da Arpem, que estão praticamente prontos e dos quais, após a falência da empresa de pescas madeirense, a Argibay é fiel depositária. Não há muito tempo, os navios mudaram de nome; na mesma altura, soube-se que os patrões da Argibay haviam solicitado um subsídio ao IFADAP para adquirir os 2 navios ao tribunal. «Não sabemos como o "Mar Português" e o "Infante D. Henrique" foram apresentados aos homens do IFADAP», dizem os representantes dos trabalhadores, manifestando a sua estranheza por os barcos, sem saírem do estaleiro, surgirem agora em papéis como propriedade da Sonapar (outra empresa dos Quinas). Será apenas mais uma forma de ir buscar novos subsídios?

Seja o que for, o que os trabalhadores não vêem é decisões e negócios que apontem para a resolução dos verdadeiros problemas da Argibay e das 180 pessoas que nela trabalham, no estaleiro de Alverca e nas oficinas de caldeiraria e forjas, em Lisboa.

O descontentamento foi crescendo e teve fortes expressões em plenários e outras acções. No passado dia 21 de Janeiro, junto aos escritórios das outras empresas dos Quinas na Avenida da República, teve lugar uma concentração de trabalhadores com distribuição de documentos à população, denunciando a situação e exigindo o pagamento dos salários em atraso e a viabilização da Argibay. Por ocasião da Presidência Aberta, foi entregue a Mário Soares um dossier sobre os problemas da empresa e dos seus trabalhadores. O caso foi ainda apresentado na AR, na Câmara e Assembleia Municipais, na Junta de Freguesia de Alverca. Solicitaram, com urgência, uma reunião para discutir o assunto com a administração da empresa, mas esta ainda não lhes respondeu.

Não exigem nada do outro mundo: querem apenas soluções justas que garantam o futuro da empresa e os postos de trabalho.

Atrás desta vedação apodrecem há anos 10 cascos de navio. É uma prática que os trabalhadores têm denunciado mas que o Governo continua a permitir: entram as encomendas, entram os créditos e subsídios, mas o trabalho fica por concluir. Como resultado, acumulam-se dívidas e os salários também não são pagos a tempo e horas. Os Quinas, por seu turno, vão abrindo outras empresas e procurando novos apoios...

EM FOCO

Vícios públicos e TVs privadas

■ *Francisco Costa*

Um tema de alguma animação que, no último trimestre de 1992, veio de certo modo constituir novidade no cinzento quotidiano dos portugueses, despertando um interesse e uma expectativa justificados - embora, por vezes, artificial e ilusoriamente alimentados pelas páginas especializadas da imprensa diária e dos semanários - foi a alteração radical que se verificou no panorama da nossa comunicação social, em particular no domínio da televisão. Antecedida de uma profunda reformulação das grelhas de programas das emissões dos **dois canais públicos**, concretizada através de uma calculista estratégia de ocupação antecipada do terreno da concorrência que se avizinhava, começava a entrada em cena de **novos operadores privados** de televisão. Passados quase cinco meses de «exame público» do confronto travado aos olhos de todos, é talvez tempo de averiguar quais as vantagens e desvantagens que estas alterações trouxeram aos espectadores portugueses, tanto mais que, neste início de 1993, se prepara para entrar em cena a **quarta personagem** desta grande operação - a **TVI**.

As especiais responsabilidades do serviço público

Parece já não restarem dúvidas a ninguém que, no domínio dos programas de entretenimento e de cultura, a qualidade e a opção de escolhas dos responsáveis pelos dois operadores de televisão até agora em presença atingiu um ponto de **degradação** dificilmente imaginável há meses atrás. No caso particularmente exigente da nossa **televisão pública**, a acumulação de telenovelas (a maioria das quais sem qualquer nível ou originalidade, que recomendasse a sua aquisição); a proliferação de concursos estupidificantes em que passou a preponderar, não a dignificação da inteligência, da imaginação e da criatividade - como aconteceu há anos com excelentes exemplos que constantemente nos vêm à memória - mas a criação de situações de falso *suspense* tendentes à obtenção de respostas primárias a perguntas idiotas e o estímulo artificial e alienado ao consumo e ao ganho fácil; a inflação de programas musicais ou outros, onde reinam as entrevistas boçais, a pacóvia piroseira e o regresso em força (explorado numa confrangedora estética de «mundo cão») do nacional-cançonetismo e da «cassette pirata»; a própria descaracterização dos espaços dedicados ao cinema, que anteriormente constituíam um relevante exemplo de como conciliar o divertimento com a qualidade; o acumular de séries de ficção e «enlatados» de ultrajante mediocridade; e o relegar para a quase clandestinidade das altas madrugadas de algumas notáveis emissões no campo da programação cultural - constituem, entre tantos outros, alguns dos mais lamentáveis traços de que se reveste, hoje em dia, a programação da **RTP**.

Muito longe dos tempos em que, com algum fundamento, a estação pública se poderia vangloriar de ter, nos seus dois canais, uma das melhores programações da Europa - embora constituindo esta como que um artificioso alibi para o seu «calcanhar de Aquiles», geralmente contestado, a Informação - a **RTP** encontra-se, hoje, ao nível das piores estações comerciais de todo o Mundo. É cada vez mais clara para todos a justeza do diagnóstico que o **Organismo de Direcção do Sector da Comunicação da ORL do PCP** recentemente lançou a público (ver *«Avante!* n.º 991, de 17.12.92). E continua a confirma-se, agora, o que muitos - na primeira linha dos quais, os comunistas - receavam e para cujas consequências tinham em devido tempo alertado a opinião pública e as instituições: a competição sem quartel e «nivelada por baixo», desenvolvida no âmbito da Televisão em Portugal, está a determinar o afastamento das obrigações de «serviço público» por parte da RTP, não cumprindo esta os fins genéricos que, pela Lei da Televisão, deveriam presidir à sua actividade.

O projecto da SIC - uma fasquia ambiciosa

Tendo como pano de fundo esta lamentável **guerra de audiências**, a curiosidade natural dos espectadores e da crítica residia, como seria natural, em averiguar de que forma o primeiro dos operadores privados a iniciar as «hostilidades», a **SIC**, iria corresponder às amplamente divulgadas pretensões de constituir uma verdadeira alternativa à **RTP** - intenções que eram acompanhadas de uma postura de firme autoconfiança quando não, mesmo, da expressão pública de uma certa arrogância e afrontamento fortemente crítico face à prática anterior da única estação existente, de certo modo em consonância com a generalizada opinião desfavorável expressa em inúmeras tomadas de posição de associações de espectadores e de carácter cultural, de organizações sociais e partidos políticos, até de órgãos de soberania.

Diga-se, desde já, que o próprio prestígio profissional dos responsáveis máximos da **SIC**, aliado ao êxito e implantação alcançados em outros domínios dos *media* por projectos levados a cabo por alguns dos principais elementos da estrutura dirigente da nova estação, tornavam plausível, aos mais incautos, uma tal postura. Mais significativo, ainda, o estabelecimento faseado da própria concretização do projecto, ocupando apenas de início um período de programação de adequada amplitude, fazia aparentemente transparecer o pensar de uma estratégia assente em passos pequenos, mas seguros, e consubstanciada na prudência, sempre boa conselheira.

Sol de pouca dura.

A opção pelo **confronto directo** com os espaços «nobres» de programação de um concorrente de peso, há muito firmado no terreno; a errada escolha do «público alvo» a atingir, enveredando pela filosofia de uma «estação generalista» (incomportavelmente dispendiosa nas suas ambições), quando de toda a evidência havia disponível uma faixa de espectadores que previsivelmente não se reviam nas actuais propostas da **RTP**; a desesperante e publicitada hipervalorização de séries de ficção, saídas de um autêntico «refugo» e que não resistiam à primeira visão; o posterior «mudar de agulha», com as consequentes piscadelas de olho aos *voyeurs* de todas as madrugadas e solidões; a ausência absoluta de qualquer programa de características minimamente culturais; e, finalmente, as constantes alterações de grelha, reveladoras de uma mal disfarçada desorientação - tudo acabou por apontar, em geral, para a não «fidelização» dos espectadores e para o flagrante derrube de uma fasquia colocada demasiado alto.

Grupos, *lobbies*, negócios e... milagres

O surgimento dos primeiros estudos audiométricos, com resultados nada correspondentes a uma atmosfera de certa megalomania que se havia instalado para os lados de Carnaxide, parece ter feito estalar, entretanto, o verniz dos responsáveis da **SIC**. Manifestamente pouco dados a uma auto-avaliação dos erros de estratégia cometidos, cedo surgiram manifestações de incomodidade que, curiosamente esquecendo os «livres mecanismos de mercado» - postulados sacrossantos da sua própria razão de existir -, procuravam encontrar em terceiros os motivos últimos de um relativo desaire. A inaceitável dose de golpes baixos protagonizados pela **RTP** nesta conjuntura, não pode servir de exclusivo alibi para esconder as importantes limitações que enformavam e enformam a estrutura e os objectivos da nova estação. E se o episódio escandaloso do assalto à televisão pública pelos homens de mão da todo-poderosa **Lusomundo** é um dos lados visíveis e sintomáticos da despudorada luta de interesses que se trava hoje em dia entre grupos económicos e entre os vários *lobbies* do partido do Governo que os serve - tão candidamente patente no aparente gáudio com que a Senhora **de Moniz** iniciava um **Telejornal** anunciando a destituição de **Monteiro de Lemos** - não é menos interessante de acompanhar a «fase superior de luta» que a **SIC**, através do **Jornal da Noite**, há dias travou precisamente contra o alargamento dos tentáculos da **Lusomundo**, a mesma que abandonara, recorde-se, o projecto empresarial televisivo que esteve nas origens daquela estação. Batalhas e guerras que não nos fazem distrair.

O problema é que a **SIC** não compreendeu o significado de duas coisas muito simples, uma delas, desde logo, meramente simbólica: é que, por exemplo, no próprio acto de decidir sobrepor em rodapé nas suas emissões os resultados dos **«Toto-Sorteios»** realizados na **RTP**, ao mesmo tempo que eventualmente fazia sorrir o espectador durante dois ou três dias pela traquinice do «pequenino golpe», estava, afinal, a reconhecer a sua impotência e subsidiaridade face ao gigante da 5 de Outubro. O que é sintomático. Depois, e mais importante, é que a **SIC** sempre pareceu olimpicamente desprezar a especificidade de que se rodeia um projecto televisivo de grande fôlego, e o traquejo e a ronha que, na matéria, a experiência de 35 anos da **RTP** inegavelmente a esta confere. O que é dramático.

Ao espectador e à crítica, entretanto, está longe de interessar que continue a aprofundar-se a actual descaracterização dos existentes projectos, público e privado. Pelo que se espera que, tanto num caso como noutro, o caminho seja invertido e que, de uma competição cega e degradante, se passe rapidamente a uma convivência e emulação que faça recuperar a ideia e a expectativa, quando não a exigência, de televisões que dignifiquem a inteligência, observem as regras do mais elementar pluralismo e não subvertam a identidade e a cultura portuguesas.

O que se aplica, sem tirar nem por, à **TVI** que está para vir. Aquilo que já se vai adiantando e sabendo sobre as características da sua programação, não augura nada de particularmente radioso. Mas sempre há que ter em conta que a «experiência de comunicação» dos inspiradores primeiros da estação se mede, já não por décadas, mas por milénios. O que autoriza a invocar, perante a previsão da desgraça, a sempre útil esperança do **milagre**, para afastar preconceitos pecaminosos.

Oremus, então...

Informação – as duas faces da moeda

Para quem se lembra ainda do que era a orientação vigente há apenas um ano no campo da Informação na **RTP**, é fora de dúvida que a situação se modificou em alguns aspectos essenciais e que, nos dias que vão correndo, muitas das críticas que justamente lhe eram apontadas, sobretudo no que se refere aos seus serviços noticiosos de maior audiência, não podem hoje ser formuladas precisamente nos mesmos termos.

E esta alteração estratégica dos responsáveis máximos da televisão pública só pode radicar em dois aspectos fundamentais que não podem ser ignorados.

Por um lado, é fora de qualquer dúvida que o surgimento da **SIC**, com um tratamento noticioso que se anunciava menos governamentalizado e com uma política de contratações no mercado especializado de trabalho previsivelmente apontando em direcção à qualidade e à novidade da informação, não podia deixar os responsáveis da **RTP** de braços cruzados. Cabe aqui então realçar, por ser da mais elementar justiça, que, neste aspecto, a simples perspectiva do início de actividade daquele operador privado de televisão e o começo das suas emissões vieram criar as condições para que algo tivesse de mudar na informação televisiva - o facto mais claramente positivo da entrada em cena de um importante factor de concorrência.

Mas um outro elemento de relevante peso contribuiu, em muito maior escala, para esta alteração de critérios - e isto tem muito mais a ver com a progressiva degradação dos mais variados aspectos da vida política, económica, social e cultural a que o **Governo do PSD** vem sujeitando o país.

Há apenas um ano, Portugal e a sua complexa e contraditória realidade pura e simplesmente não existiam para a **RTP**, e as poucas notícias que, sobre o país, eram transmitidas, resumiam-se ao acompanhamento quotidiano e servil de **Cavaco Silva** e dos seus pares, ao costumado cortejo de inaugurações, à enumeração e distribuição dos fundos comunitários, à divulgação unilateral e acrítica das virtudes da **PAC**, do **Tratado de Maastricht**, do **Mercado Interno** ou do **Sistema Monetário Europeu**, ao absurdo orgulho da fortaleza do **escudo**, aos detalhados relatos burocráticos das decisões dos **Conselhos de Ministros**, para acabar no descarado festim da ilusória **«democracia de sucesso»** e do **«Portugal - oásis europeu»**.

Hoje, face ao agravamento contínuo das condições de vida de cada vez mais camadas e classes profissionais da população portuguesa, ao aumento vertiginoso do desemprego, à ruína dos agricultores, comerciantes e industriais, ao regresso dos salários em atraso e ao alargamento das bolsas de miséria, ao estado caótico e degradante das políticas de saúde, habitação, educação e cultura, e ao contínuo e generalizado ascenso da luta e do protesto contra a política governamental, não é mais possível à **RTP** continuar a disfarçar o que é indisfarçável.

Mas significa isto que a estratégia de informação, na **RTP** como na **SIC**, correspondem ao que seria legítimo esperar em termos de urgente discussão pública dos grandes problemas que preocupam Portugal e os portugueses? Digamos claramente que não.

A desqualificação da política

A aposta redundante da **SIC** num estilo de informação seguindo o «modelo informativo» da 5 de Outubro não veio criar uma verdadeira alternativa de conteúdo ou sequer de forma aos seus serviços informativos. Sobretudo a partir do momento em que a estação resolveu antecipar a hora de começo do **Jornal da Noite**, transmitindo-o desfasado do **Telejornal** do **Canal 1**, o espectador que porventura tenha a paciência de seguir com o mínimo interesse os dois jornais passou a verificar, sem grande esforço, que, com mais «cacha» aqui ou mais «novidade» ali, ambos os alinhamentos se confundem, quer quanto ao noticiário nacional quer quanto ao noticiário internacional.

Reconhecer-se-á que a **SIC** dá, por vezes, um maior relevo e acutilância à cobertura dos problemas que afligem os portugueses, à sua expressão e à sua voz, mas o estilo e a forma da abordagem, a «filosofia da informação» dela emanente, permanecem semelhantes aos do **Canal 1**, sendo até de notar o progressivo abandono e desvirtuamento, em termos audiovisuais, do tratamento televisivo das notícias, que inicialmente cuidara, em contraste com uma maior agilidade de processos do **Telejornal**. O mesmo se passa quanto à informação internacional, com a agravante de ser agora mais patente a submissão dos dois canais às mesmas fontes de informação controladas pelas grandes agências de distribuição de notícias e imagens e o sublinhar de uma mesma e uniformizada visão dos grandes problemas mundiais. A agravar tudo isto, o único espaço informativo verdadeiramente original e criativo - **«Praça Pública»** - demonstrador da rara sensibilidade deontológica e da dignidade e talento profissional de alguns dos seus melhores jornalistas e operadores de câmara - que a **SIC** incluíra na sua programação (e logo foi queimado à partida por alguns doutos analistas da nossa praça) - se viu desgraçadamente sacrificado à voragem da concorrência e relegado para um período de emissão que, em boa verdade, já ninguém vê.

Mas à aparente não-governamentalização da **SIC**, substitui-se (como na **RTP**) o apagamento do papel dos partidos na vida portuguesa. Por exemplo, e no que se refere ao **PCP**, desde o XIV Congresso que esta estação não cobre qualquer das suas reguladas conferências de imprensa e, mesmo quando decide estar presente numa realização do Partido - como aconteceu no passado fim-de-semana na deslocação de **Álvaro Cunhal** à Marinha Grande -, o objectivo único da sua reportagem foi colocar-se ao nível rasteiro de um provocador ali surgido, transformado de súbito, de elemento lateral e acessório, em **exclusivo «facto noticioso»**!

Quanto à **RTP**, se é certo que não somos agora bombardeados com a presença quotidiana de ministros e comissários políticos do Governo, seria erro grave distrairmo-nos e esquecer que, quando tal é oportuno, logo surgem Secretários de Estado e Directores-Gerais, menos queimados na sua imagem pública, a substituí-los, e, quando absolutamente necessário, não se hesita em entrevistar durante longos minutos, nos **Jornais de Sábado e Domingo**, os governantes conjunturalmente mais expostos às críticas - como aconteceu há tempos com **Arlindo de Carvalho**, **Laborinho Lúcio** ou **Santana Lopes**.

Mas a característica mais nociva da informação de ambos os canais é, acima de tudo, o privilégio dado à **«informação-espectáculo»**, mais ou menos bipolarizante. Seja ela camuflada pelos meios aparatosos e circenses de um **«De Caras» (José Eduardo Moniz** - Canal 1), em que o convidado acaba sempre por ter a última palavra, já que o moderador do «debate» escolhe de forma selectiva alguns eleitos de entre as dezenas de braços no ar que pedem a palavra ou chega mesmo a intervir, ao sabor das conveniências, na defesa ou no ataque às posições defendidas pelo entrevistado. Seja ela desajeitadamente evidente nesse exemplo de arrogante agressividade jornalística que foi o **«Jogo da Verdade» (Carlos Magno/Paulo Alves Guerra** - SIC), em que o único «interesse» residia em contabilizar as vezes em que o primeiro dizia **«não vai julgar que acreditamos no que acaba de dizer»** ou em averiguar a conjugação das cores da camisa, dos suspensórios ou do lacinho do segundo. Seja ela o lamentável **«Fogo Cruzado»** chispando quinzenalmente por entre os complexos de «esquerda envergonhada» de **Almeida Santos** e o populismo da «direita trauliteira» de **Alberto João Jardim**.

À excepção do programa **«Parlamento» (Helder Freire** - Canal 1), único exemplo sério e modelarmente moderado de debate político pluripartidário existente nas televisões portuguesas - agora significativamente amputado de meia hora para dar lugar a um programa de descarada propaganda governamental e comunitária -, em mais nenhum caso se dá oportunidade a que as principais forças políticas portuguesas, em igualdade de oportunidades, confrontem as suas opiniões e as suas propostas e enquadrem programaticamente as soluções a dar aos graves problemas que afectam os portugueses, proporcionando a estes uma reflexão ponderada conducente à livre decisão de confirmar ou alterar as suas opções políticas, a traduzir oportunamente no voto.

Uma faca de dois gumes

A «Presidência Aberta» de Mário Soares na Área Metropolitana de Lisboa movimentou para a sua cobertura, como seria de prever, fortes dispositivos técnicos e humanos por parte da **RTP** e da **SIC**. Ao longo de quinze dias, os espectadores portugueses puderam ver, em ambos os canais, todo um cortejo de problemas e de chagas sociais que afligem um quarto da população portuguesa e concentrados numa região conjunturalmente servindo de espelho ao «insucesso» da política governamental que assola o país de Norte a Sul.

Resultando esta cobertura, inegavelmente, um trabalho positivo que é de toda a justiça salientar, importa entretanto distinguir o «estilo informativo» que foi seguido por um e outro operador de televisão.

Enquanto a **RTP** optou pela apresentação de peças porventura de menor duração mas em que o trabalho jornalístico de **António Manuel Borges** e **Rita Saldanha** em geral procurou ser mais profundo e objectivo no relato despido de comentários, em alguns casos fazendo-as acompanhar por materiais de enquadramento que situaram problemas e investigaram as soluções propostas pelos autarcas, a **SIC** escolheu um outro caminho, talvez mais espectacular na sua enganosa agilidade audiovisual, mas de duvidosa seriedade.

Em terrenos de complexas e notáveis realizações do **Poder Local**, contrariando as limitações de toda a ordem impostas pelo **Poder Central**, raramente foram mostradas as radicais transformações no plano das infra-estruturas económicas, sociais e culturais e da melhoria das condições de vida das populações. Procurou-se, antes, misturar irresponsavelmente no mesmo saco os destinatários dos protestos que se fizeram sentir, confusão tornada mais evidente pela montagem fragmentária da contraditória realidade e pelo pretenso «modernismo» de um jornalismo superficial - porque exclusivamente preocupado, não com a interpretação rigorosa da realidade à disposição, mas com o «pitoresco» ou o «anedótico» e o doentio gosto pela truculência verbal, pretensamente «original» e «diferente», imagem de marca de um jornalismo da moda que, mais do que mostrar e interpretar a realidade, se compraz em se ouvir a si próprio.

Ricardo Costa e **Victor Moura-Pinto**, já aqui o dissemos, têm o talento potencial que por vezes pode dar vida e fôlego aos bons repórteres, mas iludiram irremediavelmente o «benefício da dúvida» de que, antecipadamente, se julgaram credores. E, provocatoriamente, procurando-nos levar a ver «como está o socialismo» a propósito da visita à margem Sul, lançando piadas venenosas sobre o «realismo socialista» ao cobrir a homenagem a José Afonso, manipulando e montando descaradamente excertos dos discursos de **Jorge Sampaio** ou **Mário Almeida** nessa importante realização que foi o **Congresso sobre Habitação** ou ainda, pasme-se!, caracterizando como o «ópio do povo» a «mão cheia de políticos» que visitava o Casal Ventoso - alguns exemplos das referências gratuitas, entre tantos outras - os dois autoconvencidos repórteres preferiram ser os protagonistas centrais das suas próprias notícias, colocando-se ao nível do «dono que morde o cão».

E, disparando em todas as direcções, profundamente cépticos e descrentes em relação a todo e qualquer «actor» do «espectáculo» circundante, colocaram o jornalismo da **SIC** ao nível das «bocas» primárias que milhentas vezes se ouvem nos transportes ou nos lugares públicos - o que, bem vistas as coisas, é uma postura objectivamente **reaccionária**.

Se a rédea solta assim continuar, mal vai a esperada credibilidade da televisão de Balsemão.

EM FOCO

O movimento associativo nas escolas do Ensino Secundário

■ **Alexandre Araújo**
Organização do Ensino Secundário e do Secretariado da Direcção Nacional da JCP

«A estratégia do Governo PSD falhou, como provaram as importantes lutas contra a PGA e por um novo sistema de acesso, que foram as maiores de sempre no Ensino Secundário. Os estudantes mostraram que, unidos, são capazes, quando sentem os seus interesses ameaçados, de os defender e de lutar pela concretização das suas reivindicações».

O movimento associativo do Ensino Secundário assume as mais variadas formas de escola para escola, envolvendo hoje milhares de estudantes.

Apesar dos elevados níveis de abandono escolar, a maioria dos jovens passa pelo Ensino Secundário, constituindo, por isso, o seu envolvimento na dinamização de iniciativas culturais, desportivas, recreativas e na luta pela concretização dos seus direitos um inegável meio de formação pessoal e humana.

O número de associações de estudantes tem vindo a crescer nos últimos anos, apesar de em muitas escolas ainda não existirem. As associações de estudantes são, sem dúvida, a mais importante forma de organização e intervenção dos estudantes, mas não são a única, tendo também grande importância os núcleos que se dinamizam em torno de questões concretas, quer sejam elas disciplinas curriculares, ou outras áreas de interesse estudantil, quer seja para o desenvolvimento de processos reivindicativos, como aconteceu na recente luta contra a Prova Geral de Acesso ao Ensino Superior.

O movimento associativo, pelas características que apresenta, muito próprias da idade dos jovens que envolve, representa um interesse cada vez maior dos estudantes em participar de forma organizada e activa na vida da escola e na sociedade.

São grandes as dificuldades que o movimento associativo atravessa para o desenvolvimento da sua actividade. O Governo do PSD, temendo o grande potencial de iniciativa e transformação que a juventude representa, continua a colocar entraves à sua actividade. Apesar da lei das associações de estudantes ter sido publicada em 1987, não se encontram ainda regulamentados todos os direitos aí previstos; a legalização das associações, que é indispensável para o usufruto de vários direitos e subsídios, tem sido atrasada e despachada com critérios de simpatia política. O Governo canaliza verbas diminutas para o apoio à actividade do movimento associativo, ao mesmo tempo que investe fortemente na promoção da sua imagem junto dos jovens. O Governo utiliza a atribuição de subsídios como forma de condicionar a actividade dos jovens e de retirar a capacidade reivindicativa ao movimento associativo.

Papel diferente têm desempenhado as autarquias CDU no seu trabalho com associações de estudantes e outras expressões do movimento associativo, no respeito pelas opiniões dos jovens, apoiando e incentivando as iniciativas por eles promovidas, possibilitando a troca de experiências entre elas e a promoção de iniciativas comuns.

A estratégia do Governo PSD falhou, como provaram as importantes lutas contra a PGA e por um novo sistema de acesso, que foram as maiores de sempre no Ensino Secundário.

Os estudantes mostraram que, unidos, são capazes, quando sentem os seus direitos ameaçados, de os defender e de lutar pela concretização das suas reivindicações.

Tendo obtido com esta luta importantes recuos do Governo, como seja a demissão do então ministro da Educação e o fim da PGA, os estudantes tomaram consciência de que lutando é possível obter resultados e importantes vitórias.

A direita, nomeadamente a JSD, continua a ter uma considerável influência no movimento associativo do Ensino Secundário, mas a sua actuação, sempre defendendo mais o Governo que os estudantes, tem-na deixado cada vez mais desprestigiada junto deles.

Os sentimentos de unidade têm crescido entre os estudantes, bem como a certeza de que juntos, independentemente das convicções políticas e ideológicas de cada um, é possível obter vitórias e, consequentemente, tem crescido a influência das associações de unidade estudantil, em muitas das quais participam jovens comunistas.

A Juventude Comunista Portuguesa é uma organização profundamente ligada ao movimento juvenil. Os jovens comunistas, inseridos no movimento associativo como estudantes com as suas opiniões próprias, não partidarizam o movimento associativo e sempre pautaram a sua acção pela defesa dos interesses dos estudantes, pela unidade estudantil, lutando por um movimento associativo mais forte e mais activo.

Assim continuará a ser no futuro.

JCP de Bragança mostra razões para os jovens se sentirem defraudados com o PSD

80 quilómetros diários de casa até à escola

Os jovens comunistas do distrito de Bragança reuniram no sábado, em Mirandela, para prepararem a sua participação no trabalho preparatório do 4º Congresso da JCP.

Na reunião, em que participou Joaquim Tavares, do Secretariado da Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa, os jovens comunistas concluíram que há fortes razões para que a juventude do distrito de Bragança se sinta desiludida e enganada com a política antijuvenil do Governo do PSD.

Numa nota que a Comissão Distrital de Bragança da JCP enviou à comunicação social são apontados alguns exemplos que contrastam com as aspirações dos jovens e as promessas eleitorais feitas pelo PSD e que justificam plenamente a desilusão e o descontentamento:

- estão superlotadas as escolas secundárias, nomeadamente as de Bragança e Mirandela;
- os alunos dos 10º, 11º e 12º anos deparam-se com grandes dificuldades para suportarem os estudos, com realce para as deslocações a que são forçados diariamente, ainda por cima em transportes cujos horários estão desajustados relativamente ao horário das aulas. Na reunião, foi referido o caso dos alunos de Freixo de Espada à Cinta, que frequentam as escolas secundárias de Moncorvo ou de Mogadouro, percorrendo todos os dias mais de 80 quilómetros;
- mantém-se o escândalo da exploração de mão-de-obra infantil em vários sectores (em particular na construção civil, na agricultura e no trabalho doméstico), tal como continua sem solução o gravíssimo problema da instabilidade social que vivem os jovens trabalhadores, atingidos na sua maioria pela precariedade do emprego.

Os jovens comunistas de Bragança analisaram as propostas incluídas nos documentos preparatórios do 4º Congresso da JCP e concluíram que, se elas fossem aplicadas, resolveriam as situações descritas e muitas outras com que se debatem os jovens do distrito.

Na reunião foram definidas as linhas fundamentais da preparação do Congresso, marcado para 3 e 4 de Abril, no Barreiro:

- o contacto com estruturas associativas de jovens, para dar a conhecer as propostas da JCP incluídas nos documentos em discussão;
- o alargamento da influência da JCP, enquadrado na dinâmica de reforço e renovação inerentes a uma organização juvenil, dirigindo convites aos jovens para aderirem à Juventude Comunista;
- a preparação da participação dos delegados do distrito nos trabalhos do Congresso, dando a conhecer os problemas e as aspirações dos jovens de Bragança e procurando contribuir com a sua experiência para a resolução dos problemas juvenis.

EM FOCO

Um livro por quinzena

■ *Pedro Ramos de Almeida*

Diz-nos quem te biografa, saberemos mais quem és...

1. Em Abril-Maio de 1987, a Livraria Popular Francisco Franco (há nomes predestinados...) lança a obra **Cavaco Silva-Homem de Estado** (394 páginas), de João Manuel Costa Figueira (JMCF). Dentro de três meses (19.VII.1987) vão ter lugar as eleições legislativas que irão propiciar a primeira maioria absoluta do PSD ao poder pessoal de Cavaco. Neste calendário, era importante para a direita reforçar a colagem do tradicionalismo nacionalista, monárquico e salazarista ao candidato neoliberal, comunitário e cosmopolita.

E, melhor ou pior, JMCF apresentar-se-á como um traço de união da direita liberal com sectores ainda mais extremistas, de modo a favorecer a conquista eleitoral de um poder menos limitado e mais definido, política e ideologicamente.

É isso que irá fazer com que Cavaco Silva se distancie aparentemente de uma obra tão comprometedoramente necessária, para a qual, entretanto, os seus serviços não podem ter deixado de fornecer elementos escritos, fotografias, estímulos e apoios... E com que nem sequer um dirigente do PSD vá comparecer ao lançamento do livro que, mau grado essa discrição formal, será rapidamente reeditado...

2. Quem é João Manuel Costa Figueira? **JMCF** nasceu no Barreiro em 1915. Aos 25 anos, durante a II Guerra Mundial, faz já campanha contra os Aliados e pelo Eixo nazi-fascista, publicando, sob o pseudónimo Távora e Quadros, numa editora sob direcção alemã-nazi (Ed. Alma), **Acuso a Inglaterra** (1940) e **O Quebrar das Grilhetas** (1942); **A Tragédia do Sr. José de Arruela** (1943), essa será publicada em Madrid, na editora Pax, igualmente pró-germânica. Nesta última obra, escreve ele a página 14: «Quem nos expoliou em cinco séculos de aliança, como amigos (...) Foi a Alemanha? Não! Foi a Inglaterra? Sim!»

Com meia verdade nos enganas... Que, de facto, a Inglaterra foi sempre para Portugal o que se sabe, sob o capitalismo ou sob o imperialismo; e a Alemanha, já se calcula, não nos fizera mal algum; nem nos pudera fazer, durante séculos, pela decisiva razão de não existir ainda... Mas logo que se verifica a unificação de 22 reinos e 3 cidades livres, dando origem, sob o domínio da Prússia, ao Estado Alemão — o que apenas acontece em 1871, tornando-o praticamente contemporâneo do aparecimento do imperialismo no mundo — ele alia-se imediatamente à Inglaterra em manobras e conspirações tendentes à desagregação e divisão do Império Colonial Português.

E certamente JMCF não andaria muito longe da projecção de Aliança Inglesa (**História e fim de um mito**), de que falámos há quinze dias.

Repare-se que em 1949, no ano em que se conclui o julgamento de Nuremberga, quatro anos já passados sobre o termo da II Guerra Mundial, e três anos após a sua licenciatura em Económicas e Financeiras, ainda ele escreve aplicadamente, a página 10 do prefácio de **Subsídios para o estudo de alguns problemas nacionais**: «Foi Mussolini, genial e malogrado criador do Fascismo (com F maiúsculo, claro...), mártir desta nova Idade confusa e trágica em que vivemos, quem afirmou que os indiferentes não fazem História...» Tal como, a páginas 150 do mesmo volume, gaba Adolfo Hitler: «Na legislação alemã dos seguros sociais, das mais perfeitas existentes, sublinhava-se a necessidade de uma função preventiva inerente aos seguros, de modo a obter uma mais completa e perfeita protecção dos segurados, função consideravelmente generalizada, com resultados surpreendentes, ao tempo do nacional socialismo de Hitler.» Neste mesmo domínio assevera, quanto a Mussolini: «A vasta reforma da previdência social, concebida e realizada pelo **Duce**, em 1939, por altura da comemoração do XX aniversário da fundação dos **fascios** de combate, demonstra com quanta solicitude perseguia o Regime fascista os objectivos da sua política social» (p. 189). Caramba! Santo biógrafo!

E repare-se que JMCF trata, nesta mesma obra, com um sentido pelo menos fascizante, «a democracia» e «o liberalismo» como «uma guerra civil latente», (p. 33), chegando a escrever, quanto à greve: «Vimos como uma associação inorgânica e acidental que era **a greve** — uma das mais características técnicas de violência do ideário marxista — se passou para a associação organizada: o sindicato, a união de classe» (p. 32). Que argúcia! Não lhe escapa nada! E escaparão os outros direitos do homem?

Não vale a pena tentar acompanhar os passos deste salazarista impenitente, que se desdobra ao serviço da ditadura. Destaque-se apenas: em 1946 é presidente da Câmara Municipal de Santiago do Cacém. É redactor principal do semanário do regime, **A Nação**, que se publica até 1948. Nesse ano é director dos Serviços Municipalizados do Barreiro. Participa nos Congressos da União Nacional em 1952 e 1956, em que apresenta comunicações. No final dos anos cinquenta é membro da Comissão Reguladora do Comércio de Algodão em Rama, e em 1959 integra a Comissão de Estudos Político-Sociais da UN. Etc., etc.

Claro que toda esta comprovada capacidade de «servir» não evita que **Cavaco Silva-Homem de Estado** ostente na contracapa uma nota laudatória que transforma a vida do autor: «Doutrinariamente vindo do Integralismo Lusitano, jovem ainda, JCF militou no Nacional sindicalismo de Rolão Preto, Movimento vanguarda que Salazar mandou extinguir em 1934.» E mais adiante: «Foi por duas vezes detido pela Polícia política do regime anterior ao 25 de Abril.»

Por pouco JCF não tinha direito a uma condecoração de Cavaco! Ele, cuja originalidade afinal consistiu, principalmente, em ter militado, nos anos trinta, num nacional/sindicalismo que apenas pretendia ser mais mussoliniano que salazarista!

Como não saborear o parágrafo final desta nota biográfica? «O presente trabalho é eloquente testemunho de uma vida exaltante nunca acomodada. A missão que prossegue, e de que não desfalece, é a do serviço de Portugal.»

3. Serviço é serviço e, em Fevereiro de 1977, ei-lo que regressa com **25 de Abril: a revolução da vergonha** (334 págs.).

As homenagens a Salazar e M. Caetano abundam nele. É este pretenso anti-salazarista, esta vítima encarcerada (!) do antigo regime que escreve: «(...) entendemos transcrever alguns passos dessa magnífica comunicação do Prof. Salazar, na homenagem que Angola lhe prestou em 13.IV.1966. Não está somente em causa a extraordinária peça de filosofia política, a que infelizmente nos desabituámos, mas a clareza meridiana de um pensamento perante o qual nos temos que render» (p. 115).

Ou ainda: «Os acontecimentos que desgraçadamente os portugueses têm vivido nestes dois últimos anos e meio, relativamente ao colapso provocado pela descolonização e pelas suas consequências e em ordem os interesses do País — encontram-se como pré-adivinhados pelo Prof. Marcello Caetano, e é esse **quid** que distingue os homens superiores (...)» (p. 103).

Em todo este contexto, fascista e colonialista, compreende-se bem que JMCF destaque, logo na contracapa de **Revolução da Vergonha**, a sua condenação do 25 de Abril, arquirepetida e ampliada por todas as suas páginas: «O 25 de Abril é o facto mais desastroso da nossa História e o de mais pesadas consequências para a vida do Ocidente. Representa a maior vitória da Rússia e do comunismo de que é o mais estrénuo defensor e difusor.

«Homens de inteligência pequena, cheios de ambições mas sem preparação para nada de útil, estrangeirados nas ideias, sentimentos e intenções, deram-lhe o sentido, que se traduz na ruína total de Portugal. Para os portugueses de lei, amargurados pela hediondez da traição, o 25 de Abril é bem a Revolução da vergonha, como este livro, escrito por quem sente Portugal na sua justa dimensão, suficientemente revela.»

4. Em tudo isto, o que nos parece pelo menos espantoso — mesmo adivinhando, como já dissemos, o sentido político oportunista, conjuntural e eleitoralista deste livro — consiste no facto de o chefe de um Governo do regime saído do 25 de Abril aceitar colaborar activa ou/e passivamente, directa ou/e indirectamente, com um tal autor, numa tal biografia. Para mais tão medíocre e tão ostensivamente antidemocrática.

É verdade que Cavaco Silva não é um homem de Estado. A ser alguma coisa, ele é, crescentemente, na Comunidade de Maastricht, um administrador de uma região improvisada e impraticável... Aliás, o falecido Prof. Adelino da Palma Carlos, já com 84 anos, dizia dele: «Cavaco é como Salazar, mas não é estadista» (**Semanário**, 22.IV.89). E acrescentava. «Mais do que do regime, descreio dos homens que aparecem a receber a Democracia e que não tinham, muitos deles, preparação necessária para orientar o regime.» «Está a pensar em quem?» — perguntam-lhe. «Acho que esta frase se aplica bem a Cavaco Silva.»

Se a isto ainda acrescentarmos a obsessiva falta de grandeza pessoal que marca os actos e intervenções do Primeiro-Ministro, compreenderemos, mais claramente ainda, a diversidade da natureza dos limites que prendem os conceitos do biógrafo. Designadamente:

• o recurso frequente a claras expressões do culto da personalidade de Cavaco Silva, sobretudo sob a forma de culto de chanceler («de grande estatura moral, inteligência fulgurante (...), humildade e discrição»; «o povo compreende-o e ama-o»; «é a derradeira esperança que resta a Portugal e aos portugueses», etc.);

• as repetidas posições depreciativas de Abril ou mesmo antiabrilistas («golpe castrense ousado e ambicioso»; «essa crise de identidade que o 25 de Abril gerou»; «golpe militar de Abril», etc.);

• o uso e abuso de um anticomunismo primário («É o partido quem tudo manda, quem sempre tem razão»; «existem duas confederações sindicais em Portugal. Uma é controlada pelo Partido Comunista (...) ela não serve a causa dos trabalhadores, mas do Partido Comunista!», etc.);

• a veneração do racismo («o Homem na influência da raça»; «o génio da Raça»; «estamos acaso na velhice da Raça», etc.);

• a consagração do colonialismo («ao tempo do regime anterior ao 25 de Abril, existia no íntimo de cada um de nós, intacta e integérrima, a monumentalidade territorial d'aquém e d'além-mar», etc.);

• o tradicional ataque retrógrado à I República («a propaganda republicana e o acto histórico **contra-natura** da própria proclamação da República em 1910», etc.);

• a velha condenação salazariana dos movimentos de opinião e dos partidos políticos («ao partidarizar-se a Nação...»; «porque nos vamos guiar por critérios nacionais e não partidários», etc.);

• o consagrado desrespeito pela Constituição da República Portuguesa («a C. R. P. inquinada na origem por insólitos factores ideológicos», etc.);

• o regresso a um impotente nacionalismo, de clara vocação antidemocrático («em suma, há que retomar um nacionalismo firme»; «abatam-se as bandeiras dos partidos e das facções, e erga-se apenas o estandarte de Portugal», etc.);

• a branda e submissa cedência — já em 1987 — ao cosmopolitismo comunitário («esse egoísmo pode levar, precisamente, a pensar se é vantajoso que Portugal exista como Nação independente», etc.);

• notórias reservas ao pluralismo e ao direito de oposição («a defesa das instituições democráticas e a gravidade da situação económica e social em que se encontra o País, exigem que todos aqueles que enveredarem pelo caminho do obstáculo sistemático à acção do Governo sejam politicamente sancionados pelas populações», etc.).

Que uma biografia do Primeiro-Ministro do Estado constitucional português possa dar azo a tantas objecções e reservas ao normal funcionamento da democracia em Portugal é um pouco o sinal dos tempos. É a expressão do adensamento — sob o neoliberalismo, sob o poder pessoal, sob um Estado que não só ignora o combate às desigualdades na sociedade, como as agrava — das práticas violadoras da Constituição que já hoje ameaçam ou corroem as liberdades fundamentais.

Rectificação

— No anterior «Um livro por quinzena», publicado há duas semanas («Avante!» n.º 998, pág. 26), com o título «Prenúncios da CE:. o "mito" da aliança inglesa», o penúltimo parágrafo saiu amputado de uma frase, o que o torna parcialmente ininteligível. Ei-lo, tal qual devia ter saído:

«Os entendimentos políticos de hoje, para que os pequenos Estados são empurrados ou atraídos, devem ensinar os povos, sobretudo destes Estados, a preparar-se para maus dias: para os maus dias do "desenvolvimento comunitário" à custa dos mais fracos; para os maus dias do abrupto desaparecimento dessa comunidade, deixando os mais pobres (países ou pessoas) estraçalhados numa dependência e desorganização económicas, políticas e sociais nunca antes vistas.»

Contratos a prazo trabalho à tarefa — resposta da Europa comunitária

■ Manoel de Lencastre

O trabalho à tarefa e os contratos a prazo constituem peças do catálogo da exploração capitalista que os portugueses conhecem a fundo. Mas, na Europa, na grande Europa comunitária — pensavam — as coisas não seriam assim, havia trabalho garantido, os direitos de cada um achavam-se protegidos e as grandes empresas multinacionais tornavam-se no berço onde nasciam os europeus do futuro, os homens totalmente livres tanto económica como politicamente. Não era legítimo que os trabalhadores portugueses se ofendessem ao verem-se diminuídos em relação a quase todos os outros, na Comunidade?

O fim dos salários

Tudo se transformou, entretanto. Agora, os tarefeiros e as tarefeiras são coisa comum na grande Europa. Começam a surgir os contratos a prazo. As empresas fogem a todas as possíveis responsabilidades — não querem descontos nem contribuições para a Segurança Social, não querem responsabilidades com as reformas do seu pessoal, não estão em posição de poderem perder tempo com Sindicatos, com reivindicações, com os problemas dos seus operários e dos seus empregados. Os contratos a prazo, o trabalho à tarefa, representam a grande resposta, tal como o despedimento e a reforma compulsiva daqueles que já não é possível empurrar para as condições modernas dos nossos dias. O desemprego alastra assustadoramente e o consumo cai em todos os grandes centros. Os mercados contraem-se. É preciso realizar lucros porque os juros acumulam-se a débito das respectivas contas bancárias. E os banqueiros, temerosos de que os seus clientes «corporate» acabem também na falência, aconselham constantemente e com a sabedoria de séculos: «Ponham fim às folhas de salários. Isso é um desnecessário escoamento de recursos. Despeçam-nos. Vejam-se livres deles. Libertem-se dos pagamentos à Previdência. Metam-nos a prazo. À tarefa.» As transnacionais começaram a fazer isso. Em plena Europa. Na América. Em toda a parte.

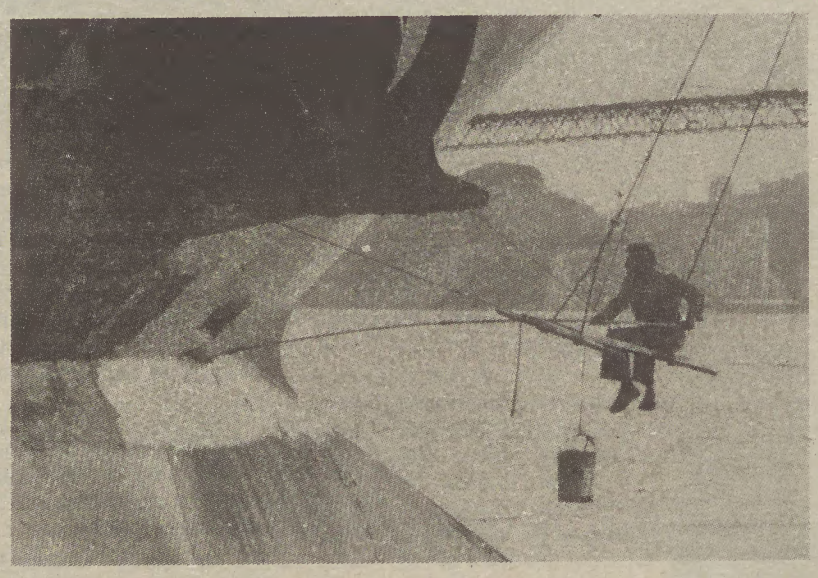
Depois, os governos, preocupados com as legiões de desempregados para os quais não é possível encontrar trabalho nas condições tradicionais, desvairados com a sua própria situação financeira que a falta de cobranças de impostos e a quebra do valor desde então a agravar todos os dias, impacientes sobre o futuro, entram naquilo a que pode chamar-se os primórdios de uma guerra económica pela transferência de trabalho de um país para os outros. E as indústrias, como é óbvio, mudam-se para onde se lhes oferecem melhores condições. Vejamos o caso da multinacional «Hoover» dos electrodomésticos.

A guerra dos postos de trabalho

A fábrica era em Dijon, na França. Mas diziam os patrões que os custos com o pessoal e com as inerentes responsabilidades sociais se tornavam incomportáveis. Teriam de fechar. O governo britânico, entretanto, entrou no assunto. Que pensassem na Escócia. Aí, ser-lhes-ia entregue uma nova fábrica, o pessoal desempregado era em grande abundância, os compromissos sociais seriam reduzidos a nada, os trabalhadores entrariam a prazo, à tarefa, de graça... praticamente. A «Hoover» pensou e, de repente, anunicou o encerramento da fábrica de Dijon e a abertura de novas instalações de produção de aparelhagem electrodoméstica em Cambuslang, na sacrificada terra escocesa onde os trabalhadores cansados de tantos sacrifícios e de tantos anos sem trabalho não estavam em posição de discutir condições. «Direito à greve? A gente põe isso de parte. Reforma? A gente esquece. É o hoje, o hoje terrível que nos interessa. É o pão imediato, o nosso e o das nossas mulheres e dos nossos filhos, o que mais conta. É a necessidade de sairmos das sopas do Estado e ganharmos o nosso salário com dignidade, o que nos inspira. Será pequeno o salário e sujeito a cortes no futuro se a empresa não prosperar? Aceitamos. Aceitamos tudo.»

Para cúmulo, foi o dirigente comunista Jimmy Airlie, do Sindicato dos Metalúrgicos, um dos heróis da resistência contra o fecho dos estaleiros do Upper Clyde, há vinte anos, que teve de aconselhar os trabalhadores à aceitação das condições mil vezes precárias da «Hoover». Mas poderia ele ter agido de outra forma? Tem os olhos postos no futuro, certamente. Sabe esperar. Jimmy Airlie possui grande experiência das lutas de classes no seu país. E assim os franceses foram apanhados na rede das condições modernas de trabalho escravo a que os europeus começam a não poder escapar e que, na Grã-Bretanha, foram definidas pelos governos Thatcher como a resposta adequada às novas realidades socioeconómicas.

A resposta surgiu rapidamente. A «Nestlé Rowntree», uma das mais conhecidas e activas das grandes empresas transnacionais, anunciou que vai fechar a fábrica de Glasgow onde fabricam biscoitos, e transferir a respectiva produção para uma fábrica mais moderna na zona de Newcastle. Mas informou também que retiraria a esta o fabrico dos chocolates «Gray Dunn» que passarão a ser feitos em... Dijon, de onde, como vimos, a «Hoover» já está a retirar. Estas manobras da «Nestlé» custaram 550 empregos à Escócia e à cidade de Glasgow, onde a falta de trabalho se está a tornar numa verdadeira tragédia. Disse o director-geral da grande multinacional: «Todos trabalhámos duramente para conseguir a viabilidade da fábrica de Glasgow. Mas é-nos essencial manter a competitividade internacional e isso significa que não podemos fugir à utilização das mais modernas instalações que os governos nos oferecem.»



Sempre as mesmas palavras. Onde foi que as ouvimos já? E não há ninguém que deite as mãos à trágica situação do povo de Glasgow? Recentemente, no Natal, assistimos ao espectáculo de pessoas idosas partindo as montras de lojas na cidade para depois se sentarem calmamente no passeio, como que à espera. Mas à espera de quê? Da Polícia, evidentemente. Esta surgiria dentro de instantes e, conhecendo o estratagema, colaborava nele. Os velhos apenas pretendiam ser presos para no dia seguinte, presentes no Tribunal do «Sheriff» local, poderem receber uma pena de 30 dias de prisão e recolher à infernal penitenciária de Barlinnie onde em certas áreas o próprio governador não passa da porta. Mas os velhos de Glasgow, que já foram novos e conheceram o Mundo, apenas desejavam um tecto sobre as cabeças, uma chávena de chá, duas salsichas engorduradas e a tranquilidade, a tranquilidade almejada dos próximos 30 dias. Santa tranquilidade é a das prisões na grande Europa!

A falência da «Leyland-Daf»

Há 20 anos, a «Leyland» era a maior fábrica de camiões europeia. Produzia 180 000 veículos, anualmente, e agigantava-se frente aos grandes fabricantes americanos. E a «Renault», a «Fiat», a «Mercedes», comparadas com a imensa «Leyland», não passavam de minúsculas tentativas no universo da produção de camiões pesados. Mas sobre a grande unidade fabril cuja existência representava quase tudo na vida da comunidade local do Lancashire (zona de Manchester) desde que em 1896 fora lá fundada a «Lancashire Steam Motor Company», caíram as atenções das víboras que se alimentam do sangue dos povos. Em 1968, a «Leyland», sob a direcção de Sir Donald Stokes, associou-se à «British Motor Holdings» na qual se concentravam os grandes nomes da indústria de veículos pesados como a Albion, a Scammell e a «Associated Commercial Vehicles». O conjunto tornara-se no mais importante fabricante mundial e foi isto que se tornou fatal. Que era grande em demasia, disseram. Que aquilo estava a pedir uma racionalização. Que era ineficiente e que as práticas e relações de trabalho constituíam um verdadeiro anacronismo.

Entre 1978 e 1985, apesar do encerramento de fábricas em Wolverhampton e Edimburgo, a «Leyland», afectada por condições internacionais desfavoráveis, entrou numa situação desesperada. A sua capacidade havia sido esquartejada e para administrar a empresa a então primeira-ministra Margaret Thatcher chamou a Inglaterra um dos principais dirigentes empresariais sul-africanos. Foi este quem deu na importante firma o golpe final. Dezenas de milhares de operários foram despedidos. Fábricas ficaram abandonadas. A produção racionalizou-se. A «Leyland», agora mais pequena, estava preparada para a privatização. E esta surgiu, em 1987, através de uma fusão com a DAF holandesa.

Mas no passado dia 2, a «Daf-Leyland» entregou-se aos credores, uma decisão que o «Financial Times» considerou corajosa. A parte inglesa do grupo, com fábricas em Birmingham, no Lancashire, em Glasgow e em Thame, no Orfordshire, tida como a mais vulnerável, considera-se desde já como extinta e dado que o governo britânico lavou as mãos do problema, nada menos de 5500 postos de trabalho ficaram na linha de fogo. «Ainda temos esperança de que alguns empregos possam ser salvos», disse o ministro da Indústria e do Comércio, Michael Heseltine. Ao que parece, alguns bancos holandeses e belgas, assim como os respectivos governos, pareciam dispostos a considerar a viabilização da grande empresa garantindo-lhe novos financiamentos. Mas os bancos britânicos, o Barclays (cada vez mais dedicado a Portugal), o Lloyds (que abandonou Portugal) e o National Westminster, submetidos nos últimos 3 anos a perdas colossais, já não sentiam forças nem vontade empresarial para continuarem a colaborar. A «Leyland-Daf», ou a «Daf-Leyland», como lhe queiram chamar, chegou ao fim dos seus dias.

Os acontecimentos envolvendo a «Hoover» e a «Leyland» demonstram claramente a crueldade e a vulnerabilidade em que se encontram os trabalhadores e os sindicatos, todos colocados perante decisões tomadas além-fronteiras por interesses e por administrações distantes e indiferentes. E o dr. Denis MacShane, director associado do «Instituto de Política Europeia» disse: «As crises da "Daf-Leyland" e da "Hoover" que acabamos de atravessar não constituem senão uma pálida amostra das catastróficas crises de emprego que estão a caminho.»

Philips, Volkswagen, Mercedes

Nestes termos, não nos admirou que centenas de trabalhadores da «Philips», a bem conhecida transnacional holandesa que vem de há anos atravessando uma crise financeira insustentável, tivessem aderido a uma greve de protesto contra o fecho da fábrica em Sittard, cuja produção de cabos de televisão os patrões planeiam transferir para Blackburn, em Inglaterra. É curioso verificar-se que o presidente da «Philips», Jan Timmer, tinha recentemente criticado o governo britânico por se haver oposto a um subsídio da CEE (£600 milhões=132 milhões de contos) destinado ao desenvolvimento de programas HDTV (High Definition Television) em Sittard. Agora, Mr. Timmer, não teve qualquer relutância, visto que não vai tocar nesse subsídio inexistente, em transferir a produção para o país onde lhe darão tudo de graça e lhe pagarão por 168 postos de trabalho benefícios de todas as ordens.

Já não andam, como se vê, na busca simples de mão-de-obra barata. Apesar de que isso lhes interesse, a principal luta das grandes multinacionais neste momento está no acesso aos fundos comunitários e aos subsídios grandes e pequenos que os governos pagam, sob múltipas formas, a quem queira abrir fábricas, fingir que vai produzir, pretender que vai criar empregos. O que eles fazem, no fim de contas, é fugir com o dinheiro ou utilizá-lo no pagamento das dívidas aos bancos. As ruínas que deixam no percurso não são da sua conta.

Quando a Volkswagen vai aumentar o número de dias... em que os seus operários serão deixados a menos horas diárias de trabalho (fábricas de Emden e Wolfsburg), a «Mercedes», cujos «stocks» de automóveis por vender não cessam de aumentar em ambos os lados do Atlântico, já começou a deitar contas à vida. Helmut Werner, o próximo chefe executivo da grande companhia germânica, disse: «Os nossos carros incorporam demasiada engenharia e custam bastante caro» — o que quer dizer: vamos reduzir os postos de trabalho, construir modelos mais pequenos e de mais fácil fabrico para podermos baixar os preços e não perder mais mercado para os japoneses. Para bons entendedores, meias palavras bastam.

Gazetilha

Mosquitos por cordas

Tempo dos mil delitos
de norte a sul.
E podem castigar certos mosquitos
alguns mais visuais...

Mas se fica o paul
mosquitos haverá cada vez mais...

Telenovelas na vida

Andam a inventar
telenovelas.
Pra quê fantasiar?
O país está cheio delas...

Eu, para já, refiro
a história que aí vai
a história de Belmiro
a história da SONAE.

As intrigas? Escândalos? Punhais?
Autores, vinde, a ceia está servida!
Ninguém inventa mais
que a própria vida...

Sátira

Cavaco vai, para cumprir destino,
a Santiago de Compostela.
Ele vai como simples peregrino
alma simples e bela
a rezar orações
de Fundos Europeus e de cifrões.
Pois a razão de ele ir
é arranjar esteio
arranjar aliado pra fugir
às «forças do bloqueio».

O Santo diz: — **Ó caro forasteiro!**
Que posso eu, contra um país inteiro?...

Para amigos

Para a vaga, lembrei-me de um amigo...
Pois é, mas eu já tinha um amigo pronto.
Até o próprio ministro está no conto
e mostra um seu amigo no postigo.

O amigo de um amigo quer o trigo
pra um outro amigo que lhe faz desconto
a ele e a outro, o qual, ponto por ponto,
outros amigos leva já consigo.

Amigo tem amigo que outro tem.
E se um amigo vai, logo outro vem
para o lugar que o amigo deixou vago.

Amigos seus amigos desafiam.
Se um trono fecham, logo ali se criam
pois para tanto amigo, tanto bago.

■ **IGNOTUS SUM**

PONTOS CARDEAIS

Ridículo e pequenino

Por mais que o PS puxe por ela e por mais que os chefes dela se ponham em bicos dos pés, a chamada "Plataforma de Esquerda" é o que é... curtinha, curtinha, como plataforma, e cada vez mais duvidosamente de esquerda.

Fez agora o seu encontro nacional na Marinha Grande. A SIC não faltou, claro, mas teve que filmar uma sala vazia. Apareceram as votações nos jornais, que são esclarecedoras do que representa o tal encontro **nacional**: foram 57 a favor do entendimento com o PS, dois contra e seis abstenções. Isto é, não somaram mais que meia dúzia de dezenas de bicos... Muito pior que o POUS, de Aires Rodrigues e Carmelinda Pereira, que o PS tanto denegriu.

Como se isto não bastasse, o encolhimento da já tão curta "Plataforma" parece estar a tornar-se vertiginoso, pois entretanto já houve dois nomes conhecidos que anunciaram tê-la abandonado. E é com esta "força" que Guterres faz encontros, almoços, anuncia "alianças" e faz bombásticas declarações.

Servem para o que serve a chamada "Plataforma": para atacar o PCP e para tentar disfarçar a identificação do PS com o PSD.
Tudo ridículo e pequenino...

A SIDA dos nazis

A notícia, é claro, tinha de vir no "Diabo" e reza assim: um grupo de investigadores americanos revelou que a SIDA será extinta, não devido à acção de medicamentos, mas sim porque os estratos sociais onde esta se movimenta são "socialmente invisíveis".

Louvores de "exterior"

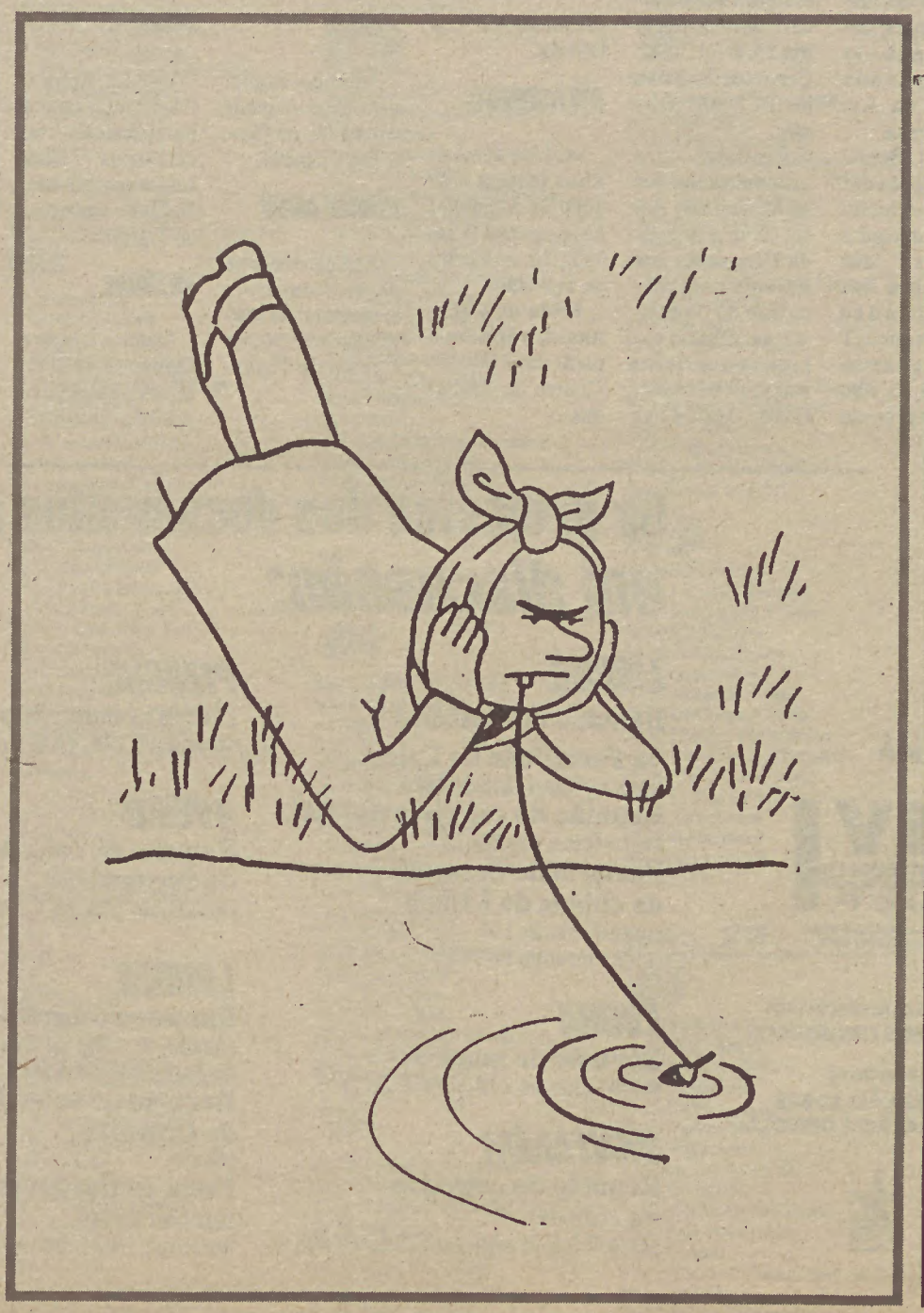
O ministro da Defesa, Fernando Nogueira, enalteceu no princípio da semana o papel das Forças Armadas e dos militares na projecção externa de Portugal, nomeadamente em África. Condecorando o general Tomé Pinto com a medalha de ouro de serviços distintos, afirmou que esse acto homenageava igualmente, embora em termos simbólicos, todos os militares que têm contribuído para "afirmar Portugal no exterior".
É pena que o Governo de Cavaco Silva não se preocupe tanto com o respeito que os militares portugueses lhe deviam merecer, em primeiro lugar... no interior.
Se ainda não estão a apanhar a ideia, o emérito *National Research Council* explica que "a doença vai ter um impacte limitado e que algumas zonas da sociedade nunca serão atingidas", pois o vírus da doença movimenta-se apenas em grupos marrginais, dos quais não pode sair para afectar outros.
Além de estupidamente anticientífica, esta nova bojarda da terra do Tio Sam só tem uma classificação adequada - a de nazi.

O Carnaval

Cavaco Silva não assinou o habitual despacho que dá tolerância de ponto na terça-feira de Carnaval, o que significa que, ao contrário do que é tradicional, os funcionários públicos não terão, este ano, o feriado do Entrudo. Assinale-se que este feriado não é legal mas apenas tradicional, sendo necessário o Primeiro-Ministro em exercício produzir, todos os anos, um despacho publicado em "Diário da República" que concede a tolerância de ponto.
Este ano Cavaco Silva não o fez. Será por ter assumido, finalmente, que anda a brincar ao Carnaval com o País inteiro?

Abortos

Lech Walesa promulgou uma lei que castiga os polacos que pratiquem o aborto fora de certos parâmetros que, por enquanto, ainda são considerados (casos de violação, saúde da mãe ou incesto).
Interessante, este empenho do revolucionário Walesa: enquanto afunda o país na miséria, desemprego e recessão económica, o que ele acha fundamental é restringir o aborto...



frases da Semana

"Eu sou independente mas não ando a monte"

☞ Lucas Pires ao "Diário de Notícias", 16.2.93

"O partido de que me encontro mais próximo é o PSD"

☞ *Idem*

"O salazarismo foi ou não foi fascista? A questão, hoje, tem e não tem importância"

☞ Augusto Abelaira - "JL", 16.2.93

"Não deixa de ser engraçada a capacidade de mobilização que esta presidência aberta demonstrou o Partido Comunista ainda possuir"

☞ João Jardim ao "Diabo" - 16.2.93

"Para nós, os portugueses são pessoas"

☞ Lema do PS para se demarcar do PSD

"Há fome no Alentejo. A crise grassa no Algarve. Setúbal volta a estar a braços com o desemprego. A nova sede da Caixa Geral de Depósitos custou 41,5 milhões de contos"

☞ V. D. *in* "Bilhete Postal" - "Correio da Manhã", 16.2.93

"Uma política de generalização do bem-estar colectivo, através da relação de trabalho e do salário, não pode comprometer o equilíbrio financeiro e a competitividade das empresas"

☞ Daniel Bessa, porta-voz do PS - entrevista ao "Diário de Notícias", 15.2.93

"Também não subscrevo uma política de habitação para todos e educação e saúde gratuitas, que geram um défice público incomportável"

☞ *Idem*

Agenda

LISBOA

Sábado, no CT Vitória

Reunião plenária da DORL

com a participação do camarada

Carlos Carvalhas

Sessão Pública às 17 h.

ALPIARÇA

VI Assembleia da Organização Concelhia, sob o lema "Preparar o Futuro com o PCP": **sábado**, às 14.30, no Centro de Trabalho.

BARREIRO

Sessão pública sobre o "Avante!" e questões da Comunicação Social, com a participação do camarada **Ruben de Carvalho**: no CT concelhio, **sábado**, às 15h.

BRAGA

Os 62 anos do "Avante!" e a saída do nº 1000 legal: colóquio na Casa dos Crivos, **sexta-feira**, às 21.30, com a participação do camarada **Dias Lourenço**.

Plenário dos **professores comunistas do distrito**: Política de Ensino e a situação da classe; questões sindicais. **Quarta-feira**, dia 24.

CASCAIS

Reunião da célula do **Bairro da Cruz Vermelha/ /Alcabideche**: **sábado**, às 21.00, em casa do camarada Salvador.

COUÇO

Baile de Carnaval promovido pela Comissão de Freguesia do PCP. Música pelo conjunto "Príncipes do Ritmo", serviço de bar. **Sábado.**

LISBOA

Reunião da Direcção da Organização Regional de Lisboa com a participação do camarada Carlos Carvalhas: sábado, a partir das 10.00, no Centro de Trabalho Vitória.

Festa de Carnaval no CT de Alcântara, promovida pela Comissão de Freguesia de Santo Condestável: **sábado**, a partir das 19.00, e **domingo**, a partir das 14.00.

Plenário de militantes da **freguesia de Alcântara**, para discussão da situação política e das eleições autárquicas 1993: **sábado**, às 15.00, no Centro de Trabalho de Alcântara.

Plenário dos comunistas da **Autocoope**, com a participação do camarada **Domingos Lopes**: **sábado**, às 17.00, no Centro Trabalho da Av. António Serpa.

Reunião distrital de responsáveis dos concelhos e sectores com camaradas dirigentes das **Associações das Comunidades Africanas**: no CT Vitória, **quarta-feira** às 18.30, com a participação do camarada **José Casanova.**

A "nova ordem internacional" e os direitos dos povos - debate com a participação do camarada **Albano Nunes**: **quinta-feira, dia 25**, às 19.00, no CT Vitória.

Plenário-debate da **Organização dos Reformados da Cidade de Lisboa** para discussão da situação política e social, ofensiva do Governo contra os direitos dos trabalhadores e dos reformados, pensionistas e idosos, Congresso da CGTP-IN: **quinta-feira, dia 25**, às 14.30, no Centro de Trabalho Vitória, com a participação do camarada **Jaime Félix.**

Reunião da Comissão Eleitoral da CDU da Freguesia dos **Olivais**, para discussão da situação política e social e dos planos de organização e acção com vista às eleições autárquicas: **quinta-feira, dia 25**, às 21.30, no Centro de Trabalho do PCP nos Olivais.

Reunião dos camaradas ligados ao Movimento Associativo e Popular da **Freguesia dos Olivais** para discussão de objectivos de trabalho nas próximas eleições autárquicas: **sexta-feira, dia 26**, às 21.30, no CT dos Olivais.

MATOSINHOS

«CT de Matosinhos festeja o nº 1000 do Avante!»: hoje, quinta-feira, às 21.30, no Centro de Trabalho.

Festa de Caranaval: sábado, a partir das 21.30, no Centro de Trabalho.

PAREDE

Almoço-convívio: sábado, a partir das 13.00, no Centro de Trabalho.

PINHAL NOVO

Reunião plenária de militantes da freguesia: **sexta-feira**, às 21.30, no Centro de Trabalho.

SEIXAL

Debate sobre o "Avante!", com a participação do camarada **Dias Lourenço**: **sábado**, às 15.00, no Centro de Trabalho.

SETÚBAL

Debate sobre Comunicação Social, assinalando o nº 1000 do "Avante!" legal, com a participação do camarada **Leandro Martins**: **sexta-feira**, às 21.30, no Edifício Arrábida (1º andar).

VILA NOVA DE FAMALICÃO

Reunião concelhia de eleitos e activistas da CDU para a preparação das eleições autárquicas: **sábado**, no Centro de Trabalho (Campo da Feira), a partir das 15.00

AVANTE! PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES UNI-VOS!
Órgão Central do Partido Comunista (S. P. da I. C.)
AO PROLETARIADO DE PORTUGAL
CAMARADAS!

No 62º aniversário do "Avante!" e no seu nº 1000 em liberdade

SESSÕES PÚBLICAS

BARREIRO
Sábado, às 15.00, no CT
com o camarada
Ruben de Carvalho

BRAGA
Sexta-feira, às 21.30,
na Casa dos Crivos
com o camarada
Dias Lourenço

SETÚBAL
Sexta-feira, às 21.30,
no Edifício Arrábida
com o camarada
Leandro Martins

SEIXAL
Sábado, às 15.00, no CT
com o camarada
Dias Lourenço

IV ASSEMBLEIA ORGANIZAÇÃO CONCELHIA VILA FRANCA DE XIRA

"O Partido com o Povo na Luta por uma Vida Melhor"

Assembleias plenárias para debate e eleição de delegados à IV Assembleia da Organização Concelhia:

Alhandra

- Célula dos **Reformados**: hoje, quinta-feira, às 16.00, no Centro de Trabalho.
- Organização da **Freguesia**: sexta-feira, às 21.30, no Centro de Trabalho.

Alverca

- Célula dos **Reformados**: **hoje**, quinta-feira, às 15, no Centro de Convívio.
- Organização do **Comité Local**: sexta-feira, às 21.30, no Salão da Junta de Freguesia.
- Organização Local do **Bom Sucesso**: sábado, às 16.00, no Centro de Trabalho.

Póvoa de Sta. Iria

- Organização da **Freguesia**: sábado, às 16.00, no Centro de Trabalho.

Vialonga

- Organização da **Freguesia**: sexta-feira, às 21.30, no Centro de Trabalho.

Vila Franca de Xira

- Organização da **Freguesia**: sexta-feira, às 21.30, no Centro de Trabalho.

Os projectos dos documentos a aprovar no Congresso *em discussão:*

IV CONGRESSO JCP
Pavilhão do Luso-Barreiro
3 e 4 de Abril 1993

PROJECTO DE
RESOLUÇÃO POLÍTICA

IV CONGRESSO JCP
Pavilhão do Luso-Barreiro
3 e 4 de Abril 1993

JUVENTUDE

PROJECTO DE ALTERAÇÕES AOS
PRINCÍPIOS ORGÂNICOS

PROJECTO DE
RESOLUÇÃO SOBRE ORGANIZAÇÃO E DIRECÇÃO

JCP

JUVENTUDE COMUNISTA PORTUGUESA

LISBOA
Reunião do colectivo da Faculdade de Letras
hoje, quinta-feira, às 20h
Reunião do colectivo da CML
sexta-feira, às 18h
Plenário do Secundário da cidade de Lisboa
sexta-feira, às 19h
(todas na sede da JCP)

ÉVORA
Reunião de quadros
sexta-feira, às 21h, no CT do PCP

SANTARÉM
Reunião do colectivo da cidade
sexta-feira, às 18h, no CT da DORSA

PENICHE
Plenário concelhio
sábado, às 15h, no CT do PCP

AVEIRO
Reunião do colectivo do Secundário
sábado, às 15h, no CT do PCP

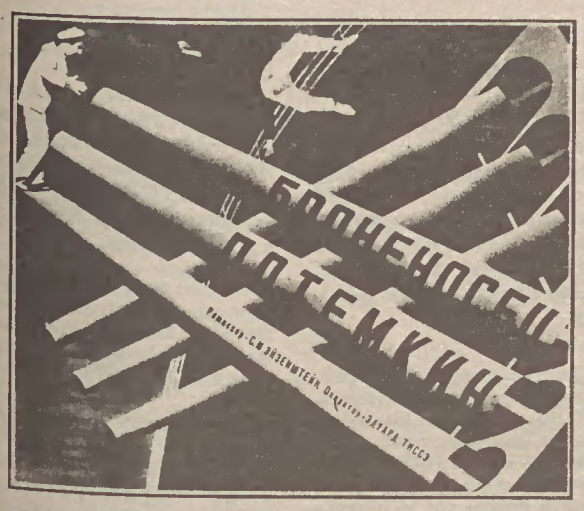
LOURES
Encontro concelhio
sábado, às 15h, na Casa da Cultura de Santa Iria de Azóia
Reunião do colectivo de Odivelas
sábado
Festa de Carnaval em Sacavém
domingo, às 21h30, no CT do PCP

CHAMUSCA
Reunião do colectivo de V. Cavalos
sábado, às 21h30

ALCOBAÇA
Reunião do colectivo concelhio
domingo, às 15h

PINHAL NOVO
Reunião para eleição de delegados
sexta-feira, às 21h

ALCÁCER DO SAL
Matinée-convívio
terça-feira, às 15h30



O COURAÇADO POTEMKINE

Realização: Serguei Eisenstein

Preto e branco: 1925 – 75 min.

Esta é a história épica de um heróico motim de soldados em Junho de 1905, uma revolta, que é a primeira acção revolucionária de massas dos soldados russos.

A operação dos marinheiros de espírito revolucionário pela tirania dos oficiais, é a causa próxima da tomada de consciência no Couraçado Potemkine.

A tripulação recusa-se a comer a sopa feita com carne estragada. O capitão do navio dá ordens para que os chefes do tumulto sejam fuzilados.

As suas ordens, contudo, não são cumpridas, e o marinheiro Vakulinchuk inicia o motim.

Uma bandeira vermelha é hasteada e ondula durante onze dias. Mas o Potemkine não é apoiado pelos outros navios e é compelido a ir para a costa romena e a render-se às autoridades romenas.

O filme dá-nos o retrato vivo do heroísmo dos marinheiros, a sua solidariedade, disciplina e inseparáveis laços com o povo.

SÉRIE FILMES SOVIÉTICOS

001 – O COURAÇADO POTEMKINE
002 – A MÃE
003 – ESCRAVA DO AMOR
004 – A BALADA DO SOLDADO
005 – AMOR EM TEMPO DE GUERRA
006 – A GREVE

Preço Unitário: 3500 escudos
Pacote de 3 filmes: 10 000 escudos

DESCONTO ESPECIAL 15%

Cinema de qualidade em sua casa

☐ Via CTT ☐ À cobrança (Zona Grande Lisboa)

Faça os seus pedidos para:
crac serviços, CRL
VIDEO cracfilmes
Apartado 90
Queluz Ocidental
2746 QUELUZ CODEX

Televisão

Quinta, 18

07.30 Bom Dia
10.00 Rua Sésamo
10.30 Loja de Ideias
11.00 Os Reis do Rio
11.30 Notas para Si
12.50 Culinária
12.05 Mico Preto
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Gerações
14.00 BD, a 9ª Arte
14.30 Ponto por Ponto
15.20 Enigma em Londres
(ver «Filmes na TV»)
16.40 Rua Sésamo
17.10 Brinca Brincando
17.45 Crime, Disse Ela
18.40 Roda da Sorte
19.15 Cinzas
20.00 Telejornal
20.35 Pedra Sobre Pedra
21.50 Simpsons
22.20 Grande Noite
23.15 Sexualidades
00.05 Fogo de Gabriel
01.00 24 Horas
01.45 Remate

09.00 Videotexto
10.30 Grandes Tormentos
10.55 Infantil
11.45 Marie Curie
12.35 A Última Fronteira
13.00 Luas de Mel
13.35 Agora, Escolha!
15.00 Uma Questão de Consciência
15.35 Euroritmias
16.20 Os Árabes
17.15 Chá das 5
18.15 Carrusel
18.55 TV2 Informação
19.00 Acção em Miami
19.50 Teatro - «Três Peças de Beckett»
21.25 Barriga de Aluguer
22.30 TV2 Jornal
23.10 Maigret
24.00 O Café da Malta
(ver «Filmes na TV»
01.00 Módulos da Música Portuguesa

16.30 Sic Notícias
16.35 Laços de Família
17.30 Responder à Letra
18.00 Sic Notícias
18.10 Praça Pública
18.30 Gente Fina
19.30 Jornal da Noite
20.05 De Corpo e Alma
20.50 Placard Electrónico
21.30 Conta Corrente
22.30 Repórter da Meia-Noite
23.20 Passo a Passo
23.55 Último Jornal
00.05 Jornalouco
00.10 MTV

Sexta, 19

07.30 Bom Dia
10.00 Rua Sésamo
10.30 Loja de Ideias
11.00 Dança no Campo
11.30 Agora é que São Elas
11.50 Culinária
12.15 Mico Preto
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Gerações
14.00 Faces da Cultura
14.25 Ponto por Ponto
14.50 Desafio ao Crime
(ver «Filmes na TV»)
16.45 Rua Sésamo
17.10 Brinca Brincando
17.40 Caderno Diário
17.45 Crime, Disse Ela
18.40 Roda da Sorte
19.15 Cinzas
20.00 Telejornal
20.35 Pedra Sobre Pedra
21.50 Marina, Marina
22.20 Mad Max - Além da Cúpula do Trovão
(ver «Filmes na TV»)
00.10 24 Horas
01.00 Remate
01.15 Criatura
(ver «Filmes na TV»)
02.50 Pavor na Noite
(ver «Filmes na TV»)

09.00 Videotexto
10.30 Grandes Tormentos
11.00 Infantil
12.00 Walter e Emily
12.30 A Última Fronteira
13.00 Luas de Mel
13.35 Agora, Escolha!
15.00 Uma Questão de Consciência
15.35 Euroritmias
16.25 Odisseia Animal
17.15 Chá das 5
18.20 Carrusel
19.00 Rotações
20.00 Uma Questão de Palavras
21.25 Barriga de Aluguer
22.30 TV2 Jornal
23.10 O Amor Nasceu do Ódio
(ver «Filmes na TV»)
00.40 Últimas Notas
01.40 Módulos da Música Portuguesa

16.30 Sic Notícias
16.35 Laços de Família
17.35 Responder à Letra
18.00 Sic Notícias
18.10 Praça Pública
18.30 Gente Fina
19.30 Jornal da Noite
20.05 De Corpo e Alma
20.50 Placard Electrónico
21.30 Crimes
22.00 Flash Gordon
(ver «Filmes na TV»)
00.10 Último Jornal
00.20 Jornalouco
00.25 Playboy
01.55 MTV

Sábado, 20

08.00 Canal Jovem
12.15 Luta Livre Americana
13.05 Parlamento
13.45 Mercado Único
13.55 Clube Disney
15.30 Gente Gira
(ver «Filmes na TV»)
17.00 Chefe, Mas Pouco
17.30 Feira da Música
18.00 Arca de Noé
18.45 Você Decide
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
20.35 Felicidade
22.10 Parabéns
23.40 A Reunião de Classe
(ver «Filmes na TV»)
01.05 A Violação
(ver «Filmes na TV»)

08.00 Caminhos
08.30 Novos Horizontes
09.00 Universidade Aberta
12.00 Aconteceu na Itália
(ver «Filmes na TV»)
13.30 Cinzas (Compacto)
16.00 TV2 Desporto
19.00 Os Gatos
19.25 Acção em Miami
20.20 O Desafio Americano
(ver «Filmes na TV»)
22.00 Popoff
22.30 Salomé
24.00 No Cumprimento do Dever
00.50 Contradições

12.00 Quadrilha Selvagem
12.30 Aventuras dos T-Rex
13.00 Stingray
13.30 Batman
14.00 Sic Notícias
14.05 As Mais Belas Máquinas
14.30 Portugal Radical
15.00 O Expresso de Von Ryan
(ver «Filmes na TV»)
16.45 Comando Relâmpago
17.10 Justiça Negra
18.00 Internacional SIC
18.20 Gente Fina
19.30 Jornal da Noite
20.00 De Corpo e Alma
20.55 Paixões Secretas
21.55 Futebol - Norwich/Manchester United
23.50 Último Jornal
24.00 Água na Boca
00.50 Telefilme: «Senhora da Casa»

Domingo, 21

08.00 À Mão de Semear
08.25 Canal Jovem
11.30 Missa
12.30 70 x 7
13.00 Notícias
13.05 Os Melhores Anos
13.30 Top +
14.30 Olha que Dois
15.20 Beverly Hills 90210
16.25 Super Papá
(ver «Filmes na TV»)
18.00 Sons do Sol
18.55 Preço Certo
20.00 Jornal de Domingo
20.30 Repórteres
21.00 Felicidade
22.40 Casa Cheia
23.25 Carnaval na Madeira
23.55 Mister Bean
00.25 Conversa Afiada

08.00 Desenhos Animados
08.10 Os Persuasores
09.00 Uma Família para Joe
09.30 Regiões
10.30 National Geographic
11.20 Gente da Frente
12.20 O Espírito da Cor
12.50 Forum Musical
13.50 Realce
14.15 Os Novos Invasores
14.50 Carnaval
16.00 TV2 Desporto
20.15 Palavra Puxa Palavra
21.00 Artes e Letras - «A História da MGM»
22.00 Capitães da Areia
22.45 Caça ao Assassino
23.35 Águas Profundas
00.25 Outras Músicas
(ver «Filmes na TV»)

12.00 Livro da Selva
12.30 Rugrats
13.00 Pássaros de Fogo
14.00 Sic Notícias
14.05 Tarzan
14.35 Um Planeta - Uma Família
15.00 O Passarinho da Ribeira
(ver «Filmes na TV»)
16.30 Tracey Ullman Show
17.00 A Saga da Fórmula Um
17.30 Terminal Max
18.20 Encontros Imediatos
19.00 Benny Hill
19.30 Jornal da Noite
20.05 A Viúva do Enforcado
20.55 Cosby Show
21.30 O Porteiro da Noite
(ver «Filmes na TV»)
23.45 Último Jornal
23.55 Segredos
00.45 Deixem Correr o Sangue

Segunda, 22

07.30 Bom Dia
10.00 Rua Sésamo
10.30 Loja de Ideias
11.00 Mike e Angelo
11.30 Agora é que São Elas!
11.50 Culinária
12.05 Mico Preto
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Gerações
14.00 Vida Selvagem
14.30 Ponto por Ponto
15.05 Confidente de Senhoras
(ver «Filmes na TV»)
16.40 Rua Sésamo
17.10 Brinca Brincando
17.45 Crime, Disse Ela
18.40 A Roda da Sorte
19.20 Cinzas
20.00 Telejornal
20.35 Pedra sobre Pedra
21.45 Apanhados
22.25 Entre Famílias
23.25 Outras Guerras
00.15 24 Horas
01.10 Remate

09.00 Videotexto
10.30 Grandes Tormentos
10.55 Infantil
12.15 Eternos Novatos
12.40 A Última Fronteira
13.00 Luas de Mel
13.35 Agora, Escolha!
15.00 Uma Questão de Consciência
15.35 Euroritmias
16.25 O Nascimento da Europa
17.15 Chá das Cinco
18.15 Carrusel
19.00 Acção em Miami
20.00 Cinemagazine
20.30 A Espada de Dois Gumes
21.15 Barriga de Aluguer
22.30 TV2 Jornal
23.15 Fogo Cruzado
00.10 O Anjo e a Mulher
(ver «Filmes na TV»)

16.30 Sic Notícias
16.35 Laços de Família
17.30 Responder à Letra
18.00 Sic Notícias
18.10 Praça Pública
18.30 Gente Fina
19.30 Jornal da Noite
20.00 De Corpo e Alma
20.50 Placard Electrónico
21.30 Alta Costura Verão 93
21.40 Miss Mundo 1992
00.15 Último Jornal
00.25 Jornalouco
00.30 O Predador
(ver «Filmes na TV»)
02.30 MTV

Terça, 23

07.30 Bom Dia
10.00 Rua Sésamo
10.30 Loja de Ideias
11.00 Madicken
11.30 Notas para Si
11.50 Culinária
12.05 Mico Preto
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Gerações
13.55 O Mundo da Ciência
14.25 Ponto por Ponto
15.00 Piratas
(ver «Filmes na TV»)
16.40 Rua Sésamo
17.10 Brinca Brincando
17.50 Crime, Disse Ela
18.40 A Roda da Sorte
19.20 Cinzas
20.00 Telejornal
20.35 Pedra sobre Pedra
21.40 Isto Só Vídeo
22.05 Indiana Jones - Crónicas da Juventude
23.00 A Marcha do Tempo
00.20 24 Horas
01.05 Remate
01.35 Carnaval do Rio

09.00 Videotexto
10.30 Grandes Tormentos
11.00 Infantil
11.40 Marie Curie
12.35 A Última Fronteira
13.00 Luas de Mel
13.35 Agora, Escolha!
15.00 Uma Questão de Consciência
15.35 Euroritmias
16.25 Extra Dimensões
17.15 Chá das 5
18.25 Carrusel
18.05 Acção em Miami
20.10 Magazine Ecologia
20.35 PSIS
21.30 Barriga de Aluguer
22.30 TV2 Jornal
23.15 Alguém Anda a Matar os Grandes Chefes da Europa
(ver «Filmes na TV»)
01.15 Outras Músicas

16.30 Sic Notícias
16.35 Laços de Família
17.30 Responder à Letra
18.00 Sic Notícias
18.10 Praça Pública
18.30 Gente Fina
19.30 Jornal da Noite
20.00 De Corpo e Alma
20.50 Placard Electrónico
21.30 Alta Costura Verão 93
21.40 Fábio Junior Especial
22.40 Terça à Noite
23.40 Carnaval no Rio
00.45 Último Jornal
01.05 Jornalouco
00.20 MTV

Quarta, 24

07.30 Bom Dia
10.00 Rua Sésamo
10.30 Loja de Ideias
11.00 Kelly
11.30 Isto é Magia
11.50 Culinária
12.05 Mico Preto
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Gerações
13.55 Entre Guerras
14.25 Ponto por Ponto
15.05 O Último Golpe
16.40 Rua Sésamo
17.10 Brinca Brincando
17.45 Crime, Disse Ela
18.40 Roda da Sorte
19.20 Cinzas
20.00 Telejornal
20.40 Pedra sobre Pedra
21.40 Vamos Jogar no Totobola
21.55 Laca
(ver «Filmes na TV»)
23.35 Murphy Brown
24.00 24 Horas
00.50 Remate

09.00 Videotexto
10.30 Grandes Tormentos
10.55 Infantil
12.15 Sem Remédio
12.40 A Última Fronteira
13.05 Luas-de-Mel
13.35 Agora, Escolha!
15.00 Uma Questão de Consciência
15.35 Euroritmias
16.25 Casos de Amor
17.15 Chá das Cinco
18.15 Carrusel
19.05 Acção em Miami
20.00 Magazine Arquitectura
20.35 O Grande Jogo
21.25 Futebol - Portugal/Itália
23.30 TV2 Jornal
00.10 Barriga de Aluguer
01.05 Últimas Notas

16.30 Sic Notícias
16.35 Laços de Família
17.30 Responder à Letra
18.00 Sic Notícias
18.10 Praça Pública
18.30 Gente Fina
19.30 Jornal da Noite
20.05 De Corpo e Alma
20.50 Placard Electrónico
21.30 Alta Costura Verão 93
21.40 Batalhas Conjugais
22.30 Sexo Forte
23.30 As Filmagens de Drácula
00.05 Último Jornal
00.25 Jornalouco
00.30 MTV

Filmes na TV

Enigma em Londres

«Whispering Smith Hits London / Whispering Smith vs. Scotland Yard», (Gr.Br./1951). Realização de Francis Searle. Interpretação de Richard Carlson, Greta Gynt, Herbert Lom, Rona Anderson, Alan Wheatley. P/B, 79 minutos.

Um excelente naipe de actores não chega para dar brilho a este filme policial que, embora trazendo a prestigiada chancela dos estúdios Hammer, não está à altura da engenhosa história de um detective famoso que, ao cabo de aturadas investigações, chega à conclusão de que o caso de um alegado suicídio não passa de um crime bem encenado.

Quinta, 15.20, Canal 1

O Café da Malta

«Le Café des Jules», (Fr./1988). Realização de Paul Vecchiali. Interpretação de Jacques Nolot, Brigitte Rouan, Lionel Goldstein, Patrick Raynal, Raymond Aquilon, Georges Téran, Raphaeline Goupilleau. Cor, 59 minutos.

A curta duração do filme (pouco menos de uma hora) parece não ser motivo para que se encare com menos interesse esta obra, que julgamos inédita entre nós. Ao que rezam as crónicas, tratar-se-ia de um amargo e cruel retrato do quotidiano das grandes metrópoles, como Paris, e de uma sociedade em rápida degenerescência de valores como a solidariedade e a amizade, subvertidas e esmagadas pela crescente e surda violência do capitalismo puro e duro. Longos planos-sequência, acompanhando a evolução das personagens, e uma estética próxima do *cinema verdade* podem estar na base da sua alegada originalidade e das suas eventuais qualidades. A confirmar.

Quinta, 24.00, TV 2

Desafio ao Crime

«Maigret Tend Un Piège», (Fr./It./1957). Realização de Jean Delannoy. Interpretação de Jean Gabin, Annie Girardot, Jeam Sesailly, Olivier Hussenot, Jeanne Boitel. P/B, 115 minutos.

Ele é Jean Gabin, num dos melhores *Maigret* da longa lista dos filmes inspirados nas obras de Georges Simenon. E não é este o único trunfo deste magnífico filme, já que, na escrita dos diálogos, está o brilho de Michel Audiard e, na realização, um prestigiadíssimo nome do cinema francês - Jean Delannoy. Mas foi esta uma das três ocasiões em que o grande actor encheu a tela com excelentes interpretações do pacífico e arguto detective da polícia francesa, aqui sobretudo preocupado na enganosa «encenação» da reconstituição de um crime, único artifício que conseguiria levá-lo a descobrir o(a) verdadeiro(a) culpado(a). Como em relação a qualquer policial que se preze, inadmissível seria aqui adiantar seja o que for sobre o enredo, apenas se lamentando mais uma vez que, como vai sendo tradicional na RTP, talvez porque o filme seja a «preto e branco», a estação o tenha programado para uma sessão da tarde de sexta-feira. Um outro tipo de crime...

Sexta, 14.50, Canal 1

Flash Gordon

«Flash Gordon», (EUA/1980). Realização de Mike Hodges. Interpretação de Sam J. Jones, Melody Anderson, Topol, Max von Sydow, Ornella Muti, Brian Blessed, Timothy Dalton, Mariangela Melato. Cor, 110 minutos.

Nem sempre a estratégia comercial de adaptar ao cinema os heróis da banda desenhada foi rodeada de êxito. É este o caso de *Flash Gordon*, ficção científica que se pretenderia espectacular e que resulta alguns furos abaixo do que o «imaginário» dos seus *fans* pediria. Entretanto, digno de nota é um considerável naipe de actores - de que ressalta a beleza e a verosímil postura de Ornella Muti na pele da *Princesa Aura*, bem mais credível do que o próprio Sam J. Jones no herói principal - assim como a banda sonora criada pelos *Queen* e, ainda, o «desenho» da produção que se deve a Danilo Donati. Para entreter.

Sexta, 22.00, SIC

Mad Max - Além da Cúpula do Trovão

«Mad Max Beyond Thunderdome», (Austrália/1985). Realização de George Miller e George Ogilvie. Interpretação de Mel Gibson, Bruce Spence, Tina Turner, Adam Cockburn, Angelo Rossitto, Paul Larsson, Angry Anderson. Cor, 105 minutos.

Também para entreter, é esta terceira dose do filão *Mad Max*, polícia e justiceiro do futuro apocalíptico, agora de visita a *Bartertown*, cidade onde pontifica uma ditadora - Tina Turner - que o envia para o deserto depois de uma refrega circense à maneira da antiga Roma. Montes de acção e pancadaria, *made in Australia*, para quem gosta.

Sexta, 22.20, Canal 1

O Amor Nasceu do Ódio

«Beloved Enemy», (EUA/1936). Realização de Henry C. Porter. Interpretação de Merle Oberon, Brian Aherne, Karen Morley, Jerome Cowan, David Niven. P/B, 86 minutos.

Tendo como pano de fundo a revolta do povo irlandês contra a opressão dos ingleses, em 1921, Henry C. Porter encena um melodrama daqueles à antiga, digno de se ver pela mão de mestre com que encena o romantismo, mas também o *suspense* e a acção da história, e pelo empenho e solidez com que Merle Oberon e Brian Aherne se entregam ao desempenho das duas figuras principais - o de uma súbdita inglesa (Merle Oberon) que é enviada ao centro do conflito para negociar com (e se apaixona por) um dos principais dirigentes do movimento revolucionário. Quanto à verosimilhança histórica, propriamente dita, estamos conversados. Não nos esqueçamos que se trata de um produto feito em Hollywood...

Sexta, 23.10, TV 2

Criatura

«Creature», (EUA/1985). Realização de William Malone. Interpretação de Stan Ivar, Wendy Schaal, Lyman Ward, Robert Jaffe, Annette McCarthy. Cor, 93 minutos.

Mais um filme do género *horror* que povoa as televisivas madrugadas cinematográficas depois de uma semana de trabalho - aqui de mistura com aventuras espaciais para os lados de Saturno, numa imitação grosseira de *Alien*.

Sexta, 01.15, Canal 1

Pavor na Noite

«Alone in The Dark», (EUA/1982). Realização de Jack Sholder. Interpretação de Jack Palance, Donald Pleasence, Martin Landau, Dwight Schultz, Erland van Lidth. Cor, 100 minutos.

Três actores estimáveis - nem sempre escolhendo da melhor maneira os projectos em que se metem - são os principais protagonistas de um grupo de perigosos psicopatas assassinos que se escapam de uma clínica mental para seguirem, noite fora, a fazer das suas. É o «Fora de Horas» a seguir-se ao «Pela Noite Dentro», dois espaços cinematográficos do Canal 1 cada vez mais entregues à violência gratuita e sanguinolenta. É a degenerescência estupidificante e sensacionalista de uma programação cinematográfica nocturna de fim-de-semana, que em geral tem vindo nestes últimos tempos progressivamente a prostituir-se, configurando e confirmando a alarmante degradação do serviço público.

Sexta, 02.05, Canal 1

Aconteceu na Itália

«It Happened in Rome», (It./Gr.Br./1957). Realização de Antonio Pietrangeli. Interpretação de June Laverick, Isabelle Corey, Inge Schoener, Gabriele Ferzetti, Massimo Girotti, Antonio Cifariello, Isabel Jeans, Mario Carotenuto, Vittorio de Sica, Alberto Sordi. Cor, 91 minutos.

Naturalmente que não custa nada a Vittorio de Sica e Alberto Sordi fazerem-nos sorrir ou mesmo rir. Mas a história e as figuras de três raparigas europeias, em férias por Itália, a ser assediadas pelo «macho latino», já deram o que tinham a dar. O filme, informa-nos diligentemente a RTP, foi rodado, «curiosamente, no ano do Tratado de Roma». Ficamos à espera de semelhantes assédios, rodados nos anos 90, agora com o Tratado de Maastricht em fundo... Certamente, um caso para sorrisos bem mais amarelos!

Sábado, 12.00, TV 2

O Expresso de Von Ryan

«Von Ryan' s Express», (EUA/1965). Realização de Mark Robson. Interpretação de Frank Sinatra, Trevor Howard, Raffaella Carra, Brad Dexter, Sergio Fantoni, Edward Mulhare, James Brolin, Adolfo Celi, John Leyton, Vito Scotti. Cor, 117 minutos.

Durante a II Guerra Mundial, um numeroso grupo de prisioneiros de guerra consegue escapar às garras dos nazis alemães apoderando-se de um comboio de transporte de mercadorias que viaja pelo interior da Itália. O *suspense* e dramatismo da situação, a eficácia de Mark Robson e as interpretações de Frank Sinatra e Trevor Howard, apoiados num excelente naipe de secundários, são naturalmente os principais ingredientes de um filme de êxito assegurado.

Sábado, 15.00, SIC

Gente Gira

«Funny People», (Áfr. do Sul). Realização de Jamie Uys. Cor, 90 minutos.

Este é um dos vários exemplares de uma série realizada para o cinema e que assenta nos consabidos princípios «éticos» dos congéneres «apanhados» televisivos. Para quem gosta.

Sábado, 15.30, Canal 1

O Desafio Americano

«Grandview, U.S.A.», (EUA/1984). Realização de Randal Kleiser. Interpretação de Jamie Lee Curtis, C. Thomas Howell, Patrick Swayze, Troy Donahue, Jennifer Jason Leigh, William Windom. Cor, 96 minutos.

É o novo espaço cinematográfico flutuante que a TV2 inventou para os Sábados em que os programas desportivos têm menos golos, árbitros e claques para mostrar. Mas nem sequer a RTP acredita muito nele e o próprio Boletim de Informação (honra lhe seja!), pela primeira vez, que nos lembre, coloca algumas reservas ao que habitualmente nos pretende vender. Assim: «apesar de ter aqui e ali algum brilho, raramente consegue superar o material de que parte, ou seja, um argumento esquemático, povoado por lugares-comuns e banalidades que pretende retratar a vida sem horizontes de...». Ora toma!

Sábado, 20.20, TV 2

A Reunião da Classe

«National Lampon' s Class Reunion», (EUA/1982). Realização de Michael Miller. Interpretação de Gerrit Graham, Michael Lerner, Fred McCarren, Miriam Flynn, Stephen Furst. Cor, 82 minutos.

Não vale a pena dar-vos qualquer pista em relação a este filme. Isto porque ele faz parte de uma lista de três que constituem outras tantas hipóteses de emissão que a RTP agora aos Sábados inclui num «novo espaço» a que chama *televisão interactiva*. A coisa começou na semana passada, sem aviso prévio, e é um dos tais artifícios que a estação nos pretende impingir para nos fazer participar da «democracia directa». Um autêntico absurdo, que serve às estações de televisão e às companhias de telefones para sacarem mais uns cobres que, entretanto, lhe saem a si, leitor, da sua algibeira! E as alternativas a esta *Reunião de Classe*, são, neste Sábado, um desconhecido *Confronto de Gigantes* e (valha-nos isso!) o *Cowboy da Meia-Noite*.

Sábado, 23.40, Canal 1

A Senhora da Casa

«Lady of the House», (EUA/1978). Realização de Ralph Nelson e Vincent Sherman. Interpretação de Dyan Canon, Armand Assante, Zohra Lampert, Susan Tyrrell, Coleen Camp, Christopher Norris, Melvin Belli. Cor, 100 minutos.

Trata-se de um telefilme, inédito entre nós. O sucinto Boletim da SIC dá-nos conta da história de Marcie, uma mulher que, começando aos 15 anos a trabalhar num clube nocturno e conhecendo uma vida de dramas que incluíram a passagem pela prisão, «acaba a dirigir uma casa de prazer, de facto o melhor bordel de San Francisco». Por outro lado, o indispensável Leonard Maltin jura que se trata de um filme sobre a história de Sally Stanford, «extravagente mundana da São Francisco dos finais de 30 que ascende ao poder e à respeitabilidade e se torna *mayor* de Sausalito, na Califórnia, em 76». Em que ficamos? De qualquer modo, parece tratar-se de um razoável telefilme, com Dyan Cannon numa excelente interpretação da figura de Sally. Ou de Marcie?

Sábado, 00.50, SIC

A Violação

«The Incubus», (Can./1981). Realização de John Hough. Interpretação de John Cassavetes, Kerrie Keane, Helen Hughes, Erin Flannery, Duncan McIntosh, John Ireland. Cor, 92 minutos.

Para acabar a noite de Sábado, a RTP não encontrou nada melhor do que programar mais um filme de terror brutal, repelente e pessimamente encenado, de novo girando à volta de um tema cada vez mais presente nos produtos cinematográficos de terceira ordem: uma pequena cidade do interior americano assaltada pela ameaça de um ser sobrenatural que viola e assassina no meio da maior violência. No principal papel - e numa das suas habituais e lamentáveis incursões para ganhar os preciosos tostões que o talento não lhe assegurou - um grande realizador e actor, John Cassavetes. Como se prevê, lamentável a vários títulos.

Sábado, 01.05, Canal 1

O Passarinho da Ribeira

(Port./1959). Realização de Augusto Fraga. Interpretação de Deolinda Rodrigues, António Silva, Manuel Santos Carvalho, Humberto Madeira, Pedro Bandeira. P/B, 84 minutos.

Alguns dos grandes nomes da comédia cinematográfica portuguesa, num filme lastimável de Augusto Fraga. Não há *kitsch* que resista.

Domingo, 15.00, SIC

Super Papá

«Superdad», (EUA/1974). Realização de Vincent McEveety. Interpretação de Bob Crane, Barbara Rush, Kurt Russell, Joe Flynn, Kathleen Cody. B. Kirby Jr.. Cor, 91 minutos.

A velha situação de conflito entre gerações, com um pai a correr atrás de uma filha que quer soltar o grito do Ipiranga... Uma péssima comédia saída dos Estúdios Disney.

Domingo, 16.25, Canal 1

O Porteiro da Noite

«The Night Porter», (It./1974). Realização de Liliana Cavani. Interpretação de Dirk Bogarde, Charlotte Rampling, Philippe Leroy, Gabriele Ferzetti, Isa Miranda. Cor, 115 minutos.

Em finais dos anos 50, um ex-nazi encontra uma mulher de que abusara sexualmente num campo de concentração durante a II Grande Guerra. Filme algo desequilibrado, mas sobretudo doentio (tónica habitual em Liliana Cavani), sobre as novas relações sado-masoquistas que se desenvolvem, uma década depois, entre as duas personagens.

Domingo, 21.30, SIC

O Confidente de Senhoras

«Le Confident de ces Dames», (Fr./1959). Realização de Jean Boyer. Interpretação de Fernandel, Sylvia Koscina, Memmo Carotenuto, Denise Grey, Lauretta Maziero. P/B, 88 minutos.

Um veterinário de província aproveita-se dos seus talentos para tratar de curar a preceito as maleitas não só dos animais, mas também das pessoas, sobretudo as do sexo feminino. A médica local não gosta da concorrência, mas rende-se por fim ao «fascínio» do falso médico, acabando por casar com ele. A «verosimilhança» desta história só pode acontecer por se tratar de uma comédia em que, no primeiro caso, está Fernandel e, no segundo caso, Sylvia Koscina, ambos acompanhados por Ugo Tognazzi. Pelos vistos, nas nossas televisões, é o tempo dos regressos à «comédia de costumes italiana». O que, nalguns casos, não é mau.

Segunda, 15.05, Canal 1

O Anjo e a Mulher

«L' Ange et la Femme», (Can./1977). Realização de Gilles Carle. Interpretação de Carole Laure, Lewis Furey, Steve Lack. P/B, 85 minutos.

«Tudo gira em torno da bizarra história de amor entre um solitário anjo musical e uma bela rapariga assassinada que o primeiro recolhe e ressuscita literalmente com

Jean Gabin e Jeanne Moreau, em foco no fime «O Último Golpe»

Jacqueline Bisset, uma das principais intérpretes de «Alguém Anda a Matar os Grandes Chefes da Europa»

Agenda

carinho e música» - informa-nos a RTP, depois de antes ter atribuído a Gilles Carle uma «carreira *sui generis* nem sempre compreendida na Europa» - o que, sendo verdade, não deixa de fazer algum sentido. De facto, deste filme, rodado a preto e branco e em 16 milímetros, julgamos estar ausente ou insuficientemente afirmada uma das grandes qualidades do melhor cinema canadiano, a saber, a sábia conjugação da influência cultural do cinema europeu com a vitalidade do cinema americano. A confirmar.

Segunda, 00.10, TV 2

O Predador

«Predator», (EUA/1987). Realização de John McTiernan. Interpretação de Arnold Scharzenegger, Carl Weathers, Elpídia Carrillo, Bill Duke, Jesse Ventura, Sonny Landham, Richard Chaves, R. G. Armstrong, Shane Black, Kevin Peter Hall. Cor, 107 minutos.

Bastantes furos acima da sua pobre continuação - *Predador II* - , previamente anunciado para a semana passada, também pela SIC, mas substituído por *Chá no Deserto*, de Bertolucci, o original desta história de acção e violência (filão comercial que tem dado origem aos produtos mais nefastos) tem entretanto a servi-la uma realização vertiginosa e asfixiante que assenta num grande e profissional conhecimento dos mecanismos cinematográficos e dos efeitos especiais, ao serviço da construção, em progresso, da mais absurda das intrigas: um grupo de agentes, que é enviado pelo governo dos EUA em missão de salvamento algures nas selvas da América do Sul, enfrenta um ser estranho que se vai transformando na sua aparência exterior e eliminando os seus opositores, um após o outro.

Segunda, 00.30, SIC

Piratas

«Pirates», (Fr./Tun./1986). Realização de Roman Polanski. Interpretação de Walter Matthau, Damien Thomas, Richard Pearson, Cris Campion, Charlotte Lewis, Olu Jacobs, Roy Kinnear, Ferdy Mayne. Cor, 124 minutos.

A história é praticamente inexistente, mas Roman Polanski, capaz do melhor e do pior, assina a propósito dela um tresloucado filme - que as reduzidas dimensões do televisor vão irremediavelmente subverter - à volta das «aventuras de piratas», de entre os quais se destaca um irresistível Walter Matthau. Polaco de origem, e europeu inveteradamente cinéfilo, é claro que Polanski não resistiria a um dos seus hábitos: revisitar um género há muito defunto, e fazê-lo rodear das loucuras da comédia.

Terça, 15.00, Canal 1

Alguém Anda a Matar os Grandes Chefes da Europa

«Who Is Killing the Great Chefs of Europe?», (EUA/RFA/1978). Realização de Ted Kotcheff. Interpretação de George Segal, Jacqueline Bisset, Robert Morley, Jean-Pierre Cassel, Philippe Noiret, Jean Rochefort, Madge Ryan, Joss Ackland, Nigel Havers. Cor, 112 minutos.

Quanto mais requintada é a iguaria que se possa criar, tanto mais requintado é o assassínio do criador que lhe poderia ter dado origem. Assim se pode resumir o argumento desta comédia policial em que alguns dos mais famosos «chefes cozinheiros» da Europa vão sucumbindo às invejas e vinganças. Mais do que George Segal ou Jacqueline Bisset, as vedetas do filme, a interpretação de Robert Morley na figura do mais famoso cozinheiro entre todos é um prazer. Um puro divertimento, a servir de aperitivo a uma lauta ceia...

Terça, 23.15, TV 2

O Último Golpe

«Touchez Pas au Grisbi», (Fr./It./1953). Realização de Jacques Becker. Interpretação de Jean Gabin, René Dary, Jeanne Moreau, Dora Doll, Gaby Basset, Dénise Clair, Michel Jourdan, Lino Ventura, Paul Frankeur, Daniel Cauchy, Paul Oettly. P/B, 94 minutos.

Um dos mais perenes elementos de atracção do cinema e do romance negro americanos sempre foi o seu lado de crónica social espelhando de forma realista as relações de poder e submissão de uma sociedade fortemente alicerçada nessas relações. Mas aqui não há nem senadores nem juízes corruptos; nem sequer mafiosas «famílias» de *smoking* a dominar homens de mão em princípio de carreira; ou mesmo a todo-poderosa instituição policial a privilegiar aquela quadrilha, em detrimento desta; e tão-pouco vemos o detective privado, por entre o copo e a miúda, a levar à prática a só aparentemente difusa ideia da honradez. Não, aqui estamos perante a pequena e discreta miséria das amizades traídas, que acabam por levar por água abaixo um golpe de 50 milhões de francos em lingotes de ouro, realizado em Orly, Paris, França, Europa. Coisa grande, nascida e abortada por entre a pequenez de parceiros e rivais iguais na desgraça. Observada, de fora, com um requintado e clássico academismo, por um realizador que, entre coisas boas e más, deixou esta - um *filme negro* diferente - que importa gravar e depois rever, já que é um dos melhores filmes da semana. Programado pela RTP para a *matinée*, claro!

Quarta, 15.05, Canal 1

Laca

«Hairspray», (EUA/1988). Realização de John Waters. Interpretação de Sonny Bono, Ruth Brown, Colleen Fitzpatrick, Michael St. Gerard, Debbie Harry, Riki Lake. Cor, 96 minutos.

Tudo se passa em Baltimore nos meios da televisão em que, num dos seus programas de maior audiência, os jovens exibem os seus dotes de dançarinos. Uma sátira negra e mordaz, ao sabor da nostalgia dos anos 60, tendo em fundo conflitos, lutas, aspirações e a exibição transgressora dos ícones e arquétipos de uma época - uma parelha de figuras e de personagens, reais, absurdas, irresistíveis, evoluindo ao som de uma banda sonora de antologia(s).

Quarta, 21.55, Canal 1

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

TVI

Por atraso verificado na recepção da programação da TVI não nos é possível incluí-la nesta edição. O Canal 4 começa a transmitir regularmente no próximo sábado às 20 horas e anunciou para esse horário a transmissão de um programa de apresentação da Estação. O período de emissão é, ao domingo, das 10 às 23h30m, e de segunda a sexta, das 16.30 até cerca da meia-noite.

Cinema

		M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Esposas e Concubinas	★★★★	★★★★	–
B	Homens Simples	★★	–	★★
C	Indochina	★★★	–	★★★
D	Uma Questão de Honra	★★	–	★

Classificação de ★ a ★★★★★

A — Real. Zhang Yimou — **Nimas** (14.00, 16.30, 19.00, 21.45) — **Lisboa.**
B — Real. Hal Artley — **King Triplex/2** (14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00) — **Lisboa.**
C — Real. Régis Wargnier — **Quarteto/2** (15.00, 18.30, 22.45) — **Lisboa.**
D — Real. Rob Reiner — **Amoreiras/10** (14.15, 16.30, 19.15, 21.45, 00.15), **Fonte Nova/1** (14.45, 17.00, 19.15, 21.45) — **Lisboa.**

Teatro

AUDITÓRIO DE BENFICA

LIsboa, Av. Gomes Pereira, 17. Tel. 7154565. De 3ª a sáb. às 22.00, dom. às 16.30. **VAMOS SONHAR**, de Sacha Guitry, encenação de Fernanda Lapa *(até 2112)*.

ESTRELA 60

Lisboa, Rua de Sto. António à Estrela, 60. 6ª a e sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **AMANHÃ**, de Almada Negreiros, encenação de João Brites.

IFICT

Lisboa, Rua de Santiago, 19 (ao Miradouro de Sta. Luzia). 6ª e sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **A CRIAÇÃO**, de Adolfo Gutkin.

PALÁCIO RIBAMAR

Algés. 6ª e sáb. às 21.30. **CABARET DO PRAZER E DA MEMÓRIA**, encenação de Armando Caldas.

TEATRO ABERTO

Lisboa, Praça de Espanha. Tel. 7970969. De 3ª a sáb. as 21.30, dom. às 16.00. **A ÓPERA DE 3 VINTÉNS**, de Bertolt Brecht e Kurt Weill, versão de João Lourenço e Vera San Payo de Lemos, coreografia de Olga Roriz, pelo Novo Grupo e actores e músicos convidados.

TEATRO DO CALVÁRIO

Lisboa, Rua Leão de Oliveira, 1. Sáb. e dom. às 16.00. Tel. 3639974. **O SOLDADINHO DE CHUMBO**, adaptação do conto de Hans Christian Andersen, encenação de Fernando Gomes, pelo TIL- Teatro Infantil de Lisboa.

TEATRO DA GRAÇA

Lisboa, Trav. de S. Vicente, 11. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **VASSA GELEZNOVA**, de Maximo Gorki, encenação de Elisa Lisboa.

TEATRO DA MALAPOSTA

Loures, Rua de Angola - Olival Basto. Tel. 9373299. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **DESCENDENTES DE KENNEDY**, de Robert Patrick, encenação de Rui Mendes, pelo Teatro da Malaposta.

TEATRO MUNICIPAL MIRITA CASIMIRO

Estoril. Tel. 4670302. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **HAROLD E MAUDE**, de Collin Higgins, encenação de Carlos Avilez.

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Lisboa, Rossio. Tel. 3472596. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **ZERLINA**, de Hermann Broch, encenação de João Perry, com Eunice Muñoz.

TEATRO NACIONAL S. JOÃO

Porto, Praça da Batalha. **PASSA POR MIM NO ROSSIO**, texto e encenação de Filipe La Feria.

TEATRO DA TRINDADE

Lisboa, Largo da Trindade, 7-A. Tel. 3423200. De 3ª a sáb. às 21.00, dom. às 16.00. **OS HOMENS**, de Miguel Esteves Cardoso, encenação de Graça Lobo.

TEATRO VILARET

Lisboa, Av. Fontes Pereira de Melo. De 3ª a sáb. às 21.00, dom. às 16.00. **O PAI TIRANO**, encenação de Carlos César, pelo Teatro de Animação de Setúbal.

no
teatromalaposta
tm
OLIVAL BASTO 2675 ODIVELAS
DESCENDENTES DE KENNEDY
de ROBERT PATRICK
ESTREIA 4 FEVEREIRO

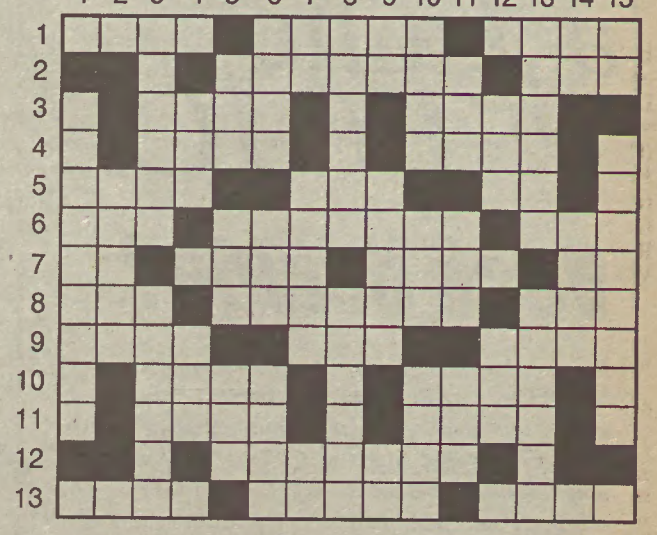
versão portuguesa de MANOLO SANTOS encenação de RUI MENDES cenário de RUI MENDES
e ANABELA VENDA figurinos de JUAN SOUTULLO actores: ANA NAVE JORGE SILVA
MARCANTONIO DEL CARLO MARIA EMÍLIA CORREIA MARIA JOÃO LUÍS e ainda LUÍS ALBERTO
no papel de Borman

DE TERÇA A SÁBADO: 21h30 DOMINGOS: 16H00
RUA ANGOLA - OLIVAL BASTO - TEL: 938 84 07

Tempo

Céu limpo ou pouco nublado. Vento fraco a moderado.

PALAVRAS CRUZADAS



Horizontais: 1 — Verbal; (Gaspar de...), navegador português que comandou uma das naus da frota que descobriu o Brasil, sendo incumbido por Cabral de levar a notícia a Dom Manuel; semelhante. 2 — Melífluos. 3 — Amarram; instrumento de aço para polir metais. 4 — Qualquer animal feroz carnívoro; senhores. 5 — Lavrar; gavinha; oração. 6 — Termo; atrasos; condimento. 7 — Amerício (S.Q.); tomei como alimento; ave de rapina; letras da palavra «número». 8 — Chefe etíope; maneira ordenada de fazer as coisas (pl.); dignidade militar entre os Turcos. 9 — Membrana ocular colorida; «Eia!»; fazer subir. 10 — Mãe de Artemis e de Apolo, chamada Latona pelos romanos (Mitol. gr.); delgada. 11 — Paixão; irritar. 12 — Símios. 13 — Remar para trás; pouco usuais; capital de Togo.

Verticais: 1 — Loja maçónica. 2 — Versejar. 3 — Sufocam; som ou conjunto de sons que se pronunciam com uma só emissão de voz. 4 — Possuir; prep. indicativa de carência. 5 — Oceano; qualidade; modo de dizer. 6 — Divisa; nome de letra; discursar em público. 7 — Artigo antigo; lança de si; aqui. 8 — Aquilo que serve de exemplo ou norma; impor ónus a. 9 — Eles; ermida fora do povoado; Cobalto (S.Q.). 10 — Couro de boi cutido; ferro temperado; gumes. 11 — Anuência; pedido de socorro; nome de imposto. 12 — Contr. de maior; nome feminino. 13 — Locução (pl.); dilato. 14 — Quezília. 15 — Tranquilizaram.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

Horizontais: 1 — Júpiter; baralho. 2 — Novidades. 3 — Cola; adir. 4 — Oliva; elege. 5 — Tema; agora; ámen. 6 — Avo; operava; asa. 7 — Avir; tina. 8 — Ode; atirado; com. 9 — Pala; arara; coro. 10 — Arada; lavar. 11 — Repa; tela. 12 — Lazarento. 13 — Sonoros; uterino.

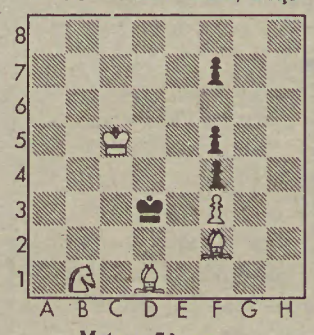
Verticais: 1 — Janota; opacos. 2 — Levedar. 3 — Cimo; elar. 4 — Inova; adelo. 5 — Tola; ova; apar. 6 — Eva; apita; azo. 7 — Ri; gerir; as. 8 — Depor; rafar. 9 — Ba; ratar; eu. 10 — Ada; ávida; TNT. 11 — Rede; ano; Lete. 12 — Asila; calor. 13 — Rema; cova. 14 — Gestora. 15 — Ordena; moreno.

XADREZ

CCCXCVIII
18 de Fevereiro de 1993

PROPOSIÇÃO
N.º 1993X013
Por: ERICH BRUNNER
12865 Deutsche Wochenschach, 20.II.1916

Pr: [4]: Ps.f4, f5- f7 – Rd3
Br: [5]: Pf3 – Cb1 – Bs.d1,f 2-Rç5

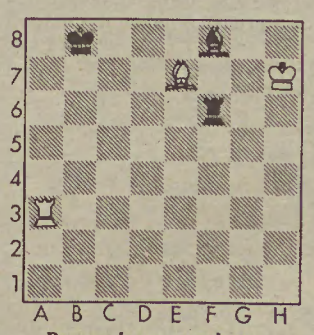


Mate em 7 lances

PROPOSIÇÃO
N.º 1993X014

Por: T. B. Gorgiev
«64», URSS, 1930

Pr: [3]: Bf8 – Tf6 – Rb8
Br:[3]: Bé6 – Ta3 – Rh6



Brancas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CCCXCVIII

N.º 1993X013 [E. B.]: 1. Rd5!, f6; **2.** Bh4!, Ré3; **3.** Bé1, Rd3; **4.** Ba5, Ré3; **5.** Bb6+, Rd3; **6.** Rç5; Ré3; **7.** Rç4++

N.º 1993X014 [T.B.G.]: 1. Tb3+, Tb6!; **2.** T:T!, Rç7; **3.** Bd8+, R:d8; **4.** Tb8+, Ré7; **5.** Rg6! e ganham.

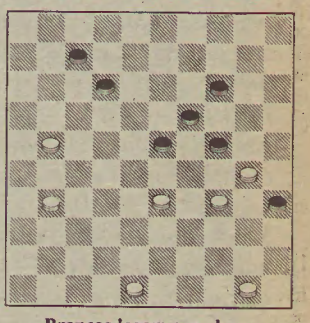
A. de M. M.

DAMAS

CCCXCVIII
18 de Fevereiro de 1993

PROPOSIÇÃO N.º 1993D013
Por: HENRI BAJOLLE
Em jogo, Marselha, 1964

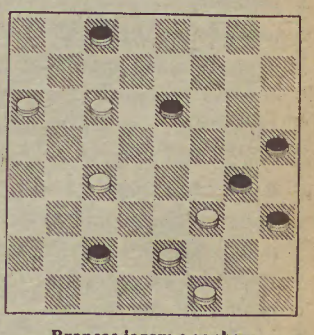
Pr: [7]: 7-12-14-19-23-24-35
Br: [7]: 21-30-31-33-34-48-50



Brancas jogam e ganham

PROPOSIÇÃO N.º 1993D014
Golpe N.º 6/93
Por: Lourenço Valls
Valência [E/SP], 1597

1. 10-14, 23-19; **2.** 14-23, 28-19; **3.** 5-10, 32-28; **4.** 12-16, 28-23; **5.** 8-12, 21-18; **6.** 11-15, 25-21; **7.** 7-11, 21-17; **8.** 1-5, 26-21; **9.** 4-8, 29-25; **10.** 15-20; 24-15; **11.** 11-20, 18-13; **12.** 9-18, 22-13; **13.** 12-15, 19-12; **14.** 8-15, 13-9; **15.** 10-14, 21-18; **16.** 14-21, 25-18; **17.** 5-10, 18-13; **18.** 3-7, 30-26; **19.** 7-11, 26-22; **20.** 20-24; 23-19; **21.** 15-20, 19-15; **22.** 20-23; 27-20; **23.** 16-23; 15-12; **24.** 11-15; 12-7 DIAG.



Brancas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CCCXCVIII

N.º 1993D013 [H.B.]: 1. 21-17!, (12x21); **2.** 33-28, (23x32); **3.** 34-29, (24x23); **4.** 31-27, (35x24); **5.** 27x9!+

N.º 1993D014 [L.V.]: 25. 24-28 e **26.** 2-5 e **27.** 23-28 e **28.** 28-31=D e **29.** 31-27+

A. de M. M.

ÚLTIMAS

a talhe de FOICE

Você decide?

Foi você que decidiu ter esta Comunicação?
Não estamos a falar apenas de informação — lá iremos também —, mas de Comunicação de massas em toda a largueza do termo, daquela que você adquire, ou da que lhe entra pelos ouvidos ou pelos olhos, a pagar no fim do mês ou por altura dos impostos, disfarçadamente. Daquela estampada em papel ou inscrita na onda hertziana, tanto faz. Na que traz notícias ou solicitações várias.
Não. Você não decidiu ter, a páginas tantas, a horas ou a desoras, uma comunicação-«gore», uma comunicação perversa, uma pornocomunicação. E, no entanto, até parece que lhe pedem uma escolha, uma decisão. Até lhe exigem que «interfira», que aja, que determine, que «decida»!
Qual é a sua escolha num prato de maçãs podres? Provavelmente vira-lhe as costas.
O grave, porém, é que alguém vai decidir por si e atirar-lhe aos olhos indecisos um desgraçado espectáculo; ou um pesadelo; ou apenas uma porcaria. Se dez mil decidem mais sangue com o espantalho das unhas de aço, contra quatro mil a favor dos conflitos raciais entre as «classes trabalhadoras britânicas», e um par de milhares por outra fantochada, você que se afogue, porque se recusou a pagar uma decisão. De qualquer modo afogava-se. Diga lá o nome de um filme passado recentemente na televisão que não lhe mostre dez litros de artificial sangue; ou uma metralhadora; ou, pelo menos, uma faca de cozinha devidamente afiada?
Decida-se. Telefone. É a descoberta da década. Você pode ter tudo por interposto **media**. *Nem é preciso falar, basta marcar o número do seu desejo, o mais íntimo, o mais perverso. Estão à sua espera, à espera da sua vontade — e do seu dinheiro. Responder-lhe-ão do Intendente ou de Nova Iorque e metem-lhe no ouvido as palavras que «escolher». Predizem-lhe o futuro, fazem-lhe companhia, levam-no/a ao céu. Sabia que os nativos de um certo signo «adoram que lhes soprem no pescoço»? Ligue já. «Leve a sua equipa à vitória; ligue já.» «Você liga e entra imediatamente numa conversa telefónica com até sete pessoas; ligue já.» «Todas as suas músicas favoritas ao telefone; ligue já.» «Totalmente tua; ligue já.»*
Escolha, decida. Os números estão nos jornais à sua espera. Ou convidam-no nos ecrãs da TV. Decida. Ligue já.
Se não ligar, a culpa é sua, mas não o vão deixar à margem. Pelo contrário, tudo está feito à medida dos que não decidem. Se não carregar em nenhum botão de escolha, descanse que lhe dão telenovela. Ou que lhe põem à frente um programa à medida da sua indecisão. Por exemplo, «Isto só vídeo», onde pode rir à vontade com os bebés a caírem de cabeça no cimento, em toda a segurança! Se aceitar apenas o jornal que lhe propõem, lá verá as reportagens com que sempre sonhou, povoadas de morgues, de agulhas espetadas em drogados, de braços e pernas mutilados, de julgamentos de amas que assassinam criancinhas ou de padres que matam adolescentes. Mas, por outro lado — o da mesma moeda — a informação pode ser uma festa. Com um Presidente que abriu a presidência, visitou mais de uma dúzia de municípios em dois distritos sem que fiquemos a saber quase nada do que se passou. Houve certamente gente a gritar contra as câmaras de maioria CDU, é claro, com dezasseis — 16 — casais a protestar contra a obra concluída de um mercado abastecedor. Mas o mais importante foi o Presidente a enfiar barretes, o Presidente a dançar a valsa, o Presidente a oferecer tinto, o Presidente a mandar o polícia ir andando.
Informação responsável? Comunicação a sério? Como obtê-la, quando tantas vezes o comunicador é um caixeiro e o jornalista é a notícia?
E já agora — quando é que você decide acabar com este estado de coisas?

■ LM

Tractores em parada
Marcha crescente dos protestos dos agricultores

Um impressionante desfile de tractores e a presença de centenas de agricultores em manifestação marcaram a segunda-feira passada, em Alcobaça. Mais uma etapa do movimento de protesto dos agricultores do distrito de Leiria contra a ausência de medidas por parte do ministro da Agricultura para acudir à crise da lavoura. Uma coluna formada por cerca de uma centena de viaturas dirigiu-se à Estrada Nacional nº. 1 e interrompeu momentanemanete o trânsito entre os cruzamentos de Alcobaça e Benedita.

Os agricultores, que contam com o apoio da CNA - Confederação Nacional da Agricultura, manifestaram o seu descontentamento da mesma forma que já tinham utilizado em manifestações anteriores no distrito, com o derrame na via pública, de frutas, batata e vinho.

Os agricultores preparam uma grande manifestação a nível distrital e entregaram ao presidente da Câmara de Alcobaça um documento com as suas principais reaclamações, solicitando ao autarca para que o faça chegar ao ministro Arlindo Cunha.

Entretanto, os produtores de batata de Chaves afirmam ir radicalizar a sua luta, depois da reunião a semana passada com o subdirector geral dos mercados agrícolas ter sido inconclusiva. Estes agricultores cortaram no passado dia três a fronteira de Vila Verde da Raia, em protesto pela falta de escoamento do seu produto, enquanto se importa batata de Espanha.

Prazo terminou ontem
Propinas por fixar nas Universidades

Os estudantes da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) de Lisboa decidiram fechar a cadeado os serviços académicos e a tesouraria entre os dias 1 e 15 de Março, altura em que a faculdade iria cobrar as novas propinas. Ontem terminou o prazo dado pelo Governo às Universidades para decidirem os montantes das propinas a cobrar, sem que na maior parte delas os Senados tenham fixado esses valores. Segundo a regulamentação emanada do Ministério de Couto dos Santos, deverá agora ser aplicado o montante mínimo: 57 mil e 500 escudos.

A decisão dos alunos da FCSH foi tomada em reunião geral de alunos, terça-feira passada, depois de durante a manhã, mais uma vez, os alunos terem invadido a salão nobre da Universidade Nova onde se reunia o Senado para tomar uma decisão sobre o valor das propinas a cobrar. As propinas ficaram assim, mais uma vez, por fixar. (Mais noticiário sobre este assunto na página seis.)

PCP e sindicatos contra
Governo acaba com feriado de Carnaval

«Em face da decisão do primeiro-ministro e do Governo no sentido de não decretar a terça-feira de Carnaval como feriado, o PCP considera que se trata de uma atitude sem qualquer fundamento razoável e que aparece como uma ridícula e absurda retaliação, motivada pela frustração da tentativa de aprovar um novo regime de feriados», lê numa nota do Gabinete de Imprensa do Partido, distribuída na terça-feira à imprensa, que adianta: «tal decisão contraria legítimas expectativas tomadas como direitos adquiridos, nomeadamente em relação às numerosas festas populares e cortejos com grandes tradições, organizadas em muitos concelhos do país, que mobilizaram grandes energias e recursos de autarquias, colectividades e de outras entidades e que tradicionalmente juntam muitos e muitos milhares de pessoas».

Um acto arbitrário

Também a CGTP-IN criticou a decisão do Governo «de obrigar os trabalhadores da Administração Pública a trabalhar na terça-feira de Carnaval» o que para a central sindical «constitui um acto arbitrário que visa retirar direitos adquiridos a partir de 1969, uma vez que a partir desse ano a terça-feira de Carnaval sempre foi feriado para todos os funcionários e agentes do Estado e demais entidades públicas».

«Esta atitude do Governo é tanto mais arbitrária e prepotente quanto contraria não apenas uma tradição de 23 anos na Administração Pública, como também a prática que generalizadamente se verifica no sector privado cujos trabalhadores gozam este feriado, consagrado através da contratação colectiva», diz ainda a nota de terça-feira da CGTP que conclui: «a decisão do Governo só pode ser entendida como uma atitude revanchista perante a derrota por ele sofrida na discussão pública da alteração ao regime legal dos feriados que, inclusive, levou o Presidente da República a exercer o direito de veto. E surge também como uma retaliação para com a luta que os trabalhadores da Administração Pública têm vindo a desenvolver contra a política de contenção salarial e contra a criação de novos quadros de excedentes».

No mesmo dia recebemos tomadas de posição críticas à medida anunciada na imprensa matutina da parte da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública e do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local (STAL).

Nelson Mandela

Nelson Mandela adiou a sua viagem a Portugal depois de aconselhado pelos seus médicos, na passada terça-feira, a cancelar de imediato, por tempo indeterminado, todos os seus compromissos - anunciaram fontes oficiais em Joanesburgo citadas pela agência LUSA. Comprometido está também o recomeço das negociações multipartidárias na África do Sul, agendadas para o início do próximo mês (ver noticiário na página 15).

A Festa está a fazer-se

Já todos terão marcado nas agendas pessoais os dias três, quatro e cinco de Setembro próximos e todos saberão igualmente o local de encontro: Atalaia - Amora/Seixal. É a Festa do «Avante!» de 1993, que está já em plena fase de preparação, registando-se a reunião de quinta-feira passada do colectivo que forma a Direcção Nacional da «Festa!», a discutir as melhores formas de concretização dos mil e um pormenores organizativos que tornam possível erguer este grande evento cultural e político, anualmente promovido pelo Partido Comunista Português. Está pois na altura de todas as organizações do Partido corresponderem a este arranque, tendo em conta até que o calendário político deste ano é bastante sobrecarregado, pelo que é necessário iniciar desde já a actividade preparatória da «Festa!».

Entretanto vamos já preparando os espíritos para a compra antecipada da EP- a Entrada Permanente na «festa!». Ela vai estar disponível no princípio de Março, tal como foi decido nesta reunião, com a finalidade de aproveitar as comemorações do aniversário do Partido. Mais uma vez se lembra que só a compra antecipada dos ingressos na «festa!» permite juntar todos os vastos recursos financeiros necessários para a concretização e para um sucesso ainda maior daqueles extraordinários três dias. Vai ser promovida uma campanha nacional para a compra antecipada da EP- na sequência da experiência do sucesso do ano passado - adquirindo a sua compra imediata o estatuto de um acto de solidariedade para com a Festa!